

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Os clássicos como nossos guias: antigos e modernos na construção
da república em Oceana de James Harrington

Débora Regina Vogt

Agosto de 2019

Débora Regina Vogt

Os clássicos como nossos guias: antigos e modernos na construção
da república em Oceana de James Harrington

Tese apresentada como requisito para a
obtenção do doutorado em História no Programa
de Pós Graduação em História da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do
Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas

Porto Alegre, 2019

CIP - Catalogação na Publicação

Vogt, Debora Regina
Os Clássicos como nossos guias: antigos e modernos
na construção da república em Oceana de James
Harrington / Debora Regina Vogt. -- 2019.
266 f.
Orientador: Anderson Zalewski Vargas.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Antigos e modernos. 2. Filosofia Política. 3.
República. 4. Revolução Inglesa. I. Zalewski Vargas,
Anderson, orient. II. Título.

Débora Regina Vogt

Os clássicos como nossos guias: antigos e modernos na construção
da república em Oceana de James Harrington

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do Doutorado em História no Programa
de Pós Graduação em História da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do
Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas

Banca Examinadora:

Profº Dr. Anderson Zalewski Vargas
Orientador

Prof Dr. Carlos Henrique Armani

Profª Dra Cláudia Mauch

Profª Dra Eunice Ostrensky

Profª Dra Regina Weber

Porto Alegre, 2019

Resumo

O trabalho parte da análise da obra *Oceana* de James Harrington. O nome do livro também é de um reino imaginado, perfeito, sólido e estável. Não há turbulências, nem medos de guerras ou instabilidades que tanto marcaram a Inglaterra do século XVII. Tudo funciona em perfeita sintonia, e cada membro do corpo político sabe exatamente qual seu lugar no mundo, reinando a paz e a prosperidade. Para construir esse lugar, o autor utiliza principalmente suas referências, prudência antiga e a moderna. Para ele, a primeira estaria no mundo antigo, até a chegada dos bárbaros, e a segunda seria representada pela figura de Maquiavel. Entre esses dois modelos é construída sua referência de governo, que é republicana e tem como central a distribuição de terras e a não centralização do poder. As perguntas que permearam essa pesquisa estão relacionadas às leituras da Antiguidade que permitem criar e configurar propostas de governo na Era Moderna, assim como a ligação entre os antigos e os modernos na criação de um regime republicano. Além dessas questões, o objetivo desta tese foi também perceber como esse discurso se relaciona com outros presentes em tempos revolucionários. As linhas metodológicas utilizadas foram a *Estética da Recepção* e a *Retórica*. O autor é visto como leitor de obras clássicas e de autores de seu tempo, reproduzindo ideias que são comuns, ao mesmo tempo que cria características e percepções suas. Simultaneamente, há constantes construções argumentativas que são analisadas tendo como fundamento a *Retórica*, vista aqui como elemento construído para o convencimento, imaginando que todo aquele que escreve tem um público alvo e traços que usa como formas essenciais para demonstrar, apontar e levar a crer. Há certamente crenças tão claras e óbvias para ele que não necessitam ser mencionadas ou demonstradas, mas que podem se perder para nós, seus leitores contemporâneos. A continuação e a inter-relação entre os textos pareceu ser um caminho apropriado para que, na medida do possível, pudéssemos mensurar os “óbvios” e como funcionavam. A relação entre antigos e modernos é uma característica chave de um autor que é multifacetado e que procura respostas num mundo em mutação.

Antigos e modernos x Republicanismo x Inglaterra moderna x discurso político

Abstract

This work starts at the analysis of *Oceana*, book by James Harrington. The book title also gives name to an imagined kingdom, which is perfect, solid and stable. There are no turbulences, no fear of war neither of instabilities, issues that marked deeply the 17th century England. Everything works in perfect harmony, all members of the political body know exactly their places in the world, and peace and prosperity reign. In order to build this place, the author uses his references, ancient and modern prudence. For him, the first one would be represented by the ancient world, up to the arrival of barbarians, and the second one would be represented by Machiavel. Between those two models the author's government reference is built, which is Republican and has as fundamental aspects the distribution of lands and the decentralization of power. The questions that permeate this research are related to readings of Antiquity that allow to create and shape government proposals in Modern Era, as well as the connection between ancients and moderns in the creation of a republican regime. Besides those questions, the goal of this dissertation was also to perceive how this discourse relates to other discourses present in revolutionary periods. The methodological lines used were the *Reception Theory* and *Rhetoric*. The author is seen as a reader of classic works and authors of his time, reproducing common ideas of the period, and showing at the same time characteristics and perceptions of his own. Simultaneously, there are constant argumentative constructions that are analyzed as being based on *Rhetoric*, which is understood here as an element for persuasion, considering that every writer has an specific audience as well as traits that are used as forms essential to show, point out and make believe. Certainly, there are beliefs so clear and obvious for the author that is not necessary to mention or evidence them, but we, their readers in contemporaneity, may lose that. The continuation and the interrelation between texts seemed to be the suitable path so we could, as for as possible, measure truisms and how they worked. The relation between ancients and moderns is a key characteristic to the author, which is multifaceted and looks for answers in a changing world.

Ancients and moderns x Republicanism x Modern England x Political discourse

Agradecimentos

A pesquisa é um caminho solitário. São horas, dias, meses e anos trabalhando sozinho, muitas vezes, em diálogos com o orientador e com outros estudantes que também estão na jornada. No meu caso, vejo esse momento como um encerramento de um ciclo. Foram 5 anos de estudo, de trabalho concomitante com outras funções do exercício da disciplina para produção acadêmica. É um encerramento de um ciclo em que nele ocorreram uma mudança de estado, três de casas e três mudanças de cargos na mesma empresa. Fui analista técnica educacional, professora de ensino superior e coordenadora de curso.

Para que esse período se encerrasse pessoas foram essenciais nessa jornada. Começo agradecendo ao meu orientador, professor Anderson Zalewski Vargas. São 15 anos que trabalhamos juntos. Certamente há mais de seus conhecimentos em mim do que posso imaginar, no entanto, o consigo ver em minhas aulas e na forma como relaciono as coisas. Quando um aluno se aproxima sempre penso em nossa relação e desejo ser para eles a inspiração que sempre foste para mim.

Agradeço também à banca que se dispôs a ler com atenção o trabalho, momento de raro valor na trajetória acadêmica de qualquer estudante. Professora Regina Weber que participou da banca de qualificação, suas indicações e questionamentos sobre o período moderno foram de vital importância para a continuação do trabalho. Professor Carlos Armani foi sempre um incentivador no estudo da história das ideias e vejo esse momento como uma continuação de nossos estudos em nosso antigo GT. Professora Claudia Mauch esteve presente em muitos momentos na minha graduação sempre com questionamentos válidos e acrescentando nos estudos de história moderna. Agradeço também à professora Eunice Ostrensky de quem conheço a obra antes da pessoa. Desde o mestrado tenho contato com seus textos e tê-la em minha banca é uma grande honra.

Agradeço ao meu companheiro de jornada e de vida, Eliseu. Pela compreensão, pelas palavras de apoio e por entender a solidão necessária nos momentos de produção. Agradeço à minha mãe e irmã por todo apoio nesses anos e por

acreditarem na formação pelos estudos.

À família do Eliseu que me recebeu em São Paulo e aos amigos que fiz por lá e que ouviram meus lamentos e questionamentos. Agradeço aos meus queridos alunos, que sempre animam e incentivam a continuar. Quem é professor encontra o sentido de seu fazer nos olhos dos seus alunos, eles me dão energia, brilho e me permitem continuar.

Por fim, agradeço a Deus, pela força e pelas oportunidades ao longo da carreira.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1. James Harrington em um mundo de mutação	10
2. Os óculos dessa pesquisa: reflexões teóricas e metodológicas	20
3. Construção dos Capítulos.....	29
4. Notas quanto à tradução e edições.....	30
I. O passado e o presente na escrita do <i>Oceana</i>	32
1. Passado e presente como modo de leitura retórica.....	33
I. 2. A história que ensina.....	40
1.2.1 <i>Passado e presente em linguagem bíblica</i>	47
1.3 O passado e o presente na escrita de <i>Oceana</i>	56
1.3.1 <i>Ilustração e exemplo no passado e presente em <i>Oceana</i></i>	58
1.3.2 <i>Antigos como referências para um governo sadio</i>	67
1.4 Veneza: o passado no presente	72
II. Diálogos e disputas no mundo inglês: a república como mundo ideal	79
2.1 Valores republicanos: a busca por referências da Antiguidade.....	83
2.2 A liberdade como valor Republicano: debates modernos.....	93
2.2.1 <i>Jonh Milton (1608-1667)</i>	93
2.2.2 <i>Albernon Sidney (1623-1683)</i>	103
2.2.3 <i>Marchamont Nedham (1620-1678)</i>	115
2.3 <i>Oceana</i> como reino da liberdade	127
III. Prudência Antiga: raízes clássicas no <i>Oceana</i>	133
3.1 A República e o conceito de liberdade	137
3.2 Argumento da autoridade e o uso dos antigos no convencimento.....	144
3.2.1 <i>Antigos e modernos e a prudência como norte de explicação em Aristóteles</i>	148
3.2.2 <i>Políbio: as bases clássicas de um governo misto na Inglaterra</i>	159
3.3. Cícero: a virtude no governo da República	173
IV. Prudência Moderna: recepção de Maquiavel em <i>Oceana</i>	185
4.1 Recepção de Maquiavel na Inglaterra e a prudência moderna.....	189
4.1.1 <i>Prudência Moderna: o equilíbrio entre a fortuna e a virtude</i>	194
4.1.2 <i>A Virtude como necessária</i>	204
4.1.3 <i>Fortuna e virtude na manutenção do reino</i>	212
4.2 Metáfora do corpo humano em Harvey	218
4.3 Virtude e vício no estabelecimento da República/ razão e paixão	231

Considerações Finais241
Fontes:.....252
Bibliografia:254

INTRODUÇÃO

1. James Harrington em um mundo de mutação

Oceana, obra aqui usada como fonte de pesquisa, é um reino imaginado, perfeito, sólido e estável. Não enfrenta as turbulências da guerra civil que foram tão comuns durante a Idade Moderna na Inglaterra. Nele, tudo funciona perfeitamente, cada parte do corpo político conhece seu lugar e a paz reina permanentemente. Sua constituição une as antigas bases dos governos com a contemporaneidade, conduzindo tudo em perfeita harmonia. Harrington estabelece em seu texto as bases do que entende como sendo o ideal para o país onde vive e como o Estado estaria assegurado ao longo do tempo.

O século XVII é um período impar na história inglesa e sobre ele tenho dedicado alguns anos de estudo. As transformações ali ocorridas terminaram por mudar a forma como se pensa as possibilidades na vida política e a próprio entendimento da história. Embora anterior a Revolução Francesa, que muda definitivamente o quadro político europeu, a Revolução Inglesa é a primeira que julga e executa um rei em praça pública, mudando – a imaginada – ordem natural e cósmica que unia céus e terras numa estabilidade permanente.

Essa quebra política abre espaço para o questionamento não só da pessoa do rei ou de seus atos, mas da própria necessidade da monarquia. Seria ela garantidora de estabilidade permanente, como era o pensamento de alguns? Haveria alternativas para a forma de organização política? Se positivo, onde se poderia buscar modelos? Para vários autores do período, a Antiguidade Clássica parecia ser uma saída inspiradora e estável para os questionamentos em um mundo mutável.

Além dos antigos – aqui entendidos como gregos e romanos – a Bíblia sagrada, após a Reforma Protestante, destaca-se com proeminência no mundo político. Textos bíblicos e referências inteiras eram usadas como formas de entender seu contexto e imaginar para onde as mudanças levavam. Veículo de disputa, o entendimento da Bíblia estava relacionado ao grupo que dela se apropriava. No Parlamento, dentro das casas, nas igrejas e praças, era comum a reflexão sobre a relação entre determinado

acontecimento e o ensinamento religioso. Antes propriedade exclusiva do clero, neste momento passível de livre interpretação, as Escrituras eram usadas de forma diferente, de acordo com as tendências de quem delas fazia uso. Indivíduos eruditos ou que recentemente tinham aprendido a ler sentiam-se aptos a mencionarem sua opinião política a partir de embasamentos bíblicos. O terreno religioso passou a ser um espaço democrático, onde se buscava inspiração para as decisões futuras.

Um mundo tumultuado, em que muitos buscam respostas e em que as bases estruturais estão em mutação é o contexto sobre o qual me debrucei nesta pesquisa. Nele, James Harrington escreve uma obra baseada em suas experiências pelo mundo e nas leituras que fez dos antigos. Para ele, tudo caminhava em direção às bases de um governo que era diferente do que se vivenciava na Inglaterra. Para começar, era uma república, num contexto em que havia muitas dúvidas sobre a melhor forma de governo; era baseada em divisão de terras, o que até então não era tido como pressuposto necessário para a estabilidade do poder. Se, de um lado, nosso autor se insere num mundo mutável e, nessa lógica, estabelece diálogo com contemporâneos, por outro, aponta uma solução que é inovadora para seu momento e estabelece bases para os movimentos republicanos que virão posteriormente. Embora muitas vezes não tão estudado pela historiografia brasileira, suas ideias foram precursoras e estabeleceram bases para muito do que conhecemos como mundo republicano e liberdade política.

Essa pesquisa originou-se ao fim de meu mestrado. Durante este período, estudei a recepção dos antigos¹ no livro *Behemoth ou Longo Parlamento*, obra histórica de Thomas Hobbes (VOGT, 2013). O filósofo entendia os antigos como elementos ambíguos que podiam ser, por um lado, salvação do Estado, já que ensinavam quanto mal havia na democracia – caso de Tucídides – ou, por outro lado, as causas de todo mal que se abatia sobre a Inglaterra: a guerra civil e a dissolução da monarquia. Na mesma medida que as leituras do pensador fazem parte de um conjunto mais amplo, marcado pela busca de sentido nos clássicos, Hobbes imprimiu aos textos lidos sua visão de história, marcada pela Ciência Civil. Debatendo com os seus contemporâneos,

¹ Uso a terminologia “antigos” para significar os povos da Antiguidade clássica, principalmente gregos e romanos, embora o povo de Israel seja constante inspiração para Harrington. No decorrer da tese há uma discussão sobre o termo.

mas também com os antigos, o pensador procura convencer seus interlocutores sobre o perigo que todos corremos caso os princípios da Ciência Civil não sejam seguidos.

James Harrington (1611-1677), assim como Hobbes, era inglês e viveu a Revolução Inglesa (1642-1658) com todas as transformações que ela trouxe na Era Moderna. Neste período de discursos inflamados e de transformações na Europa, os dois autores manifestaram o desejo de se posicionar e de produzir sua visão sobre os eventos que transformaram as ruas inglesas. Entretanto, se, para Thomas Hobbes, a leitura dos Antigos servia para o propósito de demonstrar que o soberano deve governar com poder absoluto, para James Harrington ela mostra que o melhor governo é uma república. São dois autores intrigantes que produziram, para o contexto conturbado inglês, suas formas de explicar o passado, o presente e delinear o próprio futuro.

O olhar historiográfico de cada um dos pensadores marcará e será demarcado de acordo com as expectativas que tem e com formas de entender a política. Assim, se de um lado, temos a perspectiva pessoal e autoral de um pensador, por outro, através de seus textos, ampliamos a análise para um país e um continente em mutação, cujas transformações atingem nossa própria sociedade contemporânea.

Como veremos, conceitos como liberdade, república e soberania vão perpassar o século XVII e muitos dos debates em que nosso autor está inserido. Quem detém a autoridade, o povo ou o soberano? É possível destituir um rei sem desobedecer a Deus? Essas perguntas vão estar presentes em muitos dos debates em que Harrington se encontra. É importante salientar que a quebra desses paradigmas é o que demarca o fim dos governos absolutos e o término da crença da soberania nas mãos exclusivas do governante. Tais transformações terminam por propiciar o crescimento de governos republicanos ou mesmo a constituição da monarquia constitucionalista.

Esses pontos são importantes para a compreensão das perguntas que estão sendo respondidas pelo pensador. Seu objetivo, além de apresentar o poder e a constituição dele na Inglaterra é permear questões como liberdade e direito a mudança de governo. Seu uso de Maquiavel, como poderemos observar, não é sem sentido, já que é um dos autores mais usados na defesa do republicanismo no mundo moderno. Essas pautas tomavam o debate público e trouxeram mudanças na forma de governo e no debate político.

James Harrington nasceu em 1611, numa cidade inglesa chamada Ruthanshire. Era de origem nobre, tendo oito duques, três marqueses, setenta condes e trinta e seis barões em sua família. É importante destacar esse aspecto de sua vida familiar e pessoal, já que ele era alguém que vivia a realidade e as benesses de um regime monárquico, mas que desenvolveu como modelo um estado republicano. Em sua família, era o filho mais velho. Segundo o biógrafo de Harrington, John Aubrey, ele teve irmãos que foram quem forneceram a ele cartas e objetos pessoais do pensador.

Tendo realizado seus estudos em colégios conceituados, ele demonstrava, desde a infância, extraordinária habilidade para aprender, com rapidez no juízo e na compreensão, o que era reconhecido pelos seus mestres. A partir dos 18 anos, Harrington passou a estudar no Trinity College em Oxford². Nesse local, foi pupilo do Dr. Chilling Worth, sendo influenciado em sua opinião sobre o papa. Após considerar que havia adquirido conhecimentos consideráveis na universidade, fez viagens com objetivos de aprender várias línguas e formas de governo. Suas observações dos lugares que visitou o influenciaram no desenvolvimento do que imaginava ser o ideal para seu próprio país³.

O primeiro país visitado por ele foi a Holanda, lugar onde pode refletir sobre o conceito de liberdade, que será importante no entendimento de política. Lá ele conheceu o príncipe de Orange e a rainha da Bohemia, filha de James I. Ela o recebeu com extraordinário favor e civilidade por conta de seu tio, Lord Harrington. O príncipe eleito também o atraiu para seu serviço, convidando-o para acompanhá-lo em uma jornada que fez pela Dinamarca. Ali ficou bastante tempo, tendo se encontrado com pensadores e pessoas da nobreza que refletiam sobre o novo estado e sua constituição.

Após passar pela Holanda, foi à França e também à Itália. Em suas viagens, Harrington costumava escrever observações sobre os governos e as formas de organização política. Na Itália, ficou admirado pela forma como o clero podia manter

² A Trinity College existe até hoje, tanto em Dublin como em Oxford. É uma universidade de tamanho médio, que tem como pressuposto o desenvolvimento autônomo de seus alunos. Tanto o prédio da biblioteca como as construções universitárias estão localizados na Broad Street, local central em Oxford. Informações obtidas no site da universidade. Disponível em: << <https://www.ox.ac.uk/admissions/undergraduate?wssl=1>>>. Acesso em 28/06/2018.

³ Todas as informações biográficas foram retiradas da biografia de John Toland (1771) que faz parte da edição inglesa de Oceana.

seu governo por grande parte do mundo, dominando diferentes tipos de pessoas. Na Itália, seu lugar preferido foi Veneza, onde, como em outros lugares, visitou governantes e fez anotações. Quando retornou, havia passado tempo considerável, tanto que seus irmãos estavam mais velhos, sendo que um de seus irmãos havia se tornado membro da *Royal Society*⁴. Nesse momento ele assumiu o cuidado e a educação de suas irmãs, ensinando os fundamentos humanistas que conhecia.

James Harrington foi amigo íntimo de Carlos I, o servindo até sua morte, quando o rei foi decapitado em praça pública.⁵ Para Harrington, o governo está determinado em sua estrutura e funcionamento pelas forças sociais e econômicas subjacentes. Assim, a forma de governo, segundo ele, depende da distribuição das propriedades. O grupo social que detém a maior parte das terras tem a necessidade de governar também. As causas das guerras civis seriam sociais, decorrentes da mudança de propriedade. A demanda por governo popular, por exemplo, teria começado com a *Guerra das Duas Rosas* e com a política exercida por Henrique VII de dividir grandes extensões de terra em propriedades menores, aumentando a classe proprietária e, por conseguinte, os que aspiravam ao poder.

Além disso, a expropriação dos mosteiros realizada por Henrique VII contribuiu para a formação de uma multidão de pequenos proprietários. A riqueza distribuída nesta, agora, numerosa classe de proprietários originou a Petição de Direitos⁶, entregue a Carlos I no início da Revolução (1618). A fundamentação de um governo baseado unicamente no pacto é⁷, para Harrington, superficial. Sem o controle dos meios de subsistência não há poder de fato. Esta é a principal crítica do autor a

⁴ Sociedade criada em 1660 que visava congregar pessoas que tinham como objetivo o aprimoramento científico. Hobbes nunca tomou parte dela, o que causou grande desgosto em toda sua vida.

⁵ A morte de Carlos I carrega um elemento simbólico destacável, já que é o primeiro rei morto em praça pública. Não que outros reis não tenham sido mortos, mas nunca publicamente, jamais julgados pela nação, mas traídos pelos que disputavam seu trono. Ou seja, quando se julga um rei quebra-se um princípio: o da necessidade da hierarquia para a continuação do universo (OSTRENSKY, 2006).

⁶ A Petição de Direitos determinava que nenhum tributo deveria ser cobrado sem a anuência do Parlamento, além disso, nenhum homem deveria ser condenado sem sentença legal dos seus pares ou por lei já existente. Documento traduzido e disponível em: <<
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/peticao-de-direito-1628.html>>> Acesso em 24/08/2018.

⁷ Para Hobbes, os Estados se mantêm pela força do pacto e da espada (HOBBES, *Leviatã*, Cap XV).

Thomas Hobbes⁸. Seus argumentos quanto a isso têm como referência o mundo romano. Para ele, Roma se equilibrava no poder e venciam as batalhas porque quem tinha o poder também tinha a propriedade das terras.

[...] porque, se um país se equilibra por intermédio da distribuição da propriedade e segundo uma proporção, esse predomina sobre o outro por vantagens de diversas ordens. Assim, por exemplo, a República Romana predominou sobre suas províncias graças ao vigor de um governo mais excelente e a um exército mais disciplinado⁹ [...] (HARRINGTON, Oceana, Prefácio).

Na mesma medida em que Roma era exemplo na distribuição de terras e no governo estável de uma república, os bárbaros eram exemplos do fim da liberdade e da estabilidade. Desta forma, a prudência antiga teria se iniciado com a República de Israel, seguidas posteriormente pelos gregos e romanos, sendo extinta pela invasão dos bárbaros:

[...] de prudência antiga, primeiramente revelada à humanidade pelo próprio Deus no edifício da comunidade de Israel, e cujos passos foram posteriormente percebidos e seguidos por gregos e romanos [...] a transição da prudência antiga para a prudência moderna, introduzida pelas invasões dos hunos, vândalos, lombardos, saxões que, destruindo o Império Romano, deformaram a face da Terra com más formas de governo [...] ¹⁰ (HARRINGTON, Oceana, Preliminar)

Por outro lado, a prudência moderna tem como maior alicerce Maquiavel que, por

⁸ “Mas o que disse [Hobbes] da lei, que sem a espada é papel somente, poderíamos falar sobre aquela espada, que sem uma mão é apenas ferro frio. A mão que a sustenta é a milícia de uma nação [...]. No entanto, um exército é um animal com uma grande barriga e necessita ser alimentado: assim, esse alimento deve sair das terras que se possui, e as terras possuídas devem vir do equilíbrio das posses, sem o qual a espada pública não é mais que um mero nome ou um mero cuspe” (HARRINGTON, Oceana, Preliminar) [Tradução minha].

No original: “But as he said of the law, that without this sword it is but paper, so he might have thought of this sword, that without a hand it is but cold iron. But an army is a beast that has a great belly, and must be fed: wherefore this will come to what pastures you have, and what pastures you have will come to the balance of property, without which the public sword is but a name or mere spittfrog”.

⁹ O exército seria formado pelos proprietários de terras, na visão de Harrington. A passagem não consta no original porque a versão em inglês não contém o prefácio, ele está presente apenas na versão em espanhol.

¹⁰ “[...] of ancient prudence, first discovered to mankind by God himself in the fabric of the commonwealth of Israel, and afterward picked out of his footsteps in nature, and unanimously followed by the Greeks and Romans [...] the transition of ancient into modern prudence, introduced by those inundations of Huns, Goths, Vandals, Lombards, Saxons, which, breaking the Roman Empire, deformed the whole face of the world with those ill-features of government[...]” [todas as traduções são minhas].

sua vez, servirá de inspiração para Harrington em suas reflexões sobre liberdade e poder civil. Para o pensador é claro que se, no passado, havia os gregos e romanos como modelos, assim como os hebreus, em seu momento quem exercia esse papel era o florentino. Era ele quem constituía as bases do governo republicano que desejava ver na Inglaterra moderna.

Com o aumento do grupo de proprietários na Inglaterra, cresceu também o número dos desejosos por poder, que queriam ter igualmente sua vontade reconhecida. O caminho para a república era inevitável e iria acontecer na própria evolução histórica, pelas transformações que a Inglaterra sofreu nos últimos tempos. Na visão de Harrington, a própria história de Israel demonstrava que o melhor governo era o republicano. Ou seja, as Escrituras Sagradas também demonstravam a forma de estado ideal.

A proposta republicana para um país é revolucionária em seu contexto, já que havia muitos grupos que ainda tinham a monarquia como dada por Deus. No entanto, Harrington extrapola suas leituras dos antigos aplicando os modelos para lugares em que até então não se imaginava. O ponto central é que tudo devia estar centrado no domínio das terras: onde elas estivessem concentradas era onde o poder devia estar.

Na monarquia absoluta, o monarca deve ter em suas mãos o domínio proeminente da terra, cedendo propriedades a alguns, e obrigando-os a prestarem serviços militares. Nesse caso, os exemplos dados são os de Roma, no período imperial, e dos turcos. Quando a terra está nas mãos de um grande número de nobres, temos uma monarquia mista. De acordo com Harrington, trata-se de uma forma débil de monarquia, porque o rei precisa apoiar-se em vassalos, que podem ser rebeldes. Por último, divide-se a propriedade e a nobreza que já não é capaz de manter vassalos. Neste caso, o resultado é uma república ou governo popular. Os casos de perversão ou corrupção são, por sua vez, momentos em que o governo não concorda com a distribuição das terras ou quando a nobreza e o rei, por exemplo, têm as mesmas quantidades de terra. De acordo com o autor, nesses casos haveria incompatibilidade no governo.

Oceana foi publicada em Londres, em 1654, e é geralmente entendida como parte

do gênero “Utopias¹¹”. Entretanto, a dose de realismo do autor foge do estilo, já que as relações com a Inglaterra são perceptíveis na obra. O livro é dedicado a Oliver Cromwell, sendo a ficção possivelmente uma forma de evitar a censura (SABINE, 1996, p. 10). No livro é vidente sua admiração por algumas formas de governo contemporâneas, como as de Veneza. Para ele, a forma como um estadista aprende a arte de governar é a observação dos governos já existentes, tanto na Antiguidade como no mundo contemporâneo.

É importante destacar que as referências aos antigos marcam todo texto. Comparações com a Antiguidade dão o sentido de toda a sua escrita, assim como inspiram Harrington no seu modelo de governo. Ele é republicano porque, no seu entendimento, Roma havia demonstrado isso. Grécia, Roma e os judeus eram mais do que exemplos de um tempo já finalizado, eram guias que demonstravam diretrizes para o governo inglês da época. Tácito, Aristóteles, Homero e Cícero são citados como exemplos de guias de governo em sua obra. Além disso, em resposta aos seus críticos, no prefácio de sua obra, embasa sua argumentação na comparação de seu texto com tratados escritos por Aristóteles e Tito Lívio. Ou seja, ele era uma das figuras grandes da história e sua reputação era comparável a eles.

Foi no tempo de Alexandre, o mais importante príncipe e chefe de sua época, que Aristóteles, ainda não sendo homem público, escreveu aquele tratado de prudência que se chama Política, com princípios que tem sobrevivido muito tempo. Tito Lívio fez semelhante nos dias de Augusto, Tomás Moro no tempo de Henrique VIII [...] em meu estudo não faltaram grandes exemplos e o que fiz são obras de um cavaleiro [...] ¹² (HARRINGTON, Oceana, Prefácio).

Por outro lado, Harrington procura se inserir em seu debate contemporâneo sobre política, soberania e liberdade. Por isso, a relação entre os antigos e os modernos permeará todo texto. Veneza também era modelo, assim como a sociedade imaginada por Maquiavel. Não há linha clara de separação entre o passado e seu presente, antes há um continuo de ligações que está na lógica da própria natureza humana. Entre a

¹¹ Utopia, de acordo com Maria Aparecida Azevedo Abreu (2008), é considerado o gênero característicos de textos com caráter irrealista como a *Utopia* de Thomas More. No entanto, não é conclusivo entre os pesquisadores que sua obra seria uma utopia realmente, podendo ser realmente uma diretriz de governo para a Inglaterra. .

¹² O prefácio não consta na versão em inglês, retirei da versão espanhola.

prudência antiga e a moderna, por exemplo, há uma continuidade em que a que vivida pelo autor reflete muito dos valores trazidos pela própria Antiguidade.

Sabemos que essa relação e debate não é prerrogativa de Harrington, mas se relaciona ao humanismo e a busca pelo sentido na Antiguidade, percebendo que entre o passado e o presente vivido por eles há uma linha contínua que permeia valores e objetivos de Estado. A história ensina, demonstrando os acertos, as falhas e os pontos a fazer diferente. O vínculo com o passado é estreito, demonstrando uma ligação clara e contínua. No centro, estão questões como constituição do estado, soberania, liberdade e poder. São conceitos que no início da idade moderna travam debate primeiro com palavras e depois com armas, terminando por mudar o curso político dos acontecimentos.

Essa pesquisa está muito vinculada ao trabalho que já desenvolvi em meu mestrado e, desta forma, são constantes as relações que procuro apresentar entre James Harrington e Thomas Hobbes. No entanto, mesmo partilhando o mesmo momento histórico, eles têm visões sobre a política que são contrapostas. Nesse sentido, esse trabalho se insere numa historiografia mais ampla, que procura entender o discurso político na Inglaterra Moderna, que é também veículo de ação política, a ponto de possibilitar o julgamento e a morte do rei. É nesse período que concepções modernas de Estado são construídas, assim como de soberania, de república e monarquia constitucional.

Como as leituras da Antiguidade permitem criar e reconfigurar propostas de governo na Era Moderna? Como Harrington estabelece a ligação entre antigos e modernos e como isso lhe possibilita criar como modelo um regime republicano? De que forma sua obra dialoga com discursos políticos que disputam campo nos períodos revolucionários?

Diferente de outros republicanos como John Milton¹³, por exemplo, James Harrington entendia a república como consequência natural da evolução social e econômica. Como uma força que está acima dos desejos humanos, a mutação social nos levaria inevitavelmente a esse modelo. Diferente de outros estudiosos de política de seu tempo, para ele, a vida política estava intrinsecamente ligada à matriz

¹³ John Milton (1608-1674) republicano puritano, é um dos personagens presentes na tese de Eunice Ostrensky (2006) será analisado no capítulo 2.

econômica: a distribuição de terras. Esse é um aspecto original em seu trabalho que o diferencia de outros republicanos de sua época.

No entanto, James Harrington não defende reforma agrária ou alguma distribuição equitativa de terra, sua visão é pragmática e não tem a ver com o materialismo. Para ele, a propriedade é uma instituição jurídica que deve ser favorável ao tipo de governo que se deseja. O governo deveria ser guiado por dois princípios: a força, marca da divisão de propriedade e a autoridade, baseada na sabedoria e prudência. Inspirado nos clássicos, o autor fez uma divisão entre a prudência antiga, baseada no bem comum, e a prudência moderna, que por vezes seria explorar a comunidade em nome de um indivíduo ou uma classe¹⁴. Herdeiro da admiração renascentista pela Antiguidade, sua república é uma tentativa de aproximação de governos antigos como Atenas, Esparta, Roma e os hebreus.

A república, diferentemente de uma monarquia, é o império das leis e não dos homens, por isso, também, é mais estável. Aí está, em sua opinião, outro erro de Hobbes, já que, para o filósofo, a liberdade seria a mesma em todos os governos. Os homens, na visão de Harrington, não são egoístas, como pensava Hobbes, mas sociáveis. A verdadeira política seria coincidir os interesses pessoal e público. Um governo popular conseguiria isso com mais facilidade. Neste modelo, quem tem desejo de sedição não tem poder, e quem o tem não tem porque se rebelar. A apropriação certamente é aristotélica, que via o homem como aquele que se realizava completamente na vida política¹⁵.

Harrington apresenta-nos os princípios Oceana inspirado em elementos que a todo tempo nos remetem à Antiguidade. Ele defende a mudança dos cargos, o voto secreto e uma divisão dos poderes, não como Montesquieu, mas como imaginava a cidade-estado antiga. A formulação política devia ser exercida pela aristocracia, poucos políticos que tenham conhecimento e experiência, virtudes necessárias para um bom governo. Desta forma, o que ele defende não é uma democracia no sentido

¹⁴ Para Harrington, Hobbes representava a prudência moderna, enquanto Maquiavel representa a antiga (HARRINGTON, Oceana).

¹⁵ “Por conseguinte, é evidente que o Estado é uma criação da natureza e que o homem é, por natureza, um animal político. E aquele que por natureza, e não por mero acidente, não tem cidade, nem Estado, ou é muito mau ou muito bom, ou sub-humano ou super-humano – sub-humano como guerreiro insano condenado [...] porque uma pessoa assim, por natureza amante da guerra, é um não colaborador, como uma peça isolada num jogo de damas [...]” (Política, I).

contemporâneo do termo, mas uma república governada pelos homens virtuosos¹⁶.

Embora não tão conhecido como outros pensadores do período – como Thomas Hobbes – Harrington é fundamental para a compreensão do debate político da Era Moderna¹⁷. Nesse sentido, o trabalho pretende se inserir numa historiografia que analisa a disputa discursiva de conceitos que fundamentaram o Estado Moderno e Contemporâneo. Para isso, passaremos pela reflexão sobre conceitos que são bases no momento, como soberania, república e liberdade; chaves do desenvolvimento do debate em seu período, farão com que muitos utilizassem os textos como verdadeiras armas políticas de intervenção social.

2. Os óculos dessa pesquisa: reflexões teóricas e metodológicas

Quando abordamos a política e suas nuances, nosso campo de estudo em geral são os textos. Claro que, se nosso objeto se apresenta na história contemporânea, é possível analisar trejeitos, reações, a empolgação, entre outros. Contudo, quando recuamos historicamente nos restam os textos, com suas inter-relações, diálogos e debates que na maioria das vezes nos escapam. Cada discurso está num emaranhado de outros, com quem discorre, problematiza e procura fazer valer seus pontos de vistas.

Parece claro que cada autor tem em sua mente quem seria seu provável leitor e quais as melhores estratégias de persuadi-lo. Harrington certamente queria demonstrar o valor do governo republicano e, para isso, se utiliza de vários elementos em sua empreitada. Em sua mente estão os defensores da monarquia, crentes no direito divino ou na natureza humana, como Hobbes, mas também aqueles que entendem que a

¹⁶ Esse é, de acordo com Quentin Skinner (1996), uma concepção típica humanista, que via como aptos para governar os homens virtuosos, vistos como superiores aos demais. Formados em escolas clássicas, versados no grego, no latim e conhecedores da cultura grega e romana, eles eram os mais aptos para o governo. “O homem virtuoso era o melhor dos governantes. Primeiro, que realmente está ao alcance do homem atingir o mais alto nível de excelência, segundo, que uma educação adequada constitui condição essencial para se alcançar esse objetivo, e, finalmente, que o conteúdo de tal educação deve converter-se num estudo interligando a filosofia antiga e a retórica” (SKINNER, 1996, p. 109).

¹⁷ Era Moderna neste texto é compreendido como o período que vai do século XVIII a XVIII onde muitos conceitos que conhecemos na política como liberdade, soberania e democracia são alvos de constante debate.

república é necessária pelo próprio desenvolver do Estado.

Para a compreensão das estratégias argumentativas de James Harrington utilizo-me dos pressupostos da Retórica. É possível, inclusive, que toda análise de texto seja retórica. Se entendermos como afirma Oliver Reboul (1998, p. XV), que ela é a *arte de persuadir pelo discurso*, a análise do historiador pode ser retórica na medida em que procuramos, com os olhos do presente, reconstruir os recursos utilizados por dado autor em algum momento histórico. Isso não quer dizer que possamos resgatar o passado ou “as verdadeiras” intenções do autor, mas é possível reconhecer/destacar possíveis estratégias elaboradas em certos discursos.

Nesse sentido, é importante salientar que, quando há algo evidente para determinado público, não é necessário mencionar. O uso dos antigos como modelo é extensamente usado por Hobbes e Harrington, por exemplo, sem que nenhum dos dois se importe com a defesa do uso, já que nesse momento tal referência era recorrente na defesa da argumentação. Entre acadêmicos, a referência a autores consagrados é corriqueira e tratada como pressuposto básico do trabalho intelectual. Nenhum de nós explica porque cita determinados historiadores que são referências em seu campo. É um denominador comum, premissa básica de nosso fazer. No entanto, em outros contextos tais “acordos” (PERELMAN e TYTECA, 2005) podem não ter o mesmo sentido, sendo necessário explicitá-los. E como ler pressupostos que já não são os nossos? As respostas não são simples, mas a leitura retórica pode nos ajudar na empreitada, já que tem como objetivo perceber os lances argumentativos.

Perceber como determinadas estratégias argumentativas se repetem, assim como valores são compartilhados, como é o caso do conceito de liberdade, por exemplo, presente no capítulo 2, é fundamental por que demonstra como determinadas ideias são presentes em certo grupo intelectual. Claramente seus sentidos podem variar de acordo com o autor, mas sempre se dialoga com aqueles que saem de leituras e entendimentos comuns.

Acredito que a metodologia trazida pela retórica se relaciona de maneira central à forma como desejo analisar os textos de Harrington, já que ela tem como base entender quem fala, quando e com quem. Através da tentativa de respostas a essas perguntas básicas, podemos perceber quais argumentos são usados para persuadir o leitor. Na linha de Oliver Reboul (1998, p. 141), é possível entender que todos

discursos se contrapõem a outros e tem objetivos imediatos e mais distantes. Eles podem ser buscados na análise do próprio texto na medida em que traçamos as estratégias retóricas de determinada obra.

Claramente esse não é um caminho fácil e muitas compreensões nos escapam, já que lemos no presente um texto que pertenceu a muitos debates e reflexões que podem nos escapar. Citar os antigos e dialogar com Maquiavel fazia sentido na Inglaterra do século XVII, assim como e era essencial para Harrington, fazendo parte da forma como pensava e como desejava mostrar ao leitor que seu raciocínio estava correto. Assim, da mesma maneira que esse ambiente forma nosso autor, o próprio autor se utiliza desses elementos para convencer.

As estratégias para isso são inúmeras, desde o uso de exemplos até referência de autoridade. O convencimento é imaginado de acordo com o público e com quem imagina dialogar. Ao longo da tese, procuro demonstrar o contexto linguístico do autor, em termos conceituais, apresentando autores que dividiam com ele o desejo republicano, as referências bíblicas e a recepção dos antigos como modelo. Seus diálogos com Maquiavel e sua admiração por ele demonstram muito do que imagina como sendo o necessário para a vida republicana e como ela se configura.

O público alvo determina muitas das estratégias usadas pelo autor. Em minha dissertação, pude perceber, por exemplo, que quando Hobbes utiliza-se de autores gregos e romanos tem como alvo um grupo mais erudito que certamente lê em grego e latim, já que algumas obras ainda não tinham tradução no vernáculo. No entanto, quando cita a Bíblia, pretende atingir um público amplo que, após a Reforma Protestante, lê o texto com atenção, sentindo-se fazer parte de um contexto espiritual já previsto no Livro Sagrado. Esses elementos quando utilizados, na visão de Chaim Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 185), têm como objetivo “[...] oferecer um conjunto de características relativas à comunhão com o auditório”.

De acordo com Fábio Ulthoa Coelho (1985, p. XIV), Chaim Perelman, a partir de 1958, muda o quadro tradicional da filosofia com a publicação do *Tratado da Argumentação*. O objetivo do autor seria a reabilitação da dialética aristotélica como método interpretativo. Ela estaria no mesmo nível que o modo analítico, o único valorizado na filosofia tradicional após Descartes. No entanto, Perelman e Tyteca não se limitam a transpor acriticamente o conceito de dialética da Antiguidade, suas

reflexões sobre o discurso argumentativo ampliaram os conhecimentos sobre o processo de comunicação em diversos níveis e contextos.

Sem verdadeiros ou falsos, os raciocínios são plausíveis, verossímeis, possíveis e estabelecidos por meio de acordo entre o orador e o auditório ou, em nosso caso, o autor e os possíveis leitores. Cada autor constrói mentalmente quem são seus possíveis leitores e, de acordo com o que espera, constrói suas estratégias discursivas¹⁸. Nas palavras de Perelman: “[...] a própria natureza da deliberação e da argumentação se opõe à necessidade e à evidência, pois não se delibera quando a solução é necessária e não se argumenta contra a evidência [...]” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 1).

Aristóteles, por sua importância na retórica, torna-se frequentemente usado como modelo para a reflexão sobre a argumentação. Para o pensador grego, o verdadeiro e o justo têm força natural maior que seus contrários. No entanto, se não for capaz de convencer, o ruim e o injusto acabam por vencer. É necessário, portanto, que se domine os silogismos retóricos e a capacidade de persuadir para que o que é certo vença. Para o pensador, se é vergonhoso não saber defender-se pelo corpo, pior ainda é não o fazer pelo discurso (Retórica, I, 2).

Certamente, os que defendiam a república como governo ideal entendiam que ela era *per se* o melhor governo, mas tornava-se relevante demonstrar a todos sua necessidade por meio do uso da persuasão. Embora a verdade possa ser clara em si mesma, para eles, a política é o reino do debate e da controvérsia, sendo assim, é necessário utilizar-se das técnicas certas para convencimento. É preciso entender os adversários discursivos, suas estratégias, apresentando as melhores técnicas de persuasão.

A retórica aqui é vista, portanto, não somente como recurso de estilo, mas como essencial na própria concepção de argumentação. Ela é vista como a organização do

¹⁸ Na introdução do *Tratado da Argumentação*, Perelman demonstra as razões pelas quais a retórica foi tão negligenciada pela filosofia. Herdeira da visão de Descartes, a geometria seria o modelo de conhecimento. Assim, todo verossímil era falso, sendo verdadeiro somente o que era claro e distinto. Desta forma, a filosofia poderia alcançar o grau de ciência. É possível afirmar que o novo enfoque para o raciocínio retórico está relacionado ao questionamento à metodologia tradicional da ciência, colocada como modelo para todo tipo de conhecimento. Essa concepção, em foco atualmente, estaria já presente em Aristóteles: “[...] Aristóteles já analisara as provas dialéticas ao lado das provas analíticas, as que se referem ao verossímil ao lado das que são utilizadas na demonstração[...]” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 3).

pensamento, sua abordagem e forma de convencimento. Não há separação entre conteúdo e técnicas retóricas, pois, na medida em que são usadas, elas demonstram as necessidades do autor, seus pensamentos e o modo como entende a própria política.

Na medida em que analiso o texto do pensador, procuro, desta forma, perceber suas zonas de diálogo, suas estratégias argumentativas e a forma como procura se colocar em seu momento histórico e social. Esses conceitos, tão caros a Harrington, são essenciais na formação do que conhecemos como Estado Moderno e como liberdades políticas. Conceitos como soberania, poder e o direito do povo de derrubar um rei serão centrais nessa dinâmica, permitindo o nascimento de formas de pensar que permanecem atualmente. A liberdade de escolher a forma de governo e a percepção de que o poder está no povo e não no soberano podem ser claras para nós, mas no século XVII ainda eram terreno de debate e, aos poucos, delineavam sua linha de atuação.

Por outro lado, desejo perceber a forma como James Harrington utilizava-se de suas leituras dos antigos na elaboração de seu modelo republicano. Em outras palavras, tenho como objetivo ver meu autor como leitor. Essas leituras, no entanto, não são passivas, já que elas são usadas como veículos persuasivos em seu discurso, na medida em que as referências são algo comum em seu meio, marcado pelo Renascimento. Por esses motivos, utilizo-me dos pressupostos teóricos e metodológicos vinculados à *Estética da Recepção*.

A *Estética da Recepção* nasceu ligada à literatura inicialmente. A conferência proferida por Hans Robert Jauss, em 1967, *O que é e por que se estuda História Literária?*¹⁹, na Universidade de Constança, é colocada como marco inicial na Estética da Recepção. Nela, estava presente a recusa aos métodos então utilizados pela literatura tradicional. Jauss denuncia a fossilização da literatura como heranças do positivismo. Além disso, atacava os que eram partidários da metodologia que analisava os textos como imanentes ou autônomos. Nas suas palavras:

Em nossa vida intelectual contemporânea, a história da literatura, em sua forma

¹⁹ Em seu livro, *A História da literatura como provocação à teoria literária* (1994), Hans Robert Jauss amplia suas teses. Utilizei esse livro para elaborar meus referenciais.

tradicional, vive tão somente uma existência nada mais que miserável, tendo se preservado apenas na qualidade de uma exigência caduca do regulamento de exames oficiais [...] A história da literatura, em sua forma mais habitual, costuma esquivar-se de uma enumeração meramente cronológica dos fatos ordenando seu material segundo tendências gerais, gêneros [...] (JAUSS, 1994, p. 5).

Para Jauss haveria uma separação problemática entre história e literatura, criando um abismo entre a contemplação e a estética. Em sua palestra, o professor rejeitava tanto o método marxista, que via a literatura como mero reflexo do social, como os formalistas, que a viam como autônoma, desvinculada das condições de sua formação. Nestas duas visões, os leitores, ouvintes e expectadores continuam desempenhando um papel extremamente limitado. Uma mudança fazia-se, em sua visão, necessária.

Mantendo diálogos com a psicanálise, a hermenêutica, a história, a retórica, a semiologia, o estruturalismo e a sociologia da leitura, a *Estética da Recepção* é uma metodologia interdisciplinar de análise. A arte passa a ser vista como modificadora da percepção, e aqui está seu potencial libertário, capaz de, mesmo fazendo parte de uma norma que delimita e sugere a leitura, propõe elementos de modificação e de alteração do quadro social. De acordo com Hans-Georg Gadamer, a aplicação faz parte da própria compreensão do texto, e ela está relacionada à situação atual do intérprete. Assim como a obra teológica e a jurídica pressupõem uma prática, relacionada à razão pela qual o texto foi feito, a história, por exemplo, também pressupõe uma aplicação, e entendê-la faz parte da interpretação e compreensão do texto (GADAMER, 1989, p. 86).

A metodologia trazida pela *Estética da Recepção* é a mudança de foco na percepção de uma dada obra. O leitor é o centro da dinâmica interpretativa. Desta forma, a leitura não é só subjetiva e pessoal, ela ocorre dentro de um contexto social. Por meio de sinais visíveis e invisíveis, traços familiares e indicações, a obra predispõe o público a recebê-la de uma forma ou de outra (JAUSS, 1994, p. 28). Ou seja, longe de ser um mecanismo completamente individual, a leitura é compreendida como fazendo parte de certo meio social, que abre certos códigos linguísticos, mas fecha outros. A formação de jovens como Harrington, as escolas que frequentou e os grupos com os quais teve contato não são determinantes, mas disponibilizam certo vocabulário

que permite ler os clássicos de acordo com as expectativas de seu momento histórico.

Ou seja, se, por um lado, ele é formado por esse contexto intelectual, por outro, constrói sobre o passado e o presente uma forma de olhar singular. Isso nos permite entender por que certas obras fazem parte do *Panteon* e outras não, e por quais motivos Thomas Hobbes tornou-se tão reconhecido em detrimento de pessoas instigantes como James Harrington²⁰. Além disso, nos permite perceber porque quando se volta à Antiguidade algumas obras são adotadas e outras não, quais autores perpassam nas citações, na medida em que tornam relevantes certa forma de pensar em detrimento de outras. O passado é recortado pela janela do presente e é como se o presente escolhesse onde essa janela ficará, nos permitindo ver recortes do que foi de acordo com a forma como observamos o pretérito.

É constante, como veremos, o uso dos romanos como modelos de república e de governo sadio. Por outro lado, o período monárquico ou imperial quase não é utilizado. A escolha certamente não se dá pela falta de informação, mas pelo uso que se pretende ter do passado. Não é toda a história de Roma que interessa, mas a que se encaixa em determinada visão de mundo, em um contexto específico. O passado, dessa forma, é um recorte, pensado e desejado pelo presente. Ele dialoga com o presente, o reflete e até o incorpora a ponto de transformar-se em uma amalgama perfeita.

Como afirma Hans Robert Jauss (1989), é necessário entender a releitura e a volta aos clássicos, não como a busca de repostas atemporais, mas como necessidades daquele momento, marcado pela recusa do anterior, no caso, a Idade Média. Essa volta aos antigos, no entanto, esconde muitas vezes o pressuposto da seleção e eleição destas obras que se consagram pela tradição. As obras elegidas para leitura por Harrington e seus contemporâneos não foram somente os que chegaram até o século XVII, mas aqueles que, de um modo ou outro, vinham em direção aos questionamentos dos que se apropriavam deles. Esses textos se tornariam leitura obrigatória na formação intelectual da elite inglesa. Da mesma forma que o

²⁰ Creio que poderíamos ter muitos argumentos para demonstrar a relevância de Thomas Hobbes como clássico: seu arcabouço teórico, sua teoria filosófica e científica, etc. No entanto, o que torna certas obras singulares tem a ver com as perguntas que fazemos em nosso tempo. Por isso, aliás, há autores que frequentemente voltam ao cume de vendas, saciando não questões “atemporais”, mas ligadas a determinado momento histórico. Harrington, por exemplo, sempre voltou “à tona” quando o republicanismo esteve em pauta.

contexto em que se encontra o autor é formado pelo passado, a visão sobre o pretérito é, por sua vez, formada pelo horizonte do presente (HAYNES, 2006, p. 47). Harrington e seus contemporâneos formam sua utilização dos Antigos, mas também são formados pela leitura desses.

Na leitura, esta seleção pode não nos parecer clara, mas o texto pertenceu a uma rede de interligações, perguntas-respostas e debates. Ela, no entanto, perde-se quando chega até nós, já que, com olhares contemporâneos, não conseguimos examinar ângulos que já não são visíveis com a passagem do tempo. A tradição elimina, simplifica e abrevia elementos heterogêneos. Textos que inicialmente disputavam campos podem passar como homogêneos e concordantes (JAUSS, 1989, p. 244).

Existem em textos literários descrições de personagens que são preenchidos pela imaginação do leitor, já que são indeterminados pelo próprio texto. Esses detalhes, chamados de *concretização* pela *Estética da Recepção*, colocados num contexto mais geral, são completados de diferentes formas por cada pessoa que se apropria da obra. No entanto, o lugar social onde se lê certa obra nos aponta o caminho por onde preencheremos as lacunas, numa reconstrução do próprio texto. Isso é relevante quando nos debruçamos em contextos como o Renascimento, que preencherá os “espaços vazios” de acordo com as expectativas do presente, já que muitas vezes esses lugares de indeterminação se referem a elementos que fazem parte da historicidade do leitor, reatualizando a própria obra.

Cada texto é constituído por enunciados, frases que vão desenrolando certo sentido e entendimento na mente do leitor. Entre o horizonte esperado pelo leitor e o que o texto desenvolve, há um campo de tensão que pode acabar em frustração, no caso de não corresponder ao que o leitor espera, ou de empolgação, quando este satisfaz ou supera as expectativas. Conforme a apropriação vai ocorrendo, possibilidades são abertas e fechadas num fluxo contínuo. No entanto, mesmo que o texto supra as expectativas do leitor, na visão de Wolfgang Iser (1989, p. 154), ele sempre excede toda realização individual de leitura. Tendo uma estrutura temporal própria, cada leitura será também irrepetível, mesmo quando feita pela segunda vez.

Em 1993, Charles Martindale escreveu o que ele mesmo chamaria posteriormente de manifesto pela adoção da *Estética da Recepção* na historiografia. Desde então,

segundo ele, tem crescido o número de trabalhos que atuam sobre essa visão. Anualmente, por exemplo, ocorre a conferência da Associação Filosófica Americana nos Estados Unidos, que tem como metodologia a *Estética da Recepção*. A principal transformação na historiografia seria, de acordo com o professor, a mudança na visão dos clássicos, que deixariam de ser percebidos como fixos e imutáveis (MARTINDALE, 2006). Não haveria como lê-los puros, já que são sempre renováveis a partir do presente. Os textos estão sempre relacionados um ao outro, e não pode existir Antiguidade sem Modernidade. A leitura é sempre uma introdução a um mosaico de vozes e um processo de produção, recepção e apropriação.

Hans Ulrich Gumbrecht pode ser citado como exemplo quanto ao uso da *Estética da Recepção* como método de análise de textos pragmáticos, ou seja, fontes historiográficas. Com o objetivo de fazer uma pesquisa de base, o professor alemão analisa textos parlamentares que foram usados durante a “fase do terror” na Revolução Francesa em seu livro *As Funções da Retórica Parlamentar na Revolução Francesa*. Segundo ele, a recepção de um texto e seu resultado não é algo simples de verificar, já que mesmo quando é feito em cima de entrevistas, há sempre motivações que são inconscientes para aquele que foi convencido por certo discurso ou texto: “os motivos não nascem só das intenções, mas das sínteses das necessidades e avaliações de suas possibilidades de realização com vistas a expectativas específicas em relação às ações e ao comportamento de outros” (GUMBRECHT, 2003, p. 41). O professor alemão une a Retórica, a Pragmática Linguística e a Estética da Recepção na busca do entendimento dos discursos parlamentares e seus efeitos no clima efervescente da França revolucionária.

Assim, partindo das reflexões da Estética da Recepção e da Nova Retórica, analiso *Oceana* procurando compreender sua forma de argumentação e seus objetivos a partir da relação entre o mundo antigo e seu momento contemporâneo. Meu objetivo é compreender o texto de James Harrington como resposta a certo meio, mas também como agente que é criado como forma de convencimento e de persuasão. Sendo a vida política formada não pela verdade ou falsidade, mas pelo verossímil e acreditável, podemos afirmar que sua obra é, acima de tudo, uma manifestação política.

Essa manifestação, por sua vez, pretende ser usada como base na construção de um novo mundo, o *Oceana*, que, como veremos, é perfeito, é sólido e tem boas bases.

Para demonstrar isso, seus recursos são inúmeros, partindo do uso dos antigos ao diálogo com Maquiavel que tanto admira e tem como referência na modernidade. Entre antigos e modernos, seu texto constrói uma relação de continuação e afirmação que apresenta a república como o melhor tipo de governo e mais estável.

3. Construção dos Capítulos

A relação entre o passado e o presente de James Harrington é uma constante em seu texto. É esse entendimento que permeia sua compreensão de história, do passado inglês e do próprio futuro. Como o antigo e o novo estão interligados, compreender o passado dos hebreus e o dos gregos e romanos é útil para o Estado inglês e traz paz para a nação. Se as bases estiverem firmes, é possível garantir que não existirá guerra ou rebelião passível de desestruturar a política. Dessa forma, na divisão dos capítulos, parti dessa relação para pensar a construção do conceito de república em *Oceana*.

No primeiro capítulo, partindo da relação entre passado e presente, procuro apresentar como estão constituídas as bases do governo em *Oceana*. O Estado tem raízes no passado, por meio dos modelos vindos dos hebreus, gregos e romanos e do presente do pensador através de Veneza. Para ele, parece claro que os princípios necessários ao Estado já se manifestaram em outros governos, constituindo-se em leis que, se seguidas, mantêm a paz permanentemente.

No segundo, apresento a relação entre o texto de Harrington, as obras clássicas lidas no período e autores que discutiram temas que eram caros a ele. Dessa forma, é possível perceber os diálogos travados por sua obra, as questões que procura responder e as problemáticas com que dialoga. Como veremos, a liberdade é o princípio que embasa os que debatem com o pensador, fundamentando conceitos como república, governo misto e o modelo da Antiguidade. Três autores são principalmente analisados na conjunção de um campo de debates para nosso pensador: Jonh Milton, Algernon Sidney e Marchamont Nedham.

Já no terceiro capítulo, a análise se baseia nos alicerces conceituais vindos da Antiguidade para o republicanismo de Harrington. Entre a Modernidade e a Antiguidade, o jogo retórico do autor se propõe a demonstrar o quanto seu modelo de

governo é sólido e tem bases que vão além de seu momento. Três autores são tratados com mais detalhe para essa empreitada: Aristóteles, Políbio e Cícero. Por meio dessas bases, o autor defende sua forma de pensar e como seria possível construir um governo estável e duradouro que não teria os problemas vividos por ele na Inglaterra Moderna.

No quarto e último capítulo, apresento a forma como Maquiavel está presente no *Oceana* de Harrington. Entre antigos e modernos, a intenção é demonstrar como a prudência moderna se apresenta para o autor. Os conceitos de virtude e fortuna são analisados, assim como a relação entre o corpo humano e o político, demonstrando a forma como o físico e o político estão presentes para Harrington e seus contemporâneos. A contraposição entre conceitos é essencial nas estratégias persuasivas do autor, sendo vital na definição da relação entre vício e virtude e razão e paixão, heranças de Maquiavel que Harrington irá manter em sua obra.

4. Notas quanto à tradução e edições

As traduções dos textos de Harrington são minhas, feitas a partir da edição de John Toland, de 1771. Utilizo também, para cotejar, a versão em espanhol de 1996, editada pelo Fundo de Cultura do México. Há termos que tiveram sua grafia alterada no decorrer dos anos, isso pode causar certo estranhamento em comparação ao contemporâneo.

Quando uso o termo “república”, como veremos, em geral, se refere a “comomonwealth”. Sabemos que seu significado é mais amplo que isso, já que no inglês, assim como no latim, ele se refere à “coisa pública”, “bem público”, etc. Lembrando que, até o século XII, o termo “república” ainda não apresentava todas as referências que tem hoje, por faltarem, inclusive, exemplos permanentes de governos republicanos que não fossem pequenas cidades. No entanto, Harrington usa o termo tanto para se referir a Israel como aos gregos, romanos e até ao governo de Veneza. Seu objetivo claramente era mostrar como havia certa linha continua que unia antigos e modernos na formação do Estado.

Em geral me refiro à república com letra minúscula por entender que embora um conceito importante, sozinha ela não designa um fato específico. Quando isso ocorrer, como em República Inglesa, as iniciais serão maiúsculas.

I. O passado e o presente na escrita do *Oceana*

James Harrington não tem como preocupação definir ou esclarecer o que entende como história. Podemos verificar isso em seus textos, que não almejam narrar determinado acontecimento, mas definir, de forma embasada, como seria uma república perfeita, capaz de permanecer ao longo do tempo, sem riscos de distensões internas. Para isso, ele recorre aos antigos, ao texto bíblico e a seus colegas republicanos, procurando fundamentar seu pensamento, a partir do que faz sentido em sua reflexão e do que imagina ser essencial para prováveis leitores.

Assim, na medida em que discorre sobre como seria estabelecido *Oceana*, como forma de poder e de direitos constituídos, o autor faz sua fundamentação por meio de comparações com outros sistemas contemporâneos ou modelos vindos da Antiguidade. Para ele, exemplos do passado clássico servem para demonstrar erros e acertos na forma de governar.

As comparações com o passado são uma constante em seu texto, embora não seja seu objetivo aprofundar-se no sentido etimológico da história ou demonstrar qual a base conceitual no uso que faz da escrita historiográfica. Entre passado e presente, não só inglês, mas também relacionado aos lugares que visitou em suas viagens, Harrington desenvolve seu entendimento sobre a relação entre a história e o seu momento.

Para ele, parece claro que o passado ensina pelo elencar dos fatos. A narrativa sobre o passado, o rememorar dos acontecimentos, distantes ou próximos, tinha como eixo um conhecimento que não se perdia com o tempo, mas tornava-se claro e era luz para a compreensão do mundo contemporâneo. Ao longo do texto, o autor caminha constantemente entre passado e presente, mostrando a interligação entre os acontecimentos. A história como ensino é clara para Harrington, demonstrando o caminho certo num mundo tumultuado.

Obviamente, como pretendo demonstrar ao longo do capítulo, na concepção da *Magistra Vitae*, endossada por James Harrington, não é todo acontecimento que é relevante, digno de ser lembrado, mas aquele que é útil, que serve para o ensino

contemporâneo e para a base da constituição política. Como o homem era passageiro e facilmente esquecido, para a história deveria ir o que era digno de menção e não passível de esquecimento. O imortal, o permanente e o memorável eram eixos da narrativa que faziam a relação entre passado e presente ser completa de sentido.

O objetivo desse capítulo é compreender a relação que James Harrington faz entre passado e presente, chave para a compreensão do conceito de república em sua obra. O constante reportar ao passado para demonstrar como é o governo ideal de *Oceana* é parte constituinte de sua argumentação e, embora seja um traço comum em sua época, marcada pelo Renascimento, adquire contornos diferentes na apresentação de um texto que não pretende ser um tratado filosófico, mas bases para a montagem de um governo.

Para isso, dividirei o capítulo em três partes principais. Na primeira, discuto os conceitos de passado e presente no texto de Harrington. Partindo da definição de Koselleck de conceitos assimétricos, procuro demonstrar como eles dão sentido ao seu texto, definindo certa visão sobre para que serve a história e quais “leis” governam o sentido do passado. Posteriormente, discuto o conceito de *Magistra Vitae*, que inspira o texto do pensador e fundamenta sua relação com o passado, na medida em que via a história como repertório de exemplos que inspiram o seu presente. Na última parte, procuro apresentar como James Harrington entende os ciclos históricos que, de acordo com ele, definem e dão entendimento à narrativa passada.

1. Passado e presente como modo de leitura retórica

Passado e presente são conceitos assimétricos que andam juntos na compreensão teórica e na dimensão histórica. Quando um dos conceitos é mencionado, o outro está subentendido, já que não há como ter passado sem presente. São os conceitos assimétricos usados por Reinhart Koselleck (2006), que, ao mesmo tempo em que são contrapostos, caminham juntos no entendimento, por vezes, de toda humanidade.

Obviamente, a relação entre os dois não é sempre clara e unívoca, já que engloba visões teóricas e metodológicas sobre como ocorre o processo histórico. Se o

passado é percebido como algo a ser superado, ele serve apenas para deleite intelectual ou entendimento do presente. No entanto, se ele é ensino, compreensão de fatos e atitudes que podem se repetir por fazerem parte da natureza humana, seu estudo é útil à vida política e não deve ser negligenciado.

Para James Harrington, que passeia constantemente entre passado e presente, a relação entre o passado antigo e o mundo criado no *Oceana* é clara, pois, em sua concepção, o humano é o mesmo, demonstrando que é possível aprender com o passado, principalmente no âmbito político. O passado é como se fosse uma espécie de coletânea de exemplos, das quais podemos tirar ensinamentos para o presente e para o futuro almejado, já que na narrativa, como veremos, não há algo de extraordinariamente novo que não tenha correspondência no passado.

Um exemplo disso é quando aponta o motivo de *Oceana* ser tão louvável e inigualável diante de outras nações: assim como em Roma, os proprietários também são os guerreiros que, por lutarem por suas terras, tem mais força e coragem diante do inimigo²¹. Como veremos, esse é um exemplo típico de argumento usado pelo autor, que pretende demonstrar, pelo uso do passado, o modo como o presente deve ser.

Esse constante paralelismo fortalece seus argumentos e demonstra a interligação entre o que vive e o passado antigo. *Oceana* e Veneza, exemplos de governos para Harrington, estão na mesma linha de interpretação e reflexão que a história do povo hebreu, dos atenienses ou dos romanos. Erros antigos são os mesmos no seu mundo, e acertos na vida política antiga podem ser também acertos na Inglaterra moderna.

No desenvolvimento de sua argumentação, o autor faz essa relação sem justificar o uso do passado ou a causa de relacionar momentos tão diferentes historicamente. Para ele, parece óbvio que a conexão entre os dois tempos é clara, como se as

²¹ Se referindo à *Oceana*, na questão de, como Roma, os soldados serem os donos das terras: “But the tillage bringing up a good soldiery, brings up a good commonwealth [...] for where the owner of the plow coms to have the sword too, the will use it in defence of his own [...] And the genius of this nation has ever had som resemblance with that of antient Italy, which was wholly addicted to commonwealths, and where Rome came to make the greatest account of her rustic tribes[...].” (HARRINGTON, *Oceana*, Preliminar). “Mas o preparo trazendo um bom solado, traz uma boa comunidade [...] pois onde o proprietário do arado vem a ter a espada também, a necessidade o faz utiliza-la em defesa dos seus[...] E o gênio deste nação já teve certa semelhança com a antiga Itália, que era completamente devota às (suas) comunidades e onde Roma veio a registrar o maior número de suas tribos rústicas[...]”.

estruturas políticas se repetissem, marcas de uma natureza humana que permanece na passagem do tempo. Passado e presente têm, dessa forma, relacionamento constante, sendo que o primeiro ilumina e dá entendimento ao segundo.

Segundo Koselleck (2006, p. 210), tais pares de conceitos unem experiências e expectativas políticas, já que carregam certa visão sobre o passado, sobre o presente e sobre o próprio futuro. A antítese²² tem estruturas próprias que convergem na criação de um passado que é como o espelho do presente ou vice-versa. Nessa conjunção, o passado é ao mesmo tempo distante e próximo, pois se, por um lado, ele é antigo e afastado temporalmente, por outro, é repetível em sua forma estrutural.

Ou seja, se o presente também é resultado do passado, olhamos para o que aconteceu com as janelas do momento atual, posicionadas segundo nossos desejos de direção e entendimento. A relação é múltipla e se inter-relaciona mutuamente, permitindo que os dois tempos históricos sejam compreendidos como tendo a mesma direção e compreensão.

Perelman (2005, p. 468) chama essa ligação entre pares contrários de “dissociação das noções”, elementos que são associados, mas em sua relação são separados. Essas elaborações entre pares conceituais permeiam muitas conjunturas que fazem parte da tradição cultural dominante (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 477). Exemplo disso são o par *aparência e realidade*, que transmitem ideias que são incompatíveis. Assim, enquanto as aparências podem opor-se, o real é coerente, mesmo que o primeiro não possa existir sem o segundo. A aparência não é a manifestação do real, mesmo estando associada ao próprio real. Considerando o termo I como “aparência”, e o II como “realidade”, afirma Perelman:

O termo I corresponde ao aparente, ao que se apresenta em primeiro lugar, ao atual, ao imediato, ao que é conhecido diretamente. O termo II, na medida em que se distingue dele, só é compreendido em relação ao termo I, visando eliminar as incompatibilidades que podem surgir entre aspectos deste último. O termo II fornece um critério, uma norma que permite distinguir o que é válido do

²² Sobre construções que formam antíteses, escreve Perelman: “[...] Construções como essas que acabamos de descrever formam o que se chamou de *paradoxismo*, antítese formulada por meio de uma aliança de palavras que parecem excluir-se mutuamente, ou a figura que Vico chama de oximoro “negar de uma coisa que ela seja o que é”. Encontramo-las também com muita frequência no *poliptoto*, uso da mesma palavra em suas várias formas gramaticais, na *anti-metátese* ou *antimetábole*”, repetição em duas frases sucessivas das mesmas palavras numa relação inversa, às vezes confundida com comutação” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 504) [grifos no original].

que não é, entre os aspectos do termo I[...] (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 473).

Usando esse mesmo entendimento, compreendemos que o passado nasce do presente, de sua representação sobre si mesmo e da forma como se imagina. É como se o passado fosse a aparência do real demonstrada por Perelman e Tyteca, mostrando uma imagem que não corresponde à realidade. Nesse caso, essencialmente, há uma valorização do real em detrimento à aparência, que seria falsa, ilusória. Em nossa reflexão, contudo, o passado não é necessariamente falso, mas é um espelho do presente ao mesmo tempo em que o presente procura se construir a partir do que imagina ser o mundo anterior.

Como entender esse passado que, ao mesmo tempo, é distante e próximo? A resposta de nosso autor e de boa parte de seus contemporâneos será sem reflexão sobre nossa “natural” distância dos acontecimentos. As discussões contemporâneas sobre a impossibilidade de alcançar o passado em sua plenitude não são pensadas pelo autor e seus contemporâneos. Os fatos sobre o passado são claros – e até mais que os do presente – e demonstram as possibilidades e as impossibilidades do presente. Se Veneza é próxima, se o governo pode ser comparado com *Oceana*, Israel também pode e deve, pois os exemplos ultrapassam a barreira temporal e permitem, poderíamos afirmar, compreender o próprio ser humano.

É importante destacar que Harrington não usa os termos “passado e presente” em seu texto. Seu objetivo é apresentar para os leitores como é *Oceana*, essa terra onde há república em seu sentido pleno, onde as leis funcionam perfeitamente e não há problemas de lutas pelo poder, porque há rodízio de cargos. Entretanto, em toda obra há a constante relação entre acontecimentos passados que servem como justificativa para o modo de vida implantado em *Oceana*. Seus modelos principais são os judeus, utilizando-se do relato bíblico, os gregos e os romanos, quando, sem citar diretamente, recorrendo à diversos autores.

Essa inter-relação não é só um acessório em sua argumentação, ela é o princípio sobre o qual o pensador estabelece seu raciocínio. Ela dá entendimento e lógica a sua compreensão sobre política, já que se apresenta como prova de que sua forma de governo é mais perfeita e racional. As menções em sua narrativa são extensas e vão formando elos de sentido conforme ele vai estabelecendo a melhor forma de república

para a Inglaterra de seu tempo.

O presente, para o pensador, não rompe com o passado ao estilo da Revolução Francesa, para criar algo novo. Pelo contrário, seu modelo se inspira o tempo todo na constituição de modelos antigos e nas formas como eram dirigidos e governados. Para ele, as definições de governo pertenciam a duas partes: a dos princípios do governo geral, por meio dos antigos, e de Oceana. Diferentemente de outros autores que apresenta²³, os princípios de sua ideia de governo geral estão nos antigos, já a moderna prudência é tratada através de *Oceana*, inspirado em Maquiavel.

Como veremos ao longo dessa pesquisa, Harrington não está sozinho em sua forma de pensar. As mudanças trazidas pelas transformações na Europa Moderna transformam as perguntas que os modernos fazem ao passado. K. G. A. Pocock (2003 (b)), historiador britânico, chama a Era Moderna de “Machiavellin Moment”, isso se deve ao papel central de Maquiavel na busca de sentido às transformações que chegam à Europa em tempos modernos. Florença e Veneza, nesse contexto, tem papel central, ao mesmo tempo em que há a busca nos antigos modelos de governo e sabedoria na política. O momento maquiaveliano seria, para o historiador, a busca de sentido para muitos pensadores diante de mudanças que transformaram os parâmetros tradicionais de pensamento e das ideias. Harrington, diante disso, é um dos pensadores principais, pois se torna essencial na defesa de um governo republicano frente à crença na monarquia como única capaz de garantir a estabilidade e a paz social.

Jonathan Scott (1997, p. 139) afirma que o pensamento republicano nesse momento aparece como um prisma, como uma possibilidade, não uma certeza, fazendo de seus autores audazes e ambiciosos. Assim, embora o número de republicanos seja pequeno, eles conseguiram influenciar uma centena de pensadores e governos posteriores, sendo que Harrington é, dentro da Inglaterra, o primeiro humanista cívico, maquiaveliano, inspirado nas ideias e formas de pensar dos republicanos clássicos. No entanto, ao mesmo tempo, ele é um pensador fora do classicismo predominante na Inglaterra, que, mesmo tendo nos clássicos seu início, os transforma segundo sua convicção (SCOTT, 1997, 146).

²³ Como irei demonstrar, seu texto costuma discutir com vários autores direta e indiretamente.

Importante salientar que, para Harrington, é claro que os princípios de governo, delineados pelos antigos, principalmente Aristóteles, continuam valendo no mundo moderno. Seriam inalteráveis historicamente, não sujeitos ao contexto de sua escrita? Para o autor, a resposta parece ser sim, já que, tal como a Bíblia, os ensinamentos ultrapassam o momento de sua produção, definindo as possíveis formas de governo: monarquia como de um homem somente, aristocracia como sendo de alguns e democracia como de todos²⁴. As corrupções desses modelos, tais como os apresentados pelo filósofo grego, são a tirania, a oligarquia e a anarquia:

[...]portanto, assim como a razão e a paixão são duas coisas, então o governo pela razão é uma coisa, e a corrupção do governo pela paixão é outra coisa, mas nem sempre é outro governo: como um corpo que está vivo é uma coisa, e um corpo que está morto é outra coisa, mas nem sempre é outra criatura, a corrupção de um passa a ser geração de outro. A corrupção da monarquia é chamada tirania; a da aristocracia, oligarquia; a da democracia, anarquia. Mas tendo encontrado esses três governos como nada na melhor das hipóteses, legisladores inventaram um outro governo que consistia na mistura dos três, o que é nada menos que bom.²⁵

O uso da mesma linha de argumentação do filósofo grego salta aos olhos, demonstrando a construção do pensamento político com raízes clássicas. Para o pensador, não havia, como já mencionei, a distinção entre pensamentos herdados da Antiguidade e o seu mundo contemporâneo, já que uma natureza humana, que unia os homens, era capaz de dar soluções e entendimentos semelhantes para realidades que estejam relacionadas.

Para Aristóteles, o governo é um exercício de magistratura, assim, quando um governo detém a autoridade na cidade, esse governo é a própria lei (Política III, VI, 1). Para o filósofo grego, todas as formas de governo podem ser válidas, contanto que

²⁴ “Government, according to the antients [...] is of three kinds; the government of one man, or the better sort, or the whole people: which by their more learn’d names are call’d monarchy, aristocracy and democracy” (HARRINGTON, Oceana, Preliminar).

²⁵ “[...] Wherefore as reason and passion are two things, so government by reason is one thing, and the corruption of the government by passion is another thing, but not always another government: as a body that is alive is one thing, and a body that is dead is another thing, but not always another creature, the corruption of one coms at length to be generation of another. The corruption then of monarchy is call’d tyranny; that aristocracy, oligarchy; and that of democracy, anarchy. But legislators having found these three governments at the best to be naught, have invented another consisting of a mixture of them all, which only is good.” (HARRINGTON, Oceana, Preliminar).

atendam ao bem comum. No entanto, quando isso não ocorre, são formas de despotismo. Ele amplia, como Harrington fará também – diferentemente de muitos de seus contemporâneos, como Hobbes – as formas possíveis de governo, traçando todas como justas, contanto que visem o bem comum. Contudo, mesmo as formas clássicas poderiam ser desviadas, ocasionando o mal para a sociedade, já que não desejariam mais o bem de todos, mas apenas de uma parcela social. De acordo com Bobbio (1997, p. 55), Aristóteles formulou sua teoria usando dois critérios: quem governa e como governa, ou seja, como já mencionado, se eram destinadas ao bem comum da sociedade ou atendiam somente as demandas dos próprios governantes:

Nós chamamos comumente de realeza aquelas monarquias que objetivam o interesse geral, e aristocracia o governo de um pequeno grupo, e não de apenas uma pessoa, seja porque são os melhores no poder, seja porque governam com o objetivo de fazer o melhor pela cidade e seus membros; quando a massa governa a cidade tendo em vista o interesse geral, nós damos a esse governo o nome de politéia, que é comum a todas as constituições; [...] As derivações que correspondem às constituições enumeradas são a tirania, desvio da realeza, a oligarquia, da aristocracia, e a democracia, da politéia [...](Política, III, VII, 3-5).

Embora Harrington entenda que há diferença entre antigos e modernos, a base estrutural através da qual os governos se estabelecem continua sendo a mesma. Em sua argumentação, as analogias são constantes e não necessitam de justificativa, deixando claro que, para ele, a natureza humana é a mesma através do tempo. Harrington vai demonstrando a forma como o governo de Oceana se constitui fazendo analogias com a Antiguidade, tanto dos hebreus como dos gregos e romanos.

O par “passado e presente”, no que diz respeito ao pensador, não apresenta diferenças pela superioridade de um em relação ao outro, são simétricos no sentido, embora assimétricos na relação um com outro, já que um é o inverso do outro. No entanto, é o presente que dá sentido ao passado, transformando-o para que dele se retire os ensinamentos necessários ao bem comum.

I. 2. A história que ensina

A história como lista de exemplos que serve ao agir político ainda é atualmente ponto de aglutinação e de entendimento quando se pensa a narrativa. Qual seria o sentido de estudar história? Qual seu objetivo e por que financiá-la? Aprender com o passado continua sendo a justificativa em muitos casos, já que, por meio do exemplo, poderíamos aprender com os erros, não mais repeti-los, na crença subjacente de um eterno aperfeiçoamento dos próprios seres humanos ao longo do tempo.

No ambiente brasileiro, frequentemente nos utilizamos da história como modo de ensinar as próximas gerações sobre o perigo do fim da democracia e da entrada na ditadura. Não à toa, vive-se uma contínua ênfase na memória e em seu papel como narrativa confiável que pode ilustrar o que pode ocorrer. Através das testemunhas que vivenciaram o ocorrido torna-se necessário lembrar o que aconteceu, para que nunca mais volte a ocorrer.

Em termos de conjuntura, mesmo que hoje o tempo progressivo (Revolução Francesa), o linear (cristianismo) e o repetitivo (antigo) sejam atualmente questionados na historiografia, no senso comum a ideia de que os acontecimentos se repetem em sua estrutura parece plausível. Se não fosse assim, não haveria sentido em trazer à memória acontecimentos limítrofes, o ideal seria esquecê-los, trazendo à lembrança o crescimento das sociedades e mesmo as transformações sociais. Se lembramos do que temos medo que se repita é porque o sentido da *magistral vitae* talvez seja, ainda hoje, o que dá mais sentido à história, mesmo com todos os questionamentos que essa forma de narrativa histórica já viveu ao longo do tempo.

Para James Harrington, que era leitor dos antigos e da Bíblia, era inquestionável o papel do conhecimento histórico como exemplo. Sua forma de pensar a própria constituição do estado se baseia em conhecimentos vindos do passado antigo e da narrativa bíblica sobre os hebreus, demonstrando que a função do conhecimento histórico era ensinar o presente e o próprio futuro sobre o que deveria ser evitado e o que se aplica na construção de uma república de paz e estabilidade.

Obviamente essa dimensão histórica não se restringe à mera narração exemplar do que ocorreu; o que se busca são leis conjunturais – permanentes – que permitam

entender o que já passou e como evitar os mesmos erros no futuro. Para Cícero, orador romano, por exemplo, tão importante quanto os fatos são as formas de relato, já que elas permitem obter entendimento do que está escrito, trazendo para a história um sentido que ultrapassa seu contexto momentâneo:

[...] mas a própria construção repousa nos fatos e nas palavras: a inteligência dos fatos requer a ordem dos tempos e da descrição dos lugares. Pede também, já que em fatos importantes e dignos de memória e espera que haja primeiras deliberações, depois execução e em seguida resultados, que sobre as deliberações seja indicada qual é aquela que o autor aprova; sobre os feitos, que se declare não só o que se fez ou se disse, mas também de que modo; e, quando se fala que se devem ao acaso, à sabedoria ou à temeridade - e não se fale só dos feitos dos próprios homens, mas, com relações aos que se distinguem pela reputação e pelo nome, também da vida e do caráter de cada um [...] (Do Orador, II, 62) [grifos meus].

Nesse sentido, o papel do historiador é essencial, pois ele é quem dá sentido ao passado, construindo a narração do que vai servir para ensinar o presente e às próximas gerações. A história deveria ensinar as virtudes, o bom agir politicamente, mostrando o que pela sua importância deve ser lembrado constantemente. Para Harrington, assim como era para Cícero, o passado nos delegava exemplos que não desapareciam com o tempo, mas que serviam como norte para a prática política da Inglaterra Moderna.

Embora o pensador inglês não seja historiador e nem se imagine como tal, em seu discurso político, como vimos, a narrativa do passado está sempre presente, dando inteligibilidade ao seu texto e fortalecendo seus argumentos. Os eventos passados são lidos e compreendidos à luz dos problemas ingleses

Nesse sentido, é importante destacar que narrar história ou mesmo, no caso de Harrington, estabelecer as diretrizes de um governo, é um ato político. Mesmo que a participação do pensador não seja no Parlamento ou mesmo no governo de Cromwell, o sentido de sua obra é de intervenção no espaço político e de orientação sobre as possibilidades em seu contexto. Seu texto pretendia alcançar um público que dividia com ele angústias e questionamentos sobre o melhor para a vida política, assim, através do uso da Bíblia e de exemplos da Antiguidade, o autor também pretendia convencer e se fazer ouvir.

Entender a narrativa histórica como política, por sua vez, não é novidade, já que, mesmo na Antiguidade, narrar a história é entendida como ato político. Um exemplo disso é Caio Salústio Crispo, pertencente a uma família de senadores que havia se aliado a César. No entanto, após a morte deste, deixou a política para se dedicar à carreira de historiador. Diante daqueles que poderiam criticá-lo por transformar seu “negócio” em “ócio”, ressaltou o valor que a memória dos ancestrais traria, referindo-se às imagens dos ancestrais (máscaras modeladas à semelhança dos defuntos) expostos na casa da família e levadas por ocasião dos funerais de um membro ilustre: “[...] Sem dúvida, aquela cera e argila não têm em si tanta força, mas a memória dos fatos passados faz crescer essa flama no peito dos homens excepcionais, não se apaziguando antes de sua virtude ter igualado sua reputação e sua glória [...]” (*Guerra de Jugurta*, IV, 6). De acordo com ele, a história como instrução favoreceria ainda mais a república do que sua vida política ativa anterior, já que ele poderia orientar as novas gerações de políticos sobre o bem, fazendo com que os próximos magistrados fossem pessoas melhores:

[...] E creio eu que haverá quem, porque decidi viver longe da vida pública, dará a meu trabalho, tão importante e útil, o nome de inatividade, sem dúvida os que crêem que a maior atividade é cortejar a plebe e buscar seus favores com banquetes. Ora se eles se lembrarem de que espécies de homens, no tempo em que exerci magistraturas, não foram capazes de atingir o mesmo, bem como, posteriormente, de que tipo de gente penetrou no senado, pensarão certamente que foi com razão, mais que por preguiça, que meu estado de espírito mudou e que a República lucrará mais com meu ócio que com os negócios dos outros [...]” (*Guerra de Jugurta*, IV, 4).

O que deveria ser narrado era o destacado, o que reluzia por si, o que era digno de memória e o que fugia do rotineiro, o que, em outras palavras, deveria ser imortalizado. Como afirma Salústio, tão – ou até mais – importante que os feitos dos grandes homens era aquele que narrava o acontecimento, já que, sem ele, não haveria como conhecer a própria história. Lembrar o que já era grande por si só, mas que poderia ser esquecido, era o trabalho da historiografia. Era importante ser fiel e salientar o que, por sua grandiosidade, deveria ser lembrado pelas gerações futuras.

Só a natureza é imortal, nossos atos são tão transitórios e efêmeros quanto nossa existência. A humanidade, enquanto parte do mundo natural, é eterna – sendo, assim, incluída na categoria do *ser-para-sempre* - no entanto, as ações individuais são

contaminadas, se não narradas, pelo mal da mortalidade juvenil. Se não lembrados, os atos heroicos são rapidamente esquecidos. O que devia ser narrado não era o comum, o “mortal”, mas o extraordinário, o que, por sua monumentalidade, era digno de menção (ARENDDT, 2000, p. 72). Enquanto o movimento histórico estaria ligado à vida biológica, com início, meio e fim, a história, enquanto narrativa, devia ater-se ao que era grande “por si” e faria recordar o que já era glorioso. A tarefa do historiador seria, portanto, fazer lembrar os feitos memoráveis de homens virtuosos que deviam servir de exemplo às gerações posteriores.

[...] Imortalidade é o que a natureza possui sem esforço e sem assistência de ninguém, e imortalidade é, pois, o que os mortais precisam tentar alcançar se desejam sobreviver ao mundo em que nasceram [...]. A conexão entre história e natureza, pois, de maneira nenhuma é uma oposição. A história acolhe em sua memória aqueles mortais que, através de feitos e palavras, se provaram dignos de natureza, e sua fama eterna significa que eles, em pese sua mortalidade, podem comparecer na companhia de coisas que duram para sempre (ARENDDT, 2000, p. 78) [grifos meus].

A história, segundo Hannah Arendt, servia ao engrandecimento do que por sua própria natureza se destacava do cotidiano, do mortal. Era o que não era tocado pela efemeridade da vida e a mortalidade que nos conduz todos ao mesmo local. Na companhia das coisas que duram para sempre, a *Magistra Vitae* nos ensinaria e nos livraria de problemas que tiveram nossos antepassados.

Para pensadores como James Harrington está claro que a história produz leis invariáveis que servem para guiar o agir político contemporâneo. Nesse sentido, podemos afirmar que a natureza é a mesma ao longo do tempo e os acontecimentos estruturais se repetem durante os séculos. Bastaria, por meio da experiência, conhecer o passado e entendê-lo para que se percebesse as necessidades presentes na constituição de um estado e na manutenção da estabilidade.

No prefácio de sua obra, Harrington afirma que, após intensa observação de governos anteriores, conseguiu produzir a compreensão da natureza e base dos governos. Ou seja, da observação da história seria possível se retirar ensinamentos que produziriam leis que guiariam o agir político no decorrer do tempo. Mais que o elencar dos fatos como elementos que simplesmente fortalecem sua opinião, a história poderia trazer leis e um sentido que pode ser compreendido como correto no decorrer

dos tempos.

Passado, presente e futuro faziam parte de um ciclo que não terminava, mas que se repetia, dando sentido ao agir humano. De acordo com Koselleck (2006, p. 46), os negócios jurídicos dependiam de deduções históricas que estavam associadas a uma natureza humana que não se modificava, mas que tendia à repetição. Passado e futuro estariam ligados numa unidade épica e teatral:

No espaço delimitado pelos principados europeus, com seus corpos estatais e ordens estamentais, o papel magistral da história era ao mesmo tempo garantia e sintoma da continuidade que encerrava em si, ao mesmo tempo, passado e futuro (KOSELLECK, 2006, p. 46).

Podemos afirmar que Harrington entende dessa forma a narrativa histórica, como ensinamento para o presente e guia para o futuro. Ela seria capaz de estabelecer leis para o funcionamento do estado pelo observar dos fatos e pela sabedoria decorrida do próprio aprendizado. Assim, por meio disso, poderia se estabelecer um caminho claro em direção a um estado estável e de paz. Esse é seu argumento maior na descrição de *Oceana*. O país se tornou perfeito pelo que compreendeu dos que o antecederam e se tornou exemplar por aprender com a história. O país é perfeito, as pessoas têm paz e tudo se dá de forma perfeita por ser conduzido à luz da história de leis infalíveis.

Oceana é saudada pelo panegirista desta maneira; Oh abençoado e mais afortunado de todos os países, *Oceana*! Quão merecidamente a natureza te dotou de benefícios do céu e da terra? Sua terra sempre frutífera e não encerrada por gelo, não dissolvida pela estrela em fúria dos perpétuos gêmeos Ceres e Baco. Teus bosques não são abrigo de bestas devoradoras, nem teu contínuo verdor espreitado por serpentes, mas o alimento de inumeráveis rebanhos apresentam seu pastoreio²⁶ [...]

Oceana é um reino perfeito, onde os problemas são inexistentes e a natureza reflete a bondade que cerca o reino. É importante destacar que há inclusive uma conotação bíblica em seu texto, como uma terra perfeita. Como um exímio leitor do Livro Sagrado, dificilmente tal relação foi colocada ao acaso em seu texto. Certamente

²⁶ [...] *Oceana* is saluted by the Panegyrist after this manner; O the most blest and fortunate of all countrys, *Oceana*! How deservedly has Nature with the bountys of heaven and earth indu'd thee? Thy ever-fruitful womb not clos'd with ice, not dissolv'd by the raging star where Ceres and Bacchus are perpetual twins. Thy woods are not the harbor of devouring beats, nor thy continual verdure the ambush of serpents, but the food of innumerable herds and flocks presenting thee their shepherdess [...](HARRINGTON, *Oceana*, Introdução).

as leis da história configuraram a perfeição descrita:

Não edificarão para que outros habitem; não plantarão para que outros comam; porque os dias do meu povo serão como os dias da árvore, e os meus eleitos gozarão das obras das suas mãos[...] O lobo e o cordeiro se apascentarão juntos, e o leão comerá palha como o boi; e pó será a comida da serpente. Não farão mal nem dano algum em todo o meu santo monte, diz o Senhor (Isaias 65: 22-24) [grifos meus].

Tal como o reino descrito na Bíblia, *Oceana* vive em paz, pois, podemos afirmar, aprendeu com a história e fez de suas leis o caminho para um reino de abundância natural e política. A relação com a natureza está em perfeita sintonia com os arranjos políticos, tais como estão descritos no Livro Sagrado. Assim como no reino dos céus, haverá uma relação perfeita e pacífica no reino político correlata à paz e à abundância dada pela natureza. É como se a natureza refletisse o que ocorre no reino político, o que está na linha da história mestra da vida, que concebe a história como sendo parte da natureza (ARENDDT, 2000).

É importante destacar que o pensador não faz narrativas históricas ou tem como pretensão delinear o papel do conhecimento histórico. O passado aparece em seu texto de forma análoga ao que entende como sendo o centro do estado. Os Antigos surgem como catálogos de memória que servem a diferentes funções, dependendo de como são colocados na argumentação. Quem aprende com o passado é mais sábio e, por isso, quem compreende o que ocorreu toma melhores decisões e pode assim conceber qual a melhor forma de governo, por intermédio do aprendizado advindo da história. Aliás, para ele, é importante observar seu próprio momento e dele tirar conclusões. Foi assim que fizeram os grandes pensadores, reconhecidos por ele como sábios, que entenderam e pensaram sobre seu próprio momento, criando conhecimentos que ultrapassaram sua época:

[...]de Aristóteles e de Cícero, dos gregos e dos romanos, que viveram sob estados populares, cujo diretos foram tirados não dos princípios da natureza, mas transcritos em seus livros a partir da prática em suas próprias comunidades, como gramáticos descrevem as regras da linguagem dos poetas. Que é como dissessem ao famoso Harvey que ele transcreveu a circulação do sangue não dos princípios da natureza, mas da anatomia deste ou daquele corpo ²⁷

²⁷[...] of Aristotle and of Cicero, of the Greeks, and of the Romans, who lived under popular States, that

Da mesma forma que os grandes pensadores da Antiguidade aprenderam através do que observavam em seu contexto político, pensando sobre o que viam, delineando caminhos e demonstrando leis universais, Harrington destrincha *Oceana*, mostrando como sua forma de governo é a mais correta e mais duradoura que se pode criar. Aqui podemos perceber a forma como o pensador compreende o conhecimento histórico. Diferente de Thomas Hobbes, que pretendia criar uma Ciência Civil semelhante às Ciências Naturais, Harrington em nenhum momento afirma que pretende apresentar uma Ciência Civil²⁸ ou histórica, embora sua metodologia de análise seja muito semelhante a empreendida por Hobbes. Ele também se utiliza da observação e da análise das situações para criar leis que serviriam como norte para a constituição de um estado perfeito.

Por sua vez, a observação não se refere só ao seu mundo ideal, *Oceana*, mas ao conhecimento que se adquiriu a partir da história antiga, além daquele de Veneza, que seria, como veremos, um modelo em seu momento. Desta forma, Harrington, por meio da observação e análise que faz do que ocorreu com estados antigos, delineia as leis da história que regem a organização estatal e demonstram que sua forma de pensar e entender é a mais correta e mais eficaz. Os caminhos para isso são contundentes e repetitivos ao longo da obra, permitindo que o leitor seja persuadido por seus argumentos na medida em que percebe que, pelos exemplos apresentados por ele, o que ele crê como regra se fez presente. A Bíblia é citada como exemplo, tendo os hebreus, como já mencionado, como modelo de governo dado pelo próprio Deus:

Deus, para Harrington e muitos dos que dividiam com ele seu contexto, não está desligado da história, ele norteia os acontecimentos, dirige, tem seu grupo favorito e luta a política que seus fiéis vivem. Os princípios de governo do pensador são dados por Deus e se provaram funcionais na República de Israel, e por isso devem ser

they derived those rights, not from the principles of nature, but transcribed them into their books out of the practice of their own commonwealths, as grammarians describe the rules of language out of poets. Which is as if a man should tell famous Harvey that he transcribed his circulation of the blood, not out of the principles of nature, but out of the anatomy of this or that body” (HARRINGTON, *Oceana*, Preliminar)[grifos meus].

²⁸ Ciência civil foi o que Hobbes procurou construir em suas obras, demonstrando a necessária submissão dos homens ao soberano. Todo seu estudo tem como propósito construir essa ciência que devia permanecer ao longo do tempo.

seguidos e repetidos.

Podemos afirmar, inclusive, que essa concepção de história, para nosso autor, tem uma linha transcendente, que pressupõe uma natureza humana que é imutável. Aliás, esse é o pressuposto dessa definição de história e do próprio sentido de citar intensamente o passado em seu relato. Ele tem valor porque é repetível, como as estrelas são, como a natureza o é e como o homem o é. Assim, se pela observação seria possível ter acesso à ciência, pelo estudo do passado se conheceria a previsibilidade da própria política. Interligados, passado e presente formam uma unidade que pode ser aprendida por meio da reflexão sobre os fatos ocorridos, dando sentido à linha da história e certeza sobre os passos no presente e no futuro.

1.2.1 Passado e presente em linguagem bíblica

Harrington não faz diferença entre os antigos, aqui entendidos como os gregos e romanos e os hebreus, tirando, nesse contexto, exemplo de narrativas bíblicas. Elas também pertencem a esse mundo, o passado, que serve de inspiração para o presente, mas não só isso, já que elas possibilitam a constante comparação entre modelos contemporâneos e passados.

Como veremos, os personagens bíblicos são tão reais como os ingleses, servindo para mostrar os caminhos possíveis e passíveis de serem evitados pelos que compartilhavam com ele o momento histórico. Lá, no Livro Sagrado, era possível buscar as respostas para os momentos conturbados da política.

É importante salientar o papel que a Bíblia tem em seu texto, por vezes mais presente que os próprios gregos e romanos. O primeiro exemplo de governo foi constituído pelo próprio Deus, através dos hebreus, que, pela forma como foi estabelecido, tinha estabilidade e harmonia. As recorrências aos textos bíblicos demonstram um conhecimento profundo sobre o livro e a história de Israel, sendo, para ele, o primeiro exemplo de governo bem-sucedido.

No caso de Israel, o autor apela constantemente a Deus, que seria o autor das diretrizes desse governo. Foi ele quem estabeleceu as leis, a forma de Estado e permitiu que, posteriormente, os hebreus pudessem escolher um rei para si. Harrington

passeia pela Bíblia, principalmente pelo Antigo Testamento, apresentando exemplos para sua própria narrativa, como diretrizes estabelecidas pela própria divindade como normas eternas de estabilidade e segurança para o governo:

Agora eu tenho com razão transcrito esses princípios fora da natureza de uma comunidade, eu apelarei para Deus e para o mundo - a Deus no tecido da comunidade de Israel, e para o mundo na série universal de prudência antiga. Mas em relação a mesma comunidade, será aberta em geral no Conselho dos legisladores, falarei delas brevemente, começando por Israel. A comunidade de Israel consistia do Senado, do povo, e da magistratura²⁹

No ponto destacado, fica claro que Harrington se utilizará do argumento divino todas as vezes que falar de Israel. Seu próprio modelo de governo se estabelece a partir da observação dos hebreus e, através dele, propõe argumentos segundo o que pensa ser o correto no plano celeste também. Assim, em Israel, o povo, que está presente em sua divisão de poder, é dividido em tribos e tem poder de decisão dado pelo próprio Deus. As leis eram, desta forma, sancionadas pelo povo e seriam dadas pela divindade. Segundo ele, Israel rejeitou o próprio Deus quando pediu um rei sobre eles. Ou seja, o poder popular é representativo e respeitável pela divindade.

É importante destacar que, tanto no caso grego e romano como no modelo hebreu, eram os homens que optavam pela forma de governo e pelas leis, que deviam servir ao bem comum. Assim, embora o argumento divino seja persuasivo e o autor se utilize dele constantemente, ele foge das ideias dos defensores do direito divino, já que vê o governo essencialmente como escolha humana. Além disso, a divisão do poder em três esferas, como aparece em Israel, está presente nos outros modelos dos quais Harrington se utiliza, como a *pólis* e a *civitas*.

Podemos entender que na escrita de Harrington existe uma hierarquia, que vai dos hebreus em direção aos gregos e romanos. O primeiro governo firme e estável foi em Israel, depois passando por Atenas e pela Roma Antiga, vindo a se esfacelar pela invasão bárbara. Para estabelecer esta linha, o autor afirma que foi o próprio Deus que

²⁹ Now whether I have rightly transcribed these principles of a commonwealth out of nature, I shall appeal to God and to the world -- to God in the fabric of the Commonwealth of Israel, and to the world in the universal series of ancient prudence. But in regard the same commonwealths will be opened at large in the Council of legislators, I shall touch them for the present but slightly, beginning with that of Israel. The Commonwealth of Israel consisted of the Senate, the people, and the magistracy (HARRINGTON, *OCEANA*, Preliminar) [grifos meus].

assim estabeleceu, deixando diretrizes gerais de como seria o governo ideal.

A questão do passado como próximo e totalmente compreensível pode ser ainda mais facilmente verificável quando analisamos as menções bíblicas em seu texto. Elas, assim como aquelas referentes aos antigos, não são separadas do presente, apresentam modelos claros de um governo estruturado pela divindade e, por isso, não passível de erros. Ele se utiliza desse argumento para mostrar tanto a divisão dos poderes como o poder dado ao povo, elemento que dificilmente apareceria como exemplo em outras narrativas.

Desta forma, assim como o povo de Israel tinha poder de rejeitar as leis dadas pelo próprio Deus, o povo em geral devia ter esse poder, garantindo um governo sadio. O modelo dos hebreus mostrava que essa era a forma ideal de governo, reiterada pela própria divindade. Com citação de versículos e preferência pelo Antigo Testamento, o autor usa a história de antigo Israel como modelo para a sua:

[...]Eles não te rejeitaram, mas eles rejeitaram a mim, que eu não reine sobre eles". Mas rejeitá-lo para que Ele não reinasse sobre eles, um magistrado civil foi quem o depôs. O poder que as pessoas tinham de depor até o próprio Deus, pois ele era magistrado civil, deixa pouca dúvida de que eles tinham poder de ter rejeitado qualquer uma dessas leis confirmadas por eles mesmo ao longo da Escritura[...]³⁰

A citação se refere à passagem em que Israel pede a Deus um rei, diante do profeta Samuel. Deus os alerta que, se pedissem, teriam um rei para custear gastos altos e que a autoridade os castigaria e os maltrataria³¹. O povo, no entanto, continua pedindo, pois querem ser como as outras nações, que tem reis e são grandiosas.

³⁰ “[...] They have not rejected thee, but they have rejected me that I should not reign over them.” But to reject him that he should not reign over them, was as civil magistrate to depose him. The power therefore which the people had to depose even God himself as he was civil magistrate, leaves little doubt but that they had power to have rejected any of those laws confirmed by them throughout the Scripture [...] [HARRINGTON, Oceana, Preliminar] [grifos meus].

³¹ Deus, por intermédio de Samuel, entregou a seguinte mensagem na tentativa de alertar os israelitas: “[...] Tomará [o rei] vossas filhas para perfumistas, cozinheiras e padeiras. Tomará o melhor dos vossos campos, e das vossas vinhas, e dos vossos olivais, e dá-los-á aos seus servos. Dizimará as vossas sementes e as vossas vinhas, para dar aos seus eunucos e aos seus servos. Também tomará os vossos servos e as vossas servas, e os vossos melhores mancebos, e os vossos jumentos, e os empregará no seu trabalho. Dizimará também os vossos rebanhos; e vós sereis seus servos. Naquele dia vos lamentareis por causa do vosso rei, que vós mesmos escolhesteis; e Jeová não vos responderá naquele dia. Mas o povo não quis escutar a voz de Samuel; e disseram: Não; mas queremos ter um rei sobre nós, para que sejamos também como todas as nações. O nosso rei nos julgará, marchará à nossa frente e pelejará as nossas batalhas” (I Samuel 8: 13-20).

Diante da tristeza do profeta Samuel, Deus afirma que não era ele que os hebreus rejeitavam, mas a Ele: “Disse Jeová a Samuel: Ouve a voz do povo em tudo o que eles te dizem; pois não é a ti que eles rejeitaram, mas a mim, para eu não reinar sobre eles” (1 Samuel 8:7).

De acordo com Harrington, a força que o povo tinha para destituir o próprio Deus como magistrado civil, deixa poucas dúvidas sobre ser ele o árbitro de leis confirmadas por intermédio das escrituras. Essas, por sua vez, se dividiriam em duas, as que fizeram com o povo na terra de Moabe³² e as que fizeram na terra de Horebe³³.

Suas menções ao texto sagrado fundamentam seu pensamento e dão sentido ao que ele pensa como sendo o melhor para o governo constituído. Assim, do mesmo modo que toda nação foi reunida de forma militar em Israel, os proprietários deviam ser os governantes, por estarem lutando por algo que lhes pertence, não como os mercenários:

A igreja ou congregação do povo de Israel foi reunida de forma militar e teve como resultado a república, ou o poder de confirmar todas as suas leis, embora propostas pelo próprio Deus; assim como aquelas que o fizeram rei e aquelas que o recusaram ou depuseram como magistrado civil, e elegeram Saul. É manifesto que não dá exemplos a um legislador em um governo popular tais como negar ou evadir o poder de um povo[...]³⁴

³² Moabe é o nome histórico de uma faixa de terra montanhosa onde atualmente seria a Jordânia, ao longo da margem oriental do Mar Morto. Pertencia ao Reino dos moabitas que, segundo a Bíblia, teria vindo do filho de Ló com sua filha. Elas teriam dado vinho ao pai e tendo relações sexuais com ele conceberam dois filhos, Moabe, origem do povo moabita e Bem-Ami, patriarca do povo de Amom. “[...] E conceberam as duas filhas de Ló de seu pai. E a primogênita deu à luz a um filho, e chamou-lhe Moabe; este é o pai dos moabitas até os dias de hoje. E a menor também deu à luz a um filho, e chamou-lhe Bem-Ami; este é o pai dos filhos de Amom até os dias de hoje”. (Gênesis 19:36-38). Horebe aparece na Bíblia como monte sagrado, alguns se referem a ele como Sinai. Foi ali que Moisés viu a sarça ardente: “[...] E apascentava Moisés o rebanho de Jetro, seu sogro, sacerdote em Midiã; e levou o rebanho atrás do deserto, e chegou ao monte de Deus, a Horebe”. Êxodo 3:1. Além disso, seria de lá que saíam águas para os israelitas no deserto: “[...] Eis que eu estarei ali diante de ti sobre a rocha, e dela sairão águas e o povo beberá. E Moisés assim o fez, diante dos olhos dos anciãos de Israel” (Êxodo 17:6). Também foi onde receberam a lei e que construíram o bezerro de ouro (Êxodo 33:6).

³³ “O poder, portanto, que as pessoas tinham de depor, mesmo o próprio Deus, já que ele era magistrado civil, deixa pouca dúvida de que eles tinham poder de ter rejeitado qualquer uma dessas leis confirmadas por eles em toda a Escritura, que, para omitir as várias parcelas, são geralmente contido sob duas cabeças: as que foram feitas por pacto com o povo na terra de Moab, e as que foram feitas por pacto com o povo, em Horebe; quais dois, eu penso, valorizou a todo o corpo das leis israelitas”. No original: “The power therefore which the people had to depose even God himself as he was civil magistrate, leaves little doubt but that they had power to have rejected any of those laws confirmed by them throughout the Scripture, which, to omit the several parcels, are generally contained under two heads: those that were made by covenant with the people in the land of Moab, and those which were made by covenant with the people in Horeb; which two, I think, amount to the whole body of the Israelitish laws” (HARRINGTON, Oceana, Preliminar).

³⁴The church or congregation of the people of Israel assembled in a military manner, and had the result of the commonwealth, or the power of confirming all their laws, though proposed even by God himself; as

Desta forma, assim como o povo de Israel tinha poder de rejeitar as leis dadas pelo próprio Deus, o povo em geral devia ter esse poder, garantindo um governo sadio. O modelo dos hebreus mostrava que esse era a forma ideal de governo, reiterada pela própria divindade. Com citação de versículos e preferência pelo Antigo Testamento, o autor usa a história de Israel antigo como modelo para a sua.

Esse poder dado ao povo como equilíbrio é, no mínimo, curioso em Harrington, pois, para Hobbes, por exemplo, o povo é facilmente manipulável, sendo necessário o soberano ou alguém de sua confiança para ensiná-los o caminho correto³⁵. Para Harrington, no entanto, o povo é o ponto de equilíbrio e de bem-estar de uma república, sendo necessário ouvi-lo dentro da lógica de divisão de poderes. É importante lembrar que povo, para ele, não seria toda a população, como pensamos atualmente, mas os donos de terra, já que em sua forma de governo deveriam estar à frente do poder os que tivessem propriedade.

No caso da Inglaterra, devido à divisão de terras, muitos seriam proprietários, fazendo com que muitos tivessem poder político. São os donos das terras que devem guerrear e que são também uma espécie de bússola para o governo republicano. Esse ponto é importante de se destacar, pois refere-se à relação entre a cidadania e a guerra. Um dos princípios de Harrington é que todo guerreiro deve ser um proprietário. Isso está em seu modelo e estava presente em *Oceana*, demonstrado por uma lei clara que estabelece os princípios de organização do estado. No livro de Juízes é citada a seguinte referência quanto ao exército de Israel: “E os principais de todo o povo, de todas as tribos de Israel, se apresentaram na congregação do povo de Deus; quatrocentos mil homens de pé que tiravam a espada”. Juízes 20:2. Do mesmo modo que toda nação foi reunida de forma militar em Israel, os proprietários deviam ser quem governa, por estarem lutando por algo que lhes pertence, não como os mercenários.

where they make him king, and where they reject or depose him as civil magistrate, and elect Saul. It is manifest that he gives no such example to a legislator in a popular government as to deny or evade the power of the people [...] (HARRINGTON, *Oceana*, Preliminar).

³⁵Para Hobbes, o caminho para a estabilidade política era se ensinar ao povo o caminho do justo e do injusto, pois ele não sabia naturalmente o melhor caminho a seguir: “Por que não se pode ensinar aos homens o seu dever, isto é, a ciência do justo e do injusto, igualmente como se ensinam diversas outras ciências, a partir de princípios verdadeiros e demonstração evidente; e muito mais facilmente do que qualquer um desses pregadores e fidalgos democratas consegue ensinar religião e traição”(HOBBS, *Behemoth*, Diálogo I).

A igreja ou congregação do povo de Israel, foi reunida de forma militar e teve como resultado a república ou o poder de confirmar que todas as suas leis, embora proposto mesmo pelo próprio Deus; como aquela em que o fizeram rei e onde e aquelas em que o recusaram ou depuseram como magistrado, elegendo Saul. É manifesto que nos deu exemplo de legislador em um governo popular [...]³⁶

Essa relação entre a Bíblia e os princípios do governo, para Harrington, são claras e permanecem no contexto inglês, demonstrando as regras explícitas para a paz. Embora ele não pretenda estabelecer uma ciência civil, como Hobbes, em seu pensamento há o estabelecimento de leis de estado que, quando preservadas, permitem a estabilidade da nação. O reino de *Oceana* é perfeito por causa disso: cria e mantém princípios que são universais.

A compreensão da política através de padrões bíblicos não torna, no entanto, Harrington exclusivo, pelo contrário, seu discurso está em constante relação com outros desse momento, que traduzem o que pensam em linguagem religiosa. Embora o pensador, em comparação a Thomas Hobbes, não se utilize, por exemplo, da mesma quantidade de versículos e referências bíblicas, o ambiente vivido por ele é também de discursos bíblicos. De acordo com Christopher Hill (2003), a Inglaterra, nesse momento, discute com base na Bíblia, no Parlamento ou em bares onde os habitantes de reúnem à noite. Não é sem razão que a base através da qual se fundamenta o governo de *Oceana* seja também religiosa, fazendo de seu discurso e sua demonstração política um veículo capaz de convencer seus contemporâneos.

As idas e vindas em direção aos ensinamentos bíblicos são recorrentes em Harrington; entretanto, ele se diferencia de muitos dos que liam o mesmo texto em seu momento. Enquanto os realistas defendiam o direito divino dos reis e Hobbes demonstrava que pelo Livro Sagrado se devia entregar todo poder ao soberano³⁷, o

³⁶ The church or congregation of the people of Israel assembled in a military manner, and had the result of the commonwealth, or the power of confirming all their laws, though proposed even by God himself; as where they make him king, and where they reject or depose him as civil magistrate, and elect Saul. It is manifest that he gives no such example to a legislator in a popular government as to deny or evade the power of the people [...] (HARRINGTON, *Oceana*, Preliminar).

³⁷ Thomas Hobbes acreditava que, pela leitura do Livro Sagrado e das passagens corretas, os homens aprenderiam que devem sempre obedecer às escrituras para seu bem e para o bem estar do Estado: “[...] E não partilho de vossa opinião, de que seja inútil ou talvez pernicioso ter as Escrituras traduzidas para o inglês. Há tantas passagens das Escrituras fáceis de compreender e que ensinam quer a verdadeira fé, quer a boa moralidade (e isso de maneira tão completa quanto e necessária para a

pensador entendia que república já existia como base em Israel pelo poder que era dado ao povo de decidir o que era melhor para si.

Obviamente, o autor não está sozinho em seu raciocínio, o ambiente da Reforma e a Revolução Cultural que ela trouxe, incentivando a leitura de camadas que até então não tinham essa cultura, modificou a forma de ler a Bíblia. Ela era, nesse momento, o ponto de convergência, a direção de onde todos os discursos saiam e para onde eles iam; ela era a justificativa dos monarquistas, dos partidários do Parlamento e dos próprios republicanos, como Harrington:

Na Inglaterra do século XVII, um século de revolução e guerra civil, todos os partidos recorriam ao apoio da Bíblia. Caçadores de heréticos como Thomas Edwards e Ephraim Pagitt assinalaram as semelhanças entre as heresias de sua época e dos primórdios da igreja [...] Os radicais do século XVII afirmavam que suas ideias provinham da Bíblia. E eles estavam certos. Todas as heresias tinham suas origens na Bíblia, porque ela mesma é uma compilação [...] (HILL, 2003, p. 26).

A Bíblia teria estado presente até na formação do nacionalismo inglês e na afirmação da língua inglesa numa sociedade em que, durante o período normando, predominou o francês (HILL, 2003, p. 28). Ela é disseminada após a invenção da imprensa e passa a influenciar no uso da língua inglesa. Diferentemente do texto católico, o Livro Sagrado protestante passou a ser domínio de praticamente toda população, fazendo com que cada um a lesse à sua maneira.

Para Harrington e seus contemporâneos, a Bíblia não era somente um linguajar religioso que escondia interesses econômicos e políticos. O vocabulário bíblico era a formatação através da qual os personagens faziam suas reivindicações, reflexões e lutas na política. Mais do que a referência aos antigos – restrita a um público mais letrado e elitizado – a Bíblia ultrapassava as barreiras sociais, já que os iletrados podiam ouvi-la e discuti-la pelos cultos de que tomavam parte. Harrington, em seu texto, não diferencia as duas formas de argumentação, já que ambas servem ao fim de reafirmar o seu argumento.

Obviamente, o pensador não fala sozinho, mas dialoga com um público que,

salvação), que nenhum sedutor é capaz de desapossá-las do espírito de um leitor comum; além disso, sua leitura é tão proveitosa, que a proibir provocaria grande dano a este e à república” (HOBBS, Behemoth, Diálogo I, p. 93).

vivendo a Reforma, o uso da imprensa e as transformações sociais, conceitualiza tudo o que vive em linguagem bíblica. Para o pesquisador e estudioso do período, é necessário ter um olhar cuidadoso e atencioso, já que a Bíblia era conhecida de tal forma pelo público alvo que as referências já carregavam certo significado sem precisar de muita explicação por parte do orador. Radicais monarquistas e fervorosos defensores do direito divino debatiam em linguagem religiosa. O que significava comparar Carlos I ao rei Roboão, que quebrou o reino, ou ao rei Saul, que foi rejeitado por Deus? De acordo com Hill (2003, p. 23), a tradução da Bíblia teria estimulado muitos a aprender a ler, já que os presbiterianos costumavam enfatizar a importância da leitura individual. Histórias bíblicas, capítulos e versículos poderiam ser citados sem referência para um público que podia facilmente encontrar e perceber seu significado, mesmo que ele seja sutil aos nossos olhos.

Essa era a linguagem mais comum nesse momento, algo em torno do que todos convergiam e discutiam, e a partir do qual se entendia o mundo. As questões para eles não eram se esse ou outro versículo ou determinada história era verossímil, mas qual o melhor uso dessa narrativa. As leituras eram diferentes, as interpretações e aplicações também, mas o texto permanecia sendo o mesmo. Por isso, entre os autores do período, as referências se multiplicam, pois era através delas que entendiam a si mesmos, o passado e o próprio presente.

Sendo assim, não se fazia necessário lembrar a importância da leitura da Bíblia, assim como entre nós, historiadores, não é preciso salientar a leitura da fonte na pesquisa, é tão óbvio e claro que defender tal argumento não se faz necessário, é um lugar comum a partir do qual nos enxergamos e nos entendemos. É o auditório da Inglaterra do século XVII, nas palavras de Perelman:

[...] Cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões dominantes, por convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar; tais convicções fazem parte da sua cultura e todo orador que quer persuadir um auditório particular tem que se adaptar a ele. Por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de tal maneira que é, em larga medida, desses próprios discursos que nos julgamos autorizados a tirar alguma informação a respeito das civilizações passadas (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 23).

Hill demonstra em sua obra (2003) a forma como os ingleses se apropriavam do

texto bíblico. Assim como nosso autor fazia com os antigos e com os próprios hebreus, o inglês mais simples não lia os textos bíblicos como distantes e aplicados a um momento do qual não tinha conhecimento. Pelo contrário, para eles, os profetas faziam profecias para seu momento e admoestavam as suas circunstâncias. Seus alertas não eram para outro local, deslocado no tempo e no espaço, mas faziam referência ao seu momento político:

[...] Talvez o exemplo mais típico tenha sido o de Arive Evans, um galês que nos conta que antes que chegasse em Londres, em 1629, “Eu olhava as Escrituras como se elas fossem uma história de coisas corridas em outros países, que diziam respeito a outras pessoas, mas agora eu pude vê-las como um mistério a ser decidido neste momento, que também nos pertence”. Segundo ele, os livros VIII e XI do Apocalipse nos dão indicações da Guerra Civil Inglesa, enquanto Amós VIII e IX descreve como tudo devia acontecer depois do Parlamento Longo, inclusive a divisão entre presbiterianos e independentes [...] (HILL, 2003, p. 61).

Os ingleses viviam tempos de transformação e, na ausência de referências que os permitissem perceber e entender seu momento, recorriam ao texto bíblico e aos Antigos, com certa predominância do primeiro. As histórias bíblicas eram lidas através do olhar moderno inglês e tinham sentido na medida em que eram compreendidas por meio da prática política e social inglesa.

Os ingleses tiveram de enfrentar situações revolucionárias inesperadas, durante os anos 1640 e 1650, sem nenhuma orientação teórica, como a que Rousseau e Marx deram a seus sucessores franceses e russos, e sem a experiência de acontecimentos anteriores que pudessem ser chamados de revolução. Eles tiveram de improvisar. A Bíblia em inglês foi o livro ao qual naturalmente voltaram-se em busca de orientação. Era a Palavra de Deus, cuja autoridade ninguém podia rejeitar. E era o maior patrimônio da nação inglesa protestante (HILL, 2003, p. 29).

O conhecimento bíblico era, podemos afirmar, extremamente democrático, já que, após a Reforma, a maioria dos ingleses possuía uma Bíblia em sua casa. Hill (2003) afirma, inclusive, que muitos aprenderam a ler para ter acesso aos textos bíblicos. Desta forma, havia também formas diferentes de interpretações e de visões sobre um mesmo versículo ou trecho específico. Sem teóricos que respondessem aos seus problemas ou os significassem em outra linguagem, o Livro Sagrado dava aos ingleses uma referência de pensamento, reflexão e modo de perceber o mundo.

Entre o uso dos antigos e o conhecimento bíblico, Harrington procura mostrar que sua forma de governo é a mais racional e a que está historicamente comprovada como correta. Como podemos perceber, essa relação não é aleatória, mas está relacionada ao público que o autor imagina ter, assim como as conexões e entendimentos que tem, graças aos seus estudos, viagens e reflexões.

É difícil estabelecer até que ponto Harrington realmente acredita no que preconiza, sendo então um cristão convicto, ou se utiliza esses argumentos para convencer seus interlocutores sobre sua forma de governo. É possível que as duas respostas sejam corretas. Para aqueles que viveram a Reforma e suas consequências em território inglês, a linguagem e o entendimento do mundo eram bíblicos, sendo difícil dissociar crença de meros artifícios da argumentação, já que, por vezes, narrativas bíblicas parecem inspirar sua própria forma de ver o mundo e entender o que está ao seu redor.

O modelo de Israel teria sido base para a formação da República de Oceana, demonstrando sua efetividade histórica no passado. Essa ligação, por sua vez, não se restringe às narrativas bíblicas, mas demonstra uma união no agir humano e na formação de Estados que, mesmo com a passagem do tempo, se mostram plausíveis e efetiváveis. Assim, entre o passado antigo e o mundo inglês da Era Moderna não há diferenças de estruturas, mas soluções semelhantes para o desafio de manter o governo em paz ao longo do tempo. Nesse sentido, mais do que observar as comparações que o autor faz, pretendo demonstrar como essa correspondência ocorre no entendimento da história pelo pensador, pois compreendo-a como um processo que pode se repetir nas estruturas e que nos ensina o que nossas ações e decisões podem resultar para o futuro do Estado.

1.3 O passado e o presente na escrita de Oceana

É preciso salientar que *Oceana* é o fechamento das reflexões de pensador, após ter escrito vários textos analíticos sobre a política e seu entendimento. Segundo uma brincadeira que se dizia à época da publicação de seu livro, Oliver Cromwell perguntou como seria uma república. Em resposta, Harrington teria enviado o livro, um modelo de

governo republicano, baseado, principalmente, em concepções vindas da Antiguidade.

Entretanto, mesmo baseado na linguagem comum da época, ou seja, no uso da Antiguidade e da Bíblia, seu texto não foi tão bem recebido em contexto inglês. Ele delineava um caminho diferente de outros que entendiam que a solução para os problemas nacionais passava pela monarquia. Harrington foi duramente criticado por muitos, já que suas ideias faziam mais sentido posteriormente.

Segundo seu biógrafo, a publicação do livro encontrou muita dificuldade, especialmente por aqueles que estavam sob o governo de Cromwell, já que ele demonstrava que o governo ideal era o do bem comum, não o da espada. Para ele, a nação estava em estado de anarquia e a memória do antigo rei era deturpada (Harrington foi amigo pessoal de Carlos I). Seu objetivo era buscar um modelo que visasse paz e tranquilidade. Assim, sua doutrina era luz, um caminho que todos deviam seguir em direção à paz. Seus exemplos, como vimos, eram a Roma Antiga, os gregos, hebreus e, contemporaneamente, Veneza, o modelo principal de sua época.

Nesse aspecto, há um ponto importante a se salientar, já que Veneza, seu exemplo contemporâneo, está junto com os antigos como modelo. Ela não se diferencia por estar no presente do autor, mas entra junto em suas análises, dentro de perfeita relação e conexão entre presente e passado, o que dá sentido à sua forma de governo.

O passado na escrita de *Oceana* é como se fosse um espelho através do qual o pensador procura ver seu próprio tempo, esquadriñar suas estruturas e se apropriar do sentido da própria história. Ela não é progressiva, como se pensará depois da Revolução Francesa, mas repete acontecimentos com personagens diferentes e em lugares diversos. A prudência nos ensina a aprender com a história e nos mostra erros e acertos dos que viveram antes de nós.

Oceana foi levado de um lado para outro, sem conseguir editora que o publicasse. Todos diziam não para seu texto, até que ele apelou para a filha de Oliver Cromwell, que tinha fama de ser amável e solícita com todos que se chegavam a ela. Ele assegurou-lhe que não era traição em relação a seu pai, mas que mostrava as bases de um bom governo.

Entretanto, talvez nenhum discurso fosse tão ameaçador para o governo de Cromwell, já que demonstrava o perigo que havia em haver só um legislador,

antecipando, de certo modo, a visão de Montesquieu de divisão dos poderes. Seu texto apresenta modelos de governo que foram mudados e instituídos para que não houvesse um só governante. Segundo sua opinião, os centralizadores, como Júlio César, sempre serão lembrados como exemplos de ingratidão e traição, da mesma forma que bons legisladores, como Licurgo³⁸, são lembrados como exemplos a se seguir.

O livro consiste em preliminares, divididas em duas partes, o conselho de legisladores e a República de *Oceana*. Em cada uma dessas divisões internas, Harrington tece argumentos no sentido de mostrar seu exemplo de governo, demonstrando porque esse é o melhor modelo de Estado. A prudência antiga é por ele analisada em suas peculiaridades, a fim de trazer luz ao presente de sua narrativa, demonstrando o sentido do governo imaginado por ele.

Entre passado e presente, Harrington faz um rol dos legisladores, antigos e modernos, na tentativa de mostrar modelos de sucesso e as causas que fizeram deles exemplos para *Oceana*. O governo imaginado é mostrado passo a passo em sua relação com o mundo Antigo. A sabedoria antiga sobre a forma de governar devia guiar o presente e poderia muito ensinar aos seus contemporâneos.

1.3.1 Ilustração e exemplo no passado e presente em Oceana

A forma de argumentação de Harrington, para usar os conceitos de Perelman (2005), vai do exemplo à ilustração, podendo também estabelecer analogia. O uso das três formas depende do objetivo do autor e do momento em que é colocado em seu texto, mostrando sempre a conjunção dos fatores e inter-relação entre o mundo vivido por ele e o passado antigo. Para aqueles que liam Harrington e seus contemporâneos, a analogia com os antigos não precisava de muita justificativa, já que era claro o papel deles como exemplos a guiar o passo dos que buscavam a virtude na vida pública.

³⁸ Figura lendária dentro da Antiga Esparta, teria sido o fundador da maior parte das instituições políticas e militares de Esparta, fazendo desta cidade-estado um modelo único entre as cidades da antiga Grécia. Segundo Heródoto, teria vivido no século VIII a. C. e pertencia a uma das estirpes que se revezavam no poder. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Licurgos.html>>. Acesso em 22/05/2016.

Como mencionei, no caso do uso da Bíblia, citar os antigos era o elo comum que estabelecia a convergência na escrita e no entendimento do mundo moderno. Mesmo que os sentidos possam ser diferentes, assim como o significado de determinado fenômeno, era a partir desses conhecimentos que se pensava, refletia, discutia e se estabelecia as leis do governo civil.

O mundo moderno tem nos antigos, principalmente gregos e romanos, mas também hebreus, seus pontos de referências. Conhecidos entre os estudiosos, os autores clássicos eram debatidos e incorporados nos discursos e no que se imaginava como sendo o melhor politicamente. Assim como no mundo acadêmico citamos autores sem justificar seu uso, por ser parte da linguagem que nos identifica como pesquisadores, para o mundo inglês moderno fazia parte a menção a esses conhecimentos. Entretanto, mesmo nesse contexto, é importante lembrar que cada autor se apropriará dele de uma forma específica, dando inteligibilidade ao que era lido, aplicando esses conceitos e conhecimentos à sua própria escrita.

Naturalmente, não existe somente uma forma de ler e perceber a referência aos Antigos em textos como os de Harrington. Em muitos casos, podemos interpretar a referência aos Antigos como argumentos de autoridade ou mesmo como narrativas com objetivo de criar presença de certa ideia (PERELMAN e TYTECA, 2005). No entanto, no caso do pensador, poucas vezes os autores são citados, com exceção de Hobbes e Maquiavel. Na maioria dos casos, somente a ideia é referenciada, não sendo apresentada a fonte original. Dessa forma, compreendo que para os possíveis leitores de Harrington tais leituras estavam tão presentes no imaginário político – sendo parte do vocabulário comum – que não era necessária a referência direta.

Os argumentos de Harrington caminham tranquila e continuamente entre o antigo e o momento que ele vive. É lá, na sabedoria do passado, que ele buscava explicação e ensinamento para seu próprio tempo, fazendo com que sua república de *Oceana* fizesse sentido não só para ele, mas para seus leitores também, já que era necessário mostrar a relevância de um governo republicano num país que vivia uma monarquia. No entanto, é importante salientar que toda leitura é orientada pelo olhar do leitor, sendo interpretada de acordo com as expectativas e imagens que esse tem em mente. Sendo assim, se o pensador pode ter obtido nos autores Antigos inspiração para a criação de seu modelo de governo, ele também usa de argumentos que são

recorrentes em seu tempo para convencer seu interlocutor, justificando o modo como ele produz inteligibilidade em *Oceana*.

A inter-relação entre passado e presente é tão conectada em sua argumentação que tudo faz sentido, mostrado através dos modelos trazidos da Antiguidade a forma ideal de governo. Por um lado, suas apresentações de modelos antigos podem servir, numa análise da função retórica, como exemplo e, nesse caso, de acordo com Perelman e Tyteca (2005), o modelo produz a regra. Assim, um fato que ocorreu no mundo antigo é norma para a política em seu tempo ou mesmo posteriormente, já que existe a probabilidade de se repetir. Por outro lado, sua narrativa pode ser usada como ilustração do que ele entende como elementos necessários para a construção e solidificação de seu modelo. Aqui, casos particulares são usados para demonstrar a regra.

A diferença no primeiro momento parece ser sutil e Harrington se utiliza das duas formas de demonstração. No entanto, o caminho apresentado é diferente. No caso do exemplo, o pensador se debruça sobre as narrativas antigas e, por meio da reflexão, estabelece os exemplos que devem guiar o agir político em seu tempo. Esse é o caso da divisão de terras, um dos argumentos mais marcantes em sua obra e que o caracteriza como diferente dos seus contemporâneos, que não viam a divisão de propriedades como essencial no estabelecimento do governo:

[...] Esse modo de lei que fixa o equilíbrio das terras é chamada agrária, e o primeiro que a introduziu foi Deus mesmo, que dividiu a terra de Canaã para seu povo em lotes, e é tamanha a virtude pela qual o fez que nunca o governo fora alterado, a não ser por consentimento; como no inigualável exemplo do povo de Israel, que usando de liberdade escolheria um rei. No entanto, sem uma lei agrária nenhum governo, seja monarquia, aristocracia ou popular, tem longa duração³⁹

No trecho citado, fica claro que o modelo trazido pelo próprio Deus deve ser

³⁹ kind of law fixing the balance in lands is called agrarian, and was first introduced by God himself, who divided the land of Canaan to his people by lots, and is of such virtue that wherever it has held, that government has not altered, except by consent; as in that unparalleled example of the people of Israel, when being in liberty they would needs choose a king. But without an agrarian law, government, whether monarchical, aristocratical, or popular, has no long lease (HARRINGTON, *Oceana*, Preliminar) [grifos meus].

referência na criação dos Estados e na formulação da divisão de terras. O que foi feito em Canaã em relação à divisão de terras devia ser modelo para o tipo de governo desejável. É possível chamar a atenção também para a forma como o autor coloca seu argumento, ao afirmar que o próprio Deus estabeleceu dessa forma. Quem poderia ser contra os desígnios do Todo Poderoso? Ou seja, da direção dada a Israel pelo próprio Deus, Harrington estabelece sua regra de divisão de terras para o estabelecimento de um governo que funcione. Seu exemplo é uma regra universal que estabelece as bases de visão sobre a própria política.

No relato bíblico, após a conquista da terra de Canaã, Deus estabelece a divisão de terras entre as tribos de Israel. Após a morte de Moisés, foi Josué quem foi estabelecido como líder do povo. Assim, disse Deus a Josué:

Todos os que habitam nas montanhas desde o Líbano até Misrefote-Maim, todos os sidônios; eu os lançarei de diante dos filhos de Israel; tão-somente reparte a terra em herança a Israel, como já te mandei.
Josué 13:6 [grifos meus].

Todos receberam terras de acordo com a vontade de Jacó, que as distribuiu conforme o caráter de seus filhos, lembrando que são os doze filhos do patriarca que originam, segundo o texto, as doze tribos de Israel. Desta forma, as distribuições tiveram caráter profético, pois foram feitas antes das terras serem conquistadas. A tribo de Levi não recebeu um território como herança, como as demais tribos. Sua função era o serviço de Deus no templo, e a instrução do povo na lei de Deus. Cada tribo lhes deu cidades para morar, proporcionalmente a seu próprio território, e pastagens em volta para os seus animais (Josué 13:14). Assim, as terras não foram distribuídas de forma igualitária, mas de acordo com os desejos dos patriarcas que, no momento da divisão, já não estavam presentes.

É importante destacar a leitura apurada que teriam da Bíblia não só Harrington, mas muitos de seus contemporâneos. Tais detalhes da história de Israel necessitam de um leitor atento, que realmente se debruce sobre o texto, entendendo as narrativas, seus objetivos e atualizando tais informações para seu mundo político. Certamente, como afirma Hill (2003), temos nesse momento da história inglesa dezenas de pensadores que refletem sobre o texto sagrado, procurando encontrar respostas para

seus problemas e questionamentos políticos.

Essa não é a única ocasião, como vimos, que o pensador se utiliza do argumento da divindade para validar sua opinião. Por recorrer constantemente aos hebreus, muitas vezes ele afirma que Deus determinou algumas coisas, usando isso como justificativa para o modo como estabeleceu seu modelo de república. Para ele, inclusive, quem estabeleceu a prudência antiga foi o próprio Deus, em Israel, sendo seguidas posteriormente pelos gregos e romanos (HARRINGTON, Preliminar). Em sua opinião, mesmo que os gregos e romanos possam servir de muita inspiração e como fonte de conhecimento, é Deus quem criou a prudência e as leis que realmente fazem com que um governo possa funcionar em perfeita paz.

No decorrer de seu raciocínio, entretanto, a menção aos Antigos em certos momentos é usada como exemplo, em outros, como ilustração. Quando estabelece a sua regra de divisão de terras, suas citações servem, em alguns momentos, como apresentei, para estabelecer regras e, em outros, como ilustração do que ele acredita ser o ideal, a fim de demonstrar como sua forma de pensar é verdadeira. Assim, ele afirma que se um homem é o único dono de uma terra, o governo ideal é uma monarquia, agora se a nobreza divide com o rei as terras, o ideal é uma monarquia mista. Agora, se o povo também é dono das propriedades, como ocorria na Inglaterra de seu tempo, o melhor governo era uma república. Quando há confusão dessa regra básica, há lutas pelo poder e divisão de controle sobre as propriedades. Por exemplo, quando a nobreza tem metade das terras e o povo tem a outra metade. Nesse caso, um devorará o outro, como fez o povo com a nobreza em Atenas e como a nobreza fez com o povo em Roma.

Para Harrington, a questão da propriedade é o princípio maior de divisão de poder, pois os que são donos de terras são os que devem governar. Contudo, parece claro que existam alguns princípios essenciais para que o governo se mantenha em paz num contexto como esse. Em Atenas, a falha ocorreu porque o povo esmagou a nobreza, por meio da democracia, que, para Harrington, não era o melhor dos governos. Já em Roma, a nobreza sufocou o povo, fazendo com que o equilíbrio também desaparecesse.

Nesse caso, primeiramente, o pensador apresenta uma regra que não necessariamente se refere aos antigos, mas que está dentro de sua argumentação de

distribuição de terras. Para ilustrar e fortalecer a norma que acaba de apresentar, o autor demonstra com exemplos da Antiguidade o desequilíbrio da distribuição de terras. Ou seja, nesse momento ele não cria a regra através do antigos – pelo menos isso não está claro nesse momento da argumentação –, mas cita dois casos que reiteram o que ele pensa, através de fatos que ocorreram na Antiguidade. Segundo ele, aliás, no caso do governante ter metade das propriedades e o povo a outra metade, o que ocorre com o Estado é uma verdadeira carnificina, como foi com os romanos:

[...] quando o príncipe possui metade das propriedades, e o povo possui a outra metade (como era o caso dos imperadores romanos, assentados parcialmente em suas colônias militares e parcialmente no senado e no povo), o governo torna-se uma carnificina, tanto dos príncipes como do povo. É algo dessa natureza que ocorre em alguns governos de hoje em dia, que se diz viverem sob confusão. Nesse caso, manter a balança é continuar na miséria, mas nos três anteriores, **não a fixar é perder o governo** [...] ⁴⁰

Nessa citação, Harrington demonstra claramente a causa de alguns governos contemporâneos seus viverem em confusão. Ao não respeitarem a divisão correta de terra, deixam espaço para os problemas internos e reeditam confusões e dissoluções da Roma Antiga. O passado ilustra como se deve proceder e ao não se dar a devida atenção, se reincide nos mesmos erros. É possível, inclusive, que o autor esteja se referindo à própria Inglaterra, que, após a Reforma de Henrique VIII, tornou as terras propriedades não só do rei e da igreja, mas de muitos nobres que ascenderam.

Estabelecer o modelo de divisão de terras, que servirá de base para o modelo político é muito importante para que as lutas políticas sejam evitadas. No caso citado, quando metade das propriedades está com o rei e a outra metade está com o povo, não há equilíbrio e hierarquia, pois ambos se veem como aqueles que devem exercer o poder. Assim, o resultado seria o desequilíbrio interno.

As lutas dentro do Império Romano o destruíram, e a causa foi a divisão de terra. De acordo com ele, quando uma república não é equitativa em terras, não há paz, mas

⁴⁰ [...] when a prince holds about half the dominion, and the people the other half (which was the case of the Roman emperors, planted partly upon their military colonies and partly upon the Senate and the people), the government becomes a very shambles, both of the princes and the people. Somewhat of this nature are certain governments at this day, which are said to subsist by confusion. In this case, to fix the balance is to entail misery; but in the three former, **not to fix it is to lose the government** [...] (HARRINGTON, *Oceana*, Preliminar) [grifos no original].

há lutas intestinas que desestabilizam o governo e a paz, trazendo dissolução para o poder. Em seu tempo, o maior exemplo de todos é Veneza, que conseguiu estabelecer a paz entre o povo e o senado.

As regras estabelecidas para o bom governo mostram que são atemporais e demonstram sua perfeita execução em uma situação do passado. A ilustração, nesse caso, como afirma Perelman e Tyteca (2005, p. 406), reforça a norma, apresentando casos particulares que alcançam o geral. Elas dão inteligibilidade para o abstrato, demonstrando, através da narrativa da realidade, a forma como podem ocorrer.

Outra forma de ilustração é o uso do lendário legislador de Esparta, Licurgo, que, de acordo com Harrington, estabeleceu a divisão de terras, proporcionando que a paz fosse mantida. Enquanto Esparta manteve o que foi estabelecido por Licurgo, mostrou-se imutável, mas quando isso mudou, já não conseguiu subsistir (HARRINGTON, Oceana, Preliminar).

Esse princípio básico que fundamenta seus argumentos e seu próprio texto – da distribuição de terras estar atrelada ao poder político – é um princípio já dos antigos, estabelecendo que os donos do poder são os portadores da sabedoria e da riqueza. Os primeiros são os governantes, e os segundos são os que detêm o poder financeiro. Entretanto, quando o poder político não está atrelado aos donos da fortuna, há guerra civil e disputa pelo poder de governar. Para ele, em lugares onde não há terra, o dinheiro ocupa seu lugar (HARRINGTON, Oceana, Preliminar). Esse é, inclusive, um traço importante em sua obra, pois, embora esteja circunscrito à Inglaterra, seu desejo parece ser criar um tratado de uso universal, tanto em seu tempo como posteriormente.

Esses mecanismos usados pelo autor não visam somente convencer seu provável leitor – embora, obviamente, desejem isso –, mas são relações que, para ele, fazem sentido e estabelecem as normativas para um governo não sujeito a turbulências, como estava o inglês. É importante destacar que esta busca de similitude entre dois casos distantes temporalmente e espacialmente demonstra que os governos, de forma até, poderíamos dizer, atemporal, são pertencentes a uma regra geral, que, feita por ele – embora, como veremos, inspirada também em autores da Antiguidade – permitem organizar governos e manter a paz.

Somente entendendo que os governos fazem parte de uma norma geral é possível estabelecer a relação entre passado e presente como Harrington faz. Embora

ele não use o termo natureza humana, já que seu objetivo não é analisar os fundamentos dos seres humanos, podemos afirmar que, para ele, existe algo de similar entre os seres humanos ao longo do tempo, o que faz com que a história não seja um rompimento, mas uma continuidade que se repete nas estruturas-chaves de formas de governo, problemas sociais, e possíveis soluções para a estabilidade e a paz permanente. Ou seja, a história ensina e é possível extrair exemplos do passado.

Essa natureza não é analisada por ele como faz Hobbes, por exemplo (FALCÃO, 2015). Para o filósofo inglês, a natureza humana poderia ser analisada por meio da observação e da experiência na guerra civil, pois ela demonstrava como é o comportamento humano em tempos onde não há soberania (HOBBS, *Leviatã*, III). Já, para Harrington, a natureza humana é observada o tempo todo na história, pois mostra a forma como a história se repete em estruturas. Embora ele não estabeleça uma ciência civil, seu aprendizado da história vai no sentido de compreender as bases de um estado que tenha paz e estabilidade permanente.

Outro momento em que Harrington se utiliza dos antigos como ilustração é para comprovar outra norma que dá diretriz aos governos, a rotação de cargos. Para ele, o senado ou qualquer órgão legislativo não pode ser permanente, mas deve estabelecer rotatividade, garantindo que exista mudança na forma de governar e a permanência do papel do povo. Esse princípio de divisão de poderes⁴¹ é um dos pontos fortes em seu texto, repetido inúmeras vezes e salientado com exemplos de seu tempo e do passado, demonstrando um princípio que seria, de certo modo, atemporal como formato de governo estável.

Uma República Equitativa é a que se mantém equânime tanto no equilíbrio ou fundamentação quanto na estrutura; isto é, em sua lei agrária e em sua rotação. Uma equitativa lei agrária é perpetuada estabelecendo e preservando o equilíbrio do domínio através de uma tal distribuição que nenhum homem ou grupo de homens, dentro do grupo dos poucos ou da aristocracia, possa subjugar todo o povo devido a sua posse de terras. Como a lei agrária responde à fundamentação, a rotação responde à superestrutura. A rotação equitativa é a alternância uniforme do governo, ou a sucessão à magistratura conferida por termos convenientes, gozando de férias iguais, como ocorre com todo o corpo por partes, sucedendo outros, mediante eleições livres ou sufrágio do povo. O contrário, que se trata da

⁴¹ É importante destacar que Harrington não chama essa diretriz dessa forma, eu assim o denominei por ser o modo como contemporaneamente chamamos princípios que já estavam presentes em seu texto.

prolongação da magistratura e ocasiona a destruição da rotação de cargos, destrói a vida ou o movimento natural de uma República⁴²

Esses dois princípios são, para Harrington, a espinha dorsal de uma república, dando a ela equilíbrio e força para manter-se frente àqueles que lutam para destruí-la. A rotação de cargos é tão importante como o equilíbrio das terras, fazendo com que seu princípio da divisão de poderes seja exequível, ou seja, o senado que discute e propõe, o povo que resolve e a magistratura que executa. Teríamos, dessa forma, de um lado a fixidez sólida das divisões de terra, e de outro o movimento da rotação de cargos, dando movimento à política ao mesmo tempo em que a estabilidade estrutural é mantida. Esses dois princípios produzem uma estabilidade do poder e a permanência da paz, pela própria impossibilidade de rebelião. Esses dois eixos, do imutável e do transformável, são essenciais em seu pensamento.

Visando mostrar que está correto ao seu leitor e que seus princípios são verdadeiros tanto no passado como no presente, o pensador procura demonstrar como isso se comprova ao longo da história. Tanto o movimento de cargos de magistratura como a divisão de terras são mostrados ao longo da Antiguidade, como dois eixos centrais garantidores da estabilidade do governo.

É importante salientar que toda essa relação entre passado antigo e a realidade por ele vivida carrega uma visão de história característica que interliga o presente e o passado numa unidade continua. Ela não é totalmente modificável, já que os princípios sobre os quais entendemos o mundo político são os mesmos no decorrer do tempo, fazendo com que o entendimento sobre a história e o próprio passado não seja necessariamente complexo e particular, como imaginamos hoje, mas com princípios que são ocasionalmente possíveis e delineáveis. Esses, se seguidos e usados, garantiriam uma estabilidade política que a própria Inglaterra não via desde o fim do

⁴²“An equal commonwealth is such a one as is equal both in the balance or foundation, and in the superstructure; that is to say, in her agrarian law and in her rotation. An equal agrarian is a perpetual law, establishing and preserving the balance of dominion by such a distribution, that no one man or number of men, within the compass of the few or aristocracy, can come to overpower the whole people by their possessions in lands. As the agrarian answers to the foundation, so does rotation to the superstructures. Equal rotation is equal vicissitude in government, or succession to magistracy conferred for such convenient terms, enjoying equal vacations, as take in the whole body by parts, succeeding others, through the free election or suffrage of the people. The contrary, where unto is prolongation of magistracy, which, trashing the wheel of rotation, destroys the life or natural motion of a commonwealth” (HARRINGTON, Oceana, Preliminar) [grifos meus].

governo de Carlos I.

1.3.2 *Antigos como referências para um governo sadio*

Harrington, nesse sentido, está dentro de um movimento maior, que vê nos clássicos princípios universais para o estabelecimento do governo. Os humanistas liam os autores Antigos não como pensadores circunscritos a seu momento histórico, mas como inspiração para seu mundo, portadores de princípios universais. De acordo com Levine (1987), o movimento humanista por volta do século XVI na Inglaterra começou a contar também com a patronagem de indivíduos que viam com interesse o crescimento dos estudos clássicos. Ou seja, o Humanismo não seria formado por um grupo isolado, mas um vigoroso movimento de pensamento com um sistema formal de educação e poder econômico (LEVINE, 1987, p. 76). Nesse período, foram constantes as visitas a Roma na busca de inspiração para monumentos e obras de arte. Além disso, existiu um esforço na restauração de autores antigos que seriam centrais para os humanistas: Cícero, Quintiliano, Plutarco, entre outros.

Para Harrington, o perfeito equilíbrio em um governo é que ele esteja de tal forma estabilizado pela lei de terras e pela rotação de cargos que, mesmo que alguém deseje, não terá forças para promover a sedição. É interessante perceber que o pensador se preocupe tanto com um tema que foi caro a um filósofo como Hobbes que criou toda estrutura de pensamento pelo temor da guerra civil⁴³ (HOBBS, *Leviatã*).

No entanto, mesmo sendo um leitor do pensador, é também um crítico em muitos pontos a respeito do que ele acredita, indicando que, em sua opinião, a melhor forma de governo é uma República e não uma monarquia, como pensava Hobbes. Contudo, o medo da sedição e o seu risco iminente está entre os fundamentos do seu pensamento, tal como o filósofo, demonstrando um lugar comum de entendimento dentro do qual os dois partem para fundamentar sua forma de pensamento. Isso, em parte, pode se explicado pela própria guerra civil, que ambos viveram. No entanto, nem todos os seus contemporâneos interpretaram dessa forma, o que demonstra certa

⁴³ Parece claro que o que move Hobbes em seu desejo de estabelecer princípios de governo que são universais é o medo da guerra civil, vivida por ele na Inglaterra moderna (RIBEIRO, 1999).

preocupação comum entre os dois pensadores.

Harrington teria se inspirado em Hobbes para ter o temor da sedição como fundamento? Essa é uma questão sobre a qual nunca teremos certeza, pois, embora o pensador considere Hobbes como o mais importante de seu tempo, é também seu crítico, observando muitos erros em sua forma de pensar. Seus pontos de convergência são a sedição como eterno temor na formação dos governos e a referência aos Antigos como ilustração e exemplo na argumentação.

Para fundamentar seu princípio da rotação de cargos, Harrington recorre a exemplos da Antiguidade, ilustrando uma norma que julga como essencial. Para ele, a desigualdade na república esteve presente em alguns governos do passado antigo e isso acabou ocasionando sua ruína. Assim, Israel e Lacedemônia, embora tivessem em si os princípios da divisão de terras, não tinham a rotação de cargos. Diferente do caso de Roma, Harrington não chega a afirmar que isso ocasionou sua ruína.

O autor apresenta, segundo a Bíblia, o que ocorreu com Israel, demonstrando muita familiaridade com o texto. Assim, ele afirma que o rei era escolhido em Israel por ordenação, já no caso dos juízes – e ele cita o próprio livro da Bíblia – a eleição era irregular, não seguindo o princípio de um governo sadio. Essa ausência de bases necessárias para a continuação de um Estado e sua estabilização prejudicam a paz a longo prazo e acabam por destruir a república. No caso da Lacedemônia, a eleição existia por sufrágio da “people” – *demos* –, no entanto, era vitalício, o que para Harrington era um erro. Já o direito hereditário dos dois reis era um equívoco muito sério para o pensador, pois desestabilizava a república.

Seria Harrington democrata? Em parte, podemos afirmar que sim, pois ele entende a rotação dos cargos e a participação dos cidadãos como essenciais na formação de um governo. Além disso, é claro para ele que a junção dos poderes na mão de um só indivíduo é algo que não produz equilíbrio, a menos que as terras se concentrem somente na mão do governante. Como isso, em geral, não ocorre, o melhor é que haja certa participação de cada segmento social, embora quem realmente governe sejam os aristocratas por meio do senado. Contudo, se não houver participação do povo, o mais provável é que exista guerra intestina e conflitos sociais.

Diferentemente de Israel e Lacedemônia, para Atenas e Roma, Harrington afirma que a não existência da rotação de cargos ocasionou a ruína dos governos. No

entanto, enquanto Israel e Lacedemônia tinham pelo menos a distribuição de terras ideal, Atenas e Roma não tinham esse princípio, o que intensificou sua queda e a guerra interna das duas. Essa avaliação do autor é importante de se salientar, pois seu julgamento foi bem mais duro para quem não obedecia a seus dois princípios, do que sobre aqueles não observaram somente um. Atenas era instável em sua distribuição agrária, que em Roma era inexistente, o que acabou determinando o fim das duas.

Harrington chega a citar Tibério Graco que, tribuno da plebe, tentou realizar a Reforma Agrária (HARRINGTON, Oceana, Preliminar). No entanto, a nobreza – *nobilitas* – não admitiu tal reforma, fazendo com que o Estado entrasse em guerra intestina. Esse desequilíbrio entre a divisão de terras e o poder é, conforme já vimos, a razão da dissolução dos governos. A nobreza de Roma, em sua busca desmedida “comeu o povo⁴⁴” – had (...) *eaten the people* –, o tirando de suas terras e tomando conta de toda propriedade, decretando a ruína da República e o fim da paz e da estabilidade civil. Aqui, claramente, há um julgamento moral do pensador referente à ambição da nobreza que, ao não respeitar os princípios universais de governo, o corrompeu e destruiu. Por isso, a relação entre o domínio de terras e poder político deve ser sempre seguido e corrigido, de modo a criar perfeita harmonia entre esses princípios.

De acordo com Céza Alfödy (1996), mesmo com o crescimento do artesanato em Roma, durante o século II a.C., diversificando as atividades produtivas da população, as terras continuaram concentradas, durante muito tempo, a uma parte ínfima da população. Além dos artesãos, havia um grande grupo de libertos, que, muitas vezes, não encontrando modo de vida estável, formavam os “proletários”, que viviam em condições realmente penosas, sem condições de prover a própria alimentação, vivendo de donativos (ALFÖDY, 1996, p. 78). Por outro lado, as terras públicas – *ager publics* – podiam ser ocupadas por quem pudesse cultivá-las, ou seja, em sua grande maioria, os grandes proprietários. Mesmo a saída anterior, de obter terras nas colônias, após algum tempo, passou a não ser mais efetiva. As crises e mudanças sociais desse

⁴⁴ Nas palavras de Harrington : “[...]the nobility had almost eaten the people quite out of their lands, which they held in the occupation of tenants and servants, whereupon the remedy being too late, and too vehemently applied, that commonwealth was ruined (HARRINGTON, Oceana, Preliminar) [grifos são meus].

período trouxeram à tona conflitos e tensões que acabaram por desembocar em situações de violência.

Caio Semprônio Graco havia comentado com seu irmão, Tibério, que tinha decidido lutar pelas reformas em sua viagem pela Etrúria, em 137 a.C., quando percebeu que os camponeses haviam se extinguido e os trabalhadores agrícolas acabavam sendo escravos (ALFÖDY, 1996, p. 84). Tibério assumiu primeiro como tribuno da plebe, introduzindo um programa de distribuição das terras públicas. No entanto, foi assassinado, sendo substituído por seu irmão, Caio, eleito tribuno da plebe em 123 a.C. Ele colocou em vigor as leis agrárias elaboradas pelo irmão e introduziu uma legislação que favorecia o povo. Elaborou um programa de reparo e construção de estradas que incentivou o desenvolvimento do país e proporcionou trabalho aos mais pobres. Os *nobilitas* foram contra as reformas e lutaram contra Tibério, que acabou vítima de conspiração, pedindo a um escravo que o matasse.

É admirável o modo como Harrington articula o conhecimento adquirido do passado e a leitura que faz da política no mundo inglês. Para ele, o passado ensina e nos mostra os caminhos dos conflitos pela terra que marcaram o mundo antigo. Certamente, o pensador tinha muito contato com os debates vinculados aos antigos, formatando e entendendo o mundo através do que lia.

De um lado, Atenas caiu⁴⁵ pela obstinação das pessoas, de outro, Roma caiu pelo desejo da nobreza. Ambos falharam na distribuição de terras e na rotação de cargos, princípios gerais para que os governos funcionem. As duas dão demonstrações claras do que pode ocorrer caso os princípios que norteiam a política não sejam seguidos.

[...] Mas, assim como Atenas, pela obstinação das pessoas, também Roma caiu pela ambição da nobreza, através da falta de uma rotação; que, se as pessoas tivessem entrado no Senado e também nas magistraturas (dos quais o primeiro foi sempre usurpado pelos patrícios, e os segundo em sua maior parte)⁴⁶ [...]

A razão e a experiência são as chaves de entendimento do pensador com as

⁴⁵ Pelo relato de Harrington, a “queda” de Atenas se refere à sua perda da batalha contra Esparta e o fim da democracia.

⁴⁶ [...] But as Athens, by the headiness of the people, so Rome fell by the ambition of the nobility, through the want of an equal rotation; which, if the people had got into the Senate, and timely into the magistracies (whereof the former was always usurped by the patricians, and the latter for the most part) (HARRINGTON, Oceana, Preliminar.

quais ele justifica as formas que dá ao seu governo. A razão – *reason* – viria pelo entendimento que tem de seu próprio tempo, através da análise que faz do seu momento político; já a experiência – *experience* – viria pelo saber sobre o passado, através do qual Harrington consegue justificar e demonstrar como seus princípios são válidos no passado e no presente. Dessa forma, na divisão dos poderes não há, muitas vezes, completa submissão a esses princípios, o que ocasiona defeitos em sua estrutura e a possibilidade de desequilíbrio de poder.

Para Harrington, entre o presente e o passado não há diferenças de formas de mundo ou compreensões que escapam, os exemplos estão lá para que possamos compreender como um governo pode subsistir e como evitar que ele seja destruído. Basta que se entenda a estrutura social e que se evite a continuação dos erros para que exista paz e continuidade do poder.

Outro princípio que Harrington coloca em sua obra, embora não com a mesma ênfase que a questão da distribuição de terras, é o número das leis. Segundo ele, o princípio antigo é que elas sejam poucas, a fim de serem conhecidas e aplicadas. Segundo ele, Cícero já mostrava que Roma foi mais bem governada com as Doze Tábuas do que no período posterior, quando havia muitas leis (HARRINGTON, PRELIMINAR). Desta forma, não haveria perigo de uma possível tirania e a paz seria permanente.

Para provar seu princípio, das leis serem poucas para o bom governo de uma República, Harrington recorre, novamente, a ilustrações da Antiguidade. Como afirmei anteriormente, há claramente uma linha contínua entre passado e presente, o que dá inteligibilidade às ilustrações, dando-lhes vida, como se os antigos e os modernos desfrutassem de dúvidas, anseios e reflexões comuns. A sabedoria buscada no passado não se explica somente por um mundo mergulhado em guerra civil, mas pela busca do conhecimento ontológico do ser humano. Esse conhecimento, nesta visão, poderia possibilitar a formulação de leis e ensinamentos que guiariam o próprio agir político, do passado e do próprio presente.

De modo algum era provável, se Augustus não tivesse feito excelentes leis, que as vísceras de Roma poderiam ser miseravelmente comidas pela tirania de Tibério e seus sucessores. A melhor regra para as leis é que elas sejam poucas. Roma, pelo testemunho de Cícero, foi melhor governada sob as

doze Tábuas [...] Você será informado que, onde as leis são poucas, elas deixam pouco ao poder arbitrário; mas onde elas são muitas, elas deixam ainda mais; as leis neste caso, de acordo com Justiniano e os melhores advogados, são tão litigiosas como os pretendentes. Sólon fez poucas leis, Licurgo fez menos; e a república tem o menor número de que todos os demais governos atualmente⁴⁷

Como podemos ver, Harrington tem como exemplos legisladores e líderes trazidos da Antiguidade. Sólon e Licurgo, aliás, são presença constante em seu texto, como modelos de estados onde o conflito era evitado. Como demonstrado na citação, o pensador se utiliza de autores e contextos diferentes vindos da Antiguidade, sem necessitar contextualizar seu leitor para isso. Para ele e seus prováveis leitores, parece claro que há uma linha contínua que une passado e presente, não importando a distância entre os acontecimentos. Assim, todos os exemplos demonstrados por ele corroboram sua forma de pensamento e são formas de aprendizado para o governo civil.

No entanto, é importante salientar que não é só o passado que é constante em sua obra, para ele, um exemplo de estado é Veneza, pois tinha uma divisão equitativa de terras e rotação de governos. Contudo, entre o Estado de seu tempo e os da Antiguidade, não há separação ou divisão temporal: comungam todos dos mesmos anseios e expectativas, tornando o modelo de governo o mesmo no decorrer do tempo.

1.4 Veneza: o passado no presente

Quentin Skinner, em seu livro *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, afirma que o ideal de liberdade para boa parte das cidades do norte da Itália tem sua origem antes dos tempos modernos, contexto temporal de James Harrington. Certamente republicana poderia ser vista mesmo a partir do século XII, pois já

⁴⁷ It was nowise probable, if Augustus had not made excellent laws, that the bowels of Rome could have come to be so miserably eaten out by the tyranny of Tiberius and his successors. The best rule as to your laws in general is that they be few. Rome, by the testimony of Cicero, was best governed under those of the twelve tables[...] You will be told that where the laws be few they leave much to arbitrary power; but where they be many, they leave more, the laws in this case, according to Justinian and the best lawyers, being as litigious as the suitors. Solon made few, Lycurgus fewer, laws; and commonwealths have the fewest at this day of all other governments (HARRINGTON, Oceana, Preliminar I).

contrariavam a ideia difundida da monarquia hereditária ser a melhor forma de governo.

A primeira cidade a adotar a forma consular de governo foi Pisa, em 1085, que foi seguida por várias outras. Já na segunda metade do século XII, o poder passou dos cônsules ao *podestà*, funcionário da cidade que merece nossa atenção por representar muito do que eram os ideais republicanos do momento e que inspiram o pensador. *Podestà* geralmente era um cidadão de uma cidade vizinha, pois o objetivo era não ter nenhum vínculo que o atrapalhasse na administração da justiça. Era eleito por voto popular e tinha dois conselheiros principais. O poder dele estava tanto no âmbito administrativo como no judiciário. Era um funcionário, não um governo independente com funções irrestritas. Seu tempo de mandato era de seis meses e, ao final, passava por exames de suas contas e sentenças.

No entanto, se o ideal republicano de liberdade e não hereditariedade dos governos esteve presente nas cidades italianas, elas não estiveram livres de ameaças externas. Constantemente o poder papal e o Sacro Império Germânico fizeram tentativas de anexação dos territórios. Contudo, com a mesma força que eram atacadas, reafirmavam sua independência e a convicção sobre a forma como imaginavam que deveriam ser governadas. Isso fez, inclusive, com que se unissem em prol da defesa mútua, formando a liga Lombarda, que foi vencedora contra o imperador germânico (SKINNER, 1996, p. 28).

Entretanto, no século XIII muitas cidades terminaram por abandonar as constituições republicanas e aceitaram a paz de um único senhor para ter paz cívica: os tiranos. Assim, em muitos locais as divisões internas e a ascensão da classe de comerciantes significaram o fim do *podestà*, dando início às brigas de famílias pelo controle político. A conclusão a que muitas chegaram após as brigas incessantes foi que era melhor ser mandado por um único senhor do que ter a liberdade sanguinária (SKINNER, 1996, p. 45).

Florença e Veneza, no entanto, resistiram, sendo que Florença tornou-se símbolo da ideologia cívica republicana. Nesses locais, a retórica era estudada como fundamento necessário para a construção da virtude, necessárias a um bom governo republicano, baseado na liberdade. O ideal seria o de autogoverno, de liberdade e de um poder que devia emanar do povo.

Nesse sentido, de valores republicanos, eram disseminadas as leituras de

Aristóteles, principalmente por intermédio dos pensadores escolásticos que colocavam ênfase na liberdade. Personagens como Cícero e Catão eram valorizados em detrimento de Júlio César, pois eram representantes da vontade popular. A paz estava ligada à liberdade, contrariamente aos pensadores que, como Hobbes, vinculavam a paz a um governo centralizador e monárquico (HOBBS, *Leviatã*).

É importante destacar crenças presentes em Harrington que tiveram, possivelmente, raízes em seu encontro com as cidades italianas. Um exemplo disso é a relação entre cidadania guerreira e liberdade republicana. Em Florença, se defendia a ideia de que os cidadãos deveriam poder defender suas terras contra os que quisessem atacá-las. Da mesma forma que defendia Harrington para o reinado de *Oceana*, seria necessário que os próprios donos das terras defendessem a cidade, pois mercenários só guerreavam por dinheiro. Esse ideal, já presente na *Política* de Aristóteles⁴⁸, fazia parte da defesa dos pensadores de Florença e certamente inspirou James Harrington.

Maquiavel, referenciado continuamente por Harrington em seu texto, também acreditava na necessidade de fortalecer a república por meio de homens com alto nível de virtude, cidadãos que lutariam pelo bem da cidade e não mercenários, contratados para defendê-la. Na *Arte da Guerra*, Maquiavel deixa claro que a milícia deve ser de cidadãos bem preparados na defesa de sua cidade.

Como veremos, Harrington inspira-se muito no florentino em seu conceito de República Moderna. Para ele, ninguém como Maquiavel havia apresentado o conceito de prudência moderna, que era a base de sustentação de um governo sadio e duradouro que não se abateria por qualquer motivo.

Como podemos perceber, esse é um local comum no campo da argumentação para os pensadores ligados às cidades italianas. Por exemplo, Savanarola, que era um pregador protestante, mesmo pensando que a monarquia era a melhor forma de governo – embora fizesse exceção para o caso de Florença – alertava sobre o perigo de tropas mercenárias, defendendo a necessidade do soldado-cidadão como salvaguarda de sua cidade (SKINNER, 1996, p. 170).

⁴⁸ “Se o país deve pertencer aos homens de guerra e aos que governam o Estado, não pensamos, porém, como alguns, que todas as riquezas devam ser comuns; acreditamos apenas que seu uso deve ser comunicado como que entre amigos, de modo que a nenhum cidadão possa faltar o pão” (*Política*) [grifos meus].

Como admirador de Veneza, Harrington entendia como importantes valores que eram defendidos e admirados pelas cidades italianas por serem defensores da forma republicana de governo como promotora da liberdade. Dessa forma, ele e os pensadores italianos olhavam para a Antiguidade com questionamentos e olhares semelhantes, admirando os defensores republicanos e repudiando os que defendiam o governo de um só.

De acordo com Quentin Skinner, Veneza foi quem mais demonstrou apego aos valores tradicionais na independência de governo. Em suas palavras: “Enquanto o resto da Itália sucumbia à regra dos *signori*, os venezianos jamais renunciaram a suas antigas liberdades” (SKINNER, 1996, p. 160). Para isso, alicerçavam sua constituição em três elementos: o *consiglio grande*, corpo responsável pela eleição da maior parte dos magistrados; o senado, que controlava as relações exteriores; e as finanças e o *Doge*, com seu conselho, que era o chefe eleito do governo.

É preciso observar que a relação entre os poderes e a divisão lembra muito, como vimos, a forma como o pensador inglês entendia que o poder devia ser, com divisão e formação sumariamente oligárquica. Só havia uma diferença: para Harrington, era indispensável a participação do povo como elemento representante na divisão de poder. Isso faltava à Veneza e, por isso, houve muitos protestos daqueles que foram afastados do governo. Para contê-los, foi instituído um órgão de segurança pública, responsável por conter tais manifestações.

Após isso, Veneza teria entrado num período de paz e prosperidade que foi reconhecido em boa parte do mundo, durando cerca de seis séculos de estabilidade política. Não por acaso, foi chamada de “República Sereníssima”, exemplo a ser seguido pelas demais. O grande ponto era como os venezianos conseguiram conciliar a liberdade política com a exclusão de facções que poderiam balançar os alicerces da paz. É importante perceber que esse é um ponto comum que une vários autores do período moderno: a manutenção da paz em um mundo constantemente balançado pela mudança de poder e por guerras era a questão que inspirou muitas teorias políticas como as de Hobbes, Harrington e Maquiavel.

Pier Paolo Vergerio tentou resolver esse enigma, propondo uma carta ao chanceler de Veneza, datada de 1394, em que desenvolveram o texto chamado *Fragmento sobre a República de Veneza* (op. Cit SKINNER, 1996, p. 160). Tendo

como base a tese de Platão, defendia que a melhor forma de governo era a combinação das três formas “puras” de governo, resultando numa junção entre a monarquia, a aristocracia e a democracia. Assim, a razão do sucesso de Veneza estava na boa combinação das três, o que trouxera paz e estabilidade invejável à cidade. Assim, o Doge representava o elemento monárquico; o senado, o aristocrático; e o Grande Conselho, o democrático. A sabedoria de Platão, portanto, usada em Veneza, era o sentido dessa cidade ser um modelo e exemplo para todas as outras.

Barbaro, que era o destinatário dos *Fragmentos*, respondeu com elogios à carta, aproveitando para sugerir que incluísse na tradução, já pronta, das *Leis* do pensador ateniense uma introdução com analogias entre a teoria platônica e a prática veneziana. Jorge, por sua vez, escreveu o ensaio no livro e dedicou-o ao Doge, recebendo uma bela remuneração por sua exposição da singular estabilidade da República (SKINNER, 1996, p. 161).

O mito da Veneza como lugar da república ideal, modelo a ser seguido por todas as nações, influenciou não só as cidades vizinhas, mas a Inglaterra, fundadores dos Estados Unidos e o próprio Brasil. Na Guerra dos Mascates, quando se propôs uma república, o modelo era o de Veneza (MELLO, 2002, p. 155). Esse é um dado interessante e curioso, de certa forma, já que a Revolução de 1817, por exemplo, já se voltaria aos modelos da Revolução Francesa e da Constituição Americana. O modelo veneziano, em tempos modernos, superaria, inclusive, como vimos, seus antecessores antigos: os romanos.

Segundo Evaldo Cabral de Mello (2002, p. 159), o mito glorioso de Veneza estaria presente no Brasil graças aos florentinos que se estabeleceram em Pernambuco, em meados do século XVI, sendo o mais ilustre deles Felipe de Cavalcanti. No entanto, o modelo estava circunscrito ao estado de Pernambuco, já que, até então, se acreditava que a república era perfeita para pequenos estados como Gênova, Veneza ou os Países Baixos. Somente após a independência americana a crença desse modelo para grandes extensões se encherá de sentido, fazendo mudar a ideia de que, para grandes estados, o melhor governo era uma monarquia. Assim, não se imaginava construir uma república com a dimensão das terras portuguesas, pois embora a Inglaterra tenha vivido certo tempo como uma República, logo isso se modificou.

Esse dado é muito interessante e mostra uma peculiaridade de James Harrington,

já que, em sua concepção, não existe a limitação que se imaginava para os regimes republicanos. Para ele, aliás, não há uma única forma de governo, mas, de acordo com a distribuição das propriedades, existe um modelo ideal que mantém a paz e a estabilidade permanente. Assim, na Inglaterra moderna, o ideal seria uma república e não uma monarquia, como era o pensamento de boa parte dos intelectuais do período.

De acordo com Pocock (2003), para entender a importância que Veneza, juntamente a outras cidades gregas, terá na imagem dos pensadores modernos, é importante entender a centralidade do conceito de virtude (virtú), como o mais importante na política. Os Renascentistas e leitores modernos almejavam a virtude dos antigos como o bem mais essencial na vida em sociedade, capaz de trazer a paz e a estabilidade social. Nesse sentido, os lugares onde a virtude mais estaria desenvolvida seria nos governos republicanos, promotores da virtude de forma ampla e total (POCOCK, 2003 (b), p. 185). Pensadores de Florença tinham como principal questão como a república começa e como pode permanecer:

[...] Para os teóricos florentinos, preocupados com os valores republicanos, portanto, era tanto uma prática e um problema teórico de primeira ordem mostrar como repúblicas surgiram e como elas podem ser mantidas. As apostas eram muito altas, sendo nada menos do que o estabelecimento da virtude como princípio de vida ativa; os riscos foram igualmente altos, por causa da dificuldade de fundamentar a empreitada em um fundamento inseguro e transitório (POCOCK, 2003 (b), p. 184)⁴⁹.

A virtude é o grande valor humanista e moderno, que é buscado como necessário para a construção de um governo sadio e duradouro. É importante destacar que isso têm suas raízes nos clássicos – principalmente em Aristóteles – que, como vimos, tinham o bem comum como o valor mais importante do governo. Isso permeia a obra de Harrington já que ele, como outros de sua época, compreende a república como o local onde a virtude está mais presente.

Dessa forma, entre o passado antigo e o seu presente, Harrington apresenta os modelos e inspirações do seu modelo de Estado. Enquanto Israel, Atenas e Esparta

⁴⁹For Florentine theorists concerned with republican values, therefore, it was both a practical and a theoretical problem of the first order to show how republics came into being and how they might be maintained. The stakes were very high, being nothing less than the establishment of virtue as a principle of active life; the risks were equally high, because of the difficulty of grounding the enterprise on any but an insecure and transitory foundation.

eram as raízes de suas reflexões sobre o passado, Veneza era o modelo em seu tempo. Para ele, contudo, não há diferenças, já que, como vimos, entre o passado e seu presente há uma ligação que une e dá sentido. A narrativa historiográfica dá sentido e une fatos distantes no tempo e no espaço, possibilitando aprender com o passado e dar sentido ao presente.

Para convencer seu leitor, essa junção entre presente e passado é estabelecida de maneira clara, possibilitando perceber que há um elo entre os antigos e seus contemporâneos que permite dar ao que acontece entendimentos comuns. Nesse sentido, é possível perceber que a retórica é usada não meramente como ornamento, mas como persuasão de acordo com o que se imagina ser a comunidade linguística de seu momento.

II. Diálogos e disputas no mundo inglês: a república como mundo ideal

A cultura da Renascença, muito presente na Inglaterra Moderna, difundiu-se graças aos pensadores italianos que foram estudar em Oxford e Cambridge nos últimos anos do século XV. Lorenzo de Savona, por exemplo, lecionou em universidades inglesas na década de 1470 e publicou um manual de retórica em 1478, que antes do fim do século teve duas edições impressas (SKINNER, 1996, p. 215).

Muitas dessas leituras chegaram a intelectuais como Harrington, que buscavam, como vimos, na Antiguidade, referência para o momento em que seu país se encontrava. Além disso, ninguém percebeu, como os humanistas, o potencial que a própria imprensa podia ter para a difusão do conhecimento. Isso, junto com a erudição e a recuperação dos documentos antigos, favoreceu a proliferação das novas reflexões. Nesse processo, evidenciam-se os estudos bíblicos, jurídicos e a luta contra a escolástica. Essas características, de certo modo, marcaram toda a geração de estudiosos, mesmo que eles se diferenciem entre si pela própria forma como buscavam essas leituras, reflexo da visão de mundo que tinham.

Essa busca pela Antiguidade tem vários caminhos e reflete mais os objetivos dos leitores do que as próprias obras. Nesse sentido, partilho muitas das concepções advindas da *Teoria da Recepção* ao afirmar que os textos não têm sentido que são intrínsecos, mas que são adquiridos na medida em que tomam lugar no arcabouço conceitual e linguístico do leitor.

A obra literária não é um objeto que existe por si só, oferecendo a cada observador em cada época um mesmo aspecto. Não se trata de um monumento a revelar monologicamente seu Ser temporal. Ele é, antes, como uma partitura voltada para a ressonância sempre renovada da leitura, libertando o texto da matéria das palavras e conferindo-lhe existência atual [...] (JAUSS, 1994, p. 25).

Nessa linha, a leitura não é monolítica ou unívoca, seus sentidos são dados de acordo com o modo como o leitor apropria-se dos textos, dando a eles forma, interpretação e entendimento mutáveis de acordo com o tempo e local de apropriação.

Além disso, as obras selecionadas e elencadas pelos autores não refletem o período a que se referem, mas são frutos de uma seleção, que fala mais sobre os autores e suas escolhas do que sobre os próprios pensadores.

A obra se atualiza, toma novos sentidos e é aplicada de acordo com o contexto social, político e também linguístico do leitor. Quando esse leitor se transforma em autor, caminhamos num entrelaçamento de leituras e debates que certamente para ele fariam sentido, mas que para nós são interpretados por meio de aproximações. Na linguagem de Perelman e Tyteca (2006), para o auditório imaginado por Harrington, certamente faria sentido as citações sem referências a Hobbes, a Maquiavel, a Cícero, a Aristóteles ou a autores antigos dos quais ele fala indiretamente, mas não cita nomes.

Aos poucos, autores, discursos e modos de pensar vão formando todo um contexto de conceitos e problemas comuns; visões de mundo⁵⁰ em que os textos estudados por nós caminham e se identificam. Minha estratégia é, não se desviando da própria obra, compreender também como ela se constrói e como usa os recursos argumentativos disponíveis em seu momento histórico, principalmente as que se referem à Antiguidade. Entre o que o texto original parece transmitir para nós e a leitura realizada por Harrington, por exemplo, há diferenças e múltiplos caminhos.

A Antiguidade não é compreendida então como uma caixa imutável de onde é possível retirar exemplos, mas como um veículo em constante modificação, transformando-se de acordo com o grupo que dela se apropria. O mundo contemporâneo, vivido pelo leitor de determinada obra, direciona as imagens do passado que são transmitidas, editadas e criadas no contexto da modernidade. Como afirma Glaydson José da Silva quando analisa o papel do passado nas relações

⁵⁰ Visão de mundo é um conceito amplo, que possibilita muitas interpretações. Parto, aqui, da usada por Glifford Geertz: “Na discussão antropológica recente, os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos, foram resumidos sob o termo ‘ethos’, enquanto os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo ‘visão de mundo’. O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas ideias mais abrangentes sobre a ordem. (...) o *ethos* torna-se intelectualmente razoável porque é levado a representar um tipo de vida implícito no estado de coisas real que a visão de mundo descreve, e a visão de mundo torna-se emocionalmente aceitável por se apresentar como a imagem de um verdadeiro estado de coisas do qual esse tipo de vida é expressão autêntica” (GEERTZ, 1978, p. 143-144).

identitárias no período Vichy (1940-1944) na França:

[...] A respeito da Antiguidade Clássica, por exemplo, melhor seria se perguntar qual Antiguidade? Aquela renascentista do XV e XVI, que buscava no pensamento clássico seu modelo? Aquela comparativista do XVI e XVII, que, à luz da “descoberta” dos ameríndios, se desenvolvia no estabelecimento de paralelos etnocentristas? Aquela de 1789, que servia a interesses de jacobinos e girondinos? Aquela do XIX, que ajudou a forjar os ideais de identidade, continuidade e comunidade dos Estados-nações? Ou aquela do XX, que a serviço dos arquitetos da modernidade, homens, europeus, brancos e cristãos, serviu para a legitimação de regimes autocráticos e das práticas políticas? [...] (SILVA, 2007, p. 30).

Para a realidade brasileira atual, como reflete Glaydson Silva (2007), a Antiguidade, em geral, faz parte de certa erudição muito ligada à Europa. Isso faz com que os especialistas no tema tenham que constantemente justificar seu valor e sua importância como forma de ensino. Recentemente, por exemplo, uma das primeiras versões da Base Nacional Comum Brasileira excluía completamente a História Antiga como parte integrante do ensino da disciplina na Educação Básica⁵¹.

Essa realidade, no entanto, é muito diferente daquela da Europa, onde historicamente ela foi usada para justificar as mais diferentes crenças e razões políticas⁵². Sendo um vocabulário comum e um elemento de identidade, diversas “Antiguidades” caminharam na história europeia até o momento atual. O período mais emblemático possivelmente seja o Renascimento, período marcado, como temos observado, pela “redescoberta” de certos autores, pela difusão deles através da imprensa e pela constante disputa de lugar político através do uso de referências advindas da Antiguidade. No entanto, os momentos de identificação e de retomada dos clássicos se estendem à posteridade, como à própria Revolução Francesa, delegando

⁵¹ Muitas manifestações públicas na ocasião salientaram a ausência da presença da história Antiga e Medieval nessa primeira versão da Base Nacional Curricular. Material consultável em: <<<http://www.unifesp.br/edicao-atual-entretimentos/item/2287-ha-base-para-a-base-nacional-comum-curricular> ,<<http://historiadabncc.mec.gov.br/#/site/inicio>> Acesso em 21/08/2018.

⁵² No passado brasileiro, contudo, a Antiguidade já foi elemento de referência e de justificativa para várias opiniões políticas. Por exemplo, no jornal “O Independente”, em Porto Alegre, havia vários usos da Antiguidade marcando o discurso decadentista do período principalmente na divisão entre “vagabundo” e “civilizado” (VARGAS, 2007). O próprio Euclides da Cunha, como demonstra Rafael Kunst (2012), se utilizou amplamente da Antiguidade para separar os bárbaros dos civilizados em seu texto. Ou seja, se hoje a Antiguidade precisa continuamente justificar sua própria existência em nosso currículo, no passado ela era colocada como elemento de inserção política.

às novas gerações além dos conceitos políticos (democracia, aristocracia e monarquia), o modo como primeiro se compreendeu determinado fenômeno social.

É difícil imaginar de que forma Harrington teve contato com os autores que fazem parte de suas leituras e que acabam por se refletir em seu pensamento. De acordo com Skinner (1996), a leitura dos Antigos fazia parte do estudo obrigatório dos jovens eruditos da época, sendo comum o uso pelos modernos. Na medida em que entendemos que os textos fazem sentido quando apropriados pelo leitor, podemos afirmar que as diversas leituras realizadas no período, tanto de autores antigos como da própria Bíblia, não são necessariamente leituras errôneas ou incompletas, mas demonstram a apropriação de acordo com o contexto linguístico do qual faz parte e, principalmente, envolvendo-se com os objetivos de escrita do leitor.

Não podemos compreender completamente até que ponto Harrington é formado por essas leituras ou dá a elas o sentido baseado no que ele mesmo já acredita, já que, embora ele estabeleça muitos diálogos com seus contemporâneos, como veremos, é considerado por alguns estudiosos como o mais original dos republicanos (BARROS, 2015, p. 357). Como um elástico móvel e flexível, mas que impõem certos limites, o contexto social e linguístico apresenta caminhos para o pensador. Na mesma medida em que forma seu pensamento, ele justifica o que acredita por meio do que imagina ser comum e ser um elemento aceitável entre ele e seus prováveis leitores.

É importante salientar que, para o autor, a própria linguagem é um elemento de persuasão, por meio do qual ele indica caminhos e propõe soluções para os problemas políticos. Entre o antigo e o moderno, Harrington justifica, indica e encaminha os passos para uma Inglaterra que vive um mar de tensões com diferentes personagens, defendendo formas de governo diversas.

Obviamente sabemos que certos sentidos se perdem, mas contrapor seu texto a obras clássicas lidas nesse período, assim como a autores que também discutiam temas que eram caros a Harrington, apresenta-se como um caminho importante. Seu texto não existe sozinho no mundo inglês, antes responde a questões e dialoga com problemáticas que outros também tentaram solucionar.

Nesse capítulo desejo aproximar o texto de Harrington de contemporâneos seus que também se baseavam na liberdade como princípio, demonstrando como suas reflexões faziam parte de um contexto intelectual maior, marcado pela busca de valores

clássicos e também bíblicos. Para isso, dividirei ele em duas partes: na primeira, abordo as diversas formas como os modernos se apropriaram do conceito de república, a percebendo como o lugar da manifestação da liberdade; na segunda, analiso três contemporâneos de Harrington e suas relações com a liberdade republicana: John Milton, Algernon Sidney e Marchamont Nedham. Perceber as relações em comum entre eles possibilitará ampliar os caminhos trilhados por nosso autor, demonstrando as zonas de diálogo, de inter-relação e de posicionamento político.

Nesse caminho Harrington claramente não está sozinho, mas demonstra muito de seu contexto cultural e linguístico, dialogando constantemente com aqueles que com ele dividiam dúvidas e reflexões sobre seu momento. Assim, muitos partilhavam com ele a visão sobre república, governo misto e o modelo da Antiguidade. Seu texto ultrapassa o campo da narrativa fictícia, debate modelo constitucional e teoria política, perpassando tanto a Antiguidade como seu momento, simbolizado por Veneza, que era vista como a encarnação da sabedoria advinda dos clássicos.

2.1 Valores republicanos: a busca por referências da Antiguidade

A res publica, disse o Africano, é a res Populi. E o povo é, não uma reunião de homens agrupados de qualquer maneira, mas a reunião de uma multidão associada pela adesão a uma lei e pela comunidade de interesses. A causa primeira da sua associação não é tanto a sua debilidade, quanto uma espécie de tendência natural do homem para se associar. É que a espécie humana não é feita para o isolamento e a vida errante (CÍCERO, Da República, 1, 31) [grifos meus].

A república, para nosso mundo contemporâneo, caminha entre duas dimensões: de um lado, a busca por justiça social, de outro, a participação popular por meio de grupos constitucionais. Para alguns, o sentido real da participação seria uma transformação social e não somente política; para outros, no entanto, a república seria unicamente a inserção política, principalmente através da democracia participativa (CARDOSO, 2008).

O conceito, embora traduzido de forma semelhante, tem significados semânticos bem diferentes. Para nós, atualmente, a república está geralmente ligada à democracia representativa com o voto não qualitativo, bem diferente de uma visão um pouco mais

elitizada que marcou o mundo romano (CARDOSO, 2008). Entre a justiça social, no sentido de distribuição de riquezas, e o direito de participar politicamente, o conceito de república está envolto em ambiguidades.

A confusão, ainda latente em nosso mundo político, segundo Sérgio Cardoso (2008, p. 31), se deve ao termo *politeia*, carregadora de dois sentidos: sua definição essencial e suas formas e propriedades, com aptidões e características próprias. Embora a oscilação semântica seja clara, por vezes ela turva os sentidos, já que, na maioria das vezes, retomamos o termo dos antigos como um regime específico de governo, ou seja, como república. A ideia de que o homem não teria sido feito para a vida errante ou para viver isoladamente foi primeiro grega e depois romana, tendo seu início com a *pólis*.

Aristóteles define a *politeia* como uma estrutura que dá ordens à *pólis* e que organiza o funcionamento de todos os cargos políticos e da autoridade soberana. Para ele, constituição e governo significam a mesma coisa, e o governo supremo é a *pólis*. A *politeia* estaria entre a democracia e a oligarquia, equacionando as duas formas. Assim, nascem suas formas de governo, tanto as primeiras como as degeneradas. O modelo para o filósofo grego estaria sempre no meio termo, numa espécie de classe média, que estaria entre a pobreza e a riqueza.

A *politeia* se referia, então, ao compartilhamento de poder, entendendo a cidadania como participação efetiva do cidadão na comunidade. A palavra traduzida na era moderna foi traduzida como “constituição” (*constitution*) e cidadania (*citizenship*), demonstrando a relação que se estabelecia e o lugar ativo do cidadão (HARRISON e SCHOFIELD, 2000, p. 21). Dessa forma, com o uso desse termo, os republicanos enfatizavam a importância da participação ativa.

Para Aristóteles, a *pólis* é formada pela unidade dos cidadãos, que são os que têm direito a voto em assembleias, decidindo o futuro da cidade (ARISTÓTELES, Política, I). Definindo que a cidade é formada pelos seus cidadãos, o filósofo grego dividirá em formas de governo principais a vida política, de acordo com quem governa: democracia, aristocracia e monarquia.

Na constituição social da cidade, por sua vez, haveria principalmente dois grupos. Os pobres que buscam a igual distribuição das magistraturas, buscando a liberdade, não visando necessariamente o bem comum, mas a segurança de cada um viver sua

vida como bem quiser. De outro lado, os ricos que sustentam sua reivindicação em nome das riquezas, da competência e do mérito, querendo somente conservar os seus bens e aumentar seu patrimônio: “[...] a pobreza e a riqueza; conseqüentemente, onde quer que os governantes exerçam o poder por causa da riqueza, sejam eles minoria ou maioria, ter-se-á uma oligarquia, e onde os pobres governarem, ter-se-á uma democracia [...]” (ARISTÓTELES, Política, III).

A harmonia do governo estava, portanto, no estabelecimento da paz entre esses dois grupos. Os pobres representando a democracia e os ricos representando a aristocracia. A riqueza e a liberdade são os fundamentos para o estabelecimento das classes e suas relações:

[...] a democracia surgiu pelo fato de os homens pensarem que, se eles eram iguais sob alguns aspectos, eram absolutamente iguais, pois supunham que, sendo todos igualmente livres, eles eram absolutamente iguais; a oligarquia surgiu da suposição de alguns de que, se eles eram desiguais sob alguns aspectos eram absolutamente desiguais (por serem desiguais em termos de posses eles supunham que eram absolutamente desiguais); então os democratas, por se julgarem iguais, pretendem participar igualmente de tudo, enquanto os oligarcas, por serem desiguais, pretendem ter uma participação maior, pois esta participação maior seria compatível com sua desigualdade. Todas estas formas de governo têm um critério de justiça, mas consideradas de maneira absoluta elas estão erradas [...] (ARISTÓTELES, Política, V).

Várias dessas ideias foram recuperadas pelos humanistas, entendendo o bom governo como aquele que proporcionaria equilíbrio entre os diversos grupos sociais representados numa república. Esses princípios estariam ligados à prática da virtude e à manutenção do bom governo.

De acordo com Pocock (2013), o termo *res publica* não denotava em seus primórdios apenas a república como sistema de governo contrário ao estado, mas significava qualquer forma de governo possuindo caráter político por todos os seus cidadãos, aplicado às monarquias e até impérios. Só por etapas é que lhe foi atribuído o significado de estado governado direta ou indiretamente por seus cidadãos. No entanto, os humanistas se inspiraram principalmente em Aristóteles, entendendo a *pólis* como universal, porque auto-suficiente e teoricamente imortal.

Muitos dos humanistas tinham a ideia de recuperar certa originalidade das obras antigas que, segundo eles, havia se perdido nas traduções pouco cuidadosas que

existiam anteriormente. De acordo com Daniel Wakelin (2007), Leonardo Bruni, por exemplo, dedica sua tradução latina da política de Aristóteles a Humfrey, duque de Gloucester (1394- 1447), afirmando que eram palavras do autor original, não como as que haviam vindo anteriormente. Bruni circulou na Inglaterra estimulando interesse no leitor inglês.

Os estudos humanistas incluíam gramática, retórica, poesia, história e a filosofia moral. Nesse sentido, muitos procurarão incorporar na política valores presentes na bibliografia a que tinham acesso⁵³. Em vários pontos fundamentais a busca pelos valores da Antiguidade permeou o contexto inglês, fazendo parte, inclusive, do currículo obrigatório. Debates sobre os limites da liberdade, temores de um tirano e domínio popular marcaram presença nesse momento (WAKELIN, 2007, p. 493).

Para Coleman (2000, p. 26), a ideia de cidadania entre os gregos viria da própria guerra que teria forjado o pensamento político dos cidadãos, principalmente quando lutaram contra os persas, e, novamente, na Guerra do Peloponeso. Essas ideias de cidadania e democracia voltaram a ressurgir na Renascença, mas vinculadas principalmente a uma monarquia constitucional. A virtude grega mostrada na guerra seriam um desses valores primordiais para os que buscavam na Antiguidade inspiração.

Para Zera Fink (2011, p. vii), os republicanos ingleses partiam em geral de certa imitação dos antigos, se espelhando nos valores da virtude. A imitação dos clássicos apareceria na literatura, arquitetura e em numerosos outros meios. Dessa forma, a definição de republicanos teria a ver com a negação da importância do rei e do princípio hereditário, admirando os princípios dos clássicos.

A expressão *res publica* remete a coisa pública, do povo, a esfera de interesses da coletividade muito mais do que a um regime específico de governo. A *res publica*, em outras palavras, é o governo, mas também é a maneira de viver, a constituição e o perfil moral das comunidades de acordo com o caráter de suas leis. Em sua essência, se daria pela harmonia entre a aristocracia e a democracia, equalizando interesses diferentes dentro da *pólis*:

⁵³ A lista é imensa: Aristóteles, Xenofonte, Platão, Isócrates, Cícero, Seneca, etc (WAKELIN, 2007).

[...]A palavra [república] é latina e nos remete necessariamente à história das instituições romanas; mas é preciso começar pelo termo e o conceito grego que lhe servem de paradigma e que assinalam o solo em que se traça seu sentido [...] Ocorre, porém, que tal transposição não só nos distancia das referências semânticas e históricas originais do termo, mas também, e sobretudo, obscurece o uso mais preciso e técnico que lhe haviam conferido a prática e o pensamento político grego: o sentido de “regime de governo”, de “constituição política”, pensada como a forma de organização das magistraturas ou poderes que conformam e governam a cidade (CARDOSO, 2008, p. 31).

Harrison e Schofield (2000) salientam que a política como conhecemos tem seu início na Grécia Antiga, no entanto, os conceitos transformam-se na modernidade, fazendo com que os sentidos dos termos pelos que se apropriam sejam muito diferentes do que foi usado inicialmente. Por exemplo, a *res publica* romana estaria em contraste com a vida privada, já os gregos entenderiam a equivalência como não dominação, significando negócios, atos, etc. Em contraste com a vida doméstica, a vida na cidade remetia à atividade política. Os conceitos principais presentes nos gregos se referiam à igualdade e isonomia, sendo a liberdade a definição maior, em contraposição à escravidão.

Além disso, para a imagem moderna, todo governo advindo da Antiguidade era uma república, não uma monarquia ou outra forma de governo. Sendo a cidade um conjunto de cidadãos que defendia a honra e as obrigações cidadãs. Todas essas características favoreciam aqueles que usavam os exemplos gregos para proclamar a constituição mista, entendendo que as diversas camadas sociais teriam seu papel na república (HARRISON e SCHOFIELD, 2000, p. 18).

No percurso desta reflexão, contudo, se constrói o centro da natureza das comunidades políticas: oligarquia e democracia como esperanças de universalidade, ordem e legitimidade (CARDOSO, 2008, p. 37). Pensando a partir destas duas definições mais comuns, será constituída a *politeia*, que seria capaz de trazer a realização dos fins da comunidade política. Esse regime realizaria uma justa medida entre os poderes presentes na cidade, formado por todos os homens livres em busca do bem comum.

Assim, nesta linha, *politeia* já não é a definição de vários regimes, mas de um específico constituído por partes de ricos e de pobres na realização do todo, buscando a efetivação da *pólis* como comunidade de todos os cidadãos (CARDOSO, 2008, p.

39). Seria o estabelecimento do justo meio, tornando-se aceitável para todos. Modera-se a riqueza de uns e limita-se a independência de outros para que a *pólis* torne-se um lugar do bem viver por meio do estabelecimento da subordinação das aspirações de cada um ao interesse superior da cidade.

Esse “governo misto” é o governo da lei na busca da realização da comunidade política. Para Aristóteles, o tipo ideal desse governo é o homem intermediário, que não é nem tão grande possuidor, nem absolutamente servil, sintetizando a ponderação, a moderação e a disposição para a igualdade visada na *politeia*. São os mais preparados para a alternância nos ofícios do poder que caracteriza o verdadeiro estatuto da cidadania. Esse equilíbrio neutralizaria os defeitos e retardaria a degradação quase inevitável da vida política nas cidades.

Nas duas línguas [grego e latim] ela designa originalmente e, ao mesmo tempo, uma constituição política qualquer que esta seja, portanto, um governo e, nesse sentido, o próprio Estado, daí porque Aristóteles intitula *A Constituição de Atenas* (Atenation Politéia) seu livro sobre a história política desta cidade; bem como intitulada de *politéia* (em seu livro, a *Política*) uma das três formas de governo, o da maioria, em oposição ao governo de poucos, a *aristocracia*, e ao de um, a *monarquia* [...] a *politéia* é a única que permite o governo da moderação ou do equilíbrio, uma vez que, é exercido conjuntamente pelos poucos ricos, pelos muitos pobres e pelos do meio, - então a *politeia* expressa também um ideal. Como se vê, o governo misto realiza, na política, o preceito aristotélico segundo o qual a virtude está no meio, *in media virtus* (FLORENZANO, 2005, p. 2) [grifos do original].

O humanismo cívico viveu uma busca de certos valores políticos que se apresentavam na Antiguidade. Newtom Bignotto (2008) apresenta três pontos que seriam os principais levantados pelos estudiosos como representantes dessa busca de valores antigos para a modernidade: a centralidade da cidade, como busca das ideias políticas de participação; a valorização da retórica, por meio dos discursos para a vida pública; e a valorização dos acontecimentos, com a centralidade nos autores dos atos⁵⁴.

A ideia de liberdade é central nesta linha de pensamento e o discurso por meio de panfletos, por exemplo, é um meio de manifestação pública. Inspirados na Antiguidade, diversos pensadores entenderam que na Inglaterra de Harrington o

⁵⁴ Posteriormente, entre a tradição clássica e a modernidade, figuras como Harrington seriam usadas para justificar movimentos como a Revolução Francesa ou a Independência Americana (BIGNOTTO, 2008, p. 53).

melhor regime seria o republicano. Discursos fizeram parte das disputas, assim como as armas, em busca de aceitação e convencimento.

De acordo com Zera S. Fink (2011), no século XVII, vários conceitos se misturavam na Inglaterra moderna no processo de inspiração dos valores republicanos. Na estreita relação entre religião e política, muitos chamariam a ideia de república de “nova Jerusalém”, reflexo de um local encantado, meio mítico onde as instituições visam o bem comum. A inspiração da república antiga servia como modelo e direção dos que desejavam essa forma de governo na Inglaterra moderna. Oradores, filósofos e historiadores eram os que traziam as virtudes cívicas para o mundo moderno, transformando-se em exemplos das “melhores eras”. O desejo era reconstruir Roma no ocidente e o caminho era claro: era necessário seguir os princípios da política do mundo antigo e o destino se tornaria glorioso (FINK, 2011, p. 1).

No contexto do humanismo, as visões gregas e romanas povoaram os textos e as imagens dos modernos. A visão de Cícero da república dos “melhores”⁵⁵ e, por isso, a mais adequada para a vida em comunidade, foi fonte de debates no período moderno. Formado em um mundo helenizado, ele acreditava que, por meio da oratória, se chegaria à sabedoria, sendo a figura central a do sábio político, que crescia por intermédio da virtude. Segundo o pensador romano, entre a potência de um só e o desenfreamento da plebe, a aristocracia ocuparia uma posição intermediária, assegurando o bem-estar do povo (CICERO, *Da Republica*, I). Nessa linha, a república não estaria necessariamente ligada à democracia e à participação popular. O temor pelo medo da maioria permeou boa parte dos autores que se apropriavam das ideias romanas ligadas à República, sendo relevante o papel desempenhado sempre pela aristocracia, que dosaria a participação popular.

Por outro lado, muitos autores também estiveram ligados a um pensamento mais grego, cuja inspiração em geral partia de Aristóteles. De acordo com Ricardo Silva (2011, p. 37), a redescoberta da tradição republicana nos primórdios da era moderna ocorreu por intermédio da ativação de duas fontes: o antigo direito romano, compilado pelo imperador Justiniano I em 533, e textos de grandes historiadores e moralistas que viveram a crise da república e a ascensão do Império, como Cícero, Salústio e Tito

⁵⁵ *De Republica* foi escrito entre os anos de 54 a 51 a.C. Nesse livro, Cícero examina a “melhor civitas” e o “melhor concidadão” (BERNARDO, 2012, p. 09).

Lívio.

A diferença entre a visão grega e a romana estaria no significado da liberdade (SILVA, 2011, p. 37). Para os que se inspiravam nos atenienses, a liberdade republicana estaria nos cidadãos que transcendem os interesses que os aprisionam na esfera privada e dispõem-se a agir em conjunto com seus concidadãos em benefício de toda comunidade. O indivíduo livre é, antes de qualquer coisa, o cidadão ativo politicamente. A participação não é um meio para a liberdade, antes ela é a própria liberdade.

De acordo com Hannah Arendt (2000, p. 15 e 16), essa relação de vida ativa estaria na própria práxis da vida ateniense⁵⁶. Assim, o trabalho ou a obra eram tidos como insuficientemente dignos para constituir um “bios” (modo de vida autenticamente humano), já que produziam somente o que era necessário e útil, marcados pela carência humana. O modo de vida político, no entanto, era um modo de organização especial e livremente escolhida, mantendo os homens juntos e de modo ordeiro. Era a própria definição do humano que permitia o exercício dessa liberdade.

Como contraposição à visão grega, o modelo romano de liberdade concentra-se na “não dominação”, principalmente manifestada em Maquiavel, como veremos no capítulo 4. A chave estaria na reciprocidade e na complementaridade entre a liberdade e a lei (SILVA, 2011, p. 38). A chave, nesse caso, está embasada numa visão negativa de liberdade, que ocorre pela “não sujeição” e pela impossibilidade de intervenção no arbítrio de sua vontade, motivo pelo qual o senhor do escravo, por mais benevolente que seja, não tem com o escravo uma relação de liberdade (SILVA, 2011, p. 39).

A contraposição romana à liberdade era a vida do escravo, que era considerado uma espécie de sub-homem por destino e não por acidente. Essa inferioridade faz do amo seu chefe e senhor, estabelecendo o domínio total e direto, sendo que o escravo deve obedecê-lo do fundo da alma e não em razão de benefícios oferecidos (VEYNE,

⁵⁶ “Segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas é diferente dessa associação natural cujo centro é o lar (*oikia*) e a família, mas encontra-se em oposição direta a ela. O surgimento da cidade-estado significou que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda via, o seu *bios politikos*. [...] Não se tratava de mera opinião ou teoria de Aristóteles, mas de simples fato histórico que a fundação da pólis foi precedida pela destruição de todas as unidades organizadas à base do parentesco [...] Contudo, embora certamente a fundação da cidade-Estado tenha possibilitado aos homens passar toda a sua vida na esfera política, em ação e em discurso, a convicção de que essas duas esferas humanas formam um par, além de serem a mais alta de todas, parece haver precedido a pólis e ter estado já no pensamento pré-socrático” (ARENDRT, 2000, p. 28 e 29).

2009, p. 62).

A grande diferença ocorre através da ausência de liberdade: mesmo quando o amo é um “bom senhor”, o escravo não deixa de estar sobre o arbítrio dele. Para o pensamento romano, essa era a diferença entre um indivíduo que pode exercer a liberdade e o escravo, que depende da boa vontade daquele que é seu senhor:

[...] o escravo é e continua sendo um homem que a qualquer momento pode ser vendido; se seu amo que tem o direito de castigá-lo à vontade, decidir que ele merece o derradeiro suplício, alugará os serviços do carrasco municipal, fornecendo-lhe a resina e o enxofre para queimar o infeliz [...] (VEYNE, 2009, p. 68).

Como demonstra Paul Veyne, a diferença estaria no domínio ou não da liberdade. Por mais que o escravo possa ter um senhor dócil, ele continua estando sobre arbítrio de alguém, ou seja, não é um homem completo, estando sobre o domínio de outro. Essas características são as que fazem a diferenciação entre o escravo e o livre. Por causa dessas características, será grande a ênfase dos republicanos ingleses ao modelo advindo de Roma.

A concepção republicana moderna de liberdade tem sido denominada por alguns historiadores de neo-romanas, em razão de seu enraizamento no direito romano. De fato, tanto no Digesto quanto nas Institutas, a divisão fundamental do direito das pessoas é entre pessoas livres (*liberi*), que não estão sujeitas ao arbítrio de outrem e, por isso, podem agir de acordo com a própria vontade, e escravas (*servi*), que dependem da vontade de outrem para agir e, por isso, encontram-se vulneráveis ao arbítrio do senhor. “Não há um status intermediário: ou se é livre, capaz de fazer o que se pretende fazer, a não ser que seja proibido pela força ou pelo direito; ou se é escravo, sujeito e submetido ao poder e domínio de outrem” (BARROS, 2015, p. 30).

Para realizar a república como não dominação, três pilares são colocados como centrais: o domínio da lei, poderes separados (também chamado de governo misto) e o estabelecimento de barreiras contra as mudanças de humor dos governantes, de modo que todos estivessem sujeitos às leis (SILVA, 2011, p. 40). A forma efetiva do domínio não se estabelecer é a “democracia contestatória”, que ocorre por meio da participação efetiva do povo, assumindo, mesmo que indiretamente, sua vontade soberana na tomada das decisões públicas (SILVA, 2011, p. 41).

Para isso, é necessário, obviamente, incluir todas as partes no processo de debate de modo que vários possam ter sua opinião ouvida. Nesse sentido, principalmente contemporaneamente, o processo pode incluir a presença de movimentos sociais ativos. O povo seria autor da democracia e da república em seu sentido de expressão coletiva, indireta e positiva, incluindo tanto os indivíduos coletivos como os individuais (SILVA, 2011, p. 43). Os chamados *neo-romanos* imaginavam que a participação *eleitoral fora das eleições* assumia mais funções relacionadas a proteção individual do que de participação efetiva, já que seria ilusório imaginar os cidadãos como capazes de se governarem no dia a dia (SILVA, 2011, p. 43).

Nesse sentido, a república como ponto central não é uma característica somente de Harrington na Inglaterra. De acordo com Sabine (1996, p 9), o corpo de “teoria republicana”, muito inspirado na própria Antiguidade, seria representado por figuras como John Milton e Algernon Sidney. Esses, por sua vez, defendiam o republicanismo como melhor governo por ser baseado no Direito Natural e pelo poder soberano vir do povo. Contudo, James Harrington caracteriza-se por alguns diferenciais, que ele fundamenta através do uso da Antiguidade: a inevitabilidade da república como consequência de uma natural evolução social e econômica.

Assim, embora estejam no mesmo contexto social, Harrington e outros pensadores refletem sobre caminhos diferentes, embora todos tenham o mesmo alvo, que é a defesa da república. Seus pontos fundamentais eram a busca pela liberdade e pelos direitos civis, debates que permearão o mundo moderno e contemporâneo. Sua luta demonstra muito do contexto político e intelectual que formou nosso pensador, na busca da melhor forma de governo e da permanência das instituições políticas.

Estabelecendo muitas de suas bases nos sentidos de liberdade advindos da Antiguidade, ambos pensadores procurarão defender os princípios de governo semelhantes aos de Harrington. Suas ideias ultrapassaram seus momentos e se fizeram presentes em outros contextos também, estabelecendo muito dos princípios do estado como conhecemos hoje. Os princípios do bom governo, da prática da virtude e, principalmente, da liberdade, herdados da Antiguidade, se farão presentes nas reflexões desses autores.

Dessa forma, é importante demonstrar os diálogos possíveis de um autor como Harrington. O pensador não é tão singular que não possa ter relações com seu

momento, ao mesmo tempo em que não é igual seus contemporâneos. Entre sua originalidade e certa dose de simetria com outros pensadores, o autor e outros defensores da república disputam lugar na plataforma política e procuram fazer o que pensam ser o sentido da sua escrita: convencer o leitor.

2.2 A liberdade como valor Republicano: debates modernos

2.2.1 Jonh Milton (1608-1667)

Jonh Milton é frequentemente citado como um dos principais defensores do republicanismo na Inglaterra e tem como característica transitar por temas que são comuns a Harrington, principalmente no que se refere à liberdade e aos direitos civis. De acordo com Alberto Ribeiro Barros (2015, p.163), não é possível considerá-lo um autor inovador, já que usa-se de muitos argumentos que estão em voga em seu período. Principalmente no que se refere a princípios religiosos de liberdade, autonomia e separação entre o mundo religioso e o civil, utiliza-se tanto de argumentos religiosos como da matriz clássica, em voga em seu período.

Seu mérito foi ter reunido e sintetizado ideias com mais rigor e eloquência. Além disso, publicou seus textos em momentos ímpares na história inglesa: o primeiro foi em 1649, duas semanas após a execução de Carlos I e o último foi em 1660, algumas semanas antes da restauração da monarquia. Ele defendeu o governo do Parlamento e de Cromwell, além do protetorado de Richard, recorrendo sempre ao ideário republicano, com certa matriz ciceroniana. A liberdade é um conceito central em seu pensamento e, para ele, só seria desenvolvida num regime republicano (DZELZAINIS, 2005, XI).

Para muitos, ele foi o maior poeta renascentista inglês, dedicando vinte anos de sua vida a escrever em prosa para promover liberdades religiosas, civis e políticas. Ele chegou ao auge na carreira política quando se tornou propagador do regime republicano. Sua obra, *A tenência de reis e magistrados*⁵⁷, foi a maior defesa da

⁵⁷ Sobre a tradução do texto, a tradutora para o português Eunice Ostrensky afirma (2005, p. XLV e

execução do rei em sua época.

Quando Carlos I foi julgado e executado, a obra estava em andamento. Após isso, ele é nomeado pelo Conselho de Estado como secretário de Línguas Estrangeiras. Dessa forma, fica responsável não somente por cuidar da correspondência diplomática da República, mas também por ser seu propagandista (DZELZAINS, 2005, XI).

É importante lembrar que, de acordo com Eunice Ostrensky (2005, p. XLVI), o termo “posse” talvez fosse o que traduziria com maior exatidão o sentido empregado por Milton em *tenure*. Para ele, os reis não seriam os verdadeiros proprietários do poder, ao contrário, são seus ocupantes temporários, inquilinos, já que tomam posse do cargo, mas não são seus donos. Ostrensky comenta o termo “domínio” também, que seria a conotação política do *tenure*, entendido como autoridade e poder. A opção da tradutora para “*tenure*” acabou sendo por “tenência”, por entender como “prudência, precaução, cautela; vigor, firmeza, costume, hábito, jeito”.

Segundo a tradutora, é provável que, ao definir como representante de Deus na terra o povo ao invés do monarca, Milton esteja promovendo a subversão do conceito de “lugar-tenente” de Deus. Assim, os reis e seus magistrados seriam seus meros delegados, e seu cargo estaria à disposição do povo. Esse jogo de palavras é uma jogada retórica para seus prováveis leitores, trocando o lugar simbólico das figuras emblemáticas da política.

Milton nasceu em Londres em 1608. Em 1620, ingressou na *St Paul's School*, onde teve acesso a um amplo currículo humanista. A ênfase à escolástica não lhe agradou, desenvolvendo, por conta própria, estudos de escritores gregos e latinos. Isso culminou com sua viagem de quinze meses pela Europa, quando se encontrou com

XLVI):“Enobrecendo o texto original e destacando-o dentre a torrente de panfletos políticos da época, a notável estratégia retórica de Milton ato contínuo monta uma armadilha para o tradutor contemporâneo. A prova mais contundente disso se encontra no título do primeiro desses escritos, *The tenure of kings and Magistrates*. No inglês do século XVII, “*tenure*” é uma palavra impregnada de sentidos, mas de uso relativamente comum. Segundo o Oxford English Dictionary (OED) pode significar: 1) o ato de deter um bem; 2) o ato de possuir algo material ou imaterial, de manter alguma coisa, um domínio ou ocupação; 3) a condição de serviço sob a qual se mantém o domínio de um superior; o título de posse de uma propriedade; as relações, direitos e deveres do rendeiro para com o proprietário; 4) título, autoridade, controle e domínio. É provável que em português nenhuma palavra correspondente consiga reunir tantas conotações, e só por isso a tradução do título do livro já reduz a ampla perspectiva que Milton contemplava”.

Grócio e Galileu e foi recebido em várias academias humanistas. No regresso à Inglaterra, até ser convocado pelo Conselho de Estado, se sustentou como tutor particular (DZELZAINS, 2005, p. XII).

A admiração em relação aos humanistas está presente em muitas obras do autor. *Prolusions*, por exemplo, é uma série de ousadas variações em torno da oratória clássica. Já a *Aeropagitica* (1644) foi um discurso pela liberdade de imprensa. Sendo assim, *A tenência de reis e Magistrados* não é exceção, pois está conforme a estrutura em cinco parágrafos da oração clássica estabelecida por Isócrates e Cícero: exórdio, narração, confirmação, refutação e peroração⁵⁸. Os objetivos dele com essas obras era provar que é lícito que o povo deponha um tirano (DZELZAINS, 2005, p. XIII). A liberdade não estaria no rei, mas é domínio do povo concedida em determinado momento ao governante.

O contexto desses textos está relacionado ao rompimento que se deu entre os revoltosos após o fim da guerra. O entendimento e o acordo político se mostravam impossíveis de serem mantidos. A maioria das duas câmaras na Inglaterra, especialmente os presbiterianos, desejava negociar com Carlos I e restaurá-lo em condições que, na visão de alguns de fora do Parlamento, sacrificava o motivo pelo qual se havia lutado. O exército, que era muito mais radical, desejava submeter o rei à justiça e expressou seu desejo num tratado e num longo protesto. Para conseguir o que queria, o exército encenou um golpe em dezembro de 1648, removendo os membros mais favoráveis ao rei e levando-o à julgamento. O Milton defendeu o exército, utilizando-se muito da capacidade de desacreditar seus oponentes (DZELZAINS, 2005, p. XIII).

O pensador se utiliza, muitas vezes, de seus próprios oponentes para argumentar, afirmando que se baseia em fontes presbiterianas e escocesas. O objetivo seria lembrar os presbiterianos dos propósitos da resistência que haviam apresentado no início da guerra civil. Para isso, ele cita versículos bíblicos e entendimentos que vão ao encontro do que defende:

⁵⁸ “[...] No entanto, no interior dessa estrutura também existe uma divisão simples, em elementos positivos dedicados a expor os princípios da soberania popular, e, por outro lado, o exórdio, a refutação e a peroração constituem uma polêmica travada, principalmente, contra os presbiterianos [...]” (DZELZAINS, 2005, p. XIII).

[...] para explicar toda essa questão mais à larga, embora com toda expediente brevidade, tratarei de estabelecer, desde os seus mais remotos princípios, a origem dos reis, como e por que alcançaram essa dignidade sobre seus irmãos, e mostrar daí como, convertendo-se em tiranos, podem ser tão licitamente depostos e punidos como foram de início eleitos [...] Mesmo um homem que nada saiba jamais será estúpido para negar que todos homens nascem mutuamente livres, feitos à imagem e semelhança do próprio Deus, e pelo privilégio sobre as outras criaturas nasceram para mandar, não para obedecer. E assim viveram, até que, como fruto da transgressão de Adão, ao incorrerem na prática do mal e da violência [...] concordaram por aliança comum em obrigar-se uns aos outros contra a agressão recíproca, e a se defender em conjunto de qualquer um que perturbasse ou se opusesse a tal acordo [...] (MILTON, A tenência de reis e magistrados, p. 13).

O recurso retórico do autor consiste em se utilizar dos argumentos de seus oponentes para demonstrar que era possível, biblicamente falando, julgar e condenar um rei. Diante da recusa dos presbiterianos em continuar o que o exército desejava, o autor procura demonstrar por quais elementos seu pensamento estaria correto e segundo os desígnios de Deus. Para isso, ele dispõe de exemplos de resistência do povo de Israel aos reis opressores. Para o pensador, não há diferença entre um usurpador estrangeiro e um tirano do próprio povo, sendo que ambos podem, sim, ser depostos (DZELZAINS, 2005, p. XVI).

Além dos exemplos bíblicos, remete à Antiguidade: “[...] *Os gregos e romanos, como testemunham seus principais autores, consideravam façanha não apenas lícita, como gloriosa e heroica [...] matar o infame tirano, sem julgamento [...]*” (MILTON, A tenência de reis e magistrados, p. 24). Segundo o autor, a quem havia esmagado a própria lei, não se dava o benefício da lei, antes se podia matar, entendendo que o rei apenas ocupa um lugar, não sendo seu dono:

[...] Quanto à questão de que se trata agora a saber, o que o povo por seu justo direito pode fazer na mudança de governo ou de governante, vemos que foi suficientemente esclarecida, além de copiosa autoridade retirada da boca dos príncipes. E certamente os que se orgulharem, como nos orgulhamos, de ser uma nação livre, e não lhes pertencer o poder de remover ou de abolir nas urgências algum governante supremo ou subordinado, juntamente com o próprio governo, poderão deleitar sua imaginação com uma ridícula e pintada liberdade, própria para enganar bebês, pois de fato estão submetidos à tirania e à servidão [...] (MILTON, A tenência de reis e magistrados, p. 45) [grifos meus].

Milton era adepto da liberdade religiosa e acreditava que todo cristão era capaz

de ler os princípios das escrituras sagradas e, então, entendê-las da melhor forma. A primazia era a oração espontânea e o magistério universal, sendo que esses princípios estavam alinhados com sua crença na liberdade como centro, que norteava o republicanismo como governo ideal (BARROS, 2015). No entanto, John Milton não pode ser associado a uma linha específica do protestantismo, já que desenvolveu uma visão própria, tendo como fundamento a busca da liberdade:

[...] No campo doutrinal, mantendo a tradição do arianismo, criticava a doutrina da Santíssima Trindade e enfatizava a humanidade de Jesus, considerando-o um filho adotivo de Deus; adepto do milenarismo, acreditava na proximidade do reinado de Cristo e associava sua realização com a livre discussão e práticas religiosas; influenciado pelo arminianismo, sustentava a necessidade de boas obras para a salvação e ressaltava a livre vontade do homem nesse processo, sendo um tanto quanto cético em relação à existência física do céu e do inferno, considerados mais estados da mente do que lugares físicos (BARROS, 2015, p. 175).

Os pontos de convergência de Milton e Harrington estão na valorização dos clássicos como essenciais para o desenvolvimento da virtude no governo civil, assim como a defesa da liberdade religiosa, embora Harrington não se detenha no tema como Milton o fez. Milton era favorável ao fim da censura, sendo entusiasta da livre circulação de ideias e de livros, estimulando o debate, pois, segundo ele, os homens deviam ser mais autônomos que os meninos, que eram geralmente censurados. A liberdade e as habilidades eram tidas como propriedades, usadas sempre para o bem coletivo (BARROS, 2015).

Para isso, ele acreditava numa educação desenvolvida por etapas, fortemente influenciado pelo espírito humanista. Deveriam aprender gramática, línguas gregas e estudar, primeiramente, Plutarco, depois Quintiliano, desenvolvendo a eloquência e a persuasão: “[...] esta leitura proporcionaria a admiração pelos grandes homens do passado, ao ter contato com seus feitos e discursos[...].” (BARROS, 2015, p.194). Ou seja, sua visão sobre o melhor ensino estava ligada ao domínio de certos autores que eram referência em sua forma de pensar e conceber o mundo político e intelectual.

Além disso, como pontos de referência de políticos inspiradores, surgem figuras que em muito se assemelham as usadas por Harrington: Licurgo, Sólon e Justiniano. Eles serviriam para os jovens aprenderem sobre a lei e a justiça, entendendo a finalidade das sociedades civis. Como complemento, leriam também sobre teologia e a

história da igreja, tanto antiga como moderna, para que as virtudes eclesiásticas também fossem aprimoradas, assim como as civis. Era necessário que na última etapa da educação os jovens já conseguissem se apropriar dos modos retóricos de Platão, Aristóteles e Cícero (MILTON, Of Educacion⁵⁹).

Além de exercitar a mente, era necessário serem bons soldados, por isso, deveriam se exercitar no uso das armas e em movimentos militares. De acordo com Alberto Ribeiro Barros (2015, p. 196), provavelmente Milton se inspirou em Cícero – *De Officis* – que desenvolve o ideal de uma educação completa, principalmente para aqueles que desejam entrar na vida pública, para agirem sempre com coragem e grandeza de espírito. O autor afirma que sua fonte de inspiração são as escolas que formaram famosos filósofos, historiadores, oradores, poetas e príncipes da Antiguidade (MILTON, *OF EDUCACION*).

O cultivo das virtudes por parte dos jovens é considerado por Milton a principal maneira de manter a liberdade. Para ele, os homens precisam ser virtuosos para serem livres e livres para serem virtuosos. Trata-se de um círculo virtuoso: as virtudes sustentam e são sustentadas pela liberdade. Além das virtudes enaltecidas pela tradição – justiça, prudência, temperança e fortaleza – Milton pensa ser necessário também promover as virtudes teológicas fé, caridade e esperança – pois há uma estreita relação entre virtude cívica e religiosa [...] (BARROS, 2015, p. 196).

Licurgo aparece como uma das figuras centrais para o estudo dos jovens, assim como Sólon e Justiniano, sendo um ponto em que Milton muito se aproxima de Harrington. Pelo que podemos observar, os autores escolhidos faziam uso de certo vocabulário comum e de pontos de referência para um bom governo no mundo inglês (MILTON, Of Educacion). No entanto, para além dos estudos, deveriam também praticar exercícios físicos, como os espartanos faziam, para que em todas as áreas eles conseguissem adquirir a excelência. Aqui, o ponto de convergência com Harrington também é salutar pela figura do soldado-cidadão.

Para Milton, a autoridade política foi estabelecida para assegurar a paz e a segurança de todos. Dessa forma, foi delegado e atribuído poder aos governantes, que deveriam estar sujeitos às leis. No entanto, combatendo os defensores do direito

⁵⁹ Disponível em: https://www.dartmouth.edu/~milton/reading_room/of_education/text.shtml > Acesso em 30/08/2017.

divino, Milton acreditava que, se o rei já não servisse, a seu povo podia ser destituído, sendo que os parlamentares deveriam fiscalizar o rei e os magistrados. O autor acreditava que o poder dado ao governante pelo povo não era alienado, mas simplesmente confiado a reis e magistrados civis em benefício do bem comum, desejando que o mais forte não oprimisse o mais fraco. Da mesma forma que Harrington, Milton utiliza-se de citações bíblicas, acreditando que seus prováveis leitores entenderiam sua linguagem:

[...] então o povo poderá, tantas vezes quantas julgar melhor, elegê-lo ou rejeitá-lo, mantê-lo ou o depor mesmo sem ser tirano, unicamente pela liberdade e pelo direito que homens nascidos livres têm de se governar como melhor entenderem. Isso, que somente pode concordar com a manifesta razão, também as escrituras corroboram. Dt 17:14 *Quando entras na terra que o Senhor teu Deus te dá, e disseres: Porei sobre mim um rei, com todas as nações que me cercam.* Essas palavras confirmam-nos que o direito de escolher, sim, de mudar o governo, reside por concessão do próprio Deus no povo [...] (MILTON, A tenência de reis e magistrados, p. 19 e 20) [grifos do original].

De acordo com Wolfe, Milton se utiliza das concepções de Aristóteles e de Justiniano para estabelecer o que entende como lei natural. A lei da natureza é apresentada com base na concepção estoica de um senso racional de justiça abstrata, nem sempre obedecida pelo gênero humano. Justiniano, por exemplo, aceitava a lei da natureza como um princípio de justiça que não era transportado para a lei civil regularmente, por causa da tradição e dos costumes. Outro uso era das *Filípicas* de Cícero, em que a lei é identificada como um princípio do direito privado da vontade dos deuses. Além disso, Milton acreditava que a Bíblia é idêntica à lei positiva de Deus e busca nela a interpretação do certo e do errado. Ou seja, seu texto é um conjunto entre estoicismo, aristotelismo e cristianismo. Mas é a concepção de Cícero que mais aparece em seus textos: lei natural como regra que domina as relações entre os homens (WOLFE apud BARROS, 2015, p. 221).

O pensador esforçou-se muito para desqualificar Carlos I de seu título de mártir, com o intuito de ressignificar e legitimar o governo do Parlamento que se instituiu na Inglaterra. Em sua discussão com Salmásio, defensor do direito divino dos reis, o deprecia e procura rebater seus argumentos, mostrando através da própria Bíblia que sua forma de leitura e interpretação estavam erradas. De acordo com Barros, essa

seria uma tática retórica semelhante à usada por Cícero nas *Filípicas*, onde se apresentava como defensor da República contra Marco Antônio, rebatendo suas críticas e o acusando muitas vezes de uma vida repleta de delitos e licenciosidade (BARROS, 2015, p. 211).

Após a morte de Carlos I, os realistas exilados encomendaram uma obra que pudesse expressar seu horror pelo que havia acontecido. O escolhido foi Salmácio, o mais notável erudito protestante. Ciente da necessidade de atrair o leitor, sem negligenciar as conturbações inglesas, *Do Defensio Régio* era compatível com o anglicanismo, sendo publicado em 1649 (DZELZAINS, 2005, p. XXIV). Em sua refutação, Milton publica *Defesa do povo inglês*, refutando capítulo a capítulo a obra de Salmácio. Da mesma forma como Cícero se apresentava como o salvador da república frente às tentativas de Marco Antônio em destruí-la, Milton percebe-se como defensor dela frente a Salmácio. E, assim como o orador grego degrada a figura de Marco Antônio, Milton irá para o mesmo caminho⁶⁰:

Salmácio, seu falastrão fátuo, tu adquiriste muito orgulho e talvez muita arrogância por ser o rei da Grã-Bretanha o defensor da fé e tu, o defensor do rei [...] Entretanto, deves precaver-te para não tomares para ti algo que ninguém te concede – a habilidade de contar qualquer história à maneira da oratória –, porque ao fazeres isso tu não consegues sustentar nem o papel do orador, nem de historiador, nem sequer o de advogado [...] te sentes aterrorizado pelos inúmeros prodígios de tuas próprias mentiras, em seguida sentes essa tua cabeça completamente oca [...] Vês como eu, um desses ingleses a quem tu frequentemente te atreves a chamar de “exultado, iletrado, desconhecido e iníquo”, zombo e escarneço de ti. Pois seria muito indigno deles se a nação inglesa viesse a ter notícias públicas de ti, seu verme. Embora te contorças, vires para cima, para baixo ou em qualquer direção, não és nada, só gramático (MILTON, *Defesa do povo inglês*, p. 94 e 104) [grifos meus].

Da mesma forma que Harrington, Milton cita a passagem de Samuel quando ocorre a escolha de um rei. No entanto, se para Harrington a passagem mostrava o

⁶⁰ “Admites que inúmeros reis pereceram por morte sangrenta, este “pela espada”, aquele “por veneno”, um outro na imundície “de uma prisão” ou “numa cilada”. Mas, dentre todas essas maneiras, parece-te extremamente deplorável e monstruoso que um rei tenha sido levado a julgamento, “constrangido a confessar-se culpado de um crime capital, condenado e executado pelo machado”. Dize-me, completo idiota, se não é mais humano, mais justo, mais adequado às leis de todos os Estados indicar o réu por qualquer acusação em julgamento, dar-lhe a oportunidade de se defender, uma vez condenado por lei, executá-lo à morte que mereceu, a fim de ter o condenado tempo de se arrepender ou se preparar, do que imediatamente depois aprisiona-lo, sem que se tenham ouvido alegações, matá-lo como a uma ovelha? Haverá acusado que, tendo o direito de escolher, não prefira a primeira à segunda punição?”[...] (MILTON, *Defesa do povo inglês*, p. 94) [grifo são meus].

poder de escolha do povo, para ele mostrava a ira de Deus por terem escolhido a monarquia e não a república⁶¹, como seria o melhor: “[...] assim como também os judeus, especialmente a partir do momento em que elegeram um rei contra o aviso e o conselho de Deus, inclinaram-se sobremaneira à escravidão” [...] (MILTON, A tenência dos reis e magistrados, p. 16).

Em muitas passagens Deus atesta estar deveras muito descontente por ter o povo pedido um rei, vers 7: “não desdenharam de ti, mas de mim, para eu não reinar sobre eles, julgar conforme todas as obras pelas quais me abandonaram e outros deuses serviram”, claramente como se fosse alguma sorte de idolatria pedir um rei que exige lhe serem prestadas adoração e honras divinas. Sem dúvida o homem que põe sobre si um senhor terreno, que paira acima de todas as leis, está a um passo de erigir para si um outro deus, um deus de modo algum o mais das vezes razoável, mas um rei o mais das vezes brutal e animalesco, pois a razão se corrompeu [...] (MILTON, Defesa do povo inglês, p. 136)

Da mesma forma que Harrington dialoga em muitas passagens com Maquiavel, Milton o fará, demonstrando a concordância com muitas das concepções de um autor que parece presente no mundo intelectual da época. O que mais atrai no italiano é o republicanismo e suas críticas ao poder monárquico, embora sua ligação seja muito maior em relação ao que chamamos de republicanismo clássico:

[...]a ideia de que contra um monarca tirânico só há um remédio da espada; a crença de que a corrupção é frequente em monarquias hereditárias e que o governo eletivo é melhor do que o hereditário; o elogio aos fundadores de religiões e estados; a defesa da superioridade da república, onde é mais propícia à prática da virtude [...] a concepção de que o ataque é superior a defesa e de que a infantaria é superior à cavalaria[...] a afirmação de que as repúblicas são mais confiáveis do que os principados e suas promessas[...] (BARROS, 2015, p. 247).

Milton chegou a defender tanto o governo parlamentar como o protetorado de

⁶¹ “[...] “Daí Sm 10. 19, “vós rejeitastes a vosso Deus, que vos livrou de todos os males e trabalhos, e lhes dissestes: “Põe um rei sobre nós”, e o capítulo 12.12, vós pedistes um rei “muito embora o Senhor vosso Deus fosse o vosso rei”; e vers 17, “vereis que é grande a vossa maldade que praticastes perante o Senhor, pedindo para vós um rei”. E Oséias é insolente ao falar do rei cap. 13.10-11: “Onde está agora o teu rei, para que te guarde em todas as cidades? Onde estão os teus protetores, dos quais disseste: Dá-me rei e nobres? Dei-te um rei em minha ira”. Por isso o herói Gedeão, que era mais do que o rei, disse “Não dominarei sobre vós, nem tampouco meu filho dominará sobre vós; mas o Senhor sobre vós dominará”. Jz 8- claramente como se ele estivesse ensinando, ao mesmo tempo, que não é do homem, mas de Deus somente, dominar sobre o homem. É por essa razão que Josefo intitula a república dos hebreus, na qual apenas Deus detém a soberania [...] (MILTON, Defesa do povo inglês, p.136).

Cromwell. Para ele, mais importante que a forma de governo parece ser a obtenção da liberdade interior, adquirida pela prática da virtude. Além disso, a monarquia tende sempre a se corromper. O assassinato de um tirano, inclusive, era bom e justo mesmo perante a Deus, que assim já havia ordenado. Para Dzelzains, (2005, p. XXXII), o *ethos* é impecavelmente ciceroniano, estabelecendo um compromisso não doutrinário com a república, simplesmente por ser o melhor arranjo que as circunstâncias proporcionam, o repúdio à monarquia enquanto tal⁶².

De acordo com Eunice Ostrensky (2015, p. XLIV), *A tenência de reis e magistrados* nada mais é do que um panfleto que procura justificar o regicídio, ao mesmo tempo que assume a forma de uma narrativa épica sobre as virtudes e determinações dos ingleses de se livrarem de um tirano, lutando contra os inimigos de Deus, os realistas e falsos cristãos, os presbiterianos. Nessa prosa política, Milton caminha entre o protestantismo, os valores clássicos e o republicanismo, tendo como elemento central a liberdade do povo. O seu alvo é a persuasão e a ação política. Importa comover o leitor à causa, o convencendo sobre seus princípios.

É importante perceber que Milton, assim como Harrington, é representante desse contexto inglês, que vai construindo o pensamento sobre a república com muita inspiração na Antiguidade. As correspondências entre os autores são inegáveis; mesmo cada um tendo sua singularidade, há vários pontos em que os modos de conceber a república e suas justificativas se encontram na argumentação. Os dois veem a república como reino da liberdade, sua efetivação como a realização do homem político. Assim, é perceptível que Harrington se insere num ambiente que favorece o pensamento referente à liberdade civil e à defesa da república como melhor governo por propiciar o equilíbrio entre as forças políticas.

⁶² É importante salientar que a Defesa assim como a Tenência seriam livros usados por John Locke a partir de 1667. Além disso, Locke, assim como Milton, afirma o direito do povo de resistir aos seus governantes tirânicos (DZELZAINS, 2005, p. XXXII).

2.1.2 Algernon Sidney (1623-1683)

Traços do republicanismo apareceram em diferentes autores no período entre as guerras civis inglesas. Desde a crítica à arbitrariedade da dinastia Stuart até o apoio aos revoltados contra Carlos I, o republicanismo inglês, segundo Barros (2016), seria mais uma consequência do fim da monarquia do que sua causa. Com o estabelecimento desta, em 1649, inúmeros tratados e panfletos foram publicados em defesa do novo governo, exaltando seus benefícios, em particular os direitos e liberdades dos ingleses. No entanto, o regime durou apenas uma década, e a monarquia foi restaurada em maio de 1660. Para os partidários da república, no entanto, o estabelecimento da dinastia Stuart representava não apenas o fim de um projeto político, mas um sério risco de vida também.

Alguns perseguidos pelo regime conseguiram fugir, outros foram presos e executados. No exílio, além das explicações para o fracasso da experiência, eles procuravam ressaltar as consequências nefastas do retorno da monarquia, especialmente para a liberdade civil e religiosa. Após o fim do reinado de Carlos II, o primeiro da linha de sucessão era o irmão Jaime, duque de York, que sofria resistência por ser católico. Além disso, havia a denúncia de um complô entre a França e a Espanha para restaurar o catolicismo na Inglaterra, estabelecendo um governo católico submetido ao papa. Dessa forma, foi apresentada a proposta de exclusão do duque do trono, que não chegou a ser votada por ser dissolvida pelo rei (BARROS, 2016).

Após várias dissoluções, em 1681, foi reunido novo Parlamento em Oxford a fim de fugir da efervescência de Londres, mas dissolvido antes de completar um mês. Os opositores queriam o direito de excluir Jaime da linha sucessória. O mais famoso foi o plano *Rye House Plot* que visava assassinar Carlos II e seu irmão Jaime. Algernon Sidney foi um dos acusados de participar da conspiração. Os manuscritos que foram encontrados em sua casa foram usados como prova de sua participação, já que neles Sidney defendia o direito de resistência e de revolta do povo. Sidney foi considerado culpado e sentenciado à morte (BARROS, 2016, p. 603).

Algernon Sidney⁶³ pode ser considerado, assim como John Milton, um dos

⁶³ Thomas Jefferson pensava que Algernon Sidney, assim como John Locke, eram os dois precursores do conceito de liberdade americano e dos direitos humanos. Disponível em:<<

pensadores que defendeu a liberdade como prática de um governo republicano. Ele fazia oposição ao rei inglês, Carlos II, e chegou a se pronunciar contra a escravidão americana. A liberdade seria definida como *ausência de dominação de um homem sobre outro*, considerada um direito natural não passível de alienação.

Seu texto, intitulado *Discourses concerning government*, lançado quinze anos após sua morte (1698), apresenta a defesa da liberdade republicana. O título tem como objetivo contrapor ao texto de Robert Filmer (1680) – *O Patriarca* – no qual era defendida a monarquia absoluta e o direito divino dos reis. Para Filmer, o rei era descendente do próprio Adão que, fazendo parte dos patriarcas, fora ali colocado pelo próprio Deus. Nesta lógica, os homens não nasciam nem livres, nem iguais, sendo instaurador pelo próprio Deus de forma hierárquica. Assim como na família onde o pai governava, o soberano deveria reinar (WEST, 1996). Três obras responderam a Filmer: *Patriarcha non monarca* (1681), de James Tyrell's, *Two Treatise of Government* (1681), de Jonh Locke, e *Discourses Concerning Government* de Sidney.

O *Patriarca* de Filmer, na edição de 1680, foi dividido em três capítulos: *that the first kings were fathers of families* – os primeiros reis foram os pais das famílias; *It is unnatural the people to govern, or choose governours* – não é natural que as pessoas governem ou escolham seus governantes; *Positive laws do not infringe the natural and fatherly power of kings* – Leis positivas não infringem o poder natural e paternal dos reis. Sidney, visando fazer a contraposição, divide desta forma: *paternal power is entirely different from political power* – o poder paternal é totalmente diferente do poder político; *the people choose their governors by virtue of their natural right to liberty, and that government with a Strong popular elemento is the best* – as pessoas escolhem seus governantes em virtude de seu direito natural à liberdade, e esse governo com um forte elemento popular é o melhor; e *kings are intirely subject to the law, which in England means the Parliament* – os reis estão inteiramente sujeitos à lei, que, na Inglaterra, significa o parlamento.

Podemos perceber que, assim como Milton, o autor contesta seu adversário trecho por trecho, produzindo réplica dos argumentos propostos. Sidney ironicamente resume o argumento de Filmer afirmando que Deus fez alguns nascerem com coroas

sobre suas cabeças e outros com “selas” nas suas costelas. Para ele, pelo contrário, o homem era naturalmente livre, sendo um dom de Deus por natureza. No entanto, como a liberdade de um é frustrada pela do outro, enquanto eles são iguais nenhum cederá ao outro, a não ser por um consentimento, sendo esse o governo justo. Em outras palavras, a livre escolha determina os governos legítimos. Para ele, parecia claro que a liberdade era uma dádiva da própria natureza (WEST, 1996). Assim, baseado na própria lei natural, era perceptível o direito que o homem tinha à liberdade.

Para Sidney, Deus em sua bondade e misericórdia havia dado ao homem a liberdade de escolher o melhor governo, diferentemente do que pensava Filmer, que afirmava que o homem nascia sujeito a alguém colocado pela divindade e a esse devia obediência. Dando ao homem esse poder, não existe forma correta de se estabelecer o governo, já que todos os homens, quando livres, podem julgar o que é melhor para eles, sem favorecimento potencial. Segundo ele, Deus não deu o poder de escolher a ninguém em específico e não favoreceu a ninguém, antes o deu ao povo, sendo ele o responsável por escolher o governo que desejar (SIDNEY, Discursos sobre o governo, Cap 1, VI).

É importante lembrar, contudo, que ser livre não significa seguir suas paixões ou tolices, sendo isso uma escravidão da concupiscência e de vícios. Seguindo Aristóteles, como observamos, a liberdade deve estar de acordo com a razão, não com as paixões. A liberdade, assim, envolve alguma restrição, sendo a virtude o seu suporte. Dessa forma, o governo deve, indo além da própria liberdade, recompensar a excelência e punir o vício (WEST, 1996).

Sidney também entende que a liberdade é um direito inerente à natureza do homem de escolher o bem que lhe convém. A liberdade teria como principal fundamento a independência em relação à vontade do outro, como é o caso do escravo, que não tem liberdade, mas é considerado um bem do seu senhor (SIDNEY, Discursos sobre o governo, Cap1, V).

Como demonstra essa passagem e como salientei anteriormente, a ideia de liberdade como não dominação reflete muito da visão grega e romana, como livre aquele que não é sujeito a outro homem. Na medida em que o rei teria tanto poder sobre os indivíduos que tinha poder sobre sua vida ou sua morte, e os que estavam sob seu comando já não dispunham da liberdade, sendo a categoria de sub-homem,

como apresentado na parte inicial do capítulo. Essa, para Sidney, não era a vontade de Deus e nem o natural, pois cada homem era pela própria natureza livre.

A liberdade é caracterizada, assim, como ausência de submissão ou de dominação, sendo independente da vontade de outra pessoa. Assim, em sua visão, naturalmente não existiria uma hierarquia ou um direito de domínio. O que é bom para cada um é determinado de acordo com a razão. Ela seria o que mostra que o homem precisa de uma regra para viver, sendo necessário que todos restrinjam a sua própria liberdade visando o bem comum:

Numa linguagem comum à época, a razão é descrita como uma luz natural concedida ao homem, para que ele possa discernir o que decorre de certos princípios autoevidentes e distinguir entre o bem e o mal, um vestígio da sabedoria divina, uma norma inscrita no coração dos homens, capaz de guiá-los em sua existência. Ela é apresentada como a principal via de acesso às verdades morais com base nas quais os homens devem reger sua conduta e examinar os motivos de suas ações (BARROS, 2016, p. 607).

Dessa forma, a raiz da sociedade está no consentimento recíproco, já que os homens são iguais, não tendo nenhuma precedência sobre os demais, a menos que exista uma convenção por meio do acordo entre todos (SIDNEY, Discursos sobre o governo, Cap.1, V). O fundamento da autoridade política está nesse acordo mútuo de homens livres sem dominação. Embora não se encontre no texto do autor uma definição de povo, entendida como reunião de homens livres ou o todo, compreende-se que a origem do governo civil se encontra no povo, que tem o direito de escolher, controlar e até mesmo destituir seus magistrados delegados (BARROS, 2016, p. 605).

Semelhante a Hobbes, Sidney acredita que os homens abrem mão de sua liberdade parcial para viverem em comunidade. No entanto, diferente do filósofo, ele não estabelece um pacto ou um consentimento mútuo de união entre os homens. Segundo ele, o principal motivo para o estabelecimento da sociedade civil e a instituição do governo foi decorrente do desejo dos homens de se manterem livres, só que na companhia de seus semelhantes. Era necessário, para haver uma regra nas controvérsias, que se estabelecesse um governo para estabelecer leis e a ordem comum, já que sem governo a liberdade de um é frustrada pela do outro, já que sendo iguais, um não cede ao outro. É necessário, portanto, o consentimento para que haja harmonia (SIDNEY, Discursos sobre o governo, Cap 1, X).

Assim, diferente de Hobbes, não há a descrição de um hipotético estado de natureza nem do suposto contrato ou pacto social entre indivíduos para a formação da sociedade civil e a instituição do governo. Existe somente o reconhecimento da necessidade de um consentimento mútuo de união entre os homens para que direitos naturais – à liberdade, à vida e à propriedade, assim como defender-se das injustiças sofridas, possam ser desfrutados de forma segura. O principal motivo disso é o desejo das pessoas naturalmente livres de continuarem assim na companhia de seus semelhantes, por isso eles admitem a mútua restrição da liberdade para o estabelecimento de uma autoridade política capaz de assegurar o bem comum, desfrutando de liberdade efetiva.

Como vimos, esses princípios seriam originários do pensamento romano, sendo a liberdade oposta à escravidão, marcada pela sujeição e dependência, já que o escravo é aquele que não dispõe de sua pessoa nem de seus pertences, tendo somente o arbítrio do seu senhor. Por outro lado, Aristóteles, como já demonstrei, também defende tais princípios ao afirmar que o escravo é o que é submetido a outro homem, que não tem domínio sobre si mesmo, dependendo da vontade daquele que é o seu senhor (Política, I). O homem livre é aquele que não se encontra submetido à vontade de outra pessoa. Não há status intermediário, nesta lógica, apenas livres e escravos. A pessoa submetida a outro não tem apenas um impedimento físico para agir, as ela depende também da vontade de outro para desfrutar de certos direitos.

Assim, mesmo que Sidney se aproxime de Hobbes no sentido do consentimento mútuo, ele se diferencia na medida em que o segundo pensa a liberdade como ausência de movimentos externos que impeçam o movimento. Para o filósofo inglês, o homem abriu mão de sua liberdade ao sair do estado de natureza, a entregando a um soberano que tem como objetivo garantir a paz e a segurança (HOBBS, *Leviatã*, XVI). Já Sidney entende que mesmo sem a interferência pode haver dominação e a liberdade não está presente, como o escravo que pode ter um bom senhor, e mesmo assim sua condição continua sendo servil.

Desta forma, para Sidney, pelo consentimento é estabelecida uma autoridade política capaz de assegurar a segurança da liberdade efetiva. No entanto, mesmo quando ela é instituída, o povo pode, por consentimento, derrubar tal poder, já que esse não representa mais o povo:

Ele duvida de quem deve julgar a causa legal da mudança de governo, e diz: é uma solução pestilenta colocar esse poder na multidão. Mas por que isso deveria ser considerado pestilento? [contraposição a Filmer] ou para quem? Se o subsídio de tal poder ao Senado fosse pestilento para Nero, isso seria benéfico para a humanidade; e a negação disso, o que teria dado a Nero a oportunidade de continuar em suas vilanias, teria sido pestilento para os melhores homens, os quais ele se esforçou para destruir, e a todos os outros que receberam benefícios deles⁶⁴ [...] [tradução minha].

Para Sidney, o fundamento da autoridade política está no consentimento recíproco e, para isso, precisa ser um ato feito entre homens livres, ou seja, realizado na ausência de dominação, entre não-escravos. Para ele, os homens escolheram estar em sociedade pelo fato de que sua própria família não poderia trazer a paz e a segurança necessárias para uma vida harmônica. Se for liberdade viver sob o domínio de outro homem, no caso o rei, o que poderia ser escravidão? Estar à espera da boa vontade de alguém é não usufruir da própria liberdade.

Pois como a liberdade consiste apenas em uma independência sobre a vontade de outra, e pela palavra escravo entendemos um homem que não pode dispor de sua pessoa nem de bens, mas desfruta de tudo à vontade de seu senhor; não existe tal coisa na natureza como um escravo, se esses homens ou nações não são escravos, que não têm outro título de que desfrutar, além da graça do príncipe, que ele pode revogar quando desejar. Mas há mais do que extravagância comum em sua afirmação, que a maior liberdade do mundo é que um povo viva sob um monarca, quando todo o seu livro [de Filmer] é para provar que esse monarca tem seu direito de Deus e da natureza, é dotado de um poder ilimitado de fazer o que lhe agrada e não pode ser contido por nenhuma lei. Se for liberdade viver sob esse governo, desejo saber o que é escravidão⁶⁵ (SIDNEY, Discursos sobre o governo, Cap 1, V) [grifos meus].

⁶⁴“He doubts who shall judge of the lawfull cause of changing the government, and says, It is a *pestilent conclusion to place that power in the multitude*. But why should this be esteemed pestilent? or to whom? If the allowance of such a power to the senate was pestilent to Nero, it was beneficial to mankind; and the denial of it, which would have given to Nero an opportunity of continuing in his villainies, would have been pestilent to the best men, whom he endeavoured to destroy, and to all others that received benefit from them[...]” (SIDNEY, *Discourses concerning Government*, VI).

⁶⁵“For as liberty solely consists in an independency upon the will of another, and by the name of slave we understand a man, who can neither dispose of his person nor goods, but enjoys all at the will of his master; there is no such thing in nature as a slave, if those men or nations are not slaves, who have no other title to what they enjoy, than the grace of the prince, which he may revoke whensoever he pleaseth. But there is more than ordinary extravagance in his assertion, that the greatest liberty in the world is for a people to live under a monarch, when his whole book is to prove, that this monarch hath his right from God and nature, is endowed with an unlimited power of doing what he pleaseth, and can be restrained by no law. If it be liberty to live under such a government, I desire to know what is slavery” (SIDNEY, *Discourses concerning government*, Cap. 1, V).

Deus não teria dado uma forma específica de governo, nem concedeu poder a uma pessoa específica, deixando os homens livres para estabelecer o governo que julgassem mais convenientes. Para provar seus argumentos, o autor muitas vezes cita, tal como outros em seu período, passagens bíblicas, utilizando-se de linguagem comum e usual da época. A liberdade, portanto, é um preceito fundamental, através do qual é feito o acordo mútuo pelo qual os governos podem se estabelecer, estando sempre conscientes de que está no povo o poder do governo e não nos reis ou governantes:

[...] Dizemos que, em geral, aquele que institui, também pode anular, mais especialmente quando a instituição não é apenas por, mas também por ele mesmo. Se a multidão, portanto, instituir, a multidão pode revogar; e eles próprios, ou aqueles que obtiverem o mesmo direito, só podem ser juízes adequados ao desempenho dos fins da instituição. Talvez o nosso autor⁶⁶ diga que a paz pública pode ser perturbada; mas ele deve saber, não pode haver paz, onde não há justiça; nem qualquer justiça, se o governo instituído para o bem de uma nação for transformado em sua ruína⁶⁷.

Historicamente, sob as mesmas circunstâncias, os homens escolheram governos diferentes porque dependem do arbítrio dos que julgam. No entanto, mesmo após um estado ser constituído, a liberdade continua existindo, sendo que se pode repreender um governo que não está cumprindo seu papel ou até mesmo destituí-lo. Desta forma, os homens têm liberdade para escolher sua forma de governo, assim como para derrubar se não acharem mais correspondente ao que foi proposto.

Sidney é contra a monarquia hereditária, pois ela diminui a força do mérito, que deve ser o fundamento do governo. Para ele, os mais virtuosos devem governar, já que eles têm o poder de fazer a sociedade se expandir e se estabelecer de forma justa. A raiz estava no consentimento dos cidadãos em busca da sociedade, da liberdade e do bem-estar de todos. Foram diversos os governos, de acordo com o arbítrio dos cidadãos, sendo que Esparta, Roma, Israel, etc, estabeleceram suas próprias formas

⁶⁶ Contraposição a Robert Filmer.

⁶⁷ [...] We say in general, he that institutes, may also abrogate, most especially when the institution is not only by, but for himself. If the multitude therefore do institute, the multitude may abrogate; and they themselves, or those who succeed in the same right, can only be fit judges of the performance of the ends of the institution. Our author may perhaps say, the public peace may be hereby disturbed; but he ought to know, there can be no peace, where there is no justice; nor any justice, if the government instituted for the good of a nation be turned to its ruin [...] (SIDNEY, Discourses Concerning Government, Cap. 1, VI).

de governo, demonstrando que não é um só modelo a ser seguido.

Se até agora falei genericamente de governos populares ou mistos, como se todos fossem fundados no mesmo princípio, foi somente porque nosso autor, sem distinção, culpou a todos genericamente e imputou genericamente a todos esses defeitos, que talvez nunca estiveram em nenhum; mas que certamente são diretamente opostos ao temperamento e à constituição de muitos deles. A malícia e a ignorância reinam tão igualmente nele que não é fácil determinar de qual dos dois esta falsa representação procede. Mas, para que ninguém se deixe submeter, é hora de observar que as constituições das comunidades foram tão diversas, de acordo com o temperamento diferente das nações e dos tempos, que, se algumas delas parecem ter sido principalmente constituídas para a guerra, outras se deleitam igualmente em paz; e muitos tomando o caminho do meio e (como alguns pensam) o melhor caminho, moderaram seu amor à paz, a fim de não deixar que os espíritos do povo caíssem, mas os mantiveram em perpétua prontidão para fazer a guerra quando houvesse ocasião: e cada um deles, tendo seguido várias formas e fins, merecem nossa consideração particular ⁶⁸.

Da mesma forma que Milton, Sidney entende que é o povo quem dispõe de todo poder, e esse deve ser usado de acordo com a finalidade estipulada. Caso não o seja, o povo tem direito de retomá-lo e de entregar a quem desejar. O povo pode tanto delegar a autoridade como pode, efetivamente, exercer-la por meio da atuação de seus magistrados. Esses, por sua vez, não são somente porta vozes dos que os escolheram, mas são também responsáveis pelo bem comum, tendo que prestar conta de seus atos (BARROS, 2016, p. 611). Embora Sidney reconheça as várias formas de governo, a efetiva liberdade é encontrada, tal como em Milton, nas Repúblicas, onde ocorre a junção entre monarquia, aristocracia e democracia. Assim como Harrington, Sidney acredita que ela foi projetada por Deus, primeiro para os hebreus, depois para cidades como Esparta e Atenas, e em seguida para cidades italianas como Gênova e

⁶⁸ "If I have hitherto spoken in general of popular or mixed governments, as if they were all founded on the same principle, it was only because our author without distinction has generally blamed them all, and generally imputed to every one those faults, which perhaps never were in any; but most certainly are directly opposite to the temper and constitution of many among them. Malice and ignorance reign so equally in him, that 'tis not easy to determine from which of the two this false representation proceeds. But lest any man should thereby be imposed upon, 'tis time to observe, that the constitutions of commonwealths have been so various, according to the different temper of nations and times, that if some of them seem to have been principally constituted for war, others have as much delighted in peace; and many having taken the middle, and (as some think) the best way, have so moderated their love to peace, as not to suffer the spirits of the people to fall, but kept them in a perpetual readiness to make war when there was occasion: and every one of those having followed several ways and ends, deserve our particular consideration" (SIDNEY, *Discourses concerning Government*, Cap 2, 22).

Veneza (BARROS, 2016, p. 612).

Combatendo Filmer ao longo de todo texto, Sidney afirmará que os patriarcas não eram reis, indo contra o próprio título da obra do defensor da monarquia. Dessa forma, Deus teria deixado ao homem a escolha pela melhor forma de governo, não imputando previamente uma ou outra, mas dando a ele a oportunidade de escolher de acordo com sua liberdade.

Abraão, por exemplo, não tinha exatamente um reino, sendo um peregrino que tinha somente autoridade sobre a esposa e seus escravos. Além disso, eles eram iguais, não havendo a sobreposição de um homem sobre o outro; antes, Abraão, por exemplo, era igual a Ló, entrando em acordo quanto às decisões que deviam ser tomadas.

Além disso, todos os filhos dos patriarcas herdaram a mesma coisa, não tendo a preferência de determinada pessoa (SIDNEY, Discursos sobre o governo, Cap 1, VII). Ou seja, Sidney desmonta o argumento de Filmer de continuidade e de aprovação de Deus para a monarquia como governo como escolha da própria divindade. É importante perceber que, nesse momento, a forma de contraposição aos argumentos religiosos era baseada nas próprias escrituras, já que era necessário utilizar do vocabulário comum presente nesse momento, através do qual era possível questionar a monarquia, seguindo o mesmo texto em que afirmava que ela era inquestionável.

[...]Para dizer a verdade, é difícil falar seriamente do reino de Abraão, ou pensar que qualquer homem que o mencione seja sincero. Ele era um estrangeiro e um peregrino na terra onde vivia e intentava não ter autoridade além de sua própria família, que consistia apenas de esposa e escravos. Ele vivia com Ló como seu igual e não teria nenhuma disputa com ele, porque eles eram irmãos⁶⁹ [...] [grifos meus].

Sidney de forma nenhuma deixa de combater o poder soberano por meio de argumentos bíblicos, antes afirma que entre a criação e o dilúvio pouco se tem informações na Bíblia, mas é possível perceber que não existia um poder que se colocasse sobre todos. Noé, por exemplo, apenas construiu um altar, nada conta que

⁶⁹ “[...] To say the truth, ’tis hard to speak seriously of Abraham’s kingdom, or to think any man to be in earnest who mentions it. He was a stranger, and a pilgrim in the land where he lived, and pretended to no authority beyond his own family, which consisted only of a wife and slaves. He lived with Lot as with his equal, and would have no contest with him, because they were brethren [...] (SIDNEY, Discourses concerning Government, Cap.1, VII).

era uma espécie de rei sobre os outros. Eles viviam de forma igualitária, para Sidney, não estabelecendo hierarquia, como ocorria na monarquia. Além disso, o autor ironiza Filmer ao salientar o modo como Jacó se sobressaiu a Esaú, mesmo sendo o mais velho; estaria Deus indo contra as bases eternas da monarquia?

Para ele, era claro que as bases não eram tão sólidas e permanentes como pensavam os defensores do direito régio. Os próprios Abraão, Isaque e Jacó se contentaram com um território pequeno, mesmo podendo ser senhores do mundo após a morte de seus antecessores, segundo essa visão, o que demonstra que estavam equivocados (SIDNEY, Discursos sobre o governo, Cap. 1, VII e VIII). Desta forma, os direitos dos anciãos, da primogenitura ou mesmo do rei eram convenções que podiam ser mudadas, não sendo permanentes:

[...]Se o nosso autor disser a verdade, o direito de primogenitura, com o domínio perpetuamente anexado pelas leis de Deus e da natureza, deve ir para o mais velho: Isaac, portanto, não tinha sido enganado, não poderia ter conferido tal direito ao mais jovem; pois o homem não pode derrubar o que Deus e a natureza instituíram [...] Ou se Isaac tinha poder, e seu ato era bom, a prerrogativa do ancião não estava enraizada na lei de Deus ou da natureza, mas apenas em uma questão de conveniência⁷⁰[...].

Sendo assim, somente o governo misto ou popular pode atingir com mais precisão o bem comum, pois seu interesse é o mesmo do povo, diferente do que ocorre numa monarquia, por exemplo. O exemplo citado, como ocorre em Harrington, é aquele dos romanos, que estabeleceram uma forma de governo misto que lhes garantiu prosperidade, riqueza e glória. No entanto, quando se submeteram aos imperadores, perderam tudo o que a república lhes tinha proporcionado. A virtude, nessa visão, tem vínculo muito estreito com a liberdade, pois só com a presença dessa a república pode florescer, já que um povo virtuoso luta com todas as forças por sua liberdade (BARROS, 2016, p. 612).

Semelhantemente a Harrington, Sidney acredita que a melhor forma de governo é o misto, por unir as três formas. Assim, embora seja possível escolher qual a forma mais adequada de acordo com a preferência dos homens, a mais perfeita de todos

⁷⁰ "If our author say true, the right of primogeniture, with the dominion perpetually annexed by the law of God and Nature, must go the eldest: Isaac therefore, tho he had not been deceived, could not have conferred it upon younger, for man cannot overthrow what God and nature have instituted [...] Or if Isaac had power, and his act was good, the prerogative of the elder is not rooted in the law of God or nature, but a matter of conveniency only [...]" (SIDNEY, Discourses concerning Government, Cap. 1, VIII).

seria a mista, por ser a mais sábia:

[...] Um pequeno número de homens, vivendo dentro do recinto de uma cidade, por assim dizer, lançou em um estoque comum, o direito que eles tinham de governar a si mesmos e a seus filhos, e, por consentimento unânime, uniu-se em um corpo, exercendo tal poder sobre cada pessoa como parecesse benéfico a todos; a isso os homens chamam de *democracia* perfeita. Outros escolhem ser governados por um número seletivo de pessoas que se destacavam em sabedoria e virtude; e isto, de acordo com o significado da palavra, foi chamado de *aristocracia*: Ou quando um homem superava todos os outros, o governo era posto em suas mãos sob o nome de *monarquia*. Mas a mais sábia, melhor e maior parte da humanidade, rejeitando essas espécies simples, formaram governos mistos ou compostos dos três⁷¹ [...] [grifos meus].

Para o pensador, os homens se estabelecem pelo consentimento ou pela força. Na conquista, segundo ele, nenhum direito pode vir a menos que houvesse o direito a essa conquista. O homem não pode impor algo sobre quem nada lhe deve, já que o estado deve existir pelo consentimento dos seus cidadãos. Assim, fazendo contraposição a Robert Filmer, ele afirma que, nessas condições, não há um direito estabelecido e imutável sobre a vida dos que foram conquistados (SIDNEY, Discursos sobre o governo, Cap. 1, 11).

Como só a virtude não pode garantir a liberdade, Sidney defende que se estabeleça fundamento mais firme, por intermédio das leis. Assim, o império da lei é a melhor forma de assegurar a liberdade, sendo que cada povo deve estabelecer as próprias leis segundo o que desejar. Essas leis, por sua vez, devem ser estabelecidas por intermédio do consentimento do povo, por meio de suas assembleias. Nenhum poder poderia estar acima da lei, já que elas são as promotoras da liberdade. Um povo só seria verdadeiramente livre quando vivesse de maneira conveniente sob as leis às quais consentiu. Por isso, a liberdade não pode existir num governo que não seja livre (BARROS, 2016, p. 616). Para ele, portanto, a liberdade é um direito inato e inalienável

⁷¹ "Some small numbers of men, living within the precincts of one city, have, as it were, cast into a common stock, the right which they had of governing themselves and children, and by common consent joining in one body, exercised such power over every single person as seemed beneficial to the whole; and this men call perfect democracy. Others chose rather to be governed by a select number of such as most excelled in wisdom and virtue; and this, according to the signification of the word, was called aristocracy: Or when one man excelled all others, the government was put into his hands under the name of monarchy. But the wisest, best, and far the greatest part of mankind, rejecting these simple species, did form governments mixed or composed of the three [...]" (SIDNEY, Discourses concerning government, Cap. 1, 10).

que só pode existir num governo cuja autoridade seja não só estabelecida, mas também regulada pelo povo.

É possível estabelecer diversas pontes de diálogo entre Harrington e Sidney, tanto na supremacia da lei como na república como junção dos três governos e, por isso, efetivação da liberdade. O governo de pessoas seria passível de problemas, diferentemente da lei, que garante a liberdade e a permanência da paz. Além disso, compete aos homens escolherem o melhor governo, sendo a república a que melhor garante a liberdade dos homens.

Da mesma forma de Harrington, Sidney entende que o governo misto é capaz de assegurar a liberdade. O governo seria dado a magistrados eleitos que mantêm sua soberania por meio de assembleias, da mesma forma que foi projetada por Deus para os hebreus, depois adotado por outras cidades gregas, como Esparta e Atenas (SIDNEY, Discursos sobre o governo, Cap 2, XIX). O governo misto atingiria mais facilmente o bem comum por seu interesse ser o do povo. Na monarquia, por exemplo, o povo não tem mais direitos do que ela concede. Além disso, assim como em Harrington, o ideal é que o homem livre também seja proprietário, podendo gerir suas terras e bens (SIDNEY, Discursos sobre o governo, Cap. 2, XII).

O exemplo histórico, como em Harrington, são os romanos, que, por meio do governo republicano, teriam adquirido a verdadeira liberdade da qual veio a prosperidade, a riqueza e a glória de Roma. Quando caiu a república e se estabeleceu novamente o governo autocrático, o vício espalhou-se no governo e na sociedade (SIDNEY, Discourses concerning government, XII). Nesse sentido, há um vínculo permanente entre liberdade e virtude, que sustenta a primeira. Para ele, mesmo quando derrotado, um povo precisa recusar toda forma de servidão, pois a plena expressão da virtude está em defender o direito à liberdade.

As leis seriam o que garante a liberdade republicana, já que elas garantiriam a transferência momentânea de liberdade, não significando seu fim. A ameaça à liberdade vem de arbitrariedades e da não submissão às leis civis, que devem criar condições de convívio social contra a dominação. O que torna a lei obrigatória é sua conformidade com a justiça e não somente a vontade do soberano. Assim, a obrigação de obedecer aos comandos de um soberano depende dele ser justo, pois ele não é inquestionável, já que toda promessa de obediência política estaria vinculada à

preservação da liberdade. Ser livre é viver numa nação livre, determinada pelas vontades de seus membros (BARROS, 2016, p. 613- 616).

[...] Não há liberdade que subsista onde não há tal poder; e não temos outro meio de distinguir as nações livres daquelas que não são do que pelo fato de que as nações livres são governadas pelas próprias leis e magistrados seguindo seu próprio julgamento, enquanto as outras estão sujeitas voluntariamente ou pela força ao poder de um ou mais homens, sendo governadas de acordo com a vontade deles. A mesma distinção pode ser feita em relação às pessoas particulares. É um homem livre aquele que vive como melhor lhe convém, sob as leis decretadas pelo seu consentimento; e o título escravo só é atribuído ao homem que nasceu na casa de um senhor, comprado, tomado ou subjugado, ou que voluntariamente dá sua orelha para ser pregada ao poste, submetendo-se à vontade de outrem⁷²[...].

2.2.3 Marchamont Nedham (1620-1678)

Além de John Milton e Sidney, Marchamont Nedham foi uma figura representativa na construção do republicanismo inglês. Segundo Barros (2015, p. 261), embora não possa ser considerado um pensamento original ou inovador, produziu no período das guerras civis e interregno trazendo argumentos para o debate político. Como era comum na época, Nedham expressou muito de suas opiniões por meio de jornais impressos. Grupos de diferentes partidos ocupavam esse espaço, debatendo e divulgando suas ideias.

Ele nasceu em Burford, no condado de Oxfordshire, por volta de 1620, e estudou no *All Souls College*, onde terminou o bacharelado em 1637. Nedham ainda jovem, com 22 anos, tornou-se editor do *Mercurius Britanicus*, criado em 1643 para sustentar a causa parlamentar, contrapondo-se ao *Mercurius Aulicus*, que defendia a causa realista. O pensador, em geral, reproduzia muitos argumentos que fundamentavam a

⁷²[...] For no liberty can subsist where there is such a power; and we have no other way of distinguishing between free nations and such as are not so, than that the free are governed by their own laws and magistrates according to their own mind, and that the others either have willingly subjected themselves, or are by force brought under the power of one or more men, to be ruled according to his or their pleasure. The same distinction holds in relation to particular persons. He is a free man who lives as best pleases himself, under laws made by his own consent; and the name of slave can belong to no man unless to him who is either born in the house of a master, bought, taken, subdued, or willingly gives his ear to be nailed to the post, and subjects himself to the will of another [...]” (SIDNEY, Discourses concerning government, III, 21).

causa parlamentar, denunciando os vícios de Carlos I e a corrupção de nobres e bispos. Para ele, a defesa contra o rei era necessária por causa do povo. Diferente de Milton e Sidney, Nedham mudou bastante ao longo de sua vida, tendo, durante um tempo, apoiado a causa realista por receio de uma “ditadura parlamentarista”. Posteriormente, voltou a mostrar apoio a Cromwell, inclusive convencendo o povo a se sujeitar ao parlamento por terem removido um tirano que desrespeitou seus súditos. Segundo Blair Worden (2007), era um verdadeiro camaleão na vida política. No entanto, dono de um estilo marcante, acabava tendo lugar nas diversas correntes políticas que se formavam no decorrer do tempo.

Os editoriais de Nedham reproduziam os principais argumentos que fundamentavam a causa parlamentar: davam ênfase à característica limitada e mista da monarquia inglesa, violada por Carlos I, denunciando os abusos de poder real. Ele era contrário aos realistas e afirmava que o poder do rei era limitado pela antiga constituição, no seu exercício e em sua natureza, sendo que, quando a autoridade desrespeitava seus limites, o Parlamento, que era o legítimo representante do povo, tinha o direito e dever de impedir as arbitrariedades do rei, mesmo que tivesse que recorrer às armas. A oposição ao rei era, portanto, legal e necessária, e tinha como objetivo defender a liberdade dos ingleses (BARROS, 2015, p. 265).

No entanto, mesmo financiado pelo legislativo, fazia duras críticas aos parlamentares. Possivelmente essa é a causa do Parlamento ter suspenso a publicação do *Mercurius Britanicus* com a alegação que seus editoriais eram subversivos. Nedham chegou a ser preso por 12 dias e foi solto com a condição de abandonar a atividade jornalística. No entanto, quando um novo conflito se tornou eminente, ele passou a apoiar a causa real, sendo encarregado de um dos principais jornais defensores da realeza, ridicularizando os líderes do parlamento e denunciando os abusos do exército e a intransigência de seus generais. Após a morte de Carlos I chegou a ser preso novamente, escrevendo um panfleto no qual pedia clemência. Após fugir da prisão, fez um compromisso de lealdade à República. Dessa forma, conseguiu a complacência, como foi designado pelo Conselho de Estado para assumir o semanário da República⁷³ (BARROS, 2015, p. 266- 268).

⁷³ Diferentemente dos anteriores, Nedham tinha uma característica peculiar, sendo mutável e

Nedham serviu ao Parlamento durante a primeira guerra civil, ao rei na segunda, e depois ao regime puritano. Assim, durante as primeiras batalhas, por exemplo, criticava a debilidade do costume, já na segunda afirmava a força que vinha da tradição. A capacidade argumentativa do autor era reconhecida e, por isso, tomava lugar como colega diante dos que antes o tinham como inimigo (WORDEN, 2007).

Mesmo com esse aspecto, da fácil mudança de posição no quadro político, Marchamont Nedham não tem um estilo diferente de seus contemporâneos. De acordo com Worden (2007), ele carrega muitos dos traços presentes em Milton e Marvell, o primeiro, como vimos, defensor das causas republicanas e um dos maiores poetas de sua época, e o segundo, promotor das ideias realistas. Como eles, foi um poeta, sendo que a maioria dos seus versos são sátiras. No entanto, sua fama e conhecimento vieram do seu papel em textos políticos-jornalísticos da época, muito mais do que em seu talento poético (WORDEN, 2007).

A escrita de Nedham era, segundo Worden (2007), alegre, espirituosa, direta, lúcida e combativa, seduzia os leitores de forma muito efetiva. Era um gênero de escrita familiar a escritores como Milton e Marvell, que produziam categorias semelhantes e refletiam sobre acontecimentos que faziam parte do cotidiano inglês durante as guerras civis. Sua diferença parece estar na capacidade de cálculo quanto às vantagens que o novo regime poderia lhe trazer, numa visão menos romântica da política, estando de prontidão para uma eventual mudança de posição, caso as circunstâncias se mostrassem favoráveis. Sua inovação, aliás, está em conceber a política como governada pelos homens segundo os seus interesses, sendo que a saúde da comunidade depende da gestão dos interesses entre si, já que todas as ações são efeitos de interesses dos envolvidos.

Seu maior impacto foi nos semanários, espécies de panfletos que conseguiam atingir uma boa parte da população. O semanário *Mercurius Pragmaticus* representava

defendendo seus empregadores: “Exceto por alguns meses, já próximo da extinção do semanário com a restauração da monarquia, Nedham permaneceu como editor do *Mercurius Politicus*, mantendo seu posto nos sucessivos governos do regime republicano. A cada novo governo, ele denegria o anterior que havia defendido. Os heróis do passado se transformavam em vilões do presente e vice-versa. Isso lhe valeu a fama entre seus contemporâneos de camaleão, oportunista e vira-casacas, de um publicista sem princípios, sem convicções e sem honra, que apoiava a causa daqueles que lhe pagassem mais. Além de sua mutabilidade, talvez tenha mantido seu cargo, porque seus empregadores estimavam seu grande talento de propagandista” (BARROS, 2015, p. 270).

a propaganda realista e tinha como objetivo divulgar as ideias do Parlamento. Nedham trabalhou defendendo o rei, por ser contratado por ele. No entanto, em 1649, quando a guerra estava praticamente ganha pelo parlamento, o semanário foi fechado. Assim, nos próximos anos, Nedham praticou a medicina e colaborou com os levellers e também com os líderes do exército de Cromwell, visando um acordo com o rei. Como esse não se efetivou, ele foi para o lado da coroa, tornando-se, em 1647, então com 27 anos, editor de um dos mais famosos panfletos realistas (WORDEN, 2007).

Os panfletos seria uma forma de combate político da época, demonstrando as várias visões sobre o conflito. O número de panfletos era alto nesse momento também, por exemplo, George Thomason adquiriu 22 panfletos em 1640, e nos dois anos seguintes chegou a marca de 2000, enquanto, entre 1642 e 1660, reuniu 22.000, demonstrando a efervescência das ideias do período. Claramente o aumento no número de panfletos está relacionado também ao aumento do número de pessoas alfabetizadas, principalmente em Londres (BARROS, 2015, p. 262).

Em 1650, Nedham publica o texto *The Case of Commonwealth of England State*. Neste, dedica-se a enaltecer a superioridade da república sobre os demais regimes políticos, promovendo a paz e a segurança, proporcionando a riqueza e a prosperidade da nação. Embora, como podemos perceber, seu amor pela república tenha sido volátil na maior parte do tempo, por seu estilo de escrita e capacidade tornou-se um dos defensores desse sistema de governo, reconhecido mesmo posteriormente.

Na segunda edição da obra, o autor defendia obediência irrestrita ao novo governo com argumentos extraídos de *Defensio Regia pro Carlos I*, de Salmásio,⁷⁴ e de *De Corpore*, de Hobbes⁷⁵. Ou seja, ele retirava linhas de pensamentos de

⁷⁴ “Nedham recorda inicialmente as afirmações de Samácio de que o povo se submetia de duas maneiras: pela força e pelo consenso. Em ambos os casos, a transferência do poder para o governo, em troca de segurança e proteção, era irrevogável. Assim, mesmo quando não houvesse consentimento, o constrangimento pela força obrigava os conquistados a jurar obediência ao conquistador e a submissão tornava-se incondicional. Recorrendo a várias passagens do *Defensio Regia pro Carlos I*, Nedham enfatiza que todos os reinos ou repúblicas tiveram seu início marcado pelo recurso à violência, como já havia demonstrado anteriormente” (BARROS, 2015, p. 282).

⁷⁵ “Em geral, todas as citações feitas por Nedham da obra de Hobbes corroboram que a submissão ao governo instituído devia ser irrestrita sempre que os súditos tivessem a proteção e a segurança garantidas. A argumentação reproduzida era de que a principal causa da submissão ao governo era o medo de não ter outra maneira de defender e se proteger da violência de seus semelhantes. Por isso, os homens transferiram sua força natural a um poder comum capaz de garantir a proteção e segurança de todos. O governo surgia então da necessidade de viver em paz e segurança. Desse modo, não seria razoável colocar-se fora da proteção do governo estabelecido, opondo-se a ele, pois nenhum outro

tradicionais defensores da monarquia para defender a república, sendo audacioso em seus argumentos. Certamente, era uma forma de intervir no público de presbiterianos e realistas (BARROS, 2015, p. 282).

Após o fim da monarquia, era necessário que os ingleses aceitassem o novo regime. Da mesma forma que outros em seu período, Nedham recorre no texto a passagens bíblicas para fundamentar o novo governo. Além disso, remete aos gregos e romanos como exemplos. Para ele, havia a providência, a graça divina, que havia dado vitória aos parlamentares em detrimento dos realistas. A providência havia lançado ao pó as coroas, como ocorria no passado, demonstrando qual seria o caminho a seguir (NEDHAM, *The Case of Commonwealth of England State*, Cap I).

Da mesma forma que existem os ciclos naturais de existência, os governos também surgem e morrem após terem seu apogeu. Os romanos, por exemplo, fundaram um reino na ruína de seus próprios parentes, amigos e vizinhos. Assim como o mundo romano foi dividido posteriormente entre Oriente e Ocidente, os reinos mudam com o tempo, tendo um tempo determinado, sendo parte da própria natureza. A força da espada conquista e mantém, mas é necessário que exista paz e segurança, que é a condição para a manutenção do reino e do poder (NEDHAM, *The Case of Commonwealth of England State*, Cap 2).

Segundo Nedham, a excelência da República estaria no estado livre, pois protegeria os cidadãos da tirania, promoveria a paz interna e a segurança externa. Na defesa do regime, uma das suas maiores influências é Maquiavel (WORDEN, 2007).

De acordo com Barros (2015, p. 298), embora os textos de Maquiavel tenham sido proibidos no reinado de Elisabete I, eles continuaram a circular em manuscritos, sendo lidos e comentados no início da dinastia Stuart. No entanto, ainda não se destacava em um ambiente onde o que mais preponderava era o direito divino dos reis, a supremacia da *commom law* e o melhor tipo de monarquia. Além disso, era associado, na visão renascentista, à defesa de um projeto tirânico de poder. Entre 1646 a 1640, Edward Dracres publicou novas traduções do *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. A partir de então, suas ideias também começaram a ser usadas

poder seria capaz de defender-se da injúria dos semelhantes e do ataque dos inimigos” (BARROS, 2015, p. 283).

de forma mais propositiva, e não somente para insultar os adversários⁷⁶.

O próprio Nedham recorreu à fama do florentino para insultar seus adversários. Dessa forma, em editoriais do *Mercurius Britanicus*, quando defendia a causa parlamentar, acusou a rainha Henriqueta Maria de maquiavélica disfarçada. Após mudar de lado e defender a causa real, alertou seus leitores sobre os artifícios maquiavélicos dos generais do exército parlamentar, Fairfax, Cromwell e Ireton. No entanto, no governo do parlamento – *Rump* – denunciou as artimanhas, inspiradas nos pérfidos conselhos de *O Príncipe*, da maioria dos reis para conseguir e continuar no comando (BARROS, 2015, p. 301).

Semelhantemente a Maquiavel e ao próprio Harrington, Nedham utiliza-se dos romanos como exemplos para demonstrar que o povo era quem devia guardar a liberdade. Para o pensador italiano, a república romana era um exemplo para suas contemporâneas, pela sua durabilidade e possibilidade de vencer sobre muitas circunstâncias (WORDEN, 2007).

Além disso, ao tentar explicar as razões pelas quais o regime republicano sofria tantos ataques, o autor recorre às ideias de Maquiavel, replicando os motivos que aparecem nos textos do primeiro. Ou seja, a dificuldade que tem um povo que viveu sobre o domínio de um príncipe viver e desfrutar da liberdade da república:

No entanto, é uma maravilha ver como homens leves valorizam essa inestimável joia da liberdade que custou à Comunidade tanto sangue e riqueza; [...] Mas para isso existem duas razões especiais que podem ser coletadas dos sutis discursos florentinos sobre Lívio; que compara as pessoas que foram educadas sob uma monarquia ou tirania com animais que foram enjaulados ou confinados durante toda a vida num covil, onde elas parecem viver com tanto prazer quanto outros animais de fora, e se eles forem soltos, contudo, eles retornarão porque não sabem como

⁷⁶As ideias de Maquiavel foram usadas tanto para defender a monarquia como para justificar a morte do rei. “Inicialmente, os seus escritos destacaram-se na discussão sobre o governo de uma só pessoa. *O Príncipe* foi utilizado tanto a favor de Carlos I, principalmente no intervalo entre as duas guerras civis, para mostrar a necessidade do governo monárquico, mais adequado às circunstâncias políticas daquele momento, quanto para atacar o governo tirânico do rei, incentivando a rebelião. Depois da execução de Carlos I, vários panfletos recorreram ao opúsculo para justificá-la, destacando que o monarca inglês havia empregado práticas inspiradas nos ensinamentos do secretário florentino e, por isso, havia sido licitamente deposto e executado” (BARROS, 2015, p. 300). Além disso, após o fim da guerra civil, foram usadas contra o próprio Cromwell: “A imagem do príncipe Maquiavélico também foi utilizada para descrever Oliver Cromwell. No final das guerras civis, a conduta do general do exército parlamentar, em razão de sua ambiguidade e hipocrisia, era frequentemente associada às máximas de Maquiavel [...]” (BARROS, 2015, p. 301) No capítulo 4 entraremos em mais detalhes sobre a presença do florentino na Inglaterra.

valorizar ou usar sua liberdade. Tão forte impressão também é feita pela educação e pelo costume desde o berço, até mesmo em homens que são dotados de almas razoáveis, que eles escolhem viver naqueles lugares e sob costumes do governo em que foram criados⁷⁷ [...]

Assim, na linha de Maquiavel, Nedham entende, em seu texto, que o valor da liberdade é subestimado e desvalorizado mesmo para os que a tem. Isso se deve muitas vezes ao fato de não saberem desfrutar do que a liberdade traz, estando acostumados a estarem submetidos⁷⁸. Obviamente esse modo de vida livre estava imbricado à submissão ao novo governo que então se instituía, não sendo aconselhada a revolta. Para o autor, a rebelião deveria ser evitada, pois ela destrói, já que não se submetendo ao governo, priva as pessoas da proteção que dele vem, já que a segurança tem como contrapartida a obediência dos súditos (NEDHAM, *The Case of Commonwealth of England State*, Cap 3).

Para provar seus argumentos, o pensador recorre a Grotius ao afirmar que todo aquele que se rebela é um traidor que pode ser legalmente punido, pois, após uma conquista, todos devem se submeter ao novo governo, correndo o risco, caso não o façam, de ter sua garganta cortada. Mesmo que todos os governos tenham vindo da espada, a supremacia era de Deus e, por isso, todos deviam se submeter. Assim, a parte vencedora ter direito de impor sua vontade à que perde (NEDHAM, *The Case of Commonwealth of England State*, cap 3).

A sua principal intenção é mostrar que a força e o uso da espada tornam-se equivalentes ao consenso numa alteração de governo provocada por uma guerra civil. O argumento determinante é de que, se por consenso entende-se a concordância do povo ou da maior parte de seus representantes, ele não tinha condições de ter sido efetivado numa nação dividida por uma guerra civil, em que as controvérsias só puderam ser superadas pela força

⁷⁷ “Yet it is a wonder to see how lightly men prize this invaluable jewel of liberty which hath cost the Commonwealth so much blood and treasure [...] But for this there are two special reasons which may be collected out of the Florentine's subtile discourses upon Livy; who compares such as have been educated under a monarchy or tyranny to those beasts which have been caged or cooped up all their lives in a den where they seem to live in as much pleasure as other beasts that are abroad, and if they be let loose, yet they will return in again because they know not how to value or use their liberty. So strong an impression is made likewise by education and custom from the cradle, even upon men that are endued with reasonable souls, that they choose to live in those places and customs of government under which they have been bred [...]” (NEDHAM, *The Case of commonwealth*, L.II, cap 5).

⁷⁸ [...] há uma utilidade comum proveniente da vida livre que ninguém reconhece enquanto a possui, e essa utilidade consiste em poder cada um gozar livremente e sem temor das coisas que tem, em não duvidar da honra das mulheres e dos filhos, em não temer por si mesmo” (MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, L. I, cap. 16, p. 65).

da espada [...] (BARROS, 2015, p. 276).

Segundo Nedham, após o fim do reino anterior, até os acordos feitos são anulados quando as circunstâncias são modificadas. Assim, os presbiterianos e os realistas que haviam se comprometido com o governo deposto podem se submeter ao novo por estarem dentro da vontade da divindade (NEDHAM, *The Case of Commonwealth of England State*, Cap 3).

Uma segunda condição tácita latente nos juramentos promissórios é expressa nestas palavras a partir da divindade dos estóicos por Sêneca. [...] "Então", diz ele, "deixe-me ser acusado de falsidade e inconstância, se todas as coisas permanecerem como estavam no tempo que eu prometi, não cumprirei minha promessa. Caso contrário, qualquer alteração me deixa completamente em liberdade e liberta-me do meu compromisso"⁷⁹.

Na segunda parte de seu texto, ele muda da justificativa da submissão para os benefícios advindos do novo governo. De acordo com ele, os levellers, os monarquistas, os escoceses e os presbiterianos estão em oposição ao governo que existia naquele momento, pois era muito difícil deles efetivarem seus objetivos. A excelência é um estado livre e republicano, como havia se constituído. O uso das tropas mercenárias pelos monarquistas por auxílio de tropas estrangeiras é colocado pelo autor como maléfico, já que coloca poder demais em soldados externos⁸⁰ (NEDHAM, *The Case of Commonwealth of England State*, Parte II).

Além disso, como a monarquia havia caído, caso retornasse, agiria com extrema tirania para com o seu povo. Quanto aos levellers⁸¹, Nedham considera as propostas igualitaristas de democráticas deles como destruidoras da liberdade e amantes da licenciosidade, conduzindo a sociedade para a tirania, principalmente em razão da

⁷⁹ "A second tacit condition latent in oaths promissory is expressed in these words out of the divinity of the Stoics by Seneca [...] 'Then,' saith he, 'let me be accused of falsehood and inconstancy, if when all things remain the same as they were at the time that I promised, I shall not then perform my promise. Otherwise, any alteration whatsoever leaves me wholly at liberty and freeth me from my engagement'" (NEDHAM, *The Case of Commonwealth of England State*, Cap 3).

⁸⁰ "[...] Os argumentos utilizados – a inutilidade e o perigo de tropas mercenárias e seus inúmeros malefícios para quem as contrata; o descontentamento dos ingleses com a possível presença de um exército estrangeiro querer depois conquistar a Inglaterra – reproduziram quase integralmente a reflexão de Maquiavel sobre as armas mercenárias e auxiliares" (BARROS, 2015, p. 278). Como veremos, Maquiavel era muito presente em boa parte dos republicanos e suas obras faziam parte de muitas das reflexões do período.

⁸¹ Lembrando que ele havia demonstrando apoio a esse grupo anteriormente, Segundo Worden (2007), era um homem diferente para cada grupo diverso.

multidão desenfreada sem autoridade suprema.

Segundo ele, Aristóteles já havia combatido essas ideias por criminalizarem aqueles que nascem com mais propriedades e causarem distúrbios em sociedade. Além disso, critica os que acreditavam que as propriedades deveriam ser igualmente distribuídas, pois isso levaria a uma desestruturação social (NEDHAM, *The Case of Commonwealth of England State*, Parte II/ cap 4).

[...] E isso eles professam [...] como uma forma popular, ou um governo do povo, como o único preservador de paz e liberdade [...] E porque todas as pessoas têm uma igualdade de direito de escolher e serem escolhidas sem respeito ao nascimento, qualidade ou riqueza, todas as ordens de homens sendo niveladas neste particular, os promotores deste caminho não são, portanto, indevidamente chamados de "Levellers". De modo que este termo de nivelamento é equivalente à Isonomia de Aristóteles, que é traduzido *aequalitas juris*, a "igualdade de direito" anteriormente mencionado. E o mesmo autor diz, este apelo por "igualdade de direito" no governo em extensão introduz uma reivindicação de "igualdade de propriedades", e a criação de tais leis como as leis agrárias [...] por meio do qual se tornou criminoso para qualquer homem crescer mais rico que o comum⁸².

Para ele, a república seria mais próspera, já que todos os cidadãos se empenham em aumentar as suas riquezas, favorecendo a prosperidade pública, uma vez que todos se dedicam, diferentemente da monarquia, em que tudo pertence ao principado (BARROS, 2015, p. 306). Depois de instituída a república, a participação do povo no governo proporcionaria a liberdade, garantindo certos direitos. O interesse comum seria mais respeitado nas repúblicas, pois as paixões humanas são colocadas em função da comunidade por condicionarem o reconhecimento e a glória aos serviços prestados ao todo, e todos se submetem às leis.

Além do livro *The Case of the Commonwealth*, Nedham publicou em 1656 o *The excelencie of a free State*, escrito logo após a execução de Carlos I. Ele reunia editoriais do *Mercurius Politicus* selecionados e ordenados. É importante lembrar que,

⁸² “[...] And this they profess [...] to be a popular form, or a government by the people, as the only preservative of peace and liberty [...] And because all persons have an equality of right to choose and be chosen without respect of birth, quality, or wealth, all orders of men being leveled in this particular, therefore the promoters of this way are not improperly called "Levellers." So that this term of leveling is equivalent with Aristotle's Isonomi/a, which is translated *aequalitas juris*, the "equality of right" before mentioned. And the same author saith, this plea for "equality of right" in government at length introduceth a claim for "equality of estates," and the making of such laws as the agrarian laws enacted by the popular [...] it was made criminal for any man to grow richer than ordinary [...]" (NEDHAM, *The Case of Commonwealth of England State* Parte II/ Cap 4).

embora não seja um analista político, assim como Jonh Milton, ele publica textos visando influenciar seu ambiente intelectual, intervindo politicamente (WORDEN, 2007). Em sua introdução, recorre a Cícero ao alertar sobre o desejo que todo homem tem pelo poder, lembrando que o povo romano, por exemplo, só obteve a liberdade quando se livrou de seus reis, mantendo-a graças à conquista de certos direitos, como o estabelecimento de leis às quais todos deviam se submeter:

Quando os senadores de *Roma*, em seus respectivos Decretos e Escrituras, começaram a atender e a cortejar o Povo, chamando-os de *Senhores do mundo*; [...] Da mesma forma, quando *Atenas* deixou de ter Reis, o Poder não foi imediatamente para o Povo, mas passou imediatamente às suas mãos por influência de Sólon, que era um excelente Legislador. Como afirma *Cícero*, há um desejo natural de Poder e Soberania em todo homem: de modo que se alguém tiver uma oportunidade de apossar-se deles, raramente o negligenciam; e se lhes disserem que é seu dever fazê-lo, arriscam a vida e tudo para alcançá-los⁸³.

A liberdade é mais bem gerida e está mais presente nos regimes republicanos, que possibilita aos povos ampliarem em riqueza e em domínio. Para Nedham, parece claro que a liberdade está relacionada à posse de certos direitos, assegurado pela participação do povo no governo, por meio do próprio legislativo⁸⁴ (BARROS, 2015, p. 313).

A origem do governo explicaria muito desse papel da liberdade, já que ela estaria no próprio consentimento e, para isso, o pensador recorre, assim como Milton e Harrington, à passagem de Samuel, quando o povo de Israel pede a Deus um rei

⁸³ “When the Senators of *Rome*, in their publike Decrees and Orations, began to comply with and court the People, calling them *Lords of the world*; [...] In like manner, when *Athens* was quitted of Kings, the Power was no sooner declared to be in the People, but immediately they took it, and made sure of it in their own hands, by the advice of *Solon*, that excellent Lawgiver: for, as *Cícero* saith, There is a natural desire of Power and Sovereignty in every man: so that if any have once an opportunity to seize, they seldom neglect it; and if they are told it is their due, they venture life and all to attain it” (NEDHAM, *The Excelencie of a free State*, Introduction for the following Discourse).

⁸⁴ Maquiavel entende que a liberdade estaria sempre no conflito entre o povo e os grandes. No entanto, enquanto a elite não tem limites quanto ao seu desejo, o desejo do povo é mais verdadeiro, pois consiste somente em não querer ser dominado: “[...] Por isso, para Maquiavel, é razoável esperar que o povo cumpra com o encargo de zelar pela liberdade com menos avareza e que, não desejando apropriar-se do poder para dominar, não permita que outros o façam. O desejo do povo de não ser dominado parece mais próximo da liberdade, porque revela uma face importante de sua manifestação, que é a ausência da ambição de dominar. Como não deseja se apropriar do poder, mas apenas viver de maneira livre, o povo é capaz de salvaguardar melhor a liberdade, pois o seu interesse não se opõe à existência de um governo livre [...]” (BARROS, 2015, p. 318). Essas ideias foram incorporadas por Nedham, que acreditava que o povo era o verdadeiro guardião da liberdade, nesse caso, principalmente por meio dos seus representantes no legislativo. No capítulo 4 desta tese é analisado com mais cuidado o pensamento de Maquiavel e sua relação com Harrington.

(BARROS, 2015, p. 314). Da mesma forma que Harrington e outros autores, Nedham usou a passagem para demonstrar como Deus reconhecia a liberdade ao ponto de deixá-los escolher qual a melhor forma de governo. Lembrando o próprio Hobbes, como já vimos, Nedham entende que o governo advém do consentimento:

O governo natural é considerado a primeira forma de governo, presente em épocas passadas, sustentado apenas na vontade e na espada do patriarca. Por não estar submetida a qualquer tipo de controle, ela foi substituída pelo governo político, que não estava mais fundamentado no direito natural de geração, mas no consenso ou no acordo mútuo entre os homens que desejavam viver em sociedade civil (BARROS, 2015, p. 313).

A vontade expressa do povo era considerada o verdadeiro fundamento da autoridade, diferentemente, inclusive, do que o autor afirmava em *The Case of the Commowalth of England State*, quando enfatizou a força da espada. Mesmo não havendo um pacto entre o povo e o soberano, como em Hobbes, é enfatizado o direito que o povo tem de escolher a melhor forma de governo, visando sua segurança e proteção.

Assim como Harrington, Nedham defende a separação entre quem faz as leis e quem as executa, já que acredita que todos os lugares bem-sucedidos, em termos de governo, tinham essa diretriz. O poder de fazer as leis devia estar na Assembleia de representantes do povo, enquanto executá-las devia estar na mão de uma ou mais pessoas, especialmente os mais capacitados e prudentes (NEDHAM, A Excelência do Estado livre, IV).

Em 1654, Nedham publica o texto *A True State of the Case of the Commowalth of England, Scotland and Ireland*, justificando o estabelecimento do protetorado. Segundo ele, o governo teria advindo da própria providência divina. O panfleto abordava os equívocos de concentrar o poder nas mãos de uma pessoa somente, o que abriria as portas para a corrupção e tirania e a negligência do interesse público. O parlamento havia errado ao concentrar em suas mãos tanto o poder de fazer as leis como executá-las, o que não era benéfico para a liberdade, pois abria caminho para o poder arbitrário.

No protetorado, no entanto, a autoridade legislativa estaria no Parlamento e a executiva em Cromwell, possibilitando a divisão dos poderes, ou seja, ela estabelecia fundamentos mais sólidos para a República. Para ele, a nova constituição não somente

permanecia na manutenção da liberdade conquistada, mas na maior segurança que o povo tinha para desfrutar seus direitos, podendo, por meio de seus representantes, modificar as leis⁸⁵ (BARROS, 2015, p. 344- 348).

O regime misto, dessa forma, assegurava tanto os direitos e as liberdades dos súditos quanto a harmonia e a estabilidade da república, por meio da separação e do balanço das funções do governo – monarquia seria o Lorde Protetor, a aristocracia o conselho de estado e a democracia o Parlamento. Essa ideia, muito semelhante a Harrington, esteve presente neste autor como elemento fundamental da continuação da liberdade. Nedham, muito semelhante a Harrington, também estabelece regras que deveriam ser seguidas para que a República e a liberdade estejam guardadas, entre elas não tolerar mais reis e não permitir que uma família chegue a concentrar todo o poder⁸⁶. Essa separação dos poderes ao mesmo tempo que impedia a anarquia, garantia a manutenção das liberdades.

Para Worden (2007), Nedham foi o primeiro de uma série de escritores do século XVII que, após a restauração e a própria revolução de 1688, encontraram certa estabilidade, mesmo com as diferentes posturas diante das transformações da política. Mesmo estando num terreno frágil e mutável, o pensador soube, com profissionalismo e inteligência, persuadir. Ele criou, com o tempo, aversão a slogans e a posturas rígidas; para seus inimigos, era um camaleão, para outros, era reflexivo e sabia

⁸⁵ “Em sua análise do Instrumento de Governo, Nedham destaca inicialmente que a nova constituição depositava todos os atributos da soberania no povo de maneira direta ou indireta. Ela reservava ao povo, representado no Parlamento, o poder de fazer, alterar e anular as leis, que era o principal atributo da soberania; e, para que o exercício deste poder não fosse prejudicado, ela assegurava uma sucessão contínua de assembleias. A nova constituição não deixava ao arbítrio de uma pessoa convocá-las ou não, e determinava de maneira clara os procedimentos para o seu estabelecimento: estipulava o processo de eleição de seus membros, a qualificação necessária para os eleitores e para os candidatos, a forma de homologação dos eleitos, entre outras medidas [...]. Ela ainda assegurava ao Parlamento o efetivo exercício do poder soberano, ao restringir a prerrogativa ilimitada do veto no processo legislativo [...] A Nova Constituição estipulava claramente o prazo de 20 dias para o Lorde Protetor se pronunciar sobre os projetos de lei encaminhados pelo Parlamento; e se não o fizesse, os projetos se tornavam automaticamente leis (BARROS, 2015, p. 348).

⁸⁶ “Nedham propõe então um conjunto de nove regras a serem seguidas pelo povo inglês: não tolerar mais reis ou qualquer forma de expressão do poder monárquico; não permitir que cidadãos se tornem muito poderosos [...]; não deixar que o poder e a autoridade permaneçam nas mãos de uma mesma pessoa ou família por muito tempo; não permitir que membros de uma mesma família ocupem altos postos de comando ao mesmo tempo [...]; manter a majestade e a autoridade dos sufrágios populares [...]; manter o comando do exército e exercitar-se continuamente no uso das armas [...]; educar e instruir os jovens nos princípios da liberdade, para que eles sejam formados nos valores de um Estado livre; fazer uso da liberdade com moderação para que ela não se transforme em licenciosidade; e não perdoar os inimigos da liberdade, condenando-os severamente e de maneira exemplar” (BARROS, 2015, p. 335).

compreender o momento em que se encontrava.

2.3 Oceana como reino da liberdade

Jonh Milton, Sidney e Nedham são exemplos desse movimento republicano que se instalava na Inglaterra. De diferentes formas, eles buscavam a liberdade para o povo e a participação política. Há lugares comuns, e isso precisa ser salientado, sendo que isso se refere tanto ao uso da Bíblia como dos antigos como pontos de referência, reflexão e ilustração que deviam nortear a busca pela liberdade na Inglaterra moderna. *Oceana* está dentro desse contexto, sendo uma obra que busca apresentar a república como um reino da liberdade e da plena realização das virtudes cívicas. O governo misto como ideal foi usado para combater a monarquia de Carlos II e evidenciar novas formas de governo passíveis de serem estabelecidas.

Embora *Oceana* seja considerada uma utopia, ela estabelece uma base jurídica para o republicanismo, como uma evolução clara das formas de estados constituintes. Seu republicanismo e sua defesa não partem de uma justificativa por meio de uma comparação entre as diversas formas de governo, mas como uma solução diante do inevitável curso em que a história se encontrava. Para isso, Harrington descreve, de forma detalhada, toda maneira como o *Oceana* deve se constituir, a divisão de poderes e como essa forma manterá a paz e a estabilidade política.

A justificativa, no entanto, para a república na Inglaterra, passa pelas mudanças sociais, pela propriedade da terra e pelo proprietário-cidadão-soldado. O conceito foi possivelmente inspirado na Antiguidade greco-romana, que tinha como pressuposto o melhor soldado como o cidadão que lutava por sua terra e não tropas de mercenários, que lutariam por dinheiro e seguiriam o general ou o líder carismático.

Segundo Barros, essa relação de Harrington com a Antiguidade para relacionar as mudanças políticas com fatores econômicos demonstra um esforço de justificar sua argumentação através de noções conhecidas, como aquelas de Aristóteles, conferindo autoridade ao seu argumento (BARROS, 2015, p. 379). A apropriação tem como fundamento, dessa forma, usar a autoridade do filósofo grego como fundamento para suas principais proposições. Além disso, como vimos, ele constantemente utilizará Veneza como exemplo de governo a ser adaptado para *Oceana*.

De acordo com Pocock, em *The Machiavellian Moment: florentine political thought and the atlantic republic tradition*, esses pressupostos fazem parte do humanismo cívico, presente em muitos autores contemporâneos de Harrington, como vimos. Baseados na virtude cívica, advinda principalmente de Aristóteles, imaginava-se que a participação política constituía o principal fundamento da cidadania. Para o pensador inglês, o corpo político seria formado pela combinação dos corpos que o compõem, sendo a lei civil a expressão da vontade de seus membros. A consequência disso é que a própria liberdade é a vontade dos membros do corpo político, tanto dos corpos naturais como políticos (BARROS, 2015, p. 412).

Entre o mundo moderno e o antigo, Harrington, assim como diversos autores, se utilizará de exemplos para justificar o que desejava para seu estado. Para ele, por exemplo, o conceito da propriedade de terra como responsável por nortear o modelo político é essencial, demonstrado através da própria história. Por exemplo, Roma teria perdido sua supremacia por negligenciar a lei agrária; assim, para que houvesse estabilidade, seria importante dar a devida atenção a essa faceta importante (BARROS, 2015, p. 381). *Oceana* não negligencia esse aspecto, possibilitando um reino de paz e permanente, forte diante das mudanças e intempéries.

Como abordado no primeiro capítulo, presente e passado são realidades contínuas que se unem na reflexão e na apresentação de um reino utópico como é *Oceana*. Sendo a república ainda não existente, e estando a Inglaterra longe do que desejava Harrington, parece um caminho plausível apresentar esse reino imaginado por intermédio de elementos clássicos, bíblicos e referências a autores contemporâneos conhecidos, sem diferenciação, já que, para ele, haveria uma linha contínua e ininterrupta entre presente e passado. Inspirando em modelos de liberdade de seu momento e do passado, Harrington construirá sua própria forma de estabelecer um estado bom e estável.

A releitura de vários autores aplicados às lutas políticas presentes no continente europeu serviram de inspiração para que os humanistas criassem sua própria leitura de mundo. Entre eles, destacam-se, em nosso caso, aqueles que de certa forma se fazem presentes na maneira como Harrington entende a política e como ela deve ser construída. Certamente, eles não estão presentes como meros elementos estéticos, mas exemplificam uma forma de governo que só era conhecida em parte pelos

ingleses – a experiência republicana – sendo necessário que ele remetesse à Antiguidade para mostrar a profundidade e coerência de seus argumentos.

Para nosso pensador, todos os autores advindos da Antiguidade faziam sentido na medida em que refletiam valores ligados ao “republicanismo”. Para historiadores como Pocock (2003), isso ocorre devido a uma releitura de Aristóteles, que entende a República (*politeia*) como “coisa do povo”, uma comunidade política bem organizada, com boa governança e que colocasse o bem comum acima dos interesses particulares, designando qual seria a melhor das constituições clássicas. Essa releitura, de acordo com Pocock, procura ressignificar conceitos, como *virtú* (*arete*, no caso grego), que foram caros à Antiguidade, mas que são lidos na modernidade e aplicados pelos que se apropriam das leituras. Segundo ele, em contextos não esperados, como a própria guerra civil inglesa, é possível identificar traços desse republicanismo, assim como de leituras bíblicas, nos discursos entre os puritanos e os monarquistas.

Nesse sentido, muitos desses valores republicanos presentes em autores da Antiguidade *delinearão a escrita* de Harrington e a forma como ele descreveu a república de *Oceana*. Em sua obra, Harrington usa a expressão “commonwealth” como correlação da república, tanto moderna como antiga, fazendo uma conexão evidente entre os dois termos. Para ele, *Oceana* tem características presentes na “República dos Antigos” que ecoam na modernidade, traduzindo um governo estável e seguro, como a história já teria demonstrado. Essa relação, contínua para ele, como demonstrei no primeiro capítulo, entre passado e presente, é uma das principais linhas em seu pensamento, e por meio dela é possível compreender o uso dos Antigos em sua escrita, na busca da liberdade republicana.

Além disso, para que a República realmente fosse efetiva e funcionasse, era necessário que fosse o reinado de leis e não de homens. Se tudo dependesse de uma vontade arbitrária, não haveria liberdade, já que era passível de mutação constante e isso tornava a população dominada por poderes arbitrários:

Na concepção de Harrington, a liberdade não pode ser apenas o espaço deixado pelas leis, se estas leis dependem de uma vontade arbitrária. É preciso proteger a liberdade dos cidadãos dos poderes discricionários que são capazes de avançar sobre ela. A liberdade é perdida não somente pela interferência de obstáculos à ação, mas também pela existência de poderes arbitrários, que podem interferir quando desejarem [...] a liberdade dos

cidadãos e do corpo político se asseguram mutuamente [...]. A finalidade da lei civil, expressão da vontade de seus membros, é a própria liberdade dos corpos naturais e do corpo político (BARROS, 2015, p. 411 e 412).

Como venho demonstrando, essas “reflexões republicanas” estão presentes no contexto social e intelectual do período e são bases para a concepção de república no *Oceana* de Harrington. Por intermédio da leitura de autores como Políbio, Aristóteles e Cícero, ele irá formar a base de seu pensamento, fundamentando os alicerces do reino estável que pretendia criar. Nesse sentido, muitas ideias são resgatadas, como a república como o governo da lei e não do poder pessoal e como o reino da plena realização do indivíduo. A cidadania terá um papel fundamental, vista por muitos antigos, e agora pelos humanistas, como comprometimento do cidadão com a vida pública, a única que realmente têm sentido, e através da qual o homem atinge a sua plenitude.

De acordo com Catroga (2011, p. 38), para vários humanistas – aqui, incluímos nosso autor – Roma era onde estavam potencializadas a virtude e a honra que se desejava construir na modernidade. A busca da virtude parece ter unido uma grande gama de pensadores modernos, compreendendo-se que por meio dela se construiria reinos sólidos, estáveis e íntegros. A própria ditadura romana, chamada nos textos de “tirania”, era vista como veículo de manutenção da República e de sua permanência, necessária durante um curto período de tempo. Semelhantemente ao amor dedicado aos amigos e à família, o amor à pátria dava sentido e fortalecia o sentido comunitário de Roma e era visto como exemplo por grande parte dos leitores da modernidade.

De acordo com Alberto Ribeiro de Barros, o ideário republicano vai ser construído na Inglaterra a partir do século XVII, principalmente após a dinastia Tudor, em virtude da propagação de valores humanistas. Havia propostas que se inspiravam numa possibilidade de república, mas elas geralmente estavam mais no âmbito da especulação do que da crença de uma efetiva transformação do regime político. Ideias republicanas surgiram, assim, nas críticas aos Stuart, depois no curso das guerras civis e em tratados e panfletos que discutiam a rebelião no Parlamento. Seu ressurgimento, no entanto, ocorreria após a execução de Carlos I, em 1649, ou seja, provavelmente mais como consequência que causa do fim da monarquia (BARROS, 2015, p. 36):

[...] Ao retornar de sua viagem à Itália, Thomas Starkey propôs ao rei Henrique VIII um conjunto de reformas inspiradas em princípios republicanos, a fim de reparar o que ele considerava uma situação de corrupção. Philip Sidney também sugeriu à Elisabete I algumas mudanças políticas, com base nos modelos de repúblicas antigas, a fim de tornar o governo inglês mais virtuoso. Porém, essas propostas ficavam restritas ao campo da pura especulação[...] (BARROS, 2015, p. 35) [grifos meus].

Para a concepção republicana, as ações do corpo político eram determinadas pela vontade dos membros como um todo. Sendo assim, só seria possível desfrutar da liberdade num Estado livre, definido como autogoverno, quando as leis que regem o corpo político são decretadas pelos seus membros ou através de seu consentimento (SKINNER, 1999, p. 26). Harrington faz parte dessa conjuntura maior inglesa, que tem no republicanismo uma forma de inspiração e direcionamento político, diferente do que o país vivia até então. Várias matrizes de pensamento formaram na Inglaterra o que se chamou de republicanismo, principalmente a ciceroniana, a humanista e a maquiaveliana (BARROS, 2015, p. 37). Certamente, tais contextos se fazem presentes em nosso autor, assim como suas leituras, debates e estudos.

Indubitavelmente, a apropriação que Harrington faz não é linear ou num sentido único, já que além da leitura dos clássicos, ele debate o tempo todo com os leitores bíblicos e com os que admiravam Maquiavel, sendo ele um dos que se utiliza de suas ideias. De Maquiavel, como demonstrarei, Harrington emprega as ideias relacionadas à necessidade de construir elos entre os indivíduos pertencentes a certa comunidade, tanto por intermédio da virtude como da religião, através da “religião civil”. Além disso, seus diálogos com o pensador são constantes, sendo um dos autores com que ele mais se relaciona ao longo de sua obra.

Para Harrington, a formação da república tinha fortes elos com os autores antigos, salientando-se Políbio pela concepção do governo misto. Não sem sentido, em seu texto ele reserva a primeira parte para falar sobre a prudência antiga e como ela era representada. Os elos são tão marcantes que se torna difícil compreender seus fundamentos sem perceber as linhas por onde caminham seus pensamentos, baseadas na Antiguidade. Conforme seu texto vai se desenrolando, o autor procura apresentar os fundamentos de seu pensamento sem a necessária preocupação de demonstrar a fonte de seu pensamento. Assim, podemos delinear certos caminhos e

aproximações em razão do que estava em voga em seu momento, na tentativa de apreender e compreender as linhas centrais de seu pensamento.

Como demonstrado nesse capítulo, a busca pela liberdade não marcou apenas a trajetória de Harrington, mas de vários que com ele pensaram seu contexto social e político. A república como governo ideal, por abranger as várias facetas de um governo, tornou-se voga para muitos pensadores. A pequena experiência inglesa não frustrou os que ainda se detinham na admiração do passado e da própria Veneza. Para esses, a história e os autores clássicos demonstravam como a república era a forma de governo mais capaz de trazer a paz e a estabilidade desejável na convulsionária Inglaterra.

III. Prudência Antiga: raízes clássicas no *Oceana*

Em seu livro *Liberdade antes do liberalismo*, o historiador Quentin Skinner (1999) procurou demonstrar a ascensão e queda da teoria neo-romana de liberdade. Segundo ele, no período sobre o qual temos nos debruçado, essa visão foi predominante, sendo muito marcante no século XVII inglês. Posteriormente, seria usada até mesmo pelos colonos norte-americanos em sua luta contra a metrópole.

Como observado no capítulo anterior, os conceitos de liberdade permearam não somente Harrington, mas também seus contemporâneos. Como salienta Skinner (1999), o liberalismo, surgido a partir do século XIX, reduziu e quase anulou os conceitos centrais sobre liberdade política que marcaram o período moderno, principalmente durante o Renascimento. No entanto, no século XVII, período em que vivia Harrington, o conceito de liberdade advindo da Antiguidade permeava a argumentação e a reflexão dos que buscavam seu lugar na plataforma política.

O debate sobre onde estava a efetiva soberania e, como consequência, como o Estado deveria se configurar, se em monarquia ou república, trouxe muitos debates às terras inglesas (SKINNER, 1999, p. 17). Hobbes é um dos nomes marcantes desse período, por trazer discussões sobre a soberania e a representação. Para ele, o Estado abrangia uma grande multidão, podendo ser representado por uma pessoa só – o rei – ou uma Assembleia. Na medida em que o poder soberano representa todos os que fazem parte da comunidade, seu poder não deve ser questionado, pois seus atos foram aprovados pelos próprios súditos quando abriram mão de seu direito ao entrarem na vida em comunidade. Embora outros monarquistas também tenham se detido e refletido sobre a questão da soberania, ninguém a formulou como Thomas Hobbes.

[...]Consequentemente, aqueles que já instituíram um Estado, dado que são obrigados pelo pacto a reconhecer como seus os atos e decisões de alguém, não podem legitimamente celebrar entre si um novo pacto no sentido de obedecer a outrem, seja no que for, sem sua licença. Portanto, aqueles que estão submetidos a um monarca não podem sem licença deste renunciar à monarquia, voltando à confusão de uma multidão desunida, nem transferir sua pessoa daquele que dela é portador para outro homem,

ou outra assembléia de homens. Pois são obrigados, cada homem perante cada homem, a reconhecer e a ser considerados autores de tudo quanto aquele que já é seu soberano fizer e considerar bom fazer [...] (HOBBS, *Leviatã*, XVIII).

Para o filósofo inglês, era livre aquele que não tinha impedimentos para seu andar, no sentido de deslocamento. Assim, quando o indivíduo age de acordo com a lei, não é contra a sua vontade, já que, observando as consequências que podem advir de não obedecer, prefere fazer o que a lei determina. Nisso está colocado sua vontade e liberdade, de acordo com o Hobbes. Por outro lado, se a lei não se coloca sobre uma dada situação, o sujeito é completamente livre como súdito. Os atos do soberano são previamente aprovados pelos subordinados porque eles abriram mão do *estado de natureza* para estar sob a proteção do rei.

O objetivo central de Hobbes era contrapor à concepção tradicional de liberdade, ligada a *civitas*, endossada por Harrington. Essa concepção de liberdade, como observamos no capítulo anterior, esteve presente em vários pensadores republicanos do século XVII. John Milton, Nedham e Sidney são contemporâneos de Harrington e também utilizam a concepção de Estado Livre para embasar suas ideias. Ou seja, o rei não é soberano porque Deus o quis nem o pode ser eternamente por causa do pacto, mas somente o é enquanto existir vontade conjunta para tanto e garantindo que ele consiga manter as liberdades do povo.

É importante perceber, portanto, o debate intelectual em que Harrington se insere. Onde a soberania está, no povo ou no governante⁸⁷? Uma vez o poder entregue, ele pode ser retomado? Quais os limites do poder que governa? Dependendo da linha do pensador, a resposta a essas questões permeará pontos muito diferentes. Para aqueles que acreditavam que o poder estaria no próprio povo, a qualquer momento o rei poderia, sim, ser deposto e ter questionada sua autoridade. Para outros, que acreditavam no absolutismo, como Hobbes, uma vez entregue o poder, este não

⁸⁷ Essas perguntas eram em muito retomadas da própria Antiguidade por meio de Aristóteles: “Outra pergunta é: ‘Em que reside o poder supremo do Estado [*pólis*]? No povo [*demos*]? Na classe dos proprietários? No bem? Num homem, o melhor de todos? Num tirano? Existem objeções a todas essas indagações. Suponhamos que o povo [*demos*] seja autoridade suprema; não seria injusto se a superioridade numérica do povo fosse utilizada para fazer a distribuição dos bens dos ricos? O fato de tal distribuição advir de uma decisão válida do poder supremo tiraria do ato seu alto grau de injustiça? Se a maioria, tendo colocado as mãos em todas as coisas, distribuísse as posses da minoria, estaria, obviamente, destruindo o Estado” (*Política*, III, 10).

deveria ser retomado sobre o risco de cair novamente no *estado de natureza*.

Para responder tais questões, nosso autor recorre a autores da Antiguidade da mesma forma que o faz com Maquiavel. Para Harrington, todos eles demonstravam como o Estado deve ser configurado e quais são suas características. Entre os antigos e modernos, Harrington procura demonstrar ao seu leitor como se configura esse Estado ideal, o *Oceana*, que, ao mesmo tempo que tem características da Antiguidade, também se inspira em modelos que são seus contemporâneos.

Como poderemos observar, o modo como Harrington se apropria dos textos nem sempre aparece de forma clara. Em certos momentos, ele cita os autores diretamente, em outros, no entanto, podemos fazer aproximações e possibilidades de releituras feitas pelo autor. O público imaginado por ele certamente conhecia tais obras, e fazia sentido a forma como ele se apropriava delas.

James Harrington divide *Oceana* em duas partes principais. Inspirado em um autor chamado Janotti, do qual não chega a mencionar mais detalhes, afirma que a história do mundo foi dividida em dois períodos: um que iniciaria com a “República de Israel”, terminando com o fim do Império Romano com a chegada dos bárbaros, e outro que teria seu auge com a modernidade e com a consolidação de *Oceana*.

Fundamentando seu reino, o pensador teria prudência – primeiramente a antiga⁸⁸, posteriormente moderna – conceito que embasa tanto a primeira como a segunda parte de seu discurso. Embora os dois momentos se juntem para a consolidação de estruturas essenciais no pensamento do autor, a divisão tem sua razão de ser, já que na primeira parte ele explora a prudência antiga e o que ela significou no contexto da Antiguidade⁸⁹, e na segunda se detém em Maquiavel, que seria o sentido da prudência moderna.

A prudência, portanto, é um conceito chave que embasa toda sua linha

⁸⁸ Nas partes posteriores deste capítulo, apresento a semelhança de pensamento entre Políbio e Harrington. Neste caso, é curioso salientar que o cidadão ideal para o historiador grego tinha coragem, moderação, prudência e sagacidade. Ou seja, o cidadão se mostrava capaz de antever o futuro e compreendia a postura errônea como irracional, sendo marcada pelo álcool e por povos bárbaros – como gauleses e celtas – assim como multidões e mulheres (SEBASTIANII, 2016, p. 39).

⁸⁹ Segundo Fink (2011, p. 54), é justamente essa divisão entre a prudência antiga e moderna que marca a singularidade de Harrington, assim como a tripartição dos poderes. Tais características farão dele um autor emblemático e único, mesmo que, como vimos, vários defendessem a República como maior meio de efetivação da liberdade.

argumentativa. Por meio dela, o governo se estabelece e pode se manter com os anos. Ela existiria no passado assim como em seu mundo presente, e sem ela não era possível a permanência do Estado. Assim, seguindo o autor, apresento as referências das duas prudências, tanto neste capítulo como no posterior. Compreender como ambas são apresentadas em seu texto é fundamental no entendimento do que o autor entende como República.

Dessa forma, neste capítulo, retomando algumas ideias já apresentadas anteriormente, busco estabelecer e demonstrar as principais bases advindas da Antiguidade para o republicanismo de Harrington. Entre o mundo moderno e o antigo, o jogo retórico do pensador inglês procura demonstrar o quanto seu modelo de governo é sólido e tem bases que vão além de em seu momento.

Para isso, destaquei, tendo como base a própria leitura do texto, três autores principais em sua argumentação: Aristóteles, Políbio e Cícero. Por meio dessas bases, o pensador procura defender sua forma de pensar e como é possível construir um governo estável e duradouro, percebendo que, para ele, a república é o reino da liberdade e da estabilidade. As referências têm, de um lado, o sentido de convencer seu leitor, que com ele partilha textos e formas de entendimento sobre a Antiguidade e, de outro, construir sua própria percepção de Estado, os limites que deve ter e as possibilidades de ressignificação política.

É importante lembrar que, para nosso autor, como apontamos no capítulo primeiro, não há uma diferença entre o seu mundo e o dos antigos. Existia uma espécie de natureza humana que unia séculos de história e permitia respostas semelhantes às mesmas questões, pois há características entre os homens que os tornam comuns. Se a Antiguidade pôde ter respostas aos seus próprios problemas, claramente o podia fazer na Inglaterra moderna também, estabelecendo rumos e dando diretrizes ao governo. Mesmo que seus inimigos discursivos também recorressem à Antiguidade, o desejo de Harrington era demonstrar aquela que, em sua visão, seria a apropriação correta de tais noções. Claramente, como observado na própria *Estética da Recepção*, as conexões entre suas ideias e os antigos, ou com a própria Inglaterra de Harrington, se dão pelas perguntas que fazemos aos textos clássicos.

Se para o pensador inglês o modelo de governo era o republicano, suas referências eram as da Antiguidade, seus usos e suas apropriações, bem diferente do

que faz Hobbes, por exemplo. Dessa forma, sua linha de pensamento, suas escolhas e referências tem a ver com os objetivos que tem como alvo: demonstrar como o Estado deveria se configurar. Sua escolha não foi pelas armas, mas pela retórica, estabelecendo as estratégias argumentativas para convencer seu leitor.

3.1 A República e o conceito de liberdade

O momento do governo de Cromwell parece ter sido o ápice das ideias republicanas e libertárias na Inglaterra Moderna. É nesse momento, após a convocação do parlamento, que Nedham publica *The Excellency of a free state* (“A Excelência do Estado livre”) e James Harrington apresenta seu texto *The Commonwealth of Oceana*, considerado o mais original texto sobre o estado republicano e livre. O último traço desse movimento antes da volta da monarquia foi a publicação, por Jonh Milton, de *The Readie and Easie way to Establish a Free Commowalth* (“Caminho para o estabelecimento de uma comunidade livre”), quando já havia preparações para Carlos II assumir o trono (SKINNER, 1999, p. 25).

Como procurei apresentar no capítulo anterior, para os que refletiam sobre a liberdade romana, estava em jogo principalmente a liberdade política, que fazia com que um homem não fosse servo ou escravo de outro, mas qualquer indivíduo pudesse estabelecer seu direito politicamente. Maquiavel, como veremos, tornou-se um dos mais presentes autores para os que acreditavam na liberdade como pressuposto e na República como governo ideal. Para a maioria desses autores, a autonomia e a liberdade eram naturais, dadas pela própria justiça primária (POCOCK, 1975).

Para eles, essas crenças eram elementares, e era sua tarefa demonstrar que, quando a soberania é delegada a alguém, ela é meramente atribuída por um determinado período, não eternamente. Ninguém detém o poder de forma permanente sem o consenso de que suas decisões são boas para o povo. Para os que se inspiravam nos ideais de liberdade, apropriados do mundo romano, era inconcebível a suposição de Hobbes, por exemplo, de um governo que não poderia ser mudado graças ao pacto realizado antes da própria fundação do Estado.

A noção de um estado de natureza e a afirmação de que esta é uma condição de liberdade perfeita eram suposições inteiramente alheias aos textos romanos e renascentistas. Entre os autores do século XVII, contudo, elas deram lugar à alegação de que estas liberdades primitivas devem ser reconhecidas como direito de nascimento concedido por Deus, e, portanto, como um conjunto de direitos naturais que, na expressão de Milton, torna-se “um fim principal” do governo proteger e preservar [...] (SKINNER, 1999, p. 28).

Em geral, as liberdades aclamadas têm relação com o discurso de movimento⁹⁰ (caso de Hobbes) e de contrato, além de respeitar a propriedade. Por buscarem ideias em comum e terem a liberdade como norte, tais pensadores e políticos, segundo Skinner (1999, p. 31), pertencem a mesma escola de pensamento, que luta pela liberdade civil. No entanto, mais do que a liberdade individual, a ênfase se daria nas comunidades e nações, bem como, posteriormente, nos homens como indivíduos. O próprio Harrington afirma, em seu *System of Politics*, que a forma de um governo é a imagem de um homem. Ou seja, para eles, não haveria homem livre sem a coletividade liberta; a metáfora do corpo teria como fundamento o bem-estar e, como consequência, do indivíduo. A comunidade livre é gerida pela vontade de todos, não de uma parcela somente.

Embora a recepção do período estivesse principalmente relacionada aos autores romanos, é importante lembrar a importância de Aristóteles, como vimos no capítulo anterior. Para o filósofo grego, o homem só era completo quando tinha ação política, aquele que não participava e vivia no comando de outro, era um não-homem. O escravo, aliás, tinha essa condição por sempre depender do arbítrio do seu senhor, dependendo da boa vontade desse para realizar qualquer coisa (Política, III, IV).

Para boa parte dos autores do período, ser livre significava, como temos observado, viver sob o domínio de leis, reconhecidas e promulgadas por todos os que

⁹⁰ Para Hobbes, todo o conhecimento tinha origem no movimento: “Do mesmo modo que tantas outras coisas, a natureza (a arte mediante a qual Deus fez e governa o mundo) é imitada pela arte dos homens também nisto: que lhe é possível fazer um animal artificial. Pois vendo que a vida não é mais do que um movimento dos membros, cujo início ocorre em alguma parte principal interna, por que não poderíamos dizer que todos os autômatos (máquinas que se movem a si mesmas por meio de molas, tal como um relógio) possuem uma vida artificial? Pois o que é o coração, senão uma mola; e os nervos, senão outras tantas cordas; e as juntas, senão outras tantas rodas, imprimindo movimento ao corpo inteiro, tal como foi projetado pelo Artífice? E a arte vai mais longe ainda, imitando aquela criatura racional, a mais excelente obra da natureza, o Homem. Porque pela arte é criado aquele grande Leviatã a que se chama Estado, ou Cidade (em latim *civitas*), que não é senão um homem artificial, embora de maior estatura e força do que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado [...] (HOBBS, Leviatã, Introdução).

participam da vida política (SKINNER, 1999, p. 36). Com a dificuldade de participação de todos que fazem parte da comunidade, o ideal seria uma República representativa, que por meio da eleição escolhe seus representantes. A democracia, no sentido contemporâneo, não seria o ideal, mas uma representação de todos os segmentos sociais sem que houvesse uma igualdade jurídica, já que todos teriam um papel diferente a desempenhar. Harrington, por exemplo, entende que a o senado representa a aristocracia enquanto a assembleia representa o povo. A centralidade da constituição mista, no entanto, cravava suas bases na Antiguidade se valia dela para justificar sua existência.

Para Vickie Sullivan (2004), inclusive a junção entre liberdade e república seria uma relação entre o mundo antigo e o moderno⁹¹. Para ele, a república seria a representação da própria Antiguidade, enquanto a liberdade seria um símbolo da modernidade. O casamento entre esses dois conceitos aprofunda a relação entre os dois termos. Para entender essa relação, concebemos que é implícito o entendimento que os ingleses modernos tinham sobre o dever dos governantes, que seria zelar pela liberdade dos cidadãos. A grande marca de pensadores como Harrington e seus contemporâneos foi unir, como um traço da Antiguidade, o conceito de liberdade ao valor da República Moderna, embora haja inspiração também no passado (SULLIVAN, 2004, p. 6).

Para esses pensadores, viver sob o jugo de um rei era como ser escravo na Antiguidade, onde inexistia a possibilidade de contestação, já que deveria se sujeitar ao que o soberano desejasse. Assim como o escravo seria uma “ferramenta viva”, “não homem”, quem vivesse sobre o domínio de um rei viveria de forma análoga, ou seja, estaria sempre sob o arbítrio do rei, da vontade dele, como vimos no capítulo anterior. Mesmo que sob a tutela de um “bom senhor”, o homem que não é livre e continua estando alheio à sua própria vontade, dependendo do que aquele que o domina pensa ou deseja. Aquele que é assim sujeito não está na categoria de cidadão completo, sendo semelhante ao escravo. Viver sob a prerrogativa de alguém, dependendo de sua

⁹¹ Segundo Sullivan (2004, p. 4), Montesquieu, que buscava encontrar na Antiguidade modelo de república para seu momento, tinha a Inglaterra como aquela que não era somente um modelo daquele momento, mas também que trazia valores do passado, como a virtude. Embora estivesse sobre uma monarquia pela própria divisão dos poderes que havia na sociedade era possível a prática da virtude. Ou seja, embora vivessem sobre uma monarquia, na prática era uma República pela própria divisão de poderes.

“boa vontade” era ser reduzido como ser humano, e inaceitável para os que eram admiradores das liberdades romanas.

Tito Lívio, estudado e traduzido por Maquiavel, será uma das grandes referências do período, inclusive por considerar o período em que Roma vivia sob o comando dos reis como semelhante à escravidão. Além disso, a escravidão seria comparada também com as nações que caem sob o jugo de outros povos⁹² (SKINNER, 1999, p. 46). Estar sob o arbítrio e a boa vontade do rei é, nessa visão, uma forma de escravidão semelhante a que ocorria na Antiguidade. Da mesma forma que uma pessoa poderia ser colocada como escrava de outra, uma nação que estiver sob a vontade de uma pessoa era sua escrava; por isso, os republicanos se levantarão com tanta ênfase contra o poder de veto que tinha Carlos I. A mera existência do veto indicaria a falta da liberdade da nação inglesa frente ao soberano (SKINNER, 1999, p. 51).

No entanto, assim como pensava Harrington, constituir uma república não significava a ausência da figura do rei, podendo haver governo misto, tornando necessária a repartição dos poderes. Por haver vários setores representados, a autoridade monárquica já não teria a força pela qual era contraposta. Outros, no entanto, entendem que somente sem o rei o estado teria sua verdadeira liberdade (SKINNER, 1999, p. 54).

Nesse sentido, o significado de liberdade, de acordo com Iseul Honohan e Jeremy Jennings (2006), tem uma conotação negativa que, inclusive, será recuperada posteriormente no século XIX. Ser livre significa não ter interferência coercitiva, pois está relacionado a conceitos e valores como honra e dignidade, sempre em direção à superioridade do coletivo sobre o indivíduo. Seria, assim, a virtude a espinha dorsal para o próprio desenvolvimento da liberdade.

⁹² “Diz-se haver duas maneiras distintas pelas quais esta segunda forma de servidão pública pode emergir. Uma é quando um corpo político se encontra sujeito à vontade de um outro Estado em consequência da colonização ou conquista. Esta não é uma questão de grande preocupação para os autores [...] mas iria, mais tarde, ser de importância capital para os defensores dos colonos americanos no século XVIII. Talvez nem sempre seja suficientemente enfatizado que o ato decisivo de desafio por parte das treze colônias assumiu a forma de uma Declaração de Independência – e, portanto, de escravidão - em relação à coroa britânica [...]” (SKINNER, 1999, p. 46). Para os colonos norte-americanos, estar sob a dependência britânica era ser escravo e era análogo à escravidão na Antiguidade, quando o homem que estava sob esta condição era um “não-homem”, meramente sujeito ao arbítrio de outros.

É preciso lembrar, no entanto, que, enquanto os autores antigos em geral se referiam a comunidades pequenas, os modernos procuravam trazer esses conceitos para lugares maiores, constituídos em Estados. Esse transporte de realidades e de valores suscitará alguns debates que necessitarão de respostas. Mesmo que Roma tenha mantido a república para um grande território, em geral os códigos de honra estavam internamente ligados às *civitas* (HONOHAN e JENNINGS, 2006).

Entre a teoria antiga e a prática moderna da liberdade, como vimos, muitos tentaram encontrar respostas, e entre eles está nosso autor. Segundo Honohan e Jennings (2006), após o século XVIII e a Independência Americana, assim como a Revolução Francesa, o modelo republicano se difundiu em larga escala onde foi possível, e com certo êxito, implantar o regime⁹³. No entanto, um século antes, quando Harrington cria seu *Oceana*, a república ainda não estava estabelecido, o que possibilita muitos questionamentos e reflexões sobre a forma que seria possível o modelo subsistir.

Para os que defendiam o modelo romano, da liberdade como não interferência, haveria quatro princípios fundamentais: a liberdade para os que são cidadãos, a criação de um espaço cívico, a autonomia política e a identidade civil junto com o patriotismo. Segundo Honohan e Jennings (2006), o republicanismo teria passado por três fases principais em sua constituição: o clássico, o das Revoluções Inglesas, e o francês, que alcança nossos dias e é caracterizado pela diminuição da virtude cívica, o espírito comercial e autogoverno.

Entre os antigos e nosso mundo atual, portanto, existe a consolidação do pensamento republicano no próprio mundo moderno. Nesse debate entraram as bases do pensamento antigo, mas também certa atualização e contextualização das transformações do mundo inglês, mantendo a base da não dominação como sentido do republicanismo (PETIT, 1997). Harrington se insere nesse momento, e sua forma de construir a república sonhada será usada posteriormente como base para Independência Norte-americana e para a própria Revolução Inglesa (POCOCK, 2003 b).

⁹³ Para os autores, as repúblicas se diferenciariam pela ênfase, no caso francês, dada ao estado laico e, nos Estados Unidos, pela diversidade e liberdade religiosa. No entanto, é importante lembrar que embora se lutasse pelo fim dos privilégios da aristocracia, as mudanças ficaram restritas à igualdade civil, não social ou economicamente (HONOHAN e JENNINGS, 2006).

Nesta reflexão sobre os valores do mundo moderno e do antigo se estabelece a soberania e o direito de resistência do povo como base da liberdade cobiçada pelo modelo republicano. Para Harrington, no entanto, a república não era somente uma alternativa, mas a única saída devido ao próprio caminho trilhado pela Inglaterra através da divisão de terras. Para estabelecer a base desse pensamento em linhas sólidas, o autor se utilizará de autores que eram conhecidos em seu meio e traziam a própria fundamentação de seu pensamento.

É importante lembrar que Harrington se insere em uma matriz republicana que tem suas características até nossos dias, visto que muito de seu pensamento terminou por inspirar a Independência Americana e a Revolução Francesa. No entanto, longe de uma definição permanente, em geral o que encontramos na literatura são características⁹⁴ que marcariam o que se entende como república (FALCÃO, 2015, p. 30). Uma alternativa para tal fragmentação conceitual seria o entendimento da forma como o autor estudado percebe o republicanismo, como o entende dentro da estrutura conceitual montada e como procura relacionar percepções e releituras em sua obra.

O caso de Rousseau é emblemático. Basta lembrar que nele há o império da lei, mas não o governo misto, o que inclusive, colocou dois estudiosos do republicanismo, Silvestrini (2008) e Pettit (1997, p. 252-253; 2012, p. 12), em lados opostos para classificar o genebrino. Caso o republicanismo seja definido como um governo regido por leis – aliás, como defende o próprio – Silvestrini tem razão ao dizer que Rousseau é um de seus membros mais

⁹⁴ Na tese de Luís Alves Falcão (2015) há uma excelente reflexão sobre as formas de republicanismo: “Um exercício interessante, que aqui apresentaremos apenas um esboço, é consultar as enciclopédias e dicionários de ciências humanas e sociais, em geral, e de ciência política, em particular, a fim de conferir quando e em quais sentidos “republicanismo” passou a ser incorporado, de modo a formar um parâmetro sobre as circunstâncias nas quais o republicanismo ganhou relevo na área. Observa-se na pioneira *Encyclopedia of the Social Sciences* (SELIGMAN, E. R. A. ed., Macmillan Company, 1934, 15 vol.) que ela traz um interessante histórico de republicanismo de Peter Richard Rohden, que se difere enormemente das publicações recentes. Iniciado na Grécia e Roma antigas, o termo ganha sentido em oposição à tirania. Na idade média, a resistência à tirania ganharia força com o direito natural até sofrer uma inflexão com o realismo de Maquiavel. Em seguida, a reforma protestante se apresenta com diversas afinidades com o republicanismo, incluindo-se, não obstante as divergências, pensadores jesuítas. Esse anti-monarquismo chegaria na Inglaterra, França, Estados Unidos e na formação da Alemanha. Por último, menciona o fim do império do Czar russo com a promulgação da república soviética. A *International Encyclopedia of Social Science* (SILLS, D. L. ed., Macmillan, 1968), o *Dictionary of Political Analysis* de Geoffrey K. Roberts (1971) e o *Dizionario di Politica*, (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINI eds., 1983) não trazem qualquer referência a republicanismo. O Dicionário de Ciências Sociais, publicado pela FGV em 1986 e com Copyright da UNESCO de 1985, traz, para republicanismo, um histórico do termo na modernidade com destaque para os regimes adotados na França e Estados Unidos pós-revolucionários. Por outro lado, o *Cambridge Dictionary of Philosophy* (AUDI, R. ed., 1999), vem com o verbete *classical republicanism* no qual se dedica exclusivamente a Maquiavel, Harrington e ao que nomeou de “harringtonianism” na França e nos Estados Unidos [...] (FALCÃO, 2015, p. 26).

importantes. Por outro lado, como quer Pettit, se republicanismo necessitar de governo misto sem qualquer regra universal que paire acima dos processos de decisão político-institucionais, definitivamente, Rousseau não é um republicano. Locke, por seu lado, é um claro defensor do governo misto e do império da lei contra a arbitrariedade do império dos homens e, ainda assim, raramente ele é colocado entre os republicanos (FALCAO, 2015, p. 30).

Dessa forma, cada autor do sistema republicano ou do que se convencionou chamar assim aponta caminhos que são de extrema importância em sua linha de pensamento, assim como deixa de apontar outros. Por exemplo, há os que definem o movimento republicano como a ausência de hereditariedade, sendo o rei passível de escolha (SCOTT, 2002, p. 61). Essa seria uma definição clássica que surge como critério a negativa, no caso, da continuidade de sangue no trono.

Associado a esse critério, há os que defendem o governo misto, como Fink (1945). Como citei, Skinner (1999) apresenta sua definição de republicanismo como autogoverno, autodeterminação e liberdade republicana. Para Harrington, além da não hereditariedade, do governo misto e do autogoverno havia a importância das leis, que deveriam ser maiores que o arbítrio de um rei. Nisso está ancorada sua disputa com Hobbes, para quem o soberano era a própria lei encarnada.

Na mesma direção, há a isonomia que, como vimos, aparece em contemporâneos de Harrington quando se tira a soberania do rei e se coloca no povo. Não existindo diferenciação entre os homens, a lei se aplicaria a todos, de forma indistinta: “*[...]isonomia não significa que todos são iguais perante a lei nem que a lei seja igual para todos, mas sim que todos têm o mesmo direito à atividade política; e essa atividade na polis era de preferência uma atividade de conversa mútua*” (ARENDDT, 1998, p. 49).

Além dessas características, há o importante conceito de virtude, que foi caro aos antigos e também aos modernos, que buscavam na Antiguidade certa medida de referência. Essa é uma das maiores características de Pocock (2003 b) quando procura perceber a permanência das ideias de Aristóteles. Tendo como base o bem da coletividade, a virtude seria um conceito fundamental na consolidação do humanismo cívico.

A linguagem conceitual se torna essencial nessa lógica, demonstrando as bases pelas quais a defesa do republicanismo se constrói. É importante dizer que as

definições vão variar para cada autor, o que modifica os pressupostos e as bases conceituais. Maquiavel, como veremos no próximo capítulo, sintetizou muitos dos pensamentos desse período, influenciou fortemente Harrington e acabou por repercutir até o pensamento republicano de nossos dias.

E sem dúvida, se considerarmos os objetivos dos nobres e dos plebeus, veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes; de tal modo que, sendo os populares encarregados de uma guarda da liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem (Discursos da primeira década de Tito Livio, I, 24).

Na junção de desejos de poder e de autoridade se configurava a república, e ela só tinha sentido se transmitisse realmente a união de interesses que podem ser, sim, divergentes. Na medida em que se institui como representante de um grupo somente, já não é a república como conhecemos, uma vez que perde aquilo que a caracteriza principalmente: o debate, a divergência de opiniões e os diferentes grupos sociais sendo representados.

3.2 Argumento da autoridade e o uso dos antigos no convencimento

James Harrington faz um grande esforço para demonstrar que seu modelo de república não era simplesmente produto da imaginação, mas estava enraizado na experiência histórica⁹⁵. Sua fórmula seria reunir os principais modelos do passado, adaptando-os à situação específica da Inglaterra do seu período. Para isso, ele procura demonstrar quais autoridades do passado reiteram e reafirmam o que ele acreditava. Um dos principais recursos do pensador será o uso da autoridade.

Como já demonstrei, nesse período, como herança do humanismo, os antigos representavam certezas. Se o mundo contemporâneo poderia ser conturbado e

⁹⁵ “[...] Harrington, no *Oceana*, se propõe a construir um estado real e concreto, e o método que usa é indutivo-empírico. Por isso, se fala de Harrington do *Oceana* dentro de uma grande tradição realista-histórica, na que brilham como astros de primeira magnitude como Aristóteles, Maquiavel e Bodin. A norma fundamental desta direção metodológica é não afastar-se da realidade social e da experiência histórica; delas se extraem certas consequências imediatas ou diretas [...]” (CANEDO, 1996, p. 32).

mutável facilmente, os olhos dos modernos se voltavam ao passado na busca de ressignificação para seu momento, buscando respostas que, sabemos, se dirigiam ao que eles mesmos já acreditavam como sendo o melhor.

Como demonstram Perelman e Tyteca (2002, p. 353), o argumento da autoridade está intrinsecamente relacionado ao público-alvo ao qual é dirigido, já que depende do grupo social para haver prestígio de determinada personalidade. Para os que liam Harrington, o uso dos antigos carregava a áurea da autoridade de tempos passados, mas que permaneciam e que poderiam tranquilamente ser utilizados nesse momento.

[...] A palavra de honra, dada por alguém como única prova de uma asserção, dependerá da opinião que se tem dessa pessoa como homem de honra; o respeito inspirado pela integridade de Bruto é o principal fundamento de sua argumentação no Júlio César de Shakespeare [...] O argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento da autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese (PERELMAN e TYTECA, 2002, p. 353 e 354).

É de se salientar que esse tipo de argumento, em geral, reitera aspectos já levantados e abordados, dando a eles o fechamento como incontestáveis e inquestionáveis. Ou seja, o autor faz certa afirmação e utiliza de autoridade para reiterar determinada posição e consolidar sua argumentação para aqueles que com ele partilham a admiração por determinado grupo ou pessoa.

Assim, da mesma forma que um cientista tem como argumento sua autoridade para falar sobre certo experimento, ou como o historiador pode refletir acerca de determinado acontecimento, os pensadores da Antiguidade poderiam ser usados para reiterar determinada forma de governo em detrimento de outra. Sua palavra era central no que se referia à forma de governar, aos modelos construídos e como deveriam ser usados, pois no passado já haviam experimentado a efetividade de seus pensamentos.

Como demonstrei no capítulo anterior, Aristóteles entende que a moderação seria o melhor caminho para a construção de um estado estável e duradouro. Harrington se utiliza desse argumento para demonstrar que a divisão diferente entre poder e posses traria a dissensão para o ambiente político e como consequência a própria mudança desse. Por exemplo, no Livro III da *Política* Aristóteles afirma: “[...] se as pessoas originalmente se reúnem e formam uma associação baseada na posse da propriedade,

então participam dessa associação, o Estado, na proporção das propriedades que possuem”.

Para ilustrar essa questão, da ponderação e do equilíbrio, Harrington utiliza uma metáfora inusitada. Da mesma forma que, na divisão de um bolo, alguém deve cortar e o outro escolher o pedaço, um propõe a lei e outro a aplica, demonstrando a separação das vontades que são intrínsecas ao ser humano. Aquele que corta o bolo não desejará fazê-lo de forma desproporcional, sabendo que o outro deterá o poder de escolher (HARRINGTON, Oceana, Preliminar). Com essa diferença de interesses haveria a ponderação entre as partes, de modo que aquele que “corta”, prevenindo o mal que o outro poderia causar, dividiria o “bolo” de forma correta:

O senado, então, sendo dividido, quem deve escolher? Pergunte às garotas, pois se aquela que dividiu [o bolo] também devesse escolher, seria um pouco pior para a outra, caso não o tivesse dividido de todo, e sim mantivesse o bolo todo para si mesma, de modo que, precisando escolher também, o dividiu justamente. Portanto, se o senado tiver mais poder que o de dividir, a comunidade nunca poderá ser igual. Em uma comunidade que consiste em um único conselho, não há quem escolha além daquele que dividiu; desse modo, tal conselho falha em não promover trocas, se tornando faccioso, não havendo divisão do bolo nesse caso, senão apenas entre eles⁹⁶

A moderação seria exercida através da divisão de propriedades, assim como o é na divisão do bolo quando uma moça corta o pedaço e a outra escolhe o que melhor lhe agrada. Por meio deste método, o interesse privado se sujeitava ao público, pois cada um teria seu “pedaço de bolo”, não prejudicando o outro. O equilíbrio e a equidade seriam centrais, portanto, para que existisse a ponderação e o bem público.

No exemplo das duas garotas [que cortam o bolo] encontra-se para Harrington todo o mistério da vida política, que reside na atribuição das funções de discussão e de decisões sobre as leis civis. Dividir é separar uma em consideração da outra, e escolher é decidir entre as opções

⁹⁶ “The senate then having divided, who shall chuse? Ask the girls: for if she that divided must have chosen also, it had bin little worse for the other in case she had not divided at all, but kept the whole cake to her self, in regard that being to too, she divided accordingly. Wherefore if the Senat have any farther power than to divide, the commonwealth can never be equal. But in a commonwealth consisting of a single council, there is no other to chuse than that which divided; whence it is, that such a council fails not to scramble, that is, to be factious, there being no other dividing of the cake in that case but among themselves” (HARRINGTON, Oceana, Preliminar).

apresentadas. Em linguagem política, as ações dividir e escolher significam debater e deliberar. Debater é distinguir e avaliar uma razão em relação à outra, o que se aproxima da divisão. Deliberar é decidir depois do exame daquilo que é apresentado, o que se aproxima da escolha. Discussão e decisão são as duas mais importantes funções no processo legislativo de um corpo político (BARROS, 2015, p. 423).

É importante lembrar que Harrington entendia que a república era o mais indicado para a Inglaterra devido a conjuntura histórica em que se encontrava, relacionada à divisão de terra que havia sido estabelecida. Nessa ideia, possivelmente o autor também se apropriava das ideias de Aristóteles, já que ele mesmo entende que o melhor governo seria o das leis e não o dos homens, já que os diferentes povos devem ter diversas formas de governo:

Eis aproximadamente o que se alega contra a monarquia. Mas isto pode ser verdade para alguns povos e não para outros. Alguns existem que são naturalmente dispostos ao governo despótico, outros ao republicano. Cada um destes governos tem sua justiça e sua conveniência. Apenas a monarquia absoluta e as Repúblicas imoderadas não são naturais; são, antes, contra a natureza (ARISTÓTELES, Política, III, V).

Embora Aristóteles não enfatize da mesma forma a questão das terras, para o pensador grego parecia clara a relação entre os bens, o poder e a virtude. No início dos tempos, como havia poucos homens virtuosos, o governo era monárquico. Com o decorrer do tempo, no entanto, muitos conquistaram também a virtude e os bens, obtendo como resultado a aristocracia; o fim desse governo foi, no entanto, a tirania e, posteriormente, a democracia:

[...] então, quando um grande número de pessoas igualmente virtuosas tornou-se disponível, ninguém mais pôde tolerar um governante único; passou-se então a buscar algo comunal, e assim se estabeleceu a constituição. Mas os homens virtuosos não permaneceram assim; passaram a lucrar com a propriedade comum. E a isso podemos atribuir, de maneira plausível, a origem das oligarquias, uma vez que o amor ao dinheiro é uma das características dessa forma de governo [...] (ARISTÓTELES, Política, III, V).

Como salienta Barros (2015, p. 63), embora Harrington se utilize de Aristóteles para enfatizar a questão material do governo, o pensador grego tinha em mente outros aspectos além do fator econômico. A questão central seria a distribuição desigual de ofícios, cargos honras e benefícios. O objetivo de Harrington, neste sentido, é recorrer

à autoridade do pensador para defender a questão da centralidade da terra para a formação do Estado.

Além disso, o autor inglês se apropria de Aristóteles para afirmar que os antigos se valiam do ostracismo⁹⁷ para evitar a riqueza imoderada de alguns que, por causa disso, não se submetiam ao governo (HARRINGTON, *Oceana*, Preliminar). O uso do filósofo grego servia, assim, como argumento de autoridade, demonstrando sua concordância com um pensador já conceituado pela própria tradição. Embora, como salienta Barros (2015, p. 375), o uso seja até um pouco “forçado”, é evidente a busca de aceitação e ocupação de espaço no discurso político.

Buscando colocar-se como um continuador de Aristóteles ao defender o governo pelas leis e a questão da propriedade como essencial, o objetivo maior do pensador seria também destacar seu texto como embasado na prudência tanto dos antigos como dos modernos. Por essa razão sua fundamentação assentava-se sobre o filósofo grego, na tentativa de justificar seu local intelectual como um continuador dessa linha na Inglaterra.

Assim como os antigos haviam estabelecido a prudência antiga, Maquiavel havia estabelecido a moderna. No entanto, *Oceana* parece unir as duas vertentes, aprendendo, no passado e no presente, as bases para um governo estável e duradouro. Entre esses dois mundos, a virtude dos antigos e a sabedoria dos modernos criava um reino louvável, que, por causa da divisão correta de terras e um governo correspondente, não estava/estaria sujeito aos problemas e disfunções dos reinos conhecidos. Com a prudência estava a própria autoridade (HARRINGTON, *Oceana*, Preliminar) e, dessa forma, certa reflexão sobre a melhor forma de política.

3.2.1 Antigos e modernos e a prudência como norte de explicação em Aristóteles

Como observado, Harrington divide a história do mundo entre prudência antiga e

⁹⁷ No entanto, em alguns casos, quando a virtude de um realmente se sobressaía quanto aos demais, o melhor era segui-lo: “[...]Quando a superioridade se sobressai inteiramente é errado que tal homem deva ser condenado à morte ou exilado ou levado ao ostracismo [...] Pois embora a parte não seja maior que o todo, é exatamente essa a posição dos notadamente excelentes, como descrevi. Nada há, portanto, além de obedecer a esse homem e aceitar a supremacia, não de modo alternado, mas absoluta e completamente” (ARISTÓTELES, *Política*, III, 17).

moderna. Aristóteles seria sua representação na Antiguidade, já que a ponderação e a justa medida seriam importantes para Harrington. Já no mundo moderno seu objetivo coincide com as ideias de Maquiavel e suas formas peculiares de entender as virtudes tradicionais.

Hoje, em geral, associamos a prudência à cautela e precaução, que evita consequências ruins. O imprudente seria aquele que age sem muita reflexão, apressadamente, sem medir muito as consequências de seus atos. De certo modo, podemos afirmar que a ideia de cautela, de precaução e de moderação são semelhantes às encontradas na *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. A justa medida, o meio termo, a moderação são fundamentais ao homem prudente para o pensador grego, pois refletiria muito antes de agir e tomar uma decisão. O prudente seria o cauteloso na medida certa, prevenido como deve ser. Para o filósofo, ela é uma virtude, já que é indispensável na realização da felicidade, propósito maior da vida humana (*Ética a Nicômaco*, I).

A felicidade é, para o filósofo grego, o bem supremo que todos os homens desejam. Além de ser o maior bem, é identificada como a arte de viver bem e de fazer o bem. É o único fim que não visa a outro. Ela é o próprio estado de perfeição possível de alcançar pelo ser humano, e no qual ele pode se tornar pleno⁹⁸.

Para Aristóteles, todas as coisas têm um fim, um objetivo a ser conseguido. As coisas tenderiam sempre ao bem, sendo que cada ação teria, dessa forma, um objetivo a ser alcançado. O fim da arte médica, por exemplo, seria a saúde; o da construção naval, um navio; o da estratégia, a vitória; e da economia, a riqueza. A política, por sua vez, é a arte mestra porque é ela quem determina quais ciências devem ser estudadas (*Ética a Nicômaco*, I). No entanto, o sumo bem, o mais importante de todos, é a felicidade [*eudaimonia*]:

Ora, esse é o conceito que preeminentemente fazemos da felicidade. É ela procurada sempre por si mesma e nunca com vistas em outra coisa, ao passo que à honra, ao prazer, à razão e a todas as virtudes nós de fato escolhemos por si mesmos (pois, ainda que nada resultasse daí,

⁹⁸ “Retomemos a nossa investigação e procuremos determinar, à luz deste fato de que todo conhecimento e todo trabalho visa a algum bem, quais afirmamos ser os objetivos da arte política e qual é o mais alto de todos os bens que se podem alcançar pela ação. Verbalmente, quase todos estão de acordo, pois tanto o vulgo como os homens de cultura superior dizem ser esse fim a felicidade e identificam o bem viver e o bem agir como o ser feliz” (*Ética a Nicômaco*, I, 4).

continuaríamos a escolher cada um deles); mas também os escolhemos no interesse da felicidade, pensando que a posse deles nos tornará felizes. A felicidade, todavia, ninguém a escolhe tendo em vista algum destes, nem, em geral, qualquer coisa que não seja ela própria (Ética a Nicômaco, I, 7) [grifos meus].

Em seu texto, Aristóteles demonstra que há muitas virtudes morais, tais como a coragem, a liberalidade, a temperança e a justiça, embora possam diferir em função do tipo de sentimento e ação. A virtude, no entanto, se define como uma disposição de caráter para escolher bem, sendo determinada pelo prudente. A razão prudencial é o mediano, já que o prudente não delibera em função de bens particulares, mas em vista do bem geral, tendo sempre como resultado o bem agir (Ética a Nicômaco, VI).

A virtude, por sua vez, é a finalidade de todo o conhecimento, especialmente no que se refere ao Estado e ao cidadão. No caso do Estado, a virtude, para Aristóteles, seria a própria justiça, significando a igualdade para todos (os iguais). O senso do mediano permeava a própria igualdade que deveria existir nas comunidades, motivo pelo qual Aristóteles defende o ostracismo: o mal do que se destaca em demasia pode afetar à coletividade (Política, III). Para o pensador grego, a moderação e o equilíbrio eram essenciais tanto para o sujeito como indivíduo quanto para o Estado.

Dessa forma, o conhecimento do prudente se origina do aperfeiçoamento da capacidade de opinar, a partir da deliberação que antecede a própria escolha. Claramente o filósofo entende que não é possível deliberar sobre tudo, já que há princípios eternos, e a própria natureza, cuja função já está previamente determinada, além de nossa capacidade opinativa. Essa seria, aliás, o princípio da dialética, abordada pelo pensador nos *Tópicos*:

Nosso tratado se propõe a encontrar um método de investigação graças ao qual possamos raciocinar, partindo de opiniões geralmente aceitas, sobre qualquer problema que nos seja proposto, e sejamos também capazes, quando replicamos a um argumento de evitar dizer alguma coisa que nos cause embaraço [...]o raciocínio é um argumento em que, estabelecidas certas coisas, outras coisas diferentes se deduzem necessariamente das primeiras [...] (*Tópicos*, 1).

Para o pensador grego, existe o conhecimento demonstrativo quando as premissas são evidentes e claras, no entanto, quando se parte do verossímil, existe o raciocínio dialético. Na *episteme*, não seria possível buscar os porquês e razões já que

eles já são verdades por si mesmos. Por outro lado, a dialética parte de opiniões geralmente aceitas, aquelas que a maioria admite (Tópicos, 1).

A deliberação correta, característica principal do prudente, ocorre apenas sobre aquelas coisas cujo princípio de existência pode ser nós mesmos e que podem ser causadas pelos nossos esforços (Ética a Nicômaco, VI). Essa capacidade de deliberar vem da sabedoria prática⁹⁹, já que permite calcular o que é bom e conveniente para o indivíduo, não somente com respeito a coisas particulares, mas também com relação ao geral. Essa sabedoria é, por sua vez, uma virtude, sendo parte da alma em se que formam as opiniões¹⁰⁰. A prudência [phronesis] e a virtude moral determinam a conduta humana, estabelecendo relação com a parte racional das opiniões (Ética a Nicômaco, VI, V, 8) no que trata de assuntos humanos e de assuntos que podem ser objeto de deliberação. Ela se relaciona com a ação e inclui a experiência.

A deliberação para o pensador está sempre relacionada a um problema do presente com efeitos no futuro, já que o passado, por ser já conhecido, não pode ser motivo de deliberação. Da mesma forma, o “conhecimento científico¹⁰¹” se refere a

⁹⁹ É interessante destacar que Péricles é apontado por Aristóteles como alguém que tinha sabedoria prática, porque percebia que o que era bom para si mesmo era bom para os homens em geral, sendo essas pessoas boas administradoras da casa e do Estado (Ética a Nicômaco, VI).

¹⁰⁰ “A sabedoria prática, pelo contrário, versa sobre coisas humanas, e coisas que podem ser objeto de deliberação, pois dizemos que essa é acima de tudo a obra do homem dotado de sabedoria prática: deliberar bem. Mas ninguém delibera a respeito de coisas invariáveis, nem sobre coisas que não tenham uma finalidade, e essa finalidade; um bem que se possa alcançar pela ação. De modo que delibera bem no sentido irrestrito da palavra aquele que, baseando-se no cálculo, é capaz de visar a melhor, para o homem, das coisas alcançáveis pela razão” (Ética a Nicômaco, VI).

¹⁰¹ O sentido de conhecimento científico na Antiguidade tem o sentido diferente do mundo contemporâneo. Platão, por exemplo, diferencia a *doxa* da *episteme* por conceber a primeira opinião, com certa noção de julgamento subjetivo, enquanto a *episteme* seria uma *techné*, uma habilidade de fazer algo, tipo de habilidade que carece de um saber especializado. No entanto, como demonstra Karen Franklin, mesmo no filósofo grego há certa transformação no sentido do termo no decorrer das obras: “[...] sob a mesma perspectiva, nesses primeiros diálogos, *episteme* é vista como uma *techné*, uma habilidade para fazer algo, um tipo de saber que tem seu suporte no conhecimento especializado e preciso da coisa. Essa noção de *episteme* intrinsecamente ligada à *techné* também aparece no início do diálogo *Górgias* como sinônimo de *didaskaliké*, mas que logo é abandonado por Platão pela proximidade com a arte de *Górgias*. Esse fato assinala a preocupação crescente em Platão em ajustar os termos dentro de uma precisa terminologia[...] *Doxa* na *República* é reafirmada como simples opinião, mas se distancia de *episteme*, no que concerne ao valor do conhecimento. Aqui *episteme*, como conhecimento da realidade das coisas, manifesta-se como diretamente ligado à Ideia do bem, no sentido de esta garantir a veracidade do conhecimento. Portanto, na *República* o termo *episteme*, que antes suportava a possibilidade de ser habilidade para algo, agora adquire o conteúdo de saber pleno de certeza, um saber evidente que está ligado diretamente com a realidade da Ideia. Com isso, *episteme*, na *República*, configura-se como conhecimento verdadeiro diametralmente afastado de *doxa*, que se configura como simples opinião. Esse fato assinala a preocupação [...]” (FRANKLIN, 2004, p. 374).

coisas imutáveis e que não podem ocorrer através da deliberação, assim como é o conhecimento sobre o que já passou. Certamente, Harrington partilha do mesmo entendimento na medida em que compreende o passado como objeto de ensino, mas não como elemento de questionamento ou passível de intervenção, compreendendo a prudência como a capacidade de agir sobre o que realmente pode ser modificado.

[...] Deve-se observar que nenhuma coisa passada é objeto de escolha; por exemplo, ninguém escolhe ter saqueado Tróia, porque ninguém delibera a respeito do passado, mas só a respeito do que está para acontecer e pode ser de outra forma, enquanto o que é passado não pode deixar de haver ocorrido [...] (Ética a Nicômaco, VI, 1).

Segundo Aristóteles, há um conhecimento universal e necessário das coisas práticas, daquilo que devemos escolher e fazer em vista do bem. Aquele que sabe escolher e fazer é o prudente, pois tem boa escolha e deliberação. Somente ele tem esse conhecimento e faz as escolhas corretas baseadas nisso. O prudente tem um conhecimento que não é necessariamente filosófico ou matemático, mas é, antes de tudo, prático, já que ele une a intuição ao conhecimento científico, permitindo o entendimento das questões necessárias (Ética a Nicômaco, VI).

A boa deliberação é a maior representante da razão prática, já que, junto com o desejo, busca a ação. Não qualquer ação, mas a boa, que tem os melhores fins, sendo que o prudente é um “sábio prático” (SPINELLI, 2005, p. 117). Dessa forma, enquanto a “ciência” seria a capacidade de demonstrar a partir de princípios pré-estabelecidos, a prudência é a capacidade de agir de acordo com o que é bom ou mau para o homem (Ética a Nicômaco, VI). Enquanto o objeto da “ciência” seria o imutável, o da prudência seria o contingente e mutável¹⁰², já que as situações variam e nem sempre as mesmas respostas continuarão a valer:

O conhecimento científico é um juízo sobre coisas universais e necessárias, e tanto as conclusões da demonstração como o conhecimento científico decorrem de primeiros princípios (pois ciência subentende apreensão de uma base racional). Assim sendo, o primeiro princípio de que decorre o que

¹⁰²“A sabedoria prática, pelo contrário, versa sobre coisas humanas, e coisas que podem ser objetos de deliberação; pois dizemos que essa é acima de tudo a obra do homem dotado de sabedoria prática: deliberar bem. Mas ninguém delibera a respeito de coisas invariáveis, nem sobre coisas que não tenham uma finalidade, e essa finalidade; um bem que possa alcançar pela ação. De modo que delibera bem no sentido irrestrito da palavra aquele que, baseando-se no cálculo, é capaz de visar à melhor, para o homem, das coisas alcançáveis pela ação” (Ética a Nicômaco, VI).

é cientificamente conhecido não pode ser objeto de ciência, nem de arte, nem de sabedoria prática; pois o que pode ser cientificamente conhecido é passível de demonstração, enquanto a arte e a sabedoria prática versam sobre coisas variáveis (Ética a Nicômaco, VI).

A universalidade das ações do prudente não estão na sua permanência, mas elas ocorrem para qualquer ser humano na mesma situação. Esse seria o traço de universalidade na contingência da prudência em Aristóteles (SPINELLI, 2005, p. 122). Frente às situações particulares, o prudente é capaz de deliberar sobre o melhor a ser feito, adquirindo, no decorrer do tempo, características de universalidade.

Esse equilíbrio só pode ser assegurado pela mediação disso que Aristóteles chama precisamente e, desta vez no bom sentido, de experiência (empíria), sem a qual a familiaridade é inacessível e a ciência [universais teóricos e práticos] é impotente [...] [AUBENQUE, 1986, p. 58].

De um lado temos o conhecimento epistêmico, das coisas imutáveis, e de outro, o plano do contingente, onde caminha a prudência. Se o conhecimento prático fosse do mesmo modo que o teórico (científico), não seria necessário deliberar: a necessidade vem do fato deles não serem da mesma natureza, já que não se especula do que já se sabe (SPINELLI, 2005, p. 131). O processo investigativo da deliberação e sua boa escolha são o que marcam o homem prudente, que geralmente é mais velho e, portanto, mais experiente¹⁰³. Para o pensador, os homens carregados de experiência são mais práticos dos que os mais jovens, já que conhecem as coisas pela experimentação. Assim, dificilmente um jovem é capaz de ter o conhecimento prático que a experiência traz. Além disso, ter prudência significa decidir rapidamente, diferentemente de quem faz longas conjecturas.

Para Aristóteles, todos os homens deveriam se tornar prudentes, pois isso faz parte das características do homem virtuoso. A capacidade de usar a inteligência, o discernimento e a razão intuitiva nos é dada pela natureza, mas utilizá-las de forma correta faz parte das virtudes a serem buscadas pelo homem prudente. Aquele que

¹⁰³“[...]Mostra-o a correspondência que estabelecemos entre os nossos poderes e a nossa idade, dizendo que uma determinada traz consigo a razão intuitiva e o discernimento; isto implica que a causa é natural [...] Por isso devemos acatar, não menos que as demonstrações, os aforismos e opiniões demonstradas de pessoas experientes e mais velhas, assim como das pessoas dotadas de sabedoria prática. Com efeito, essas pessoas enxergam bem por que a experiência lhes deu um terceiro olho” (Ética a Nicômaco, VI).

aprende a prudência acaba por sempre entender como é agir pelo bem e assim o faz, agindo virtuosamente. Ou seja, a virtude deseja os meios corretos e a prudência os designa a adotar, confluindo ambas na mesma direção (SPIRELLI, 2007, p. 158). Quem delibera precisa calcular, investigar, refletir sobre as questões, no entanto, o conhecimento científico não pode ser questionado ou mudado porque está posto, fechado (Ética a Nicômaco, VI).

3.2.1.1 Relação entre prudência antiga e moderna em Harrington

A divisão de Harrington entre prudência antiga e moderna obviamente não é sem intenções. Para ele, a linha que ligava as duas estava na interligação entre a sabedoria dos antigos e a dos modernos, demonstrando o que formava e delineava o bom governo e a estabilidade na república. Para um homem ser perfeito, segundo Aristóteles, devia ter tanto a sabedoria filosófica, que seria maior, como a prática, capaz de guiá-los nas decisões necessárias (Ética a Nicômaco, VI).

De acordo com Pocock (2003 b, 83-115), outros pensadores, da mesma forma que Harrington, se inspiraram no conceito de prudência da antiguidade para pensarem o mundo moderno. É o caso de Jonh Fortescue, por exemplo, que entendia a prudência como o guia político que deveria ter o governante através da experiência e do conhecimento dele mesmo ou de outros. Essa é a causa, segundo ele, das leis da Inglaterra serem as melhores, tanto quanto as da Roma Antiga ou de Veneza: era graças à experiência e ao tempo de sua existência/implementação, ambas características relacionadas ao mandato de muitos reis. Esses estatutos surgiram através da sabedoria e da prudência, não só de um homem, mas do conselho de muitos ao longo do tempo, dando estabilidade à própria “Common Law”. Com base no pensamento aristotélico, acreditava-se que uma multidão é mais sábia que um homem só, assim o que era aceito por gerações teria muito mais confiabilidade do que o novo: “[...]Porque, quando há muitas pessoas, cada qual tem alguma conta de virtude e inteligência; e, quando elas se unem, tornam-se algo parecido a um homem com muitos pares de pés e mãos, além de muitas mentes [...]” (Política, I).

Inspirado em Aristóteles, Fortescue também entende que o conhecimento é geral

e invariável, sendo a prudência política dependente da sabedoria e da experiência adquirida. Assim como para o filósofo grego, a prudência seria uma virtude, relacionada à boa aplicação da lei e à habilidade de formular decisões no momento oportuno, respeitando os costumes e leis já baseadas na sabedoria. A prudência seria a intermediária entre a inovação e a memória, a lei e o costume, a relação entre o passado, o presente e o futuro. As experiências vividas trariam o conhecimento e a justa medida necessária (POCOCK, 2003 b).

Para Aristóteles e seus leitores modernos, fazendo uso das experiências coletivas e obtendo, a partir delas, um conhecimento comum, teria-se boas leis (POCOCK, 2003 b). As leis, por sua vez, é que deviam governar, segundo Harrington, garantindo um governo além do arbítrio de uma pessoa somente. Assim como para Aristóteles, para Fortescue, o reconhecimento compartilhado por um maior número de pessoas valia mais que a avaliação de um indivíduo somente. A prudência, assim, seria a habilidade de formular estatutos e leis que passassem pelo teste do tempo e adquirissem autoridade pelo próprio costume (POCOCK, 2003 b).

Para Harrington, a prudência era o caminho correto e que se expressara no governo dos povos antigos e, por isso, deveria servir de modelo para os seus contemporâneos. Essa prudência, mesmo tendo sido desconsiderada com a invasão dos povos bárbaros, segundo ele, demonstrava a grandeza dos povos que se destacaram por sua capacidade de criar governos sólidos e permanentes, embora tenham falhado em pontos¹⁰⁴ que determinaram sua própria ruína.

A prudência, portanto, deveria guiar os caminhos do Estado e estabelecer as bases pelas quais a vida política pode caminhar. Para Aristóteles, parece claro que o modo de vida político não deve ser confundido com o modo de vida familiar nem com o modo de vida que visa o enriquecimento. O primeiro seria característico da monarquia, já o segundo da oligarquia. A condição para que isso se efetivasse seria a amizade entre iguais, o que permitia que o bem individual fosse sujeito ao bem público¹⁰⁵ (Ética a Nicômaco).

Diferentemente da família, que se firma pela necessidade, gerando posições de

¹⁰⁴ É o caso de Roma que, como mencionado, teria errado na divisão de terras (HARRINGTON, Oceana).

¹⁰⁵ Para Harrington, isso seria possível pela referência à própria metáfora do bolo.

desigualdade como senhor e escravo, a comunidade política se firma pela amizade entre iguais, a partir da qual todos podem exercer seu direito político. Contudo, a família é importante para a cidade existir, já que, por exemplo, o escravo libera o homem para participar da vida comunitária (Política, I).

O problema da relação entre a família e o bem público, no entanto, ocorre quando esta relação atinge a comunidade, provocando muitos problemas na vida política. O regime monárquico e o aristocrático, assim, teriam como fonte esse primeiro modelo de comunidade que é o familiar. Isso traz instabilidade à vida comunitária, já que uma forma de governo só se mantém quando aqueles que são contra certo modelo são em menor número do que aqueles a favor. Para manter esses dois sistemas, era necessário que os homens livres abrissem mão do direito de exercer a sua própria liberdade (Política, I):

De tudo isso fica claro que existe uma diferença entre o poder do senhor sobre o escravo e o poder político. As formas de poder não são as mesmas, embora alguns digam que sim. O poder sobre os homens livres é, por natureza, diferente do poder sobre os escravos; o poder, numa família, é monárquico porque em cada casa há uma só autoridade; o governo de um Estado é exercido sobre pessoas livres e iguais. Um senhor só é considerado senhor em virtude do que sabe, mas simplesmente do que é [...] (Política, I, 7).

Para que a comunidade subsista, é necessário que se governe pela amizade fraternal e pelo rodízio¹⁰⁶, sendo que cada membro poderá ocupar espaço dentro das decisões quando estiver neste lugar. Mesmo não governando em determinado momento, o cidadão continuava tendo seu papel de igualdade preservado, trazendo estabilidade e paz ao Estado. Não era o fato de estar gerindo que traria aos homens a igualdade entre eles, mas a possibilidade de ocupar um cargo de gestão já traria essa relação. Semelhante à relação entre senhor e escravo, que, mesmo quando esse tem um “bom senhor”, não há mudança na sua condição de “sub-homem”, não estando ocupar o cargo não muda a igualdade entre as partes, porque a comunidade se

¹⁰⁶ “A concentração de autoridade na Assembleia, a fragmentação e o rodízio dos cargos administrativos, a escolha por sorteio, a ausência de uma burocracia remunerada, as cortes com júri popular, tudo isso servia para evitar a criação da máquina partidária e, portanto, de uma elite política institucionalizada. A liderança era direta e pessoal [...] Homens como Péricles, sem dúvida, constituíam uma elite política, mas tal elite não se autoperpetuava; para conseguir ser membro dela, em primeiro lugar, era necessário desempenho público na Assembleia. O acesso a ela era aberto, e para permanecer como membro era preciso manter o desempenho”. (FINLEY, 1988, p. 37-38).

constrói entre “iguais¹⁰⁷”. Nas palavras de Aristóteles:

Minha sugestão é que aquilo que distingue efetivamente o cidadão dos demais é sua participação no judiciário e na autoridade, isto é, nos cargos públicos e na administração política e legal. Certos cargos têm como característica o tempo de detenção; alguns não podem ser ocupados duas vezes pela mesma pessoa, sob nenhuma circunstância; outros, depois de determinado período¹⁰⁸ [...] Pode-se objetar que essas pessoas não estão realmente “governando” e portanto não tomam parte na autoridade. Mas elas têm poder, e seria ridículo negar-lhes a participação na autoridade (Política, III, 1).

Para o filósofo grego, embora existam várias formas de poder e de governo, a mais perfeita seria a *pólis* (que seria chamada de república pelos modernos) por possibilitar o exercício de poder pelos seus cidadãos, que devem ter armas e formar um exército. Os desvios da monarquia, da aristocracia e da democracia produzem governos cujos beneficiados acabam sendo poucos e não são justos. Por exemplo, a tirania beneficia um governante somente, já a oligarquia funciona em função dos que têm posses e a democracia daqueles que não têm posses. Assim como em Harrington, para o pensador o critério da propriedade explicava muita coisa do regime de governo, sendo a riqueza ou sua falta o que diferencia oligarquia da democracia (Política, III).

Para Aristóteles, todos os regimes visam a justiça, mas a maioria falha ao alcançá-la. Os homens seriam péssimos juízes quando seus desejos estão envolvidos e esta também seria a causa das injustiças dos governos. Um Estado não deveria estar apoiado somente nos bens como na oligarquia, antes deveria prover a vida e, além disso, fazê-lo com dignidade (Política, II). Também não deveria ser uma mera comunidade que vive num mesmo lugar, já que a *pólis* deve capacitar a todos a viver

¹⁰⁷“ [...] É cidadão realmente “aquele que tem a capacidade e a oportunidade de participar do governo” ou podemos considerar cidadão também os trabalhadores? Se dermos a estes últimos a cidadania, embora eles não possam participar do governo, então a virtude do cidadão deixa a de ser a de todos os cidadãos, uma vez que o trabalhador não a possui, embora também seja cidadão [...] Talvez esse tipo de raciocínio não resulte, na verdade, em nenhum absurdo. Afinal, os escravos não pertencem a nenhuma das categorias já relacionadas, nem os servos livres. Além disso, nem por um momento aceitamos a ideia de que devemos chamar de cidadãos todos aqueles cuja presença seja necessária para a existência do estado [...] (Política III, 5).

¹⁰⁸ “[...] Esse princípio é muito antigo, mas nos primeiros tempos foi aplicado de maneira natural e apropriada; o homem julgava ser seu dever encarregar-se, por um turno, do serviço público; enquanto ocupava o cargo, cuidava do interesse de todos os outros, os quais fariam, ou já haviam feito, o mesmo por ele. Mas hoje em dia há mais a ganhar nos cargos públicos; assim, em vez de contentar-se com sua vez, os homens querem manter-se continuamente nos seus postos [...] (Política, III, 5).

bem, de forma plena e satisfatória.

Com exceção da república, todos os regimes têm suas falhas e podem ocasionar a ruína do próprio Estado. Na oligarquia, ocorre quando um dos membros, se aproveitando da revolta, torna-se tirano: o egoísmo do rico, que molda num primeiro momento os interesses dos desiguais (pobres), volta-se contra os iguais (ricos) na tirania. Com a ascensão da tirania há revolta e seu fim pela morte ou expulsão do tirano. Na democracia, os ricos fogem para não serem oprimidos e se organizam para construir novamente uma oligarquia. Essas revoltas eram cíclicas e permanentes, sendo expostas na Constituição de Atenas¹⁰⁹.

Para evitar todas essas revoltas e permitir a estabilidade na vida política, era necessário que o Estado fosse entre iguais e que todos visassem o bem comum, garantindo a maior justiça possível. Por meio do rodízio de cargos e da procura do bem coletivo, os desejos individuais seriam controlados e se estabeleceria um governo estável. Além disso, a figura da classe média é vital, porque é exatamente o meio termo entre a prepotência dos ricos e a falência dos pobres. O meio termo seria o essencial, tanto nas posses como no uso dessas, proporcionando a capacidade de ter ócio e, com isso, participar da vida política baseada na virtude (Política, IV). São três os pilares da igualdade que trazem estabilidade ao governo: virtude, posses e vida militar.

Essas características, que pressupõem a igualdade de todos na comunidade política e a variação entre os cargos, são, como vimos, aspectos centrais no pensamento de Harrington, que vão favorecer a consolidação do governo em *Oceana*. Desse modo, haveria o governo das leis, da estabilidade e do bem-estar entre irmãos. Assim como Aristóteles, o pensador inglês pressupõe que esse não é o único modelo de governo, mas ele é o que mais funcionaria em sua Inglaterra.

¹⁰⁹ Em *Política*, Aristóteles também reflete sobre a mudança dos governos: “Talvez tenhamos aqui a chave de por que a regra monárquica foi a primeira a surgir: a dificuldade de encontrar homens de capacidade e de virtude destacadas em número suficiente, uma vez que naqueles dias as populações eram pequenas [...] Então, quando um grande número de pessoas igualmente virtuosas tornou-se disponível, ninguém mais pôde tolerar um governante único; passou-se então a buscar algo comunal, e assim se estabeleceu a *politeia* [...] E a isso podemos atribuir, de maneira plausível, a origem das oligarquias, uma vez que o amor ao dinheiro é uma das características dessa forma de governo. A mudança seguinte levou à tirania e daí à democracia. Pois a luta pela riqueza a qualquer preço tende a reduzir o número de ricos e a aumentar o poder da massa, que ascende e forma as democracias [...]” (Política, III, 15).

Para consolidar esse pensamento e ser ouvido com atenção, Harrington utiliza pressupostos consolidados por Aristóteles. Como um autor conhecido e amplamente usado na Inglaterra moderna (POCOCK, 1975), suas reflexões vinham de um lugar comum que fazia eco aos ouvidos de seus contemporâneos ao mesmo tempo em que dava áurea de autoridade a sua fala.

3.2.2 Políbio: as bases clássicas de um governo misto na Inglaterra

A teoria dos ciclos de governo foi recuperada por muitos ingleses contemporâneos de Harrington (POCOCK, 2003 b, p. 17). No entanto, para o pensador, a saída dessa situação de modo a buscar a estabilização de um governo se daria através do governo misto. A divisão de terras tornou-se a essência do argumento, já que sua injustiça expressava a raiz da corrupção. A rotação e as mudanças nas estruturas trariam a longevidade do governo e o fim da sua morte natural.

Como outros autores da Antiguidade presentes em seu texto, Harrington não tem uma preocupação em situar o leitor quanto a uma leitura que faz de Políbio. Seu uso parece ser natural, como a leitura de um autor que fazia parte de certo escopo de leituras obrigatórias para os estudiosos de sua época. O historiador consolidava em seu pensamento os fundamentos do governo misto e permitia estabelecer as bases para uma república duradoura.

Políbio nasceu na Grécia, em Megalópolis, por volta de 208 a.C., destacando-se nas atividades políticas e militares ligadas à Confederação Aqueia. Após o fim da guerra entre Roma e Macedônia (171 a 168 a.C.), provou-se que mais nenhuma potência mediterrânea conseguiria vencer os romanos. O historiador e mais 1200 aqueus foram enviados à Roma na forma de reféns para garantir sua fidelidade, já que eram suspeitos de colaborar com o rei vencido. Lá, ele se tornou íntimo de Cipião Emiliano, conquistador de Cartago (em 146), o tendo acompanhado em diversas campanhas, uma delas sendo a própria conquista desta cidade, permanecendo dezessete anos em território romano. Políbio escreve as primeiras histórias de Roma antes mesmo de Tito Lívio (59 aC- 17 aC), de modo que, quando escreve suas *Histórias*, não narra somente da perspectiva de observador, já que também participava

dos eventos narrados (GIACOMONI, 2011, p. 53).

Ex-comandante de cavalaria (*hiparca* – 170-169 a. C.) da Confederação Aqueia, cargo subordinado apenas ao estrategista¹¹⁰, Políbio era filho de ex-estrategista (Licortas). Desde a adolescência apreciava a tática militar sobre a qual escreveu um tratado. Sua amizade com Cipião, que era filho adotivo do cônsul vitorioso, Lúcio Emílio Paulo, foi o que lhe garantiu várias regalias, entre elas, viver na urbe ao mesmo tempo que fazia viagens curtas pela Itália (SEBASTIANI, 2016, p. 22).

Com a interrupção da carreira política, Políbio se dedica a escrever a narrativa historiográfica. Seus textos acompanham a Segunda Guerra Púnica (221 a.C.) e a captura de Corinto pelos romanos (146 a.C.), além da introdução que abrange desde o início da primeira Guerra Púnica. O historiador centra sua análise na construção da dominação mediterrânea por Roma, sendo inspiração para historiadores posteriores (como Tito Lívio e Cícero).

Para Políbio, o relato histórico deveria se basear na autópsia, ou seja, a competência dos historiadores que viram o que narravam¹¹¹. Assim, quanto mais um historiador tivesse que interrogar testemunhas, menos crível seu testemunho seria. Seu relato, por sua vez, baseava-se em três critérios: experiência político-militar, observação de cenários de acontecimentos e leituras. Políbio recusava-se a aceitar informações de terceiros quando julgava poder consegui-las por meio de seu esforço, acreditando que somente a experiência pessoal poderia fornecer dados e o treinamento necessário para a elaboração de uma história pragmática. De maneira clara, a ética de Políbio não é diferente da grega e une o cidadão ideal, o soldado ideal e, nesse caso, o historiador ideal, sendo que os três deveriam ter na experiência própria o elemento mais importante no desempenho de suas funções, evidenciando virtudes como coragem, moderação, prudência e sagacidade (SEBASTIANI, 2016, p. 31 -39).

¹¹⁰ Eram comandantes militares que chefiavam os soldados de infantaria (*hoplitas*) em tempos de guerra. Cada estrategista tinha que ser indicado pelo seu *demos* e aprovado pela *eclésia*.

¹¹¹ Francisco Murari Pires, em seu livro *Mithistória*, salienta essa característica em historiadores como Tucídides. Essa narrativa pretende ser objetiva, baseada em acontecimentos narrados, que foram presenciados, isso superaria os historiadores mais antigos que, ocupados de decorrências passadas, não puderam assegurar objetividade aos seus relatos. Essa presença empírica permite a Tucídides, por exemplo, afirmar a grandiosidade da guerra entre peloponésios e atenienses em relação às ações bélicas passadas. Ao contrário dos poetas e logógrafos, o historiador grego era contemporâneo aos episódios que escreve o que assegura superioridade na matéria tratada (2006, p. 228-229).

De acordo com Breno Battistin Sebastiani (2016, p. 42), as *Histórias* de Políbio foram redescobertas no Ocidente por Leonardo Bruni, que as empregou como fonte ao redigir uma monografia (1422) sobre a primeira Guerra Púnica, preenchendo uma lacuna no texto de Tito Livio. *Justus Lipsius* empregou os fragmentos do livro VI como argumentos dos diálogos do tratado antiquário *De milícia romana*. Montesquieu recorreu a Políbio para escrever sobre a importância da música e tinha o livro VI sob os olhos ao discutir a tripartição da constituição inglesa (*Sobre o Espírito das Leis* – 1748). Os federalistas americanos fizeram do historiador referência constante ao embasar a preferência pela constituição mista (SEBASTIANI, 2016, p. 42).

Em sua obra, o historiador tentou articular três preocupações maiores: mostrar a relação entre escrita e atuação política direta e indireta; coordenar os projetos da obra e atribuir juízos éticos válidos e paradigmáticos, positivos e negativos. Essas preocupações mobilizam a “história pragmática” e estabelecem dois planos de reflexões: narrativo e ético-político. Por “história pragmática” ele compreende a narração dos fatos contemporâneos e seus antecedentes imediatos, que ele acessa por meio de testemunhos, experiências diretas e declarações de testemunhas oculares. O foco da narrativa é o presente imediato e o passado recente, sendo que quando o passado mais longínquo é usado, o é para o entendimento do presente (SEBASTIANI, 2016, p. 26).

Sua finalidade na narrativa é prática, ensinando sobre os problemas vitais e estabelecendo padrões de comparação para eventos futuros. Para Políbio, a história pragmática era inédita e, ao contrário da história genealógica, não precisava repetir informações tradicionais, baseadas em relatos orais e mitos. Seu texto devia ser um guia para futuras situações, semelhantes às que vivenciou, estabelecendo paradigmas que poderiam ser usados posteriormente. Antes mesmo de Cícero, seriam preliminares da *Magistra Vitae*¹¹²:

¹¹² Para Políbio, a escrita da história deveria se pautar na verdade, mesmo que tivesse que elogiar os inimigos e criticar os amigos: “[...] Em outras circunstâncias da vida talvez ninguém abrisse mão de tal convivência, pois cabe ao homem probo votar amizade aos amigos e à pátria, compartilhando com os amigos o ódio por inimigos e amor por amigos. Quando, porém, alguém assume a profissão de história, é preciso esquecer tudo isso, muitas vezes aprovando e adornando com maiores elogios os inimigos, quando os seus atos o demandarem, e outras tantas reprovando e censurando acintosamente os seus, quando os erros em seus empreendimentos demandarem. Assim como um vivente que, privado de vista, é completamente inútil, também a história privada da verdade é narrativa completamente imprestável” [grifos meus] (POLÍBIO, *Histórias*, I,14.1, 4-6).

Se os que relataram antes de nós houvessem deixado de elogiar a própria história, talvez fosse preciso encorajar todos a aceitar e apreciar tais obras, pois os homens não dispõem de corretivo mais a mão do que a ciência dos fatos passados. Mas como não só alguns fizeram disso princípio e fim, afirmando que o conhecimento da história e a educação e o treinamento mais verdadeiros para a prática política; e que a recordação das peripécias alheias é mestre única e a mais eficaz para se poder suportar nobremente as oscilações do acaso [...] (*Historias*, 1.1.1-2).

O tema de Políbio era unificador para uma história universal, já que, como vimos, queria entender como quase o mundo inteiro havia sido dominado por Roma. Escrever era, desta forma, enfrentar um problema atual e delicado, buscando resguardar a própria dignidade no trato com os vencedores (SEBASTIANI, 2016, p. 18). Seu mundo é também conturbado, cheio de mudanças políticas e sua posição é delicada; por meio dele, no entanto, temos reflexões não só sobre o mundo romano, mas também sobre os sistemas políticos que nos possibilitam compreender autores modernos, como Harrington.

Políbio divide sua narrativa em três partes: na primeira, está o relato das guerras anteriores a 216 a. C., por meio das quais as potências mediterrâneas se enfraqueceram mutuamente; na segunda, há a apresentação do aparelho constitucional-militar dos vencedores; e na terceira, a história das intervenções concluídas com vitória para Roma, culminando no predomínio político militar no mundo conhecido. Esse projeto inicial se encerrava com o relato de aproximadamente 53 anos (SEBASTIANI, 2016, p. 18). Dos quarenta livros que a obra totalizou, apenas cinco são completos¹¹³.

O mundo que emerge da narrativa de Políbio é traiçoeiro e violento. Os romanos são mostrados cada vez mais agressivos após a Segunda Guerra Púnica (219-01 a. C), e convertendo rapidamente a urbe em centro das decisões políticas no Mediterrâneo. Poucos romanos a quem Políbio atribuiu caráter moderado – em sua maioria ligados aos Emílio-Cipiões por parentesco ou aliança – confirmariam pela exceção à regra [...]. As três maiores federações gregas (Confederações Aqueia, Etólia e Beócia) se desentendiam e guerreavam quase interruptamente. De modo semelhante

¹¹³ “[...]Dos demais, três permaneceram perdidos: livros XII, XIX e XL; sete apresentam um número relativamente grande de parágrafos e/ou fragmentos (mais de quarenta livros): livros VI, IX, X, XII, XVI, XVIII e XXI; e os demais, compreendem números menores e variáveis (do livro XXXVII, por exemplo, sobrou um único fragmento de duas linhas). A narrativa e os três livros digressivos (VI, XII e XXXIV) integravam 39 livros, aos quais Políbio acrescentou um sumário geral [...]” (SEBASTIANI, 2016, p. 19).

ao que via nas demais, no interior da Confederação Aqueia a inclinação ora por Roma, ora pela Macedônia era pretexto para que uma facção alijasse a outra pelo poder com auxílio externo, agravando o esgotamento generalizado que facilitou a penetração das legiões [...] (SEBASTIANI, 2016, p. 19).

Para Políbio, o que possibilitou a vitória dos romanos sobre todas as populações do Mediterrâneo não foi só a força deles, mas também a própria fraqueza dos reis locais, na medida em que brigavam entre si. Ou seja, a luta interna causava divisões, enfraquecendo as cidades frente ao grande inimigo do momento, ocasionando o esgotamento que deu a Roma a ocasião certa para dominar. Além disso, quando Calícrates foi mandado como embaixador dos aqueus, agiu como traidor, acusando no Senado a Licortas e seu filho Políbio (SEBASTIANI, 2016).

O historiador era cidadão de uma antiga *pólis* que se esforçava para resguardar a autonomia, que viveria uma década de tensão até a Terceira Guerra Macedônica (171 a.C.). Claramente as vitórias romanas não eram somente materiais, mas também simbólicas, aniquilando qualquer possibilidade dos adversários lutarem por uma hegemonia que contrabalançasse a romana. As duas guerras impostas a Cartago, por exemplo¹¹⁴, aniquilaram qualquer possibilidade de desejar domínio sobre o Mediterrâneo (SEBASTIANI, 2016, p. 19).

Diferente dos que se rendiam à Roma, Políbio analisa Aníbal, que chamou a atenção do historiador não só pela audácia, mas por ser justamente uma exceção: seu valor militar se agigantava porque herdara e reorganizara por si próprio e com extrema eficiência tática, na Ibéria, um exército capaz de invadir Roma com quase nenhum suporte da metrópole. Igualmente, despertariam interesse no historiador o exército cidadão e a eficiência administrativa romanas (SEBASTIANI, 2016, p.19).

Em Roma, o historiador encontrou tempo e recursos para se dedicar à narrativa historiográfica, tendo acesso às informações não só da parte vencedora. Ao longo dos

¹¹⁴ Há outros exemplos apresentados: “[...] A derrota da Síria (188 a.C.) e a paulatina intervenção da Grécia, de 196 a. C. até a liquidação do reino macedônico com a deposição do rei Perseu em 168 a.C., está em 145-144 a.C., passando então a ser chamada de província da Acaia. Às vitórias militares, frutos de novas tecnologias de combate - sobretudo a formação compacta da legião combinada com a tática manipular, de grande mobilidade -, se seguiram imensos butins em dinheiro, obras de arte, escravos, tributações e indenizações de guerra. O mercantilismo romano penetrou em áreas com aristocracia locais interessadas na manutenção dos próprios interesses, que garantiam que qualquer tentativa de organização de um poder forte e centralizado fosse sistematicamente desmantelada” (SEBASTIANI, 2016, p. 20).

dezessete anos que viveu na urbe (167-150 a. C), não retornou à Grécia. Como tinha permissão de viajar, recolheu informações que se somariam aos assuntos que sempre haviam lhe interessado: tática militar, psicologia do poder e política. Em razão da convivência com os romanos e do tipo de atuação política cada vez mais direta, Políbio editou o projeto inicial da obra. Após retornar à Grécia, atuou como mediador junto aos romanos e escreveu mais de dez livros, estendendo o relato em vinte anos.

Sua posição era, no mínimo, complexa, já que, ao mesmo tempo em que possuía vínculos com a aristocracia senatorial romana (começando pelo amigo triunfador e todas as famílias a ele ligadas), era ele próprio um aristocrata terratenente do Peloponeso com muito a perder, em caso de luta armada, e a ganhar, caso estivesse com novos comandantes (SEBASTIANI, 2016, p. 22 e 23).

Além de historiador, Políbio também foi articulador político, sendo personagem da sua própria narrativa em alguns momentos. No penúltimo livro, por exemplo, reconstrói sua própria atuação junto aos decênios (comissão romana de dez integrantes que tomavam as decisões mais urgentes imediatamente ao fim de uma guerra), afirmando ter demonstrado com fria objetividade aos conquistadores a inutilidade do ato de carregar as estátuas pilhadas da Grécia.

O final das *Histórias* expõe um misto de auto-justificação de um homem que soube se fazer útil e da demonstração paradigmática de atuação prudente em tempos difíceis. Obviamente, tais atitudes implicavam a renúncia de ideais de autonomia defendidos por seu pai em sua juventude. A condenação das revoltas das províncias de Dieu e Critolau foi, por exemplo, uma tomada de posição no sentido de aceitar que os romanos eram realmente invencíveis e únicos capazes de trazer estabilidade política (SEBASTIANI, 2016, p. 23). Por intermédio desse pensamento, ele tenta explicar a excelência política da constituição romana que, em menos de 53 anos, conquistou todos os outros estados, impondo-lhes o seu domínio.

[...] Políbio apontou três razões para a superioridade romana: a. a centralidade das decisões (a despeito da tripartição da “constituição mista” em cônsules, Senado e povo, o conjunto das decisões tomadas pelo Senado e povo romanos convergiria para uma meta consensual: vencer as guerras e adquirir terras e bens); b. as virtudes romanas (os romanos teriam conseguido temperar força e inteligência, tornando-se eticamente moderados – virtude cardinal para o historiador); c. a superioridade militar das legiões em relação a todos os demais exércitos contemporâneos

3.2.2.1 Os ciclos de governo em Políbio e a saída da instabilidade

Após narrar os episódios da batalha de Canas (216 a.C.), quando os romanos sofrem a maior derrota em solo italiano, Políbio reflete, no livro VI, sobre a constituição romana, redigindo um pequeno tratado de direito público romano. Segundo ele, a constituição política [*politeía*] de um povo é a causa primordial do êxito ou insucesso de todas as ações. Para ele, a batalha mais difícil que existia era a que ocorria no interior da comunidade política e não a que vinha do exterior (*História*, VI).

Políbio, embora não seja citado diretamente por Harrington, talvez seja um dos autores mais presentes em sua narrativa. Conhecido por ser o autor do governo misto como modelo de constituição, são perceptíveis as aproximações entre os dois autores. É interessante se destacar essa característica, pois embora Aristóteles e Cícero sejam citados por ele, o historiador grego, em uma possível apropriação do auto, não aparece em seu texto.

O historiador grego faz uso livre de Platão e Aristóteles, apresentando sua própria visão sobre o ciclo dos governos, dando um tom pessoal a uma teoria que já existia. Aristóteles, como já afirmei, também se refere ao governo misto. A melhor forma seria a que misturasse características da democracia e da oligarquia, já que elas representariam as duas partes do governo encontradas na cidade: os pobres, que veem justiça na igual repartição do poder público e querem liberdade política; e os ricos, que veem justiça na repartição desigual do poder, segundo mérito de cada um. A mistura é vista como positiva por incluir as duas partes e conseguir certo equilíbrio entre elas, evitando a instabilidade provocada pelo descontentamento dos pobres e dos ricos (*Política*, IV).

Para Harrington, o governo perfeito não consegue ser perturbado, pois as possibilidades de sedição são anuladas a partir de sua própria constituição. Assim, rebatendo Hobbes, por exemplo, ele afirma que a monarquia não seria perfeita por sua capacidade de gerar lutas internas. O sistema político, tal como em Políbio, é o ponto chave que explicaria o sucesso ou a falha da permanência de um governo.

De maneira muito semelhante a Aristóteles e a Platão, Políbio acredita que existem seis modelos de governo. Três desses modelos seriam bons (monarquia, oligarquia e democracia) e três seriam maus/ruins (tirania, oligarquia e olocracia – termo que se refere ao abuso de poder em governos democráticos). Esses modelos se sucedem, formando um ciclo que vai se repetindo ao longo do tempo. Seriam modelos simples de governo e, por isso, sujeitos à falha e que, por isso mesmo, acabam sucumbindo e dando surgimento aos novos. Haveria, no entendimento do pensador, uma alternância, entre bons e ruins, sempre voltando ao ponto de partida. Um sétimo modelo de governo seria a síntese entre as três formas, conhecido como governo misto.

O ciclo começaria pela realeza, forma de governo que resultou no aperfeiçoamento da monarquia, baseado no domínio pela força, quando os homens ainda viviam em bandos, como os animais, e seguiam quem se impunha pela força e pela bravura. Contudo, a realeza, com o tempo, transforma-se em tirania, pelo apetite desenfreado por distinções. Já a tirania é substituída pela aristocracia, que se corrompe em oligarquia pela ganância por riquezas. A oligarquia, por sua vez, é substituída pela democracia, que se transforma numa olocracia através de disputas por vantagens e cargos. Então, voltando ao início, a olocracia é trocada pela realeza, fechando o ciclo, que acaba por se repetir.

Esse ciclo é visto como natural, fruto da instabilidade intrínseca dos regimes políticos, marcados pela falta de controle e de estrições no exercício do poder, já que ocorrem excessos, abusos, desmandos e injustiças que conduzem à corrupção do governo. Assim, a única maneira de retardar as mudanças seria a adoção do regime misto, trazendo estabilidade ao governo (BARROS, 2015, p. 53). Nesse modelo, o rei estaria sujeito ao povo, que participa adequadamente do governo e que, por sua vez, é controlado pelo senado. Assim, a monarquia, a oligarquia e a democracia estariam presentes ao mesmo tempo dando certa permanência a esse modelo de governo. Para Políbio, era indissociável a relação entre estabilidade e governo misto, já que por meio disso os poderes se equilibravam e se neutralizavam, não sendo nenhum poder excessivo. Para ele, aliás, a causa da derrota de Cartago, narrada em seu livro, seria porque a cidade púnica, embora fosse um governo misto, estava transformando-se em governo democrático, tornando-o muito mais vulnerável à força e ao poder romano

(Histórias, I).

Essa relação entre os governos que se controlam mutuamente será muito importante na consolidação do conceito de liberdade, primordial para os pensadores republicanos. Harrington é um dos principais exemplos disso, já que compreende tal junção como equilíbrio que traz estabilidade e continuidade para os governos.

[...]É esta compreensão do regime misto como equilíbrio e mútuo controle institucional dos poderes que se tornará amplamente hegemônico no pensamento político romano e que vai também, posteriormente, moldar o enredo mais constante das reivindicações republicanas (CARDOSO, 2008, p. 46).

Inspirado, como temos visto, em autores da Antiguidade, o pensador inglês entende que, para haver paz, é necessário um governo misto que tenha valores da democracia, da aristocracia e da oligarquia. Somente assim o Estado poderia ser permanente, sem as instabilidades que tanto se abateram pela Inglaterra moderna.

Como nenhum dos três governos é absoluto, eles trabalham de forma comum ao mesmo tempo em que se autorregulam, produzindo um governo estável e permanente. Esse medo constante de sofrer interferência de outros governantes freia qualquer impulso de um dos poderes de sobrepujar-se sobre os outros. A autoridade do cônsul, no caso de Roma, dessa forma, é moderada pelo Senado, que, por sua vez, é limitada pelo povo:

O senado novamente, que possui um poder tão grande, é obrigado, em primeiro lugar para pagar a atenção para os bens comuns em assuntos públicos e buscar a aprovação do povo [...] O mesmo é o caso em assuntos que afetam diretamente o próprio Senado. Porque, se alguém apresentar uma lei destinada a privar o senado de parte de sua autoridade tradicional, ou para abolir a precedência e outras distinções dos senadores ou mesmo reduzir-lhes as suas fortunas privadas, é só o povo que tem o poder de passagem ou rejeição de tal medida [...] (Historia Pragmática, VI, 16).

Assim como Políbio, Harrington entende que a república é a perfeição dos governos por representar as três formas de poder e por conter, em sua concepção, as leis agrárias e a rotação de cargos. Por intermédio do estabelecimento desse tipo de Estado, seria possível manter certa estabilidade, freando a mutabilidade que parece reinar em qualquer outro modelo de governo:

Republica equitativa e um governo estabelecido por uma lei agraria equitativa, que se estabelece em uma superestrutura por três ordens, o senado que discute e propõe, o povo que decide e a magistratura que executa, por meio de uma rotação equilibrada, mediante os sufrágios do povo, emitidos em votação¹¹⁵

A relação entre os dois autores é evidente, assim como são análogos os pontos defendidos entre as duas formas de governo, escritas com uma grande distância temporal. Muito dificilmente a forma de pensar de Harrington é original, sendo improvável imaginar que tenha elaborado sem ter conhecimento de Políbio. Sua não citação ao autor grego deve-se mais ao costume do momento, compreendendo que seus leitores dividiam com ele determinadas leituras e formas de ver o mundo. Possivelmente as referências a um autor usado e conhecido em seu tempo trabalhavam no sentido de valorizar seu pensamento e sua forma de compreensão.

Políbio se fez presente nas leituras e usos republicanos na Inglaterra do século XVII (FINK, 2011, p. 2). Dessa forma, Harrington caminhou num caminho que parece ser comum em seu contexto. A ideia do estado misto, formado pela mistura entre as três formas perfeitas de governo existentes, permeia várias leituras do período. Aristóteles, por exemplo, era usado como exemplo da combinação perfeita entre oligarquia e democracia, presentes em Cartago e Esparta (FINK, 2011, p. 2). Esse equilíbrio seria a medida entre as pessoas pobres e ricas formando um caminho estável e duradouro. Contudo, como afirma Zera Fink (2011, p. 3), é Políbio quem articula a ideia da divisão das esferas de poderes, de equilíbrio e permanência das relações entre monarquia, de democracia e aristocracia em suas formas características, trazendo Roma e Esparta como exemplos a serem seguidos. Roma não seria um exemplo de realeza, mas da junção dos poderes que garantia a estabilidade¹¹⁶.

¹¹⁵ An equal commonwealth (by that which has bin said) is a government establish'd upon an equal Agrarian, arising into the superstructures or three orders, the senat debating and proposing, the people resolving, and the magistracy executing by an equal rotation thro the suffrage of the people given by the ballot. For tho rotation may be without the ballot, and the ballot without rotation, yet the ballot not only as to the insuing model includes both, but is by far the most equal way; for which cause under the name of the ballot I shall hereafter understand both that and rotation too (HARRINGTON, Oceana, Preliminares).

¹¹⁶ Segundo Fink (2011, p. 5), Políbio influenciou a teoria republicana de Cícero, posteriormente, no entanto, Políbio ficou conhecido como o maior defensor do governo misto, que influenciou a Inglaterra do século XVII. A superioridade desse tipo de governo estaria justamente na mistura entre monarquia, aristocracia e democracia. Após Cícero, Dionísio de Halicarnasso foi outro defensor do governo misto, apontando Roma como continuadores dos gregos, sendo que o próprio Romulus era visto como um

Como um autor muito presente no mundo de Harrington, Políbio fazia sentido para seus interlocutores a não necessidade de referências. Seus prováveis leitores certamente teriam contato com as obras e fariam, por si mesmo, as relações necessárias para a compreensão da necessidade de um governo misto também na Inglaterra moderna. Em linguagem retórica, seriam as compreensões e pressupostos tão óbvias para determinado grupo que se fazia desnecessária a citação.

Assim como Hobbes, Harrington procurou uma saída para um mundo que mudava a todo instante e que transformava o reino das coisas estáveis e duradouras. No entanto, enquanto para o filósofo inglês a saída era a entrega de todo o poder ao soberano por meio do contrato, para Harrington a saída da estabilidade passava pelo entrelaçamento entre as formas de governo. Embora ambos compartilhassem a apreciação dos antigos e os utilizassem como justificativa para pareceres políticos, suas escolhas e o modo como o faziam diz muito sobre como cada um entendia o momento pelo qual passava a Inglaterra, assim como qual o futuro que desejavam para seu Estado.

Além da admiração e da valorização do governo misto, Políbio também inspira o pensador inglês em relação ao personagem Licurgo. Para Políbio, a instituição criada por Licurgo é divina devido ao grau de sua perfeição. Tal admiração não passaria despercebida por Harrington, sendo um ponto de convergência entre os dois autores. Para ambos, ele seria um líder político exemplar, alguém admirável e que soube conduzir e estabelecer-se politicamente. Segundo o historiador grego, Licurgo foi vitorioso em seu governo porque acabou com o desejo de riqueza, acabando também com a discórdia civil e com os tumultos (VI, 46), garantindo a paz e a segurança de todo o território da Lacedemônia (VI, 48):

[...] Para mim, parece tão longe no que respeita à manutenção da concórdia entre os cidadãos, a segurança do território da lacônia e a preservação da liberdade de Esparta, a Legislação de Licurgo e a previsão expôs eram tão admiráveis que imagino como divina suas instituições ao invés de humana [...] (História Pragmática, VI, 48) [grifos meus].

Conforme citado, Políbio chega a relacionar a estabilidade de Esparta a um mecanismo divino, tal era o bom governo da localidade, já que nela não havia a

legislador ligado a Licurgo (FINK, 2011, p. 8).

*stásis*¹¹⁷, marca do caos social. Já Harrington afirma, nas Preliminares, que, enquanto Lacedemônia conservou a divisão de terras proposta por Licurgo, permaneceu estável, mas uma vez mudada a situação, acabou não subsistindo. Ou seja, tal como o historiador grego, o personagem era admirável e servia de exemplo. “[...] Enquanto a Lacedemônia conservou a divisão de terras estabelecida por Licurgo, mostrou-se imutável, mas mudando-se esta, já não pode mais subsistir” (História Pragmática, VI).

De acordo com Zera Fink (2011, p. 10), Harrington não está sozinho no mundo inglês em sua admiração por Políbio ou em sua defesa do governo misto. Nomes como Maquiavel e Thomas More defendiam a superioridade do governo misto, acreditando que esse seria o melhor caminho para a Inglaterra moderna. Como veremos posteriormente, nos *Discursos da Primeira Década* de Tito Livio, Maquiavel faz a defesa do governo misto como o mais estável e duradouro a se estabelecer. Para esses pensadores, assim como para Políbio e para o próprio Harrington, outras formas de governo tendem a se degenerar, contudo, quando há a junção das três formas, temos um estado estável e menos sujeito a mudanças. Para Maquiavel, Roma não foi fundada em um dia somente, logo, por trás desse império haveria um legislador, o que invocava o caso de Licurgo como o grande exemplo. Com a criação do consulado e dos tribunos da plebe, Roma teria caminhado em direção ao governo misto, afastando a tendência natural da decadência de todos os governos (FINK, 2011, p. 12).

Na Itália, o maior expoente na apropriação das ideias de Políbio foi Maquiavel, já que se acreditava que essa forma de governo devia ser implantada em Florença. O plano de governo de 1495, por exemplo, influenciado por Savonarola previa expulsão dos Médici e uma forma de estado baseada no governo misto (FINK, 2011, p. 18).

Obviamente não são todos os pensadores que concordavam com o governo misto, já que outros, como Jean Bodin, acreditavam que o poder era indivisível e, por isso, faziam ferrenha oposição a esse pensamento. Assim, se um Estado fosse

¹¹⁷ A *stásis* aparece na obra de Tucídides, *Guerra do Peloponeso*: “Na paz e na prosperidade, as cidades e os indivíduos têm melhores juízos por não caírem em necessidades imperiosas, mas a guerra, que suprime a facilidade de cada dia, é uma mestra de comportamentos violentos, e adapta as paixões da maioria às circunstâncias” (Guerra do Peloponeso, 4 III 82.2). Em situações de guerra intestina não há mais sentido ou respeito aos deuses e tradições, assim homens caem na guerra sem objetivo e matam uns aos outros. Além disso, atacados pela epidemia chamada de “peste”, testemunharam as desgraças cotidianas sendo dominados pela apatia, pelo individualismo hedonista e foram conduzidos ao crime, estando o espírito de todos transtornados. Não haveria mais cálculo racional, e seriam dominados pelas paixões.

representado por um indivíduo somente, seria a monarquia; se poucos, aristocracia; e muitos, a democracia. A lógica do estado misto para Bodin era irreal e não devia existir. Sendo ele um dos expoentes da defesa do direito divino dos reis, defendia que a soberania não poderia ser dividida. Na sua linha de pensamento, Esparta foi uma aristocracia, Roma era republicana (tendo o poder no povo) e a França era uma monarquia (FINK, 2011, P. 18).

Dessa forma, visões conflitantes permeavam o mundo do Renascimento, tanto inglês como italiano, demonstrando a defesa de concepções de Estado que eram contrapostas. Os defensores do estado misto, em geral, se viam como imitadores dos antigos. Thomas More, por exemplo, representou em seu texto os princípios do governo misto através do conselho dos magistrados, muito influenciado pelo modelo misto de governo, sendo que o concílio representava a aristocracia, enquanto a democracia era representada pelo grande conselho e o príncipe representava a monarquia (FINK, 2011, p. 22).

Além de More, John Ponet, bispo de Winchester, em *Short treatise of politique power* (1556), fazendo alusão a Roma, Esparta e Licurgo, aponta as três formas de governo como possíveis, mas considera a forma mista como a mais estável. Outro exemplo foi Thomas Smith, que, em seu *De Republic Anglorum*, publicado em 1518, não só descreve a Inglaterra como uma monarquia mista, como declara que todos os Estados contemporâneos são monarquias mistas. Walter Raleigh, poeta britânico, embora defendesse o poder dos reis, acreditava na teoria do governo misto como melhor. O próprio Carlos I chegou a afirmar que seu reino seria um governo misto, posição logo contrariada após os conflitos entre o rei e o Parlamento. Philip Hunton, em *Treatise of monarchie*, após classificar o governo misto como superior, afirma que a monarquia da Inglaterra seria um exemplo de governo misto pela presença da aristocracia e da democracia, pela casa dos lordes e dos comuns, sendo, na argumentação, elemento de justificativa realista. Dessa forma, durante algum tempo, republicanos e monarquistas saíam das mesmas bases clássicas na defesa de um governo misto (FINK, 2011, p. 24).

No entanto, essa assimilação entre a monarquia e o governo misto partia de uma clara defesa da monarquia e de sua continuação, já que o governo misto se embasa em pressupostos diferentes do governo real. Robert Filmer, por exemplo,

afirmava que se a monarquia se colocasse como governo misto, ela já se tornava república. Nessa linha, os que defendiam o governo misto começaram cada vez mais a defender o modelo republicano, tornando-se, nas palavras de Zera Fink (2011, p. 27), os “republicanos clássicos”.

A admiração pelo personagem Licurgo¹¹⁸, que parece ser uma figura que permaneceu como um mito admirável ao longo das gerações mostra, como vimos, *no entanto*, uma comunhão de princípios que une antigos e modernos, e no caso particular, Políbio e Harrington. Enquanto os conselhos de Licurgo permaneceram e sua memória foi honrada, houve paz, houve permanência, que eram valores a serem buscados. No entanto, a mudança e a recusa a seus conselhos trouxeram mudança, instabilidade e outras transformações não desejáveis para a vida social.

Segundo Políbio, no livro VI de sua história, Licurgo desejava elaborar uma constituição para Esparta que pudesse resistir a degeneração natural que ocorre com todo regime político. Assim, a cidade foi firme e uniforme, unindo todas as características boas e peculiares às melhores formas de governos de forma que nenhum dos seus oponentes pudesse crescer indevidamente e acabar em males equivalentes, sendo a força de cada setor do Estado contrabalanceada pelos outros membros de estratos diferentes, mantendo a constituição por um longo tempo.

Mesmo tendo essa visão da importância da figura de Licurgo, é importante lembrar que, assim como em Aristóteles, o que faz o bom governo não é uma ou outra

¹¹⁸ “A segunda novidade de Licurgo, e a de mais ousada e mais difícil empresa, foi a de repartir as terras: pois, havendo na Lacedemônia grande dificuldade e desigualdade entre os habitantes, porque uns, e a maior parte, eram tão pobres que não tinham uma só plegada de terra, e outros, em bem pequeno número, tão opulentos que possuíam tudo, ele advertiu que, para banir e expulsar da cidade a insolência, a inveja, a avareza, as delícias e, mais a riqueza e a pobreza, que são ainda as maiores e mais antigas pestes das cidades e das coisas públicas, não havia meio mais expediente do que persuadir os cidadãos a reporem em comum todas as terras, possessões e heranças do país e de novo as repartirem igualmente entre si, para daí por diante viverem todos juntos como irmãos de maneira que um não tivesse em bens nada mais do que o outro, e a não procurarem preceder uns aos outros em nenhuma outra coisa senão na virtude: estimando não dever existir outra desigualdade nem diferença, entre os habitantes de uma mesma cidade, senão aquela que procede da censura às coisas desonestas e do louvor às coisas virtuosas e honestas. Unindo ato à palavra, executou de fato a repartição das terras, pois dividiu todo o resto do país da Lacônia inteiramente, em trinta mil partes iguais, as quais distribuiu aos periecos; e das terras mais próximas da própria cidade de Esparta, que era capital de todo o país da Lacônia, fez outras nove mil partes, que repartiu entre os esparciatas, que são os que propriamente se chamam os Espartanos. (...) Cada uma dessas partes era tal que podia dar a seu dono, anualmente setenta medimos [71.16–77.88 l. em Esparta] de cevada para o homem e doze para a mulher, além de uvas e azeite em semelhante proporção: estimando suficiente essas qualidades para manter o corpo do homem são, disposto e robusto, e que não há necessidade de nada mais” (PLUTARCO, Vida de Licurgo, 8)

figura destacável, mas boas leis. Elas estabeleceriam um governo permanente, diferentemente da instabilidade dos homens, que podiam ser bons governantes em certos momentos, mas em outros serem maus. Boas leis, contudo, permitem criar bons homens, criando-se um estado igualitário (FINK, 2011, p. 61).

Como afirma Fink (2011, p. 56), Harrington se baseia em dois princípios centrais que norteiam seu pensamento: não pode ser justo o governo que é representando por somente um dos setores da sociedade – monarquia ou legislativo – e a divisão entre os dois corpos representa a sabedoria da República. No entanto, é preciso lembrar que Harrington não simplesmente repete ideias presentes em Políbio sobre o governo misto, mas coloca um traço pessoal em seu pensamento ao afirmar, por exemplo, que um poder maior da nobreza sem virtude ocasiona a destruição e aniquilação do estado. A virtude seria, lembrando Aristóteles, a dedicação da vida e da alma ao sucesso do Estado misto. Na mesma medida, o povo somente, sem a aristocracia, ocasionaria a destruição. É clara a preferência do autor pela aristocracia, contando que essa fosse a portadora da prática da virtude (FINK, 2011, p. 58).

3.3. Cícero: a virtude no governo da República

O humanismo cívico tem, claramente, em Cícero um dos seus maiores modelos. A ideia da participação na vida da *civitas* e a virtude como ponto fundamental fará com que muitos humanistas se inspirem no pensador romano. Essas ideias iriam contra uma visão agostiniana que, em favor da providência divina, reiterava o papel das instituições políticas (POCOCK, 2003 b, p. 35). A recuperação de autores será central nesse ambiente, fortalecendo ideias advindas da Antiguidade para embasar outras formas governamentais.

Para muitos estudiosos do período, Petrarca será o nome que com mais ênfase aponta a Antiguidade Clássica como padrão para o mundo político de sua época (BIGNOTTO, 1999 e SKINNER, 1996). A preferência de Petrarca era por Cícero, considerado o “grande gênio” da Antiguidade. Suas ideias e textos eram perpassados diversas vezes, debatidos em diferentes locais, inspirando os que se preocupavam com questões políticas de seu tempo. Além disso, o papel de Cícero como homem de

Estado e cônsul receberia ênfase nesse período (BARON, 1988). O objetivo era claramente enfatizar a relação do homem virtuoso com a política e seu papel nas decisões futuras.

Os ensinamentos de Cícero eram, desta forma, retomados, especialmente os relacionados à retórica e à liberdade republicana. O próprio Maquiavel, como veremos, foi leitor de Cícero e nele estão presentes muitos de seus princípios. Assim, o próprio contexto de Harrington favoreceu o contato com Cícero, possivelmente desde a infância. Junto com outros autores, o escritor romano inspira *Oceana* como um reino duradouro, de liberdade e de paz.

É importante salientar que parte da *República* de Cícero estava perdida na época de Harrington, no entanto, as referências relativas ao mundo cívico estavam presentes e eram manifestos em sua época¹¹⁹. Para nosso autor, a ênfase, como vimos até agora, estará na reunião das três constituições simples de governo formando um todo estável e permanente – a República:

[...] quando a maior de todas as coisas [públicas] está em posse de uma só pessoa, a este chamamos rei, e ao estado da república de reino e quando está em posse dos seletos, então, diz-se que a *civitas* é regida pelo arbítrio dos optimates. Entretanto, há a *civitas* popular (como assim a chamam) naquela onde tudo é do povo (Da República, I, 42).

É possível perceber, portanto, que assim como em Políbio, aqui está presente a ideia do governo misto, já que reúne o que é de melhor das três formas de governo, garantindo a reunião do bem que há em todas as formas. O estado harmonioso estaria formado, trazendo as classes sociais em pleno equilíbrio. O objetivo permanente na Antiguidade se relacionava à manutenção de uma ordem política pacífica e harmoniosa que impedisse a possibilidade de surgirem tiranos. A virtude seria o guia para os que querem estar na vida pública, sempre em função do bem da cidade.

O livro em que Cícero mais debate e apresenta o sistema político é o *Da República*. Lá estão examinados “a melhor *civitas*” e o melhor concidadão. Foi uma das

¹¹⁹ A parte que era lida do texto era “O sonho de Cipião” (livro VI), a obra como um todo ficou perdida até o século XIX. Ela foi encontrada em estado fragmentário pelo Cardeal Angelo Mai na Biblioteca do Vaticano e publicada pela primeira vez em 1822. No entanto, mesmo que a obra como um todo fosse inalcançável nos tempos de Harrington, as ideias de Cícero, preservadas durante a Idade Média, acabaram repercutindo [apropriadas, recebidas...] em vários pensadores do período (BERNARDO, 2012, p. 55).

primeiras obras após *De orate* (55 a. C) e concomitante ao *De Legibus*. O objetivo do autor romano é apresentar a fundamentação e a construção da república romana. A filosofia política e a retórica estão juntas no livro, fazendo com que ele analise as mudanças históricas segundo sua lógica de pensamento e reflexão.

Cícero apresenta características do mundo helenizado, trazendo ao mundo romano muitos dos pressupostos presentes na Grécia Antiga. A palavra tem papel central na república, pois por meio dela era possível discutir e também contar o que já aconteceu pela narrativa histórica. A vida ativa na política é o grande marco de sua obra como um todo, demonstrando a necessidade que havia de homens virtuosos.

A forma de discurso do texto é a dialógica, em que cada interlocutor vai apresentando seus argumentos. Na figura de Cipião, por exemplo, está a combinação do cidadão virtuoso que busca o bem comum e é formado nas artes liberais e nos costumes romanos. Os políticos eram, desta forma, homens sábios e virtuosos, capazes de refletir sobre a vida política e melhor encaminhar o futuro. Escrever para ensinar também era tarefa política e para o pensador não era menos importante. Para Cícero, o vínculo entre os homens estava estabelecido por meio da razão e da linguagem, reunindo-os em uma espécie de sociedade natural (*De officiis*, I). Os laços de amizade e vida uniriam os homens em busca do bem comum. A razão, por meio da linguagem, uniria os homens e esse seria o fundamento da união política:

[...] e com veículos para sua lentidão; como tivesse encontrado os homens proferindo algo incompleto e confuso mediante vozes disformes, as separou e as distinguiu em partes e imprimiu palavras às coisas, como uma espécie de signos; e aos homens, dissociados antes, congregou-os entre si com o vínculo de linguagem. Os sons da voz, que pareciam infinitos, também foram tolos, pela mesma mente, identificados e expressos com alguns poucos caracteres inventados, com os quais tiveram tantos colóquios como os ausentes como indicações das vontades e documentos dos feitos passados (*Da Republica*, III,3).

Enquanto ainda não fazem parte de uma comunidade, os homens produzem sons imperfeitos, mas quando se reúnem, a razão distingue os sons, permitindo a comunicação entre eles. Juntar os homens é uma ação da própria natureza, semelhante a visão que o próprio Aristóteles tinha como a plena realização do ser humano na vida em comum que acaba significando a política. Viver, assim, é uma forma natural, bem diferente da passagem do estado natural pensado por Hobbes, por

exemplo, cujo estado natural é de uma guerra endêmica. Por meio da linguagem, os homens se associam entre si e também tem conexão com o passado quando podem relatar o que já ocorreu.

Antes da república, como salienta Isadora Bernardo (2012, p.30), existia a *civitas*, que para Cícero é um agrupamento em grandeza menor que a república. No entanto, é na *civitas* que se estabelece o vínculo legal entre os cidadãos. *Civis*¹²⁰ é o termo primário de que *civitas* é o originário (BERNARDO, 2012, p. 31). Nesse sentido, a *civitas* é o conjunto de *civis* que só pode ser estabelecido desta forma. Sem esse elemento primordial e necessário não pode existir a *civitas*. Não há cidadania isolada, dessa forma, sendo sempre estabelecida em relação ao outro:

[...] Assim, estes agrupamentos, instituídos por esta causa que expus, estabeleceram sua sede primeiramente em um lugar certo para construir domicílios. Protegida, por sua localização e pelas mãos, a chamaram de fortificação ou de urbe, tendo ela sido dotada de santuários e praças comuns. Logo, todo povo, que é o agrupamento de uma multidão, tal como expus; toda *civitas*, que é a constituição de um povo; toda a república que, como disse, é a coisa do povo [...] (Da Republica, II, 12 E 16).

A partir da constituição da *civitas* se estabelece a reta razão, a lei natural. A razão é o primeiro vínculo de associação entre os homens e essa se expressa na lei, compartilhando a lei e o direito, sendo que esse também se baseia não em convenções, mas na própria natureza (BERNARDO, 2012, p. 33). É na vida pública, no exercício de *cidadãos*, que a virtude fica evidente e o que comum é alcançado. A lei natural é maior que tudo, é anterior, não podendo ser anulada ou revogada. Neste princípio, inclusive, as leis só são justas se estiverem de acordo com a lei natural:

[...] a lei verdadeira é a reta razão, conforme à natureza – difusa entre todos, constante, eterna – que chama ao dever ordenado e afasta do mal vetando. Porém, nem ordena nem veta em vão os probos, nem move os ímprobos ordenando ou vetando. Esta lei não pode ser obrigada, nem é lícito derrogar alguma parte, nem sua totalidade pode ser obrigada. Na verdade, não

¹²⁰ “[...] A palavra básica por força deve ter um sentido que permita que o derivado signifique a cidade. O uso de *civis* na língua antiga e ainda na época clássica é feito frequentemente com um pronome possessivo: *civis meus*, *civis nostri*. A construção com o possessivo revela o verdadeiro sentido de *civis*, que é um termo de valor recíproco e não uma designação objetiva: ser *civis* é para aquele que sou *civis*. Essa relação de reciprocidade poderia ser expressa por “concidadão”. Um concidadão (*civis*) é *civis* de outro *civis* antes de determinada cidade. Agora, vejamos a relação que se estabelece entre *civis* e *civitas* [...]” (BERNARDO, 2012, p. 31).

podemos ser isentos da obediência a essa lei nem pelo senado nem pelo povo, nem devemos procurar outro comentador ou intérprete dela; nem haverá uma lei em Roma, outra em Atenas, outra aqui, outra depois, mas em todas as gentes e em todos os tempos uma lei eterna e imutável. E deus será o único, por assim dizer, mestre e comandante comum a todos – ele é o inventor da lei, o juiz a quem propõe [...] (De Republica, III, XXII, 33).

Se *civis* é a reunião entre os *cidadãos*, demonstrando os vínculos de identidade na própria formação da *civitas*, a República estaria em outro extrato. Sendo que o povo seria um agrupamento de multidão que se reuniria pelo consenso quanto à justiça e pelos fins comuns. Assim, os homens vivem sob uma regra comum de justiça que favorece sua conservação, sendo marcante o desejo de compartilhar os fundamentos da justiça. Sem esse consenso sobre justiça, não há possibilidade de vida em comum. Esse sentimento se encontra na própria natureza, mas sua manifestação ocorre na república (BERNARDO, 2012, p. 34).

Para o autor romano, a boa república¹²¹ é aquela que além de distribuir o poder político entre classes distintas também é capaz de educar seus cidadãos para obedecerem às leis, exaltando a prática da virtude. O dever para com a comunidade cívica estaria acima de qualquer outro e dos próprios interesses individuais. O homem virtuoso é caracterizado como aquele que se dedica à vida política e ao bem comum (SKINNER, 1996): “[...] quanto ao mais, não posso me esquecer de ser esta a minha pátria, ser eu cônsul destes meus habitantes, e que com eles hei de viver, ou por eles morrer” (De Republica, VI).

Portanto, – disse Africano –, a república é a coisa do povo, porém a *civis* não é todos os homens agrupados de qualquer modo, mas congregados em um agrupamento da multidão por seu consenso de justiça e uma reunião de utilidade comum. E a causa primeira para agrupar-se não é tanto a debilidade quanto uma certa naturalidade, por assim dizer, dos homens a se congregarem (Da Republica, III, XXIV).

O vínculo entre os homens, que tem sua representação maior na República, deve

¹²¹ O Entendimento *da Res Publica* não é equivalente ao moderno, para os antigos, ela se referia a um viver comum baseado na justiça e em boas leis, não necessariamente em divisão de poderes, possibilitando a participação do povo comum. “É pois a República coisa do povo, considerando tal, não todos os homens de qualquer modo congregados, mas a reunião que tem seu fundamento no consentimento jurídico e na utilidade comum [...] aquilo que tem o seu funcionamento na igualdade dos direitos e na comunhão de interesses [...] a ‘coisa pública’ é verdadeiramente coisa do povo, sempre que administrada com justiça e sabedoria” (De Republica, II).

ser constituído pelo discernimento que dá direção ao agrupamento da multidão e deve refletir a causa que gerou a *civitas*. Esse discernimento dá à comunidade a possibilidade de longevidade e estabilidade, desde que sejam garantidos os preceitos da república. Agindo de acordo com a natureza, as leis civis devem condizer com esses preceitos (BERNARDO, 2012, p. 35).

O homem sábio ciceroniano, que aparece no exórdio do livro I, é regido pelo amor pátrio e pelo combate aos que julgam que a sabedoria é incompatível com a vida pública. O amor à cidade é um sentimento de reconhecimento, já que todos devem a ela. Os bons cidadãos devem proteger uns aos outros, visando sempre o bem comum e o bem-estar da comunidade, dedicando-se à vida pública (BERNARDO, 2012, p. 36).

Certamente, Harrington, além de Aristóteles, apropriou-se de Cícero para dividir a história entre prudência antiga e moderna, já que para o autor romano a virtude era peça fundamental. No entanto, sua utilização principal deve ser o bem-estar da comunidade, visando a estabilidade do Estado. O sábio, para Cícero, é quem ensina virtudes como justiça, confiança, equidade, pudor, honra, honestidade e direito das gentes. Assim, o sábio ensina, mas é dever de todos os concidadãos cuidar da pátria e servir a república (BERNARDO, 2012, p. 36).

Para Cícero, o sábio que não se dedica à vida pública não cumpre seu papel com a cidade. Os verdadeiros homens virtuosos devem se dedicar à vida política. No entanto, aqueles que investigam e escrevem sobre a República desempenham tarefa útil. O bem coletivo está sempre à frente do individual e faz bem aquele que instrui visando o bem político.

De forma muito semelhante a Políbio e Aristóteles, Cícero divide o governo em três formas: quando um governa, poucos ou o povo (Da Republica, III). É difícil aferir com certa convicção qual a principal base de apropriação de Harrington. Sua definição pode ser fruto de uma construção de diversas leituras, tendo dois objetivos principais: de um lado, convencer seu leitor; e de outro, elaborar por si próprio qual seria o caminho ideal para a Inglaterra Moderna. Para ele estava claro que o objetivo era a república e somente ela traria a paz desejável e a permanência do Estado:

[...] quando a maior de todas as coisas (públicas) está em posse de uma só pessoa, a este chamamos rei, e ao estado da república de reino; e quando está em posse dos seletos, então, diz-se que a *civitas* é regida pelo arbítrio

dos *optimates*. Entretanto, há a *civitas* popular (como assim a chamam) aquela tudo é do povo [...] (CICERO, Da Republica, I, 42).

Para Cícero, não existe república quando não há justiça. Assim, não há república sob um governo tirânico, pois não existe coisa pública por meio do governo de um somente, nem sob o domínio de uma facção ou uma turba. Nesses casos em que há opressão, não existe coisa pública, pois não há uma reunião de pessoas com consenso de justiça e uma utilidade comum (Da Republica, III).

Como temos visto, um dos preceitos para os escritores modernos e contemporâneos de Harrington é a liberdade. Para Cícero, em cada forma de governo há virtudes que são características peculiares. Assim, o rei seria como pai para os povos, os *optimates* (senadores) deveriam usar o discernimento, e a liberdade estaria na vontade do povo (Da República, III). Essa última, como vimos, é oposta à servidão, que é quando o arbítrio do homem está sujeito ao de outro. A busca dessa liberdade servirá de inspiração para os que viam a república como forma de governo ideal:

[...] Na verdade, eles dizem que se os povos mantêm seus direitos não há nada melhor, mais livre, mais feliz, principalmente porque eles são senhores das leis, dos juizes, da guerra, da paz, dos tratados, da vida de cada concidadão e do dinheiro. Pensam ser chamada de República, convenientemente, está, ou seja, a coisa do povo. Assim, na causa do povo, costumaram reivindicar a liberdade na dominação dos reis e dos pares, e não a busca em um povo livre, ou nos reis, ou na potestade e nos recursos dos *optimates* (Da Republica, III, 45).

Ser livre é ser um cidadão virtuoso, participar da vida pública e não estar sujeito ao arbítrio de outros. Ser livre é estar de acordo com a lei, que deve visar o bem comum, estando de acordo com a própria natureza (BERNARDO, 2012, p. 40). No entanto, no caso da falta de virtude, as próprias formas de governo podem se degenerar. Nesse caso, quem rege a República é o vício que acaba por destruir o que era virtuoso. O ponto central seria a ponderação, já que o excesso, mesmo quando é aparentemente benéfico, como no caso da liberdade, pode trazer o mal ao coletivo:

[...] Pois, da mesma maneira que da exagerada potência dos principais se origina a ruína dos principais, assim também a liberdade põe [em posição] servil este povo exageradamente livre. Assim, todas as coisas exageradas, mesmo quando são favoráveis seja nas condições de tempo seja na

agricultura, seja na condição física, quase sempre se convertem em seus contrários, e sucede isto principalmente nas repúblicas, e aquela exagerada liberdade decai, tanto para os povos como para os privados, em exagerada servidão. E dessa última liberdade se engedra um tirano e sua injustiça e duríssima servidão (Da Republica, I, XLIV).

Assim, diferente de Políbio, por exemplo, para quem os ciclos de degeneração e formação são inevitáveis, para Cícero, os vícios são as causas dos fins das formas estáveis de governo. A tirania, por exemplo, sendo uma degeneração da monarquia, ocorre quando o rei não faz seu dever que seria amar seu povo¹²². Se as formas de governo também dão voltas formando ciclos, mesmo que não premeditados, o sábio deve conhecê-los, já que assim pode prever a regulação do curso da República (Da Republica, I):

Dessa forma, como se fosse uma bola, os tiranos tomam para si o governo da República dos reis, mas os principais tomam esses dos tiranos ou do povo e as facções tiram dos principais ou do tirano, e nunca se mantêm por muito tempo o mesmo tipo de República (Da Republica, I, 68).

Na História de Roma, o ciclo, para Cícero, começa no final do período monárquico, quando a república degenera em tirania. Quando Tarquínio assassina Sêrvio Túlio¹²³, iniciam-se os ciclos ocasionados pelos vícios. A única forma de sair disso é o quarto gênero de república, moderado e misto, que se origina das partes dos outros três. O governo misto, portanto, cria essa capacidade de não se modificar a menos que os vícios viessem dos homens principais:

Sendo assim, dos três gêneros primários, em minha opinião, o régio é superior, mas superará o próprio régio aquele que for equânime e

¹²² “Mas neste [governo] régio a primeira mudança e a mais provável é esta: assim que rei começa a ser injusto, imediatamente parece este gênero, e o rei fica idêntico a um tirano – o pior gênero e [ao mesmo tempo] o mais próximo do ótimo. Se os optimates o derrubam, como acontece quase sempre, a república tem o segundo estado depois dos três; com efeito, surge, por assim dizer, um conselho régio, ou seja, paternal, de principais [concidadãos] que cuidam bem do povo. Mas, se o povo por si mesmo mata ou expulsa o tirano, é bastante moderado enquanto tem percepção e discernimento, e se alegra de seu feito e quer proteger por si mesmo a república constituída. Mas, se alguma vez, o povo é violento com um rei justo ou o despoja inclusive de seu trono, o que acontece com mais frequência, provou o sangue dos optimates e submeteu toda a república aos seus caprichos” (Da Republica, I, 65).

¹²³ “Aqui já orbitará aquele ciclo, cujo movimento natural e em círculos devei aprender a conhecer desde o princípio. De fato, o essencial da prudência civil, sobre a qual versa todo nosso discurso, [consiste] em observar os caminhos e os desvios das Repúblicas, quando soubéreis para onde a coisa se inclinará podereis detê-la ou socorrê-la com antecedência. Pois, o rei de quem eu falo [Tarquínio], primeiramente, manchado pelo assassinato de um ótimo rei [Sêrvio Túlio]” (Da Republica, II, 45).

temperado pelas três primeiras formas de república. De fato, apraz que haja na República algum elemento notável e real, que haja algo concedido e outorgado à autoridade dos principais e que haja alguns assuntos reservados aos juízos e à vontade da multidão. Esta constituição tem, principalmente, uma grande igualdade, por assim dizer, da qual, dificilmente, os homens podem carecer por muito tempo (Da Republica, I, 69).

O equilíbrio das partes no governo misto produz a longevidade e a concórdia. A doutrina de Políbio é, portanto, adaptada a um reino romano em expansão. Esparta não teve condições suficientes para se sustentar e aumentar suas conquistas. Roma, no entanto, era repleta de recursos e os tinha nas mãos. Esse equilíbrio entre recursos e virtudes existentes no governo romano permitiam a concordância na comunidade cívica (BERNARDO, 2012, p. 43).

Políbio compara três instituições: Esparta, Cartago e Roma. Em sua visão, as estruturas das três eram semelhantes. Cartago começou a declinar quando Roma estava em seu apogeu. Em Cartago, o povo tinha preponderância nas deliberações, enquanto em Roma quem fazia isso era o Senado. Como os romanos tinham decisões mais sábias e prudentes que os cartagineses, os venceram. Já Esparta tinha uma instituição (politeia) construída para preservar, não para conquistar (Historias, VI, 50).

Cícero, por outro lado, ao comparar Cartago, Esparta e Roma afirma que a instituição romana era moderada e não apenas mesclada. Isso significava uma proporção adequada, um equilíbrio na distribuição dos poderes. Os romanos aperfeiçoaram o que Licurgo mesmo havia deixado escapar: os espartanos entendiam que o rei deveria ser recebido e não eleito, desde que nascido de estirpe régia, já os romanos entendiam que deviam buscar a virtude e a sabedoria, não necessariamente o nascimento. Ou seja, a virtude é que conduziria o bom governo, trazendo a sabedoria para a condução da cidade e do bem comum:

[...] pois nada igual ao nosso modo poderia ser encontrado em nenhuma outra república. De fato, estas [constituições] que até agora expus existiram nesta civitas, na dos lacedemônicos e na dos cartagineses por um lado mescladas, mas, por outro, não eram moderadas (Da Republica, II, 42).

Assim, os reis colocaram elementos mistos na sua constituição, depois a figura do cônsul foi combinada com o Senado e com os tribunos da plebe. Dessa forma, as instituições foram criadas e incorporadas ao Estado, o que ocorreu de acordo com a

necessidade e o equilíbrio. Essas características limitavam os poderes ao mesmo tempo que os regulavam. Chega-se a igualdade de direitos e escapa-se dos vícios inerentes. Com o tempo, Roma foi aperfeiçoando as características do governo misto, possibilitando a eliminação do vício (Da Republica, II).

Rômulo, por exemplo, filho do deus Marte, teria construído um governo moderado, assim delegaram o conselho régio aos principais, que chamaram de pais e dividiram o povo em três tribos e trinta cúrias. Quando Rômulo morreu, o povo exigiu e nomeou Numa Pompílio nos comícios curiatis. No entanto, o tirano Tarquínio, o Soberbo, para chegar ao poder, assassinou Sêrvio Túlio, iniciando o ciclo de degeneração (Da Republica, II). O vício acaba por levar o governo ao eterno ciclo de degeneração e regeneração que só pode ser bloqueado pela república.

As características do governo misto existiam, assim, desde o tempo de Rômulo. O período republicano era regido dessa forma, tanto que o povo quis mais participação e foram constituídos os tribunos da plebe. Entre 451 e 449 a.C. os cônsules e os tribunos abdicaram de sua magistratura e foram criados os decênios que redigiam leis, como as das Doze Tábuas (CICERO, De Republica, II, 62).

Embora exista um elemento da natureza na própria associação política, a república e o governo misto, para Cícero, eram escolhas humanas, que levaram Roma ao seu apogeu. Foi o acúmulo de experiência, por muitas gerações, que permitiu a grandeza de Roma. Sendo que a república supera todos os tipos de governo por ser o mais equânime e temperado¹²⁴:

Porém, nossa república não foi construída pelo engenho de um, mas de muitos, nem durante a vida de um homem, mas em alguns séculos e gerações. Pois [Catão] dizia jamais ter existido um engenho tão grande – alguém a quem nada escapasse – e que nem todos os engenhos reunidos em um só poderiam prever tanto, [a ponto de] abarcar em apenas um

¹²⁴ “ [...] Sendo assim, dos três reinos primários, em minha opinião, o régio é superior, mas superará o próprio régio aquele que for equânime e temperado pelas três primeiras formas de república. De fato, apraz que haja na república algum elemento notável e real, que haja algo concedido e outorgado à autoridade dos principais e que haja alguns assuntos reservados ao juízo e à vontade da multidão. Esta constituição tem, primeiramente, uma grande igualdade, por assim dizer, da qual, dificilmente, os homens livres podem carecer por muito tempo, pois, por uma parte, aqueles [gêneros] primários facilmente se convertem nos vícios contrários, de modo que de um rei surge um tirano, dos optimates uma facção, do povo uma turba e confusão; e os próprios gêneros são, muitas vezes, transformados em outros gêneros. Isso não sucede nesta constituição unida e moderadamente mista de republica, a não ser por grandes vícios provenientes das principais. De fato, não há motivo para alteração quando cada qual está colocado firmemente em seu grau e não há rachadura por baixo onde se precipite e caia” (Da Republica, I, XLVI).

momento tudo, sem experiência das coisas e sem amadurecimento (De Republica, II, 2).

É importante lembrar que para Cícero só existe república quando há justiça e não há formas viciosas e degeneradas de poder. Quando todos estão oprimidos ou estão sob o domínio de uma facção, ou quando tudo é administrado pelo povo sem controle, não há justiça e nem pode existir a república (Da Republica, II, 43-48). Harrington certamente apropriou-se de muitos desses preceitos do pensador romano, já que para ele somente com a divisão entre os poderes poderia haver justiça, já que cada ente cuidaria também do que o outro está fazendo (exemplo das garotas com o bolo).

A virtude, tal como no Mundo Antigo, tem papel fundamental, pois é graças a ela que o governo se mantém e pode ser próspero e pode regenerá-lo, inclusive. Lembrando que, para Cícero, a virtude não tem valor se não for prática, ela precisa estar em consonância com a cidade e a servindo para que realmente seja útil ao bem-estar da comunidade. A virtude é uma ação, não é um pensamento ou uma arte, mas algo que pressupõe movimento, visão e estratégia política:

Não é suficiente, na verdade, ter a virtude, por assim dizer, como uma arte, a menos que se a pratique. Ainda que uma arte não seja praticada, sua ciência pode ser mantida, porém a virtude está posta inteiramente em seu uso; no entanto, sua prática máxima está em governar a *civitas* e não no discurso perfeito nem nas próprias coisas que aqueles proclamam pelos cantos. Pois nada é dito pelos filósofos, ao menos nada que seja dito de maneira reta e honesta, que não tenha sido obtido e confirmado pelos que prescreveram as leis para as *civitas* [...] (Da Republica, I, II) [grifos meus].

As virtudes e o serviço de cada cidadão deveriam estar em primeiro lugar em favor da coletividade. Para Cícero, inclusive, a pátria devia receber nosso “ânimo, engenho e discernimento”, sendo a vida privada secundária em relação a isso (Da Republica, I, IV). A vida pública em função do coletivo vinha à frente de qualquer desejo, buscando o bem da pátria antes da satisfação dos bens individuais. Nada há mais de ilustre, para ele, do que a virtude como verdadeira governante de uma república.

É necessário perceber que, inspirado em Cícero tal como em Aristóteles, o autor inglês demonstra que para governar uma República é necessária a prática da virtude. Este bem viver seria a própria felicidade, como vimos em Aristóteles, o alvo maior de

todo ser humano. Para que o governo vá bem, para que a República seja bem dirigida, é necessário que os homens percebam que precisam ser dominados por leis, dividindo os poderes entre si e que, acima de tudo, sejam virtuosos no governo do Estado.

Somente dessa forma a liberdade estaria presente, as virtudes se encaminhariam e haveria um reino de paz e abundância na Inglaterra moderna. As paixões não dominariam e haveria o reino da paz e da prosperidade. As ligações com Cícero fortalecem seu texto para aqueles que viam o pensador latino como referência no contexto moderno. Em suas palavras:

[...] Na verdade, o que há de mais ilustre do que a virtude como governadora da república? Quando aquele que comanda outros não é, ele próprio, servo de nenhuma paixão, quando ele institui e conclama os concidadãos a todas aquelas obras de que ele próprio participa e não impõe ao povo leis que ele próprio não siga, mas apresenta sua vida e seus concidadãos com a lei [...] (Da Republica, I, XXXIV)

Como veremos no próximo capítulo, a estratégia de Harrington é unir aspectos das virtudes antiga e moderna que podem ser antagônicos em muitos aspectos. De um lado, a virtude antiga, que significa ter como prioridade o bem coletivo, e de outro a sabedoria de Maquiavel, que entende que não é necessário ter determinadas virtudes, mas é de vital importância demonstrar que tem. O caminho trilhado pelo pensador é caminhar entre essas duas conjunturas construindo um lugar comum que se manifesta no *Oceana*.

Harrington entende que esta ligação entre a prudência antiga e a moderna é a chave para a construção de um Estado forte e estável, manifestado na virtude antiga e depois na moderna. Se era possível adquirir a sabedoria dos antigos, era necessário, também, aprender com os modernos, dos quais julga ser Maquiavel o maior exemplo. Para validar seus argumentos, o autor recorre continuamente aos antigos, sendo por eles também transformado, ao mesmo tempo em que realiza sobre isso uma leitura ímpar. Entre o passado e o presente não há separação, ambos os tempos respondem a sua indagação sobre o governo estável e ideal e a república é a resposta que ele consegue, reafirma e demonstra no pretérito, mas também em seu presente inglês.

IV. Prudência Moderna: recepção de Maquiavel em Oceana

A prudência, parte do que conhecemos como virtudes, é um conceito central na obra de Harrington. A capacidade de se prevenir, usar o bom senso e buscar a justa medida é um ponto chave em seu texto e demonstra muitos de seus objetivos. Se todos esses alvos fossem alcançados, haveria um estado estável e de paz, duradouro e não mutável, como ocorre com os ciclos naturais de governo.

A prudência, portanto, é um ponto fundamental que une os antigos e os modernos na busca de um governo virtuoso. Se, no passado, a prudência, como vimos, foi o ponto fundamental para o estabelecimento de governos em Israel, ou para gregos e romanos, a prudência moderna seria muito necessária em Oceana, pois por meio dela haveria o estabelecimento das bases de um governo desejável.

Para Harrington, no entanto, a prudência moderna era, muitas vezes, até superior à antiga, já que unia em si o conhecimento do passado e do próprio presente¹²⁵. Parece claro que, para o autor, Oceana unia em si a capacidade de entendimento do passado, seus erros e acertos, e também a sabedoria da prudência moderna. Entre o antigo e o novo, Harrington aponta *Oceana* como o encontro da tradição do passado com a novidade do presente em sua própria definição.

Como vimos, seguindo a ideia de Janotti, o autor divide a história do mundo em duas prudências. A primeira com Israel, estabelecida pelo próprio Deus, seguidas pelos gregos e romanos. Ela teria sido destruída pelas invasões de godos, vândalos, lombardos, etc, que destruíram o império romano. A única cidade que havia mantido a prudência, a moderna, fora Veneza, que havia guardado a antiga prudência (HARRINGTON, *Oceana*, Preliminar).

Seguindo uma denominação advinda de Aristóteles, nosso autor pretende reunir as duas dimensões da criação do reino utópico e perfeito. Ao unir o que os tempos

¹²⁵ “[...] prudence, either that of the antients is inferior to the modern (which we have hitherto bin setting face to face, that any one may judg) or that of the royalist must be inferior to that of the commonwealthsmam” (HARRINGTON, *Oceana*, Segunda parte dos Preliminares). “[...] a prudência, mesmo aquela referente aos antigos é inferior à moderna (que até agora temos visto face a face, de modo que qualquer um possa julgar) ou a do monarquista deve ser inferior à do republicano.

diferentes planejaram e fizeram, seria possível construir um Estado mais sólido, diferente, inclusive, daquele de Hobbes, que imaginava ser tudo possível com a força da espada. A Antiguidade e a Modernidade seriam conceitos que não são necessariamente contraditórios, antes caminhariam juntos trazendo entendimento para o tempo presente. Se era possível se utilizar de Cícero, Platão e Políbio como espelhos que podiam refletir o mundo presente, Harrington também se inspira em contemporâneos seus para estabelecer as bases de sua república. Maquiavel é, nesse conjunto, um dos seus modelos mais influentes, principalmente em suas definições de república.

Diferentemente de outros autores que influenciam também de maneira contundente a obra de Harrington, Maquiavel é citado diversas vezes como referência, fazendo dele sua inspiração. A ideia da república como reino da liberdade e como necessidade de se conduzir o governo são, como veremos, formadas por ideias e concepções já apresentadas pelo florentino. No entanto, embora seja clara a relação entre os dois autores, não é de fácil percepção como Harrington se apropria de suas ideias e quais leituras faz de suas obras, proporcionando o delinear de sua própria constituição de república.

Este conjunto de recepções é de difícil determinação. Temos aproximações, possíveis leituras feitas pelo autor, mas não certezas. É importante lembrar que, da mesma forma em que o texto transforma o leitor, esse último não faz uma leitura opaca ou vazia. Como sabemos, há nesse conjunto um emaranhado de recepções e outras leituras e diálogos. Se nós não somos os mesmos ao longo do tempo, mas somos constantemente transformados de acordo com o grupo que participamos, leituras que fazemos e experiências, nossos autores também estão nesse jogo, separados de nós por esse vácuo que chamamos de passado. Nessa linha, fazemos aproximações, buscando por meio de nossa própria leitura perceber a recepção que Harrington fez tanto dos antigos como de contemporâneos seus.

Embora essa linha historiográfica, baseada na recepção e na retórica, enfatize com muita clareza sua subjetividade pelo próprio emaranhado de teias de leitura a que se propõe, é importante afirmar que toda história é subjetiva. Toda pesquisa requer escolha, interpretação e delimitação de resultados. A própria fonte documental é produzida por pessoas e carrega subjetividades e contextos que podem nos escapar.

[...] Objetividade, a “extinção do eu” como condição da visão pura [...], significa a abstenção, de parte do historiador, a outorgar louvor ou opróbrio, ao lado de uma atitude de perfeita distância com a qual ele deveria seguir o curso dos eventos conforme foram revelados em suas fontes documentais. [...]. Objetividade, em outras palavras, significava não interferência, assim como não discriminação. Dessas duas, a não discriminação, abstenção de louvor e de reprovação, era obviamente muito mais fácil de atingir do que a interferência; toda escolha de material em certo sentido interfere na história, e todos os critérios para a escolha dispõem o curso histórico dos eventos sob certas condições artificiais, que são muito similares às condições prescritas pelo cientista natural a processos naturais no experimento (ARENDRT, 2000, p. 79 e 80) [grifos meus]

Isso não significa que nossos documentos e, no meu caso, o próprio texto do pensador, não limite as possibilidades de interpretação. No entanto, entre as aberturas do texto há uma quase infinidade de possíveis leituras e significados. Harrington, nesse sentido, é claramente um leitor de Maquiavel e o usa com frequência em seu texto, não só para validar seus argumentos, mas também porque o compreende como fundamental na própria definição do *Oceana*.

Sabemos que Harrington não está sozinho em suas percepções sobre Maquiavel, talvez um dos autores mais marcantes que existe em filosofia política. O próprio termo “maquiavélico”, usado em linguagem coloquial por muitas pessoas, demonstra como o autor está presente cotidianamente. Emblemático e de difícil percepção no primeiro momento, foi chamado de defensor de príncipes e também de republicano. Existiria uma definição para um autor tão representativo? A famosa obra *O Príncipe*, por exemplo, já foi interpretada como conselhos a um príncipe, mas também como um elogio à república, por meio da demonstração do que podia ser um principado¹²⁶.

¹²⁶ Os debates em torno do pensamento de Maquiavel suscitam ainda hoje longas discussões sem possibilidades de conclusões definitivas. “[...] seu livro e seu pensamento político também se distanciavam, em aspectos cruciais, das tradições da linguagem política que tanto lhe ensinaram. E esse distanciamento continua desafiando todos os intérpretes de sua vida e de seu pensamento. Em primeiro lugar, como vimos, Florença era tradicionalmente uma república; o próprio Maquiavel prestara fiéis serviços à república e, na carta prefacial a *O príncipe*, chegou a afirmar que havia discutido os governos republicanos em outra obra — observação geralmente considerada referente a *Discursos* sobre a primeira década de Tito Lívio, na qual analisou a experiência da Roma antiga a fim de entender quais instituições eram capazes de preservar uma república. Em *O príncipe*, ele explicou como um governante absoluto podia assumir e manter o controle de um Estado anteriormente republicano [...] Embora a análise da política republicana fosse tão rigorosa e pragmática quanto o manual para príncipes, sua obra tardia mostra uma forte preferência pelo governo popular, uma fé na lealdade e virtude gerais do povo aparentemente difícil de conciliar com a análise realista da turba volúvel e fácil de enganar que escorava suas instruções sobre o comportamento principesco eficaz. Muitos estudiosos tentaram, com graus

São amplas as possibilidades de recepção de um autor enigmático, como Maquiavel até os dias de hoje. De acordo com Hans Ulrich Gumbrecht, que foi aluno de Jauss na Escola de Constança, a inovação da recepção não está somente na tematização do leitor, mas no esforço de mostrar as condições de formação dos sentidos distintos dos respectivos textos. Enquanto havia correntes que tinham como objetivo principal a redução da pluralidade na formação de sentidos, a *Estética da Recepção* transformaria essa possibilidade em seu eixo:

Percebeu-se que seu caráter inovador na história das teorias não repousava simplesmente na tematização do leitor, mas – mais especificamente – no esforço de evidenciar as condições de formações de sentidos distintos aos respectivos textos (ficcionais) por parte dos distintos leitores e grupos de leitores. Enquanto correntes anteriores da Teoria Literária tinham proposto como objetivo principal de sua prática exatamente a redução da pluralidade de formações de sentidos existentes e propostas para um texto, a *Estética da Recepção* transforma essa multiplicidade dos sentidos no seu assunto principal (GUMBRECHT, 2003, p.14).

Não havendo um sentido único, não há necessariamente apenas uma compreensão que possa ser considerada verdadeira. Sentidos e leitores são os pontos fundamentais a partir dos quais se estabelece a *Estética da Recepção*. Assim, não é necessário estabelecer interpretações definidas ou uma única correta, mas buscamos compreender como o leitor se apropria e reutiliza os conceitos presentes em determinada obra. Esse processo, por sua vez, depende da problemática que traçamos e dos objetivos que visamos alcançar.

Como veremos, a ligação entre Maquiavel e Harrington permeia boa parte do texto e tem como objetivo reafirmar ideias já presentes nele. Além disso, há sentidos de república de poder e conceitos vitais que Harrington retira do florentino. Seu uso, mais do que a busca de autoridade, seria elemento de demonstração para ideias que também acreditava como verdadeiras. A importância de Maquiavel é vital, já que nele estão presentes os fundamentos do que ele entende como liberdade e do próprio republicanismo.

variáveis de sucesso, reconciliar as duas obras, explicar as diferenças entre elas pela evolução do pensamento de Maquiavel ou provar que somente uma delas refletia sua verdadeira opinião. Mas todo esse esforço permanece inconclusivo. A natureza dos ideais pessoais de Maquiavel — assim como a maneira como ele teria comparado ou contrastado as duas obras — continua incerta. Quem quiser se debruçar sobre o pleno desenvolvimento do pensamento de Maquiavel precisa, acima de tudo, explicar o que aquele leal servidor da república pretendia com seu elogio à tirania” (GRAFTON, 2006, p. 26).

Por meio da ligação entre diferentes autores e seus próprios problemas em sua época, como afirmei anteriormente, Harrington procura demonstrar ao seu leitor como a República deveria ser constituída. Para isso, Maquiavel é muito importante, já que permite ao pensador estabelecer as bases de sustentação de sua argumentação. Assim como ele fundamentou muito de seu pensamento nas autoridades antigas, Maquiavel foi usado diversas vezes como forma de autoridade, justificando a arquitetura conceitual.

Se gregos e romanos, e o próprio relato bíblico, são as partes antigas que fundamentam sua argumentação, no sentido de demonstrar como sua república tem a base de sua sustentação na Antiguidade, Maquiavel é seu contemporâneo, que demonstra muitas das necessidades de seu mundo. O florentino também é um leitor dos antigos, apresentando essas referências longamente em seus livros, mas o ponto mais importante é que ele estabelece as bases do governo moderno, possibilitando que Harrington se aproprie de muitas ideias presentes em seu texto.

Para demonstrar a forma como Maquiavel está presente no *Oceana* de Harrington e como ele se utiliza do pensador para embasar suas próprias ideias, dividi esse capítulo em três partes. Na primeira, apresento a discussão sobre prudência moderna presente em Maquiavel e seu uso por Harrington. Nesse momento, será importante perceber a relação entre fortuna e virtude, e como a segunda não consegue se manifestar sem a presença da primeira. Já na segunda, busco delinear a ligação metafórica que o pensador inglês estabelece entre o corpo político e o corpo humano, utilizando inclusive William Harvey, médico que comprovou a circulação sanguínea. Na terceira e última parte, procuro demonstrar a relação entre vício e virtude, e razão e paixão, conceitos antagônicos, mas que se estabelecem de forma conjunta na recepção de Maquiavel por Harrington através de uma estratégia retórica.

4.1 Recepção de Maquiavel na Inglaterra e a prudência moderna

De acordo com Luís Falcão (2015, p. 02), Maquiavel enfrentou resistência não só

por suas obras, mas também pelo fato de seu pai ter sido bastardo, sendo questionado seu lugar na chancelaria. Seu avô posteriormente teria reconhecido seu pai, mas o boato já havia se disseminado. Em sua biografia, é conhecido com um homem que constantemente se valia de deboche, chegando ao humorismo sem medida, à mentira e à traição. Falcão (2015, p. 1) comenta que, embora a má fama persistisse, o autor foi mobilizado em diversos temas, especialmente nos correspondentes à boa ordenação do regime republicado presente nos *Discursos*. De acordo com alguns contemporâneos, ele ligaria o realismo político com a virtude, a fortuna e a necessidade de armas no autogoverno. Assim como Harrington, Maquiavel entendia que um bom governo devia respeitar as leis e ser exercido pelo cidadão médio, de maneira que se encontraria um verdadeiro equilíbrio.

Uma das razões da rejeição a Maquiavel seria o cenário protestante na Europa. Para contrariar as leituras católicas, muitos se debruçariam sobre um suposto moralismo grego, contrariando as adaptações que Maquiavel havia feito das obras de Tácito, se posicionando contra o aristotelismo e o bem comum. Além disso, a desvinculação entre moral e política acabou sendo uma marca do instigante autor (FALCÃO, 2015, p. 2).

No entanto, é importante entender que, como salienta Anthony Grafton (2010, p. 18), vários contemporâneos seus também salientavam pontos abordados pelo florentino. Muitas das dinâmicas presentes em *O Príncipe*, por exemplo, são aspectos políticos vivenciados por ele. Seu interesse pelo funcionamento da política, assim como seu desejo de fazer regras que pudessem prever o agir humano são marcas de vários de seus interlocutores, preocupados com a política cotidiana e que tinham o desejo de agir no sistema. Savonarola é exemplo disso:

O tirano aterroriza os súditos. Com maleficências, espreita o mundo através do seu palácio solidamente fortificado; domina toda vida à sua volta, tão sensível à presa ou aos predadores que se avizinham quando a aranha delicadamente equilibrada no centro da teia. Apodera-se do crédito das realizações de homens mais nobres, que gastam a própria subsistência em projetos cívicos, como grandes igrejas e outras belas edificações [...] Transforma o Estado numa máquina em proveito próprio e no de seus amigos. E não vacila em arrebatá-las as posses dos homens abastados ou a virtude das donzelas puras[...] (SAVANAROLA *apud* GRAFTON, 2010, p. 17).

A descrição do príncipe como inescrupuloso e capaz de maiores atrocidades pode parecer ao leitor de Maquiavel uma página de sua obra. Contudo, o livro é de Savaronola: *Tratado sobre o governo da cidade de Florença* (1498). Tal como Maquiavel, o frade desejava uma vida republicana para sua cidade, tendo participado da vida política entre 1494 e 1498, anos que coincidem com a vida adulta de Maquiavel (GRAFTON, 2010, p. 17). Além disso, ambos usavam Roma como exemplo de república exemplar, modelo, como visto, admirado por Harrington também.

Dessa forma, se há apropriação das obras de Maquiavel na Inglaterra assim como em outros países da Europa, elas também fazem parte de certo jogo de leituras e recepções de *Oceana*. Certamente, ele desejava que suas obras fossem usadas em Florença e tivessem intervenção política, contudo, na medida em que ultrapassam o próprio desejo de seu autor, adquirem novos contornos, dinâmicas e leituras que possivelmente o próprio autor jamais imaginou. Harrington faz sua própria recepção e uso do pensador, o percebendo como essencial para a dinâmica Inglesa e para a paz e permanência que tanto desejava para o Estado. Outra característica é o constante uso dos antigos como referências, exemplos e guias para a vida política da qual eram contemporâneos.

A divulgação das obras no continente europeu se deu principalmente através de imigrantes que fugiam de perseguições religiosas e que iam no primeiro momento para França e Espanha, e apenas posteriormente para a Inglaterra (PETRINA, 2009, p. 57). É possível, inclusive, que o fato dos exilados estarem fugindo de perseguições religiosas tivesse produzido rejeição ao que carregavam. Portanto, no momento em que chegavam os textos, em muitos casos, já eram atacados e isolados.

De acordo com Falcão (2015), pelo fato da Inglaterra já ter superado em parte os momentos mais tensos da Reforma Protestante e conquistado uma unidade territorial, foi bloqueada a repulsa que havia em todo continente. Dessa forma, a proclamação do *Index Librorum Prohibitorum*, pelo papa Paulo IV, em 1559, incluindo os textos de Maquiavel, praticamente não fez efeito na época dos Stuart (PETRINA, 2009, p. 42-43). Mesmo quando os conflitos religiosos produziam adversidades, não envolviam tanto o ponto de vista moral ou teológico (WORDEN, 2011, edição Kindle).

A especificidade inglesa diante dos outros países proporcionou uma recepção ímpar. As duas primeiras edições de *Discursos sobre a Década de Tito Lívio* foram

publicadas na Inglaterra entre 1584 e 1588, em Londres, por John Wolf, no original em italiano. No entanto, haveria algumas peculiaridades: o editor forjou sua identidade e adotou um pseudônimo, Antoniello degli Antonielli e alterou a cidade da confecção: Palermo (FALCÃO, 2015, p. 49). Naquele momento, as publicações do autor estavam sendo feitas nos principais centros culturais das regiões centro e norte da Itália, entre eles, Florença, Roma e Veneza. Provavelmente optar por uma cidade fora desse círculo bloquearia as acusações de que o texto teria sido confeccionado na capital britânica e teria a vantagem de provocar desconfiança nas do centro-norte da Itália.

Falcão (2015) chama a atenção para o fato de que, apesar dessas peculiaridades, John Wolf escreve um prefácio em aberta e franca defesa de Maquiavel, pedindo uma leitura despida de preconceitos, para que o texto fosse julgado por si mesmo. Além disso, ele faz elogios ao autor, mesmo que reconhecesse a má fama do secretário (FALCÃO, 2015, p. 50).

A primeira edição dos *Discursos* foi traduzida por Petruccio Ulbaldino e publicada em Londres em 1599 (ORSINO, 1936, p. 19). Segundo o editor, a importância da obra se devia não só ao republicanismo, mas também ao realismo político, já que se deveria ler o secretário e não só criticá-lo (FALCÃO, 2015). Os manuscritos de *O Príncipe*, no entanto, já circulavam na Inglaterra. O interessante é que um valor que era negativo na França no período, a separação entre política e religião, na Inglaterra era valorizada. Na Inglaterra, aliás, os dois livros (*O Príncipe* e *Discursos*) eram igualmente conhecidos (FALCÃO, 2015).

Durante esse período, metade do século XV, surge o que chamaríamos de início dos Estados modernos, com a junção de Aragão e Castela formando a Espanha, a França com a vitória na guerra dos cem anos e a Inglaterra com a Guerra das Duas Rosas. Já no fim do século XV, era a região que chamamos hoje de Itália o local que mais avançava em termos de comércio, produção manufatureira e cultural na Europa (FALCÃO, 2015).

De acordo com Procacci (1995), o ponto alto da divulgação de Maquiavel na Inglaterra foi entre os letrados, especialmente quanto a Bacon, que partia de acontecimentos históricos para retirar conclusões genéricas. O vocabulário do florentino estará com o tempo presente em muitos autores do período, entre eles,

Harrington. Nedham¹²⁷ tem vários conceitos que são centrados em Maquiavel: virtude, humores, tumultos, etc (FALCÃO, 2015). Aliás, como o italiano, Nedham acredita que o povo é o maior guardião da liberdade e que a melhor forma de manter a liberdade é o governo misto. De acordo com Petrina (2009, p. 12), Maquiavel era lido em conjunto com escritores e poetas humanistas, não sendo tratado como um autor fundamentalmente político.

No caso de nosso autor, Harrington, Maquiavel é citado direta e indiretamente várias vezes. Assim, ele repete temas e salienta ideias do pensador. No entanto, como já vimos, diferente do florentino, o inglês entende que a ordem do universo tem uma explicação divina. O pensador, no texto, dialoga o tempo todo com Maquiavel, afirmando e reafirmando posições, ao mesmo tempo em que reitera seus próprios argumentos. Fica claro que, para o leitor pensado pelo inglês, Maquiavel faz parte de um vocabulário comum, conhecido por seus interlocutores e passível de discussão sem muitas vezes citar necessariamente a localização do texto.

Quando Harrington fala sobre o predomínio das classes no governo, afirma, por exemplo, que, de acordo com Maquiavel, quando predominam a classe média ou a nobreza, há a ruína. No entanto, quando existe a presença da nobreza e da classe média em um governo popular, há vida e alma nele (HARRINGTON, Oceana, Preliminares).

De acordo com George Sabine (1996), Harrington cria sua teoria da divisão das propriedades como base do governo e centros das transformações por intermédio de Aristóteles e Maquiavel. Para o florentino, a nobreza poderosa era incompatível com um governo popular. No entanto, para o inglês, Maquiavel não havia percebido a causa econômica da formação dos governos (HARRINGTON, Oceana, Preliminar). Esse aspecto, como apresentei, era essencial no pensamento de Harrington, demonstrando a divisão do governo pela posse das terras e acabando por determinar o tipo de governo que se mantém em um local específico:

Maquiavel errou ao omitir isto com estreitamento e maior perigo porque não percebeu com clareza que uma república se vê hostilizada pela classe média e pelo predomínio dessa, fala de uma classe como hostil aos governos populares e os governos populares como hostis à classe média; e

¹²⁷ Analisado no capítulo 2.

nos faz crer que nessas repúblicas o povo tem tal raiva contra aquela classe que onde encontra um cavalheiro, o assassina...¹²⁸ [...]

Poder estaria atrelado à posse de terras e, como consequência, ao lugar ocupado pelo cidadão no sistema político. Aquele que possui todas as terras deveria governar, no caso de uma monarquia, mas quando o povo tem o domínio das terras não é possível mais uma aristocracia ou monarquia, só restando realmente o governo republicano. Se suceder o contrário, é inevitável que ocorram mortes e a própria guerra civil.

4.1.1 Prudência Moderna: o equilíbrio entre a fortuna e a virtude

Maquiavel, no livro *O Príncipe*, lista diversos conselhos sobre como um governante deve fazer para manter seu reino, quando é herdado, novo ou quando é adquirido por meio das armas. Para cada ocasião é necessário que certas precauções sejam adotadas, prevendo por vezes o mal comportamento dos súditos, a vingança dos homens ou a ingratidão de alguns. Dessa forma, torna-se imprescindível agir de acordo com a virtude, não a ensinada por outros, mas a desenhada por Maquiavel. Todas essas características seriam parte da prudência moderna, necessárias para a manutenção de um bom governo.

Se um príncipe novo, que é observado mais que o antigo, portar-se bem e souber ser virtuoso, pode conquistar ainda mais favor de seus súditos e, não tendo o ódio do povo, pode governar com certa harmonia. No entanto, frente à virtude, existe algo que desestabiliza a todos: a fortuna, e essa, implacável e impossível de conter, desestabiliza o que tão arduamente o governante pode ter tentando construir (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, XXV).

É importante perceber que, com seu tratado, Maquiavel se distancia de vários de seus contemporâneos. Isso porque, em geral, os textos anteriores sempre

¹²⁸ “Maquiavel has miss’d it very narrowly and more dangerously; for not fully perceiving that if a commonwealth be gall’d by the gentry, it is by their overbalance, he speaks of the gentry as hostile to popular governments, and of popular governments as hostile to the gentry; and makes us believe that the people in such are so inrag’d against them, that where they meet a gentleman they kill him [...]” (MAQUIAVEL, *Oceana*, Preliminar).

pressupunham que o príncipe devia ser bom, buscando a virtude no sentido tradicional¹²⁹. O florentino, no entanto, entende que a virtude é saber controlar o reino, manter o Estado e evitar a rebelião. Para isso, era necessário muitas vezes usar a força e afastar-se do que se tinha como bom aos olhos do povo (GRAFTON, 2010, p. 23).

De nada adianta um governante ser considerado virtuoso se perder o seu reino; antes deve saber se portar em diferentes momentos, tomar as decisões mais sábias possíveis e, assim, demonstrar estabilidade. As mudanças de tempos fazem com que se demonstre a virtude ou sua ausência, pois o governante prudente saberá qual decisão mais sábia tomar, enquanto o que não sabe acabará perdendo o próprio reino (MAQUIAVEL, O Príncipe, XXV).

A Fortuna é mulher (MAQUIAVEL, O Príncipe, XXV) e, por isso, tempestuosa, indomável. Se Maquiavel havia passado os principais capítulos de seu livro refletindo sobre a forma como o príncipe deve portar-se frente às dificuldades da vida e da manutenção do reino, é necessário entender que, mesmo portando-se virtuosamente, haveria o incontável, já que metade das ações eram decididas pela fortuna. Ou seja, mesmo que o homem procedesse com o máximo de virtude possível, existe uma zona que é impossível de controlar:

[...] comparando-a a um desses rios devastadores que, quando se enfurecem, alagam planícies, derrubam árvores e construções, arrastam grandes torrões de terra de um lado para outro: todos fogem diante dele, todos cedem a seu ímpeto sem poder contê-lo minimamente. E, como eles são feitos assim, só resta aos homens providenciar barreiras e diques em tempos de calma, de modo que, quando vierem as cheias, eles escoem por um canal ou provoquem menos estragos e destruições com seu ímpeto[...] (MAQUIAVEL, O Príncipe, XXV).

¹²⁹ O “tradicional” aqui se refere ao sentido humanista, de valores como bondade, liberalidade, etc. “Os tratados anteriores presumiam que o príncipe precisava acima de tudo ser bom: buscar a virtude, no sentido tradicional. Escritores como Bartolomeo Platina e Francesco Patrizi basicamente ofereciam longas listas das virtudes que convinha ao príncipe cultivar e dos vícios que deveria evitar, todas apoiadas em numerosos casos extraídos de fontes clássicas. Seu tratamento refletia realidades contemporâneas: os escritores humanistas reconheciam que os reis desejavam a fama neste mundo, assim como a vida eterna no outro, elogiavam-lhes o apoio generoso à cultura e à erudição em vez da parcimônia, e às vezes exibiam considerável sagacidade psicológica [...] Maquiavel dizia constantemente ao leitor que as qualidades tradicionalmente consideradas “virtuosas”, no sentido cristão ou feudal, nada tinham de virtuosas no príncipe [...] Repetidas vezes, Maquiavel transformava valores tradicionalmente realçados e louvados nos escritos formais em teoria política” (GRAFTON, 2010, p. 23).

Frente aos desvios da fortuna, resta ao homem, portanto, providenciar “barreiras” e “diques”, ou seja, meios que de alguma forma consigam, mesmo que provisoriamente, controlar a fúria dos “rios tempestuosos” que castigam as cidades e destroem os trabalhos construídos pela virtude. O uso da metáfora por Maquiavel é possível de ser salientada, pois enquanto a Fortuna é caracterizada como o rio indomável, característica do gênero feminino, a virtude seria a construção de diques e barreiras que podem, em parte, controlar a força da fortuna quando advém sobre os homens.

Mesmo com a força da fortuna, que quando vem a tudo destrói e transforma ao seu prazer, é possível construir a virtude, que em parte controla essa quase indomável força. Contudo, o príncipe que coloque a sua força unicamente na fortuna está fadado ao fracasso, pois, não exercitando a virtude, não terá capacidade de deter a mudança dos tempos quando esses chegarem. Maquiavel salienta, entretanto, que há casos em que os príncipes operam de forma diferente e atingem o mesmo fim, ou fazem exatamente da mesma forma e conseguem resultados diferentes. Isso porque há forças indomáveis e caminhos que são difíceis de proceder e porque os homens trabalham da mesma forma quando estão em paz, muitas vezes não se preparando para os dias de adversidade¹³⁰ (MAQUIAVEL, O Príncipe, XXV). Um governante sábio, no entanto, deveria antever esses momentos se preparando para isso, não se iludindo com a aparente paz em momentos de calma.

Para Maquiavel, é necessário compreender que se a virtude pode ser considerada masculina, sinônimo de bravura, de cálculo e de valentia; a fortuna é feminina e, para vencê-la, é preciso dominá-la, dobrá-la e forçá-la (MAQUIAVEL, O Príncipe, XXV). Entre esses dois opostos, a política acontece, fazendo com que aqueles que governam necessitem tomar as decisões adequadas. É necessário manter-se alerta mesmo em momentos de paz, já que não é possível prever quando

¹³⁰ “Nesse sentido, os preparativos humanos contra o poder imenso da fortuna — como a engenharia hidráulica — podiam apenas limitar e canalizar o dano resultante, não proteger contra ele. Às vezes, como uma deusa caprichosa, a fortuna simplesmente alterava a situação no campo de jogo, fazendo do adiamento a tática aconselhável, muito embora o indivíduo na época em questão, amaldiçoado por seu caráter, continuasse a se arrojar contra todos os oponentes, destruindo-se ao fazê-lo. Em geral, reiterou Maquiavel, o ousado tinha mais sucesso que o hesitante. A fortuna, escreveu, recorrendo a uma imagem amiúde citada em sua época e ainda notória hoje em dia, era afinal de contas mulher. Consequentemente, favorecia os que tinham a audácia de tratá-la com brutalidade” (GRAFTON, 2010, p. 23) [grifos meus].

chegará a fortuna:

Um príncipe sábio deve observar tais exemplos e nunca se manter ocioso nos tempos de paz, mas aproveitar-se deles com engenho para poder agir melhor na adversidade; de modo que, quando a fortuna mudar, ele esteja preparado para resistir a ela (MAQUIAVEL, O Príncipe, cap. XIV).

Sendo assim, a virtude pode não ajudar o bom governo, pois ela é facilmente vencida pela fortuna. Isso não significa, no entanto, que não deve ser seguida, mas que é necessário sempre se contar com as inconstâncias da fortuna. A prudência, por outro lado, está, em geral, do lado da idade, da sabedoria, mas a fortuna, como mulher, está do lado dos jovens, dos menos respeitosos, mais ferozes e que, com mais força, comandam. No entanto, segundo o pensador, os dois opostos caminham juntos, não sendo tudo necessariamente decidido pela fortuna: “[...] para que nosso livre arbítrio não se anule, penso que se pode afirmar que a fortuna decide sobre metade de nossas ações, mas deixa a nosso governo a outra metade, ou quase” (MAQUIAVEL, O Príncipe, XXV).

Esse recorte de gênero caracteriza muito do pensamento de Maquiavel sobre a forma de governo e como se mantém um reino. O fato da virtude ser masculina e a fortuna ser feminina acaba por estabelecer as características do mundo masculino e do feminino, assim como as características que ele julga adequadas ou não para o reino. Como afirma Hannah Fenichel Pitkin (1984), a figura feminina é quase inexistente na escrita do pensador, portanto, é instigante que quando ele se refere à fortuna a chame de mulher para entendê-la, mostrando ao seu leitor um entendimento comum de como ele mesmo percebe o gênero e como deveria ser algo rotineiro em seu contexto linguístico.

É importante lembrar, inclusive, como lembra Pitkin (1984, p. 110), que Maquiavel critica os “efeminados¹³¹”, ou seja, os homens que não eram virtuosos, porque tinham

¹³¹ A fraqueza é criticada em diversos momentos no florentino. No enfrentamento de facções em Veneza, por exemplo: “Os venezianos, movidos – suponho – pelas razões expostas acima, fomentavam as seitas [...] sob seu controle [...] Como se viu, tal estratégia não lhes trouxe nenhum proveito, uma vez que, tendo sido derrotados em Vailà, imediatamente uma das facções se sublevou e assumiu o poder. Esses métodos indicam, pois, a fraqueza do príncipe, já que um principado vigoroso jamais permitiria semelhantes divisões, as quais só são úteis em tempos de paz, possibilitando que os súditos sejam manejados com maior facilidade; contudo, quando a guerra vem, tal procedimento revela toda sua falácia” (MAQUIAVEL, O Príncipe, cap. XX).

em seu proceder características que eram presentes no sexo feminino. Eram dependentes, fracos e indecisos, assemelhando seu proceder ao das mulheres. Governantes que tinham essas características eram rapidamente abandonados pelo povo e não evocavam a virtude e a força que deveriam ter.

No entanto, tal como a fortuna, se a mulher parece ser frágil e facilmente manipulável, ela tem um misterioso poder, capaz de destruir instituições e transformar as formas que antes existiam. A mulher é ligada, em Maquiavel, a mistérios como o amor, onde aparentemente ela é dominada e conquistada, mas na realidade ela domina e conquista. Ou seja, o jogo de sedução da mulher, tal como a fortuna, não se deixa facilmente ser entendível, não é esperado e deduzível como a virtude masculina e, por isso, é necessário que se tenha cuidado (Pilkin,1984).

Assim como a fortuna, mulheres podem destruir Estados e trazer ruína à cidade. Elas têm um poder forte baseado na sedução de homens jovens, os mesmos necessários para a guerra. Mulheres são uma forma de distração e de desfoco para os homens, desgastando a energia necessária para outros empreendimentos (PILKIN, 1984, p.128). Isso destruiria a disciplina dos homens, necessária ao comando das cidades e tão característica do soldado-cidadão. Elas afastam o homem de sua honra e tornam-se um perigo não só para os homens em si, mas para toda a república.

Mulheres mais velhas, para Maquiavel, são ainda mais perigosas que as mais novas, pois elas aconselham as mais novas sobre o que devem fazer. Embora não consigam exercer mais atrativo sexual para os homens e assim dominá-los, elas induzem as mais novas a controlar os homens e, conseqüentemente, exercem sobre eles domínio. Assim como a fortuna, a mulher mais velha, mais que a mais nova, conhecia os homens e, assim, tinha mais capacidade de usar artifícios para manipulá-lo¹³².

Maquiavel não inventa a figura da fortuna, ela pertence a uma longa tradição (PILKIN, 1984). No entanto, em sua reflexão ela representa uma figura central que ensina sobre a condição e as possibilidades humanas. Sua ênfase recai sobre as próprias limitações do agir humano frente às intempéries da vida, representadas pela figura da mulher. Diferentemente da posição cristã, que vê a fortuna como providência,

¹³² “ [...] Tenho para mim que é melhor ser impetuoso que prudente; porque a fortuna é mulher, e é preciso, caso se queira mantê-la submissa, dobrá-la e força-la [...]” (MAQUIAVEL, O Príncipe, cap. XXV).

o pensador a vê como não dominável pelo homem e, por isso, difícil de discernir, demonstrando as limitações humanas através da história. Além disso, ele coloca a posição da escolha como fundamental, embora sua posição seja ambígua quando as circunstâncias mudam diante dos envolvidos em certo enredo.

Muitas vezes o que é considerado o mais prudente acaba por se mostrar desastroso no decorrer da história e o que parece precipitado se mostra uma medida acertada. É o que ocorre com o papa Júlio II, mencionado no Capítulo XXV, que agiu com ímpeto o tempo todo, talvez contrário à própria prudência ou ao que se esperava dele, mas, por isso mesmo, saiu vitorioso. Ele conseguiu dominar a própria fortuna por intermédio de meios que eram contrários ao que se esperaria do homem virtuoso tradicional:

[...] Não tratarei de suas outras ações, todas semelhantes e todas bem sucedidas; a brevidade da vida não lhe permitiu experimentar o contrário; porque, se houvessem sobrevivendo tempos que demandassem um procedimento cauteloso, sua ruína seria certa, pois jamais se teria desviado do comportamento que a natureza o inclinava (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, XXV).

De certa forma, ao encerrar seu livro – *O Príncipe* – refletindo justamente sobre a fortuna, Maquiavel traz a ambiguidade ao seu leitor. O Príncipe que seguir todos os seus conselhos, que ficar sempre atento à contingência e agir virtuosamente, pode, mesmo assim, perder o reino e ser fadado ao fracasso, porque a fortuna foi contra ele e ele não conseguiu dominá-la.

Esse ponto é essencial no pensamento do florentino: o acaso, o risco, a fortuna são partes essenciais da política. Para o autor, não existe caminho certo ou não passível de erro, já que mudam os tempos, transformam-se as possíveis respostas necessárias. O que pode ser usado em tempos de paz já não o pode em tempos de guerra. A prudência é, portanto, um caminho permanente, mas ela não é da mesma forma sempre, como pensavam os antigos e mesmo seus contemporâneos. Ela significa uma certa sagacidade que, em geral, vai além do que os homens comuns costumam pensar.

Para Maquiavel, o homem que não tivesse a prudência na condução do reino podia ter ao seu lado os melhores conselheiros, mas de nada valeria, pois ele mesmo

não sabe o caminho que deveria seguir. A prudência afastaria o governante dos adutores e o conduziria a ouvir somente aqueles que realmente queriam o bem do príncipe, mais do que o seu próprio:

Não quero deixar para trás um ponto importante, um erro do qual os príncipes dificilmente sabem defender-se, a menos que sejam muito prudentes e façam boas escolhas. Refiro-me aos adutores, dos quais as cortes estão repletas [...] E, caso queiram defender-se, correrão o risco de tornar-se desprezados; porque um príncipe não tem outro modo de defender-se das adulações senão fazendo os homens entenderem que eles não o ofendem dizendo-lhe a verdade: porém, se todos lhe disserem a verdade, lhes faltará a reverência devida. Por isso o príncipe prudente deve seguir uma terceira via, elegendo em seu estado homens sábios, e somente a esses eleitos deve dar livre acesso para que lhe digam a verdade, e apenas sobre as questões dirigidas [...] (MAQUIAVEL, O Príncipe, XXIII).

Como visto, Maquiavel diverge de vários autores comumente estudados na filosofia política, por contar, justamente, com a imprevisibilidade, com o acaso e com o que não pode ser controlado. Ou seja, podemos ter um príncipe que fez justamente tudo o que era necessário para um bom governo e, mesmo assim, tudo o que ele desenhava ser fadado ao fracasso por causa de alguma eventualidade. Isso não significa ter como insignificantes todos os valores ligados à prudência e à virtude, mas perceber que há, no campo da política, o incontrolável. Se as decisões tomadas sempre se basearem no modo como se fazia em tempos de paz o resultado será ruim e o governante não conseguirá manter seu poder.

Se os conceitos de virtude e fortuna não seguem, em Maquiavel, uma determinada regra lógica, é importante salientar que a prudência nunca deixa de ser necessária. É ela que proporciona escolhas melhores e possibilita, dentro do reino do possível, uma linha contínua e assertiva nas decisões políticas. Dessa forma, mesmo que a fortuna possa ruir planos, destruir medidas racionais e corretas, o bom governante sempre conduz de forma sensata, medindo as decisões que toma e os caminhos possíveis que se apresentam diante dele. Claramente, para o florentino, as decisões sensatas não seriam as tradicionais apontadas pelos seus contemporâneos, baseadas nas virtudes, mas sim as que examinavam o melhor caminho contando, também, com os imprevistos que mudam constantemente o que seriam as melhores escolhas.

Segundo Pocock, no livro *The Machiavellian Moment* (2003 b, versão Kindle),

muito do pensamento sobre prudência no período moderno inglês é também produto de uma leitura de Aristóteles. Valores universais seriam buscados, assim como a justa medida, que são marcas, como vimos, do pensamento do filósofo grego. Conceitos como humanismo cívico, tidos como universais, seriam marcas do período e direcionariam o lugar da prudência. Eles estão relacionados claramente ao republicanismo, ao conceito de liberdade e à participação política. Nesse sentido, três conceitos, ainda segundo Pocock (2003 b), tornam-se exaustivamente presentes: costume, providência e fortuna. O costume teria a ver com a referência ao passado, a providência com a crença na presença de Deus, e a fortuna com o acaso, tão emblematicamente salientado pelo florentino.

Esses conceitos estão relacionados à política e à forma como os homens lidam com as decisões frente às necessidades colocadas. O costume, marca de autores como Fortescue (POCOCK, 2003 b), advogado inglês, que entende que as leis inglesas são evidências de justiça e prudência por serem antigas, demonstraria que a lei por si só consistiria no próprio conceito de justiça autoevidente. Sendo assim, se havia sido mantido por gerações e anos, torna-se claro que seria o mais prudente e justo. Havia um princípio de justiça universal que, quando seguido, estava marcado pela razão e pela virtude. As leis inglesas seriam marcadas por sua racionalidade interna e condições específicas das terras inglesas, reiteradas por sua capacidade de se manter conforme a passagem do tempo.

Fortescue, por exemplo, afirma que, como em Veneza e Roma as leis foram usadas por um longo período, elas são as melhores (POCOCK, 2003 b, versão Kindle). A longevidade, como vimos, demonstra que eram virtuosas e capazes de se manter no decorrer do tempo. Conforme os anos passavam e não eram necessárias modificações, demonstrava sua capacidade de manutenção social, característica da prudência. Se a multidão em alguns momentos é insensata, no decorrer dos anos, conforme passam as gerações, o fruto é a sensatez e a sabedoria.

O costume, portanto, era fruto da sabedoria que, com o decorrer do tempo, por meio do julgamento e da experiência comum, produzia leis que se tornavam longevas e permanentes. O conhecimento seria produzido por meio de generalizações e abstrações tiradas de situações vividas, mas que após a experiência tornavam-se autoevidentes e independentes, fazendo parte do processo indutivo. Já a providência

estava relacionada à crença da intervenção divina sobre a política, assim como a fortuna estaria relacionada aos eventos dos quais não se tem domínio.

Esses princípios fariam parte da razão, necessária à prudência e ao bom governo por serem universais e permanentes. Quando o sábio faz generalizações sobre necessidades dos homens e sobre circunstâncias da vida, nada mais é, assim, que o resultado desse processo que envolve a própria experiência. É importante lembrar, no entanto, que o julgamento de vários tende a ser mais eficaz que de um somente, por isso, inclusive, o apoio ao regime republicano, pois nenhum sistema evidenciava tanto a prudência (POCOCK, 2003 b versão kindle).

Como os valores da prudência moderna estão relacionados aos da antiga, muitas das características da prudência antiga estarão também na moderna. Assim, o meio termo, a análise dos dados, a capacidade de fazer reflexões, etc, serão características dessa prudência que marca Maquiavel e é posteriormente usada por Harrington. A marca seria o homem mais velho, que, por meio da experiência, seria capaz de inferir qual o melhor caminho, qual a estratégia e para onde se deveria caminhar. Quanto mais experiência tinha um homem, maior sua capacidade de análise e, como consequência, maiores sua virtude e prudência. Relembrando Cícero, três seriam as marcas da prudência: memória do passado, entendimento do presente e previsão do futuro; a experiência seria o meio de ligação entre os três tempos (POCOCK, 2003 b, versão kindle).

Os três tempos se juntam na definição da prudência e do melhor caminho no campo político. Entre a inovação e a memória, a lei e o costume, se formam as virtudes ligadas à prudência, que encaminham as melhores decisões políticas. A ideia certamente não seria simplesmente replicar o passado ou o que se entende como prudência antiga, mas entre o passado e o presente tomar as melhores decisões baseadas no conhecimento que já se atingiu. A razão e a experiência andariam juntas na formação da prudência na política. Essas seriam as principais características de um bom legislador e de uma lei que fosse fielmente aceita por todos (POCOCK, 2003 b, versão kindle).

Como vimos¹³³, essa visão está intrinsecamente ligada à prudência como

¹³³ Cap 2, prudência em Aristóteles.

entendida por Aristóteles. Como leitores dele, os modernos produzem um esforço no sentido de relacionar o pensamento grego com as realidades de seus Estados, demonstrando uma recepção que se caracteriza por ser intervencionista e relacionada ao local em que foi lida e apropriada.

James Harrington, como temos visto, tem como fundamental a prudência e a virtude, essenciais no pensamento do italiano. Diferente deste, o inglês praticamente não faz referência à fortuna; certamente a conhecia, mas, para ele, estava envolvida nas próprias decisões dos homens na política. As categorias usadas pelos dois pensadores são tidas como universais, porque permeiam o agir humano e trazem direcionamento para o futuro. A justiça e a virtude são guiadas pela razão e são comuns aos homens, sendo, por isso, usadas para o guiar político (POCOCK, 2003 b, versão kindle).

Por que usar Maquiavel como exemplo de prudência moderna? Harrington certamente conhecia pensadores que não só eram leitores dos Antigos, mas os usavam de forma constante e mais permanentemente que o florentino. Maquiavel vê a fortuna como membro constante do governo e do agir político, sua força é por vezes maior que a própria capacidade de prevê-la. O pensador inglês certamente conhecia bem esses textos, no entanto, seu desejo parece ser demonstrar o campo do inconstante e imprevisível na política, só possível de conter com a correta divisão de terras, distribuição de lugares e separação de poderes.

A virtude moderna usada por Harrington possivelmente não é mais um caminho de certezas e de uso permanente das virtudes. Ela é o trabalhar com imprevisibilidade, o inconstante e as mudanças de tempos. Muitas vezes, aquele que usa os valores tradicionais não conseguirá manter o reino, e aquele que teve atitudes que não necessariamente são coerentes com as virtudes antigas terá seu reinado garantido. Aquele que age da mesma forma somente perderá poder, sendo a prudência não só o reino da sabedoria e da força, mas da perspicácia: como o leão e a raposa. As virtudes vindas da Antiguidade só permaneceriam no reinado do príncipe se todos os homens fossem bons, mas não é o que ocorre:

E, posto que é necessário a um príncipe saber usar do animal com destreza, dentre todos ele deve escolher a raposa e o leão, pois o leão não pode defender-se de armadilhas, e a raposa é indefesa diante dos lobos; é

preciso, pois, ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para afugentar os lobos — aqueles que simplesmente adotam o leão não entendem do assunto [...] Se todos os homens fossem bons, este preceito não seria bom; mas, como eles são maus e não mantêm a palavra dada ao príncipe ele é bom (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, cap XVIII).

4.1.2 A Virtude como necessária

A *virtus*, conceito trazido da Antiguidade, foi recuperada pelos renascentistas na busca do homem ideal. Segundo Quentin Skinner (1996, p. 109), os humanistas trariam à modernidade uma série de valores ciceronianos, acreditando que estava acessível a todo homem alcançar o mais alto nível de excelência. Assim, os homens atuavam moldando seu destino e refazendo o mundo social, de modo a adequá-lo a seus desejos. Eles não ignoravam a força da fortuna, mas pela virtude ousavam enfrentá-la.

Certamente Maquiavel não desconsiderava esses pensamentos, nem os debates de seu tempo e nem a visão clássica de virtude. A capacidade inventiva do homem e a busca sempre pela excelência não eram estranhas ao filósofo. Contudo, entre os capítulos XV a XVIII d’*O Príncipe*, Maquiavel, ao refletir sobre o que é virtude para o governante, contrapõe-se claramente ao que ela significava para os clássicos ou para seus contemporâneos. Claramente ele imagina que seu provável leitor conhecesse tais obras e tivesse contato com essas ideias, defendendo sua visão a partir desses pressupostos. Por exemplo, quando inicia o capítulo XV, afirma que muitos já falaram sobre o tema, o que pode fazer com que o chamem de presunçoso por voltar a falar de algo largamente estudado?

[...] Como sei que muitos já escreveram sobre o assunto, receio ser tomado por presunçoso ao tratar mais uma vez do tema, sobretudo por apartar-me dos argumentos da maioria. Porém, sendo minha intenção escrever coisas que sejam úteis a quem se interesse, pareceu-me mais conveniente ir direto à verdade efetiva da coisa que à imaginação em torno dela. E não foram poucos os que imaginaram repúblicas e principados que nunca se viram nem se verificaram na realidade. Todavia a distância entre o como se vive e o como se deveria viver é tão grande que quem deixa o que se faz pelo que se deveria fazer contribui rapidamente para a própria ruína e compromete sua preservação: porque o homem que quiser ser bom em todos os aspectos terminará arruinado entre tantos que não são bons [...] (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, XV) [grifos meus].

Maquiavel se utiliza de um artifício retórico para chamar a atenção de seu leitor. Ele estabelece uma antítese entre os que escreveram antes dele, e defenderam o tradicional conceito de virtude, e seu pensamento. Assim, lançando uma provocação a seus adversários discursivos, o pensador afirma que resolveu ir à verdade efetiva das coisas e não à imaginação em torno dela. Nesse sentido, para ele, os humanistas estabeleciam padrões imaginários e possivelmente não utilizáveis para a boa atuação do príncipe, já ele vai fornecer conselhos úteis e claros visando à manutenção do reino e o bem-estar do estado.

A antítese¹³⁴ como recurso retórico parece permear de maneira importante os três capítulos citados d'O *Príncipe* (XV, XVI, XVII), demonstrando uma função de destaque no texto de Maquiavel. Já que, diferentemente do autor italiano, que se detinha na realidade e na zona do possível e do que era necessário, havia os que se fixavam no que ficava fora da realidade. Ou seja, enquanto os humanistas apontavam a necessidade da excelência, da virtude, de ser bom, ele se contrapunha a tais pensamentos, demonstrando que, se o governante seguisse esses pressupostos, seu reino sucumbiria.

Para o pensador, não adiantaria o príncipe buscar tais valores destacados por seus contemporâneos, porque outros não os buscariam, e o reinado seria facilmente derrotado. Assim, é necessário analisar segundo a contingência o que é útil e necessário para a manutenção do reino, e não para a junção de todos os valores defendidos pelos humanistas. Seria possível, inclusive, que um príncipe tivesse todas as virtudes defendidas pelos que se consideram sábios, mas mesmo assim perdesse o reino, porque nem sempre é bom valer-se delas. Muitas vezes seguir o vício traz o bem ao governo, enquanto o que é tido como virtuoso ocasiona a destruição.

Para Victória Kahn (1994), esse mecanismo foi o que Maquiavel usou para mostrar a complexidade da vida política. Assim, não se deve buscar normas rigorosas,

¹³⁴ Sobre construções que formam antíteses, escreve Perelman e Tyteca: “[...] Construções como essas que acabamos de descrever formam o que se chamou de *paradoxismo*, antítese formulada por meio de uma aliança de palavras que parecem excluir-se mutuamente, ou a figura que Vico chama de oximoro ‘negar de uma coisa que ela seja o que é’. Encontramo-las também com muita frequência no *poliptoto*, uso da mesma palavra em suas várias formas gramaticais, na *anti-metátese* ou *antimetábole*, repetição em duas frases sucessivas das mesmas palavras numa relação inversa, às vezes confundida com comutação” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 504) [grifos no original].

e sim aprender a pensar sutilmente, captando as exigências em cada momento político. Nenhuma qualidade isolada poderia ser considerada virtude, já que tudo dependia da ocasião em que certa característica deveria ou não ser usada.

Nisso, o florentino, como podemos perceber, se distancia de muitos dos seus contemporâneos que também são leitores dos antigos. Para ele, as virtudes clássicas nem sempre favorecem o reino, pois a política é o campo do que não se consegue prever como se imaginava. Frente ao imprevisível, é preciso ter astúcia e capacidade de análise que somente os mais audazes conseguiam ter. A virtude não seria uma lista repetida exaustivamente, mas a atitude correta de acordo com o momento, e muitas vezes ela não estava na lista das virtudes tidas como essenciais para os humanistas.

Em sua análise, Maquiavel centra-se principalmente em três virtudes tidas como essenciais para um bom governante: liberalidade, piedade e manutenção da palavra (MAQUIAVEL, O Príncipe, XVI). Segundo o ensino de seu momento, não só os príncipes deveriam buscar tais valores, mas todo homem, já que assim se alcançaria a excelência. Para o pensador, contudo, se tais valores parecem bons e sem maldade, eles pertencem a um mundo imaginário. Na realidade, eles podem produzir a ruína do reino se usados de forma equivocada. A virtude, portanto, não é seguir simplesmente os valores tradicionais, mas agir com certa sabedoria e perspicácia, tomando as melhores decisões.

Para Perelman e Tyteca (2005, p. 472), essa antítese tão bem explorada por Maquiavel pode ser percebida pelo par tão usado atualmente, “aparência x realidade”. Pressuposto da ciência moderna, essa distinção nasceu da necessidade de distinguir os elementos apresentados pelo nosso olhar e como eles realmente o são. É possível que a aparência possa ser igual ao objeto, mas pode ser também que ela produza erros a seu respeito. Sempre quando, num discurso, tal elemento é usado, em geral o é para demonstrar o engano que a aparência de algo traz aos olhos, demonstrando como a realidade é. Nosso filósofo faz caminho semelhante, apresentando os valores e comparando o que pensa com o que geralmente se crê. Para ele, o que em geral se acredita seria semelhante à aparência, enquanto ele mostra como as coisas o são. Assim, embora seja bonita a imagem tradicional desses valores, ela é, em seu argumento, inferior, por não ser útil e por permitir que os estados possam sucumbir.

O jogo retórico do pensador tem como objetivo seduzir o leitor e lhe mostrar

como o caminho correto e virtuoso se distancia dos escritores que eram seus contemporâneos. Enquanto seus oponentes discorriam sobre a aparência, ele se detinha na realidade; enquanto os outros se preocupavam com a política e as atitudes deveriam ser, ele se dedicava a refletir como ela realmente era. Seu campo era o que realmente seria a política verdadeira, não pensamentos que não serviam aos desafios que um governante enfrentava. Diante disso, seus leitores poderiam escolher entre um reino do desejável e imaginável e o que ele mostrava, que era o território dos homens que não eram bons, mas agiam conforme as circunstâncias.

O primeiro valor apresentado por Maquiavel é a liberalidade. Segundo se acredita, e de acordo com o próprio autor, é vantajoso ser considerado liberal. Contudo, se o príncipe acreditar nisso e buscar usar essa virtude sem refletir sobre as consequências, os resultados não serão bons. Além disso, se aplicada na medida certa, não poupa o governante de ser chamado de avarento. Assim, se ouvir o conselho de outros e buscar tal valor de forma irresponsável, gastará todo o dinheiro e, posteriormente, lançará mão de mais impostos, penalizando o povo, o que, por sua vez, o tornará mais odiado por muitos. Maquiavel aconselha a não escolher a liberalidade, pois talvez não se possa arcar com isso, ocasionando as piores consequências possíveis. Antes, segundo ele, o príncipe não deve importar-se ao ser chamado de miserável, pois aos poucos perceberão que consegue usar o dinheiro para o que é necessário sem ser um peso grande ao seu povo:

[...] não podendo usar a virtude da liberalidade sem seu próprio dano tão logo ela fosse reconhecida, o príncipe, se for prudente, não deverá importar-se com a pecha de miserável; pois com o tempo ele será considerado cada vez mais liberal, à medida que todos virem que, graças à parcimônia, aquilo que arrecada lhe basta, que ele pode defender-se de quem quiser atacá-lo e mover campanhas sem onerar seu povo. De sorte que parecerá liberal aos que não serão escorchados — que são inumeráveis — e miserável àqueles a quem não dará nada — que são poucos (MAQUIAVEL, O Príncipe, XVI).

Para reiterar seu argumento, Maquiavel utiliza-se de outro elemento retórico, que são os exemplos, endossando seu argumento. Essa técnica, possivelmente apropriada de Aristóteles (*Retórica*, I, 1356b)¹³⁵, remete à ideia que toda demonstração deve ser

¹³⁵As referências são à tradução portuguesa, listada na bibliografia. Foi mantida a grafia original nas

feita ou por silogismo ou por indução, sendo que na técnica sobre os meios necessários à persuasão, o primeiro é o entimema¹³⁶ e o segundo é o exemplo. Este último seria uma indução¹³⁷, podendo consistir de “fatos” inventados (parábola e fábulas) ou do que chamaríamos de fatos históricos¹³⁸, realmente ocorridos, como demonstra o exemplo apresentado:

Falar de factos passados consistiria, por exemplo, em alguém dizer que era preciso fazer preparativos contra o rei da Pérsia não permitindo que dominasse o Egito, porque já anteriormente Dario evitara atravessar a Grécia sem antes ter tomado o Egito, e que, só depois de o ter tomado, é que passou à Grécia; e que, por seu turno, Xerxes também não atacou a Grécia sem antes haver tomado o Egito, e que, só depois de o ter submetido, é que dirigiu a Grécia. Assim, se o rei tomar o Egito, passará à Grécia; por isso, não se deve consentir que o submeta. (ARISTÓTELES, Retórica, II, 1393a-b)¹³⁹

De acordo com Maquiavel, os governantes que alcançaram mais feitos foram tidos como miseráveis e não liberais. Papa Júlio II, o seu contemporâneo rei da França, e o rei da Espanha, se fossem liberais, não teriam conseguido o que alcançaram. Mesmo César, que foi tido como liberal, somente recorreu a isso para alcançar a fama, cessando os gastos após assumir, pois, de outra forma, seu poder não subsistiria. A parcimônia pode levar à infâmia, mas a liberalidade mal utilizada, por sua vez, leva ao ódio, e nenhum príncipe pode subsistir dessa forma.

O segundo valor analisado por Maquiavel é a piedade. Assim como ocorre com a liberalidade, ele afirma que, embora seja desejável, a piedade nem sempre é possível ou o melhor caminho para o governo. É possível, inclusive, que o príncipe, na medida em que busque ser tido como piedoso, permita a destruição de seu próprio povo. Os

citações.

¹³⁶ “[...] mas demonstrar que, de certas premissas, pode resultar uma proposição nova e diferente só porque elas são sempre ou quase sempre verdadeiras, a isso chama-se em dialética silogismo e entimema na retórica”. (Retórica, I, 1356 b).

¹³⁷ “[...] raciocínio que parte de dados particulares (fatos, experiências, enunciados empíricos) e, por meio de uma sequência de operações cognitivas, chega a leis ou conceitos mais gerais, indo dos efeitos à causa, das consequências ao princípio, da experiência à teoria” (HOUAISS, 2007).

¹³⁸ Adiante, depois de abordar as fábulas (como as de Esopo), o filósofo argumenta serem estas mais apropriadas às discussões públicas, por serem mais fáceis: bastaria ao orador ser capaz de ver *semelhanças* entre os dois conjuntos aproximados pelo exemplo ou *paradigma* – o que seria, observa Aristóteles, algo simples para o filósofo. Seria, por outro lado, menos vantajoso o recurso a fatos já ocorridos, em vista da dificuldade de encontrar *acontecimentos semelhantes entre si*. Porém, a argumentação sustentada neles seria mais útil “nas deliberações públicas, porque, na maior parte dos casos, os acontecimentos futuros são semelhantes aos do passado” (Retórica, II 1394a).

¹³⁹ Apesar da certeza aristotélica, os tradutores notam existir problemas cronológicos para identificarmos estes “fatos realmente ocorridos”. Indicam, hipoteticamente, ser Artaxerxes III o rei em causa.

valores necessários seriam a temperança e a humanidade, de modo a afastar o excesso de confiança ou a demasiada desconfiança (MAQUIAVEL, O Príncipe, cap. XVI).

De sua reflexão sobre a piedade nasce uma das frases mais famosas de Maquiavel: “[...]mais vale ser temido que amado [...]” (MAQUIAVEL, O Príncipe, XVII), já que, como os homens tendem a ser ingratos e volúveis, é mais seguro o temor que o amor, pois o amor pode ser volátil. Ao descrever o ser humano dessa forma, o filósofo, embora fale de virtudes clássicas, continua produzindo em seu texto antíteses para as crenças presentes e para o que se acreditava como ideal do homem. O ódio deve ser evitado, mas o temor pode ser útil, pelo medo da punição que traz. O amor, que está relacionado ao reconhecimento, é frágil demais e se quebra facilmente nas relações entre os homens.

Assim como faz com a piedade, a fim de reiterar seus argumentos, Maquiavel utiliza exemplos que favorecem sua forma de argumentar. Os exemplos apresentados por ele concretizam sua maneira de pensar e mostram ao seu leitor como é possível acreditar no que ele afirma. César Bórgia, por exemplo, foi considerado cruel, mas sua crueldade pacificou a Romanha. Aníbal, também líder de exército, era extremamente cruel, e isso permitiu que seu exército sempre o defendesse. É de salientar que Maquiavel não defende a crueldade desmedida ou sem propósito, mas na forma em que for necessária para manter o reino e a paz necessária, evitando distúrbios desnecessários e garantindo a união do povo (MAQUIAVEL, O Príncipe, XVII):

Portanto um príncipe não deve preocupar-se com a má fama de cruel se quiser manter seus súditos unidos e fiéis, pois com pouquíssimos atos exemplares ele se mostrará mais piedoso que aqueles que, por excesso de piedade, permitem uma série de desordens seguidas de assassinios e de roubos: estes costumam prejudicar a todos, ao passo que aqueles, ordenados pelo príncipe, só atingem pessoas isoladas [...] (MAQUIAVEL, O Príncipe, cap. XVII).

A terceira virtude analisada por Maquiavel é a manutenção da palavra. Segundo ele, todos acreditam que é necessário que o príncipe mantenha o que afirma, alicerçando os fundamentos da sinceridade, mas mais uma vez ele contrapõe-se ao comum, demonstrando que os que assim pensaram, em geral, sucumbiram. Os que

não se importaram com a excessiva sinceridade, por sua vez, realizaram grandes feitos e superaram os que queriam manter as palavras até o fim:

Todos concordam que é muito louvável um príncipe respeitar a sua palavra e viver com integridade, não com astúcia; todavia, em nossa época vê-se por experiência que os príncipes que realizaram grandes feitos deram pouca importância à palavra empenhada e souberam envolver com astúcia as mentes dos homens, superando por fim aqueles que se alicerçaram na sinceridade (MAQUIAVEL, O Príncipe, cap. XVIII) [grifos meus].

Assim, não é necessário ser mentiroso, mas é preciso ver a conveniência de manter a palavra empenhada em determinada circunstância (MAQUIAVEL, O Príncipe, XVIII). Se todos os homens fossem bons, segundo Maquiavel, esse preceito não seria necessário, mas como nem todos mantêm sua palavra, aquele que o faz pode propiciar sua destruição na medida em que outros não fazem o mesmo. Para seguir a linha dos outros valores, o filósofo cita Alexandre VI, que sempre enganou os homens assegurando terceiros com juramentos e depois os descumprindo, e sempre conseguiu prevalecer porque conhecia essa regra.

Explorando as três virtudes tão admiradas pelos humanistas como marcas a serem buscadas pelo homem excelente, Maquiavel chega à conclusão que, na maioria das vezes, elas ocasionam a ruína do reino e não o bem dele. Se usadas de forma desmedida por um ideal de como deveria ser o reino, o governante pode trazer com isso sua própria ruína. Sendo assim, não podendo sempre exercitar as três qualidades imaginadas, pois elas podem ser em muitos momentos ruins para o andamento do Estado, é necessário aparentar tê-las, já que os homens julgam com os olhos e pela aparência, não pelo que realmente se é.

Maquiavel joga o tempo todo com as dualidades, demonstrando que seus adversários defendiam valores que só aparentemente traziam o bem, já que muitas vezes ocasionavam o mal do príncipe. Assim, defendendo a manutenção do reino, pretende alertar sobre o bom uso das virtudes, e, talvez o mais importante de tudo, mostrar que o melhor é parecer ter essas qualidades do que realmente as ter.

Se a prudência seria uma das maiores virtudes e Maquiavel é tão irônico ao tratar desta forma os valores tão caros aos humanistas, como Harrington se apropria do florentino? Provavelmente, embora o pensador inglês também tenha como referência

muito do pensamento clássico, reconheça as falhas desses, já que muitos conflitos foram inevitáveis para os próprios humanistas. Se as virtudes clássicas, principalmente a prudência, eram centrais para o autor, certamente o inconstante, as adversidades e a própria fortuna eram pontos que não poderiam ser esquecidos. Maquiavel, naqueles tempos turbulentos de guerras inglesas, poderia demonstrar que, para manter um reino, não bastavam os valores humanistas, mas era necessária perspicácia e o bom uso das virtudes:

Deixando de lado, pois, as coisas imaginosas sobre um príncipe e discorrendo acerca das verdadeiras, digo que todos os homens dignos de atenção – mas principalmente os soberanos, por ocuparem um posto mais elevado – são julgados por certas qualidades que lhes podem render reprovações ou elogios [...] uns são considerados generosos, outros, rapaces; uns cruéis, outros, piedosos; uns desleais, outros, fiéis; uns efeminados [...] outros ferozes e animosos [...] Sei que muitos dirão que seria louvadíssimo um príncipe ter as melhores qualidades dentre as enumeradas acima. Contudo, como a condição humana não consente que se tenha todas elas, nem que possam ser inteiramente observadas, é necessário ser prudente para escapar à infâmia daqueles vícios que põem em risco o governo [...] Tampouco se preocupe com incorrer na infâmia de tais vícios, sem os quais dificilmente se pode salvar o governo; pois, se bem observado, caso príncipe siga o que lhe parecer uma virtude, causará a própria ruína, mas, se seguir o que lhe parecer um vício, terá maior segurança e bem estar (MAQUIAVEL, O Príncipe, XV).

Maquiavel, assim como Harrington, se utiliza muito dos antigos para pensar seus valores, no entanto, o florentino transforma as virtudes tão caras aos humanistas em atitudes perspicazes e sábias, não no sentido do bem maior do homem, mas da manutenção do reino. Um símbolo dessa conjuntura são o leão e a raposa, animais usados pelo pensador para representar as atitudes virtuosas, a força e capacidade de ação frente ao mutável mundo político. De que adiantaria se manter todos os valores dos humanistas se o reinado fosse destruído por aqueles que não demonstram se importar com as heranças clássicas? De nada adiantaria a teoria e o conhecimento trazido dos antigos se o fim fosse a própria destruição do reino.

Harrington consegue ver em Maquiavel a capacidade de prevenir desastres políticos por meio de sua perspicácia e capacidade de análise. A virtude moderna e sua noção de prudência não seriam a rolagem de manuais, mas a capacidade de entender, raciocinar e tomar as melhores decisões diante das circunstâncias que se apresentam para a manutenção do Estado. O melhor exemplo disso é da articulação das melhores

respostas seria o pensamento do florentino.

4.1.3 Fortuna e virtude na manutenção do reino

Nos textos em que Maquiavel reflete sobre o governo civil, ele estabelece a distinção entre o governo adquirido pelas armas e o que foi hereditário ao mesmo tempo em que relaciona o apoio do povo e dos poderosos. Assim como ocorre entre os conceitos de virtude e fortuna, transparece que, para o pensador, quando há um dos elementos, o outro não está presente (MAQUIAVEL, O Príncipe, VI).

Adquirindo o poder pela força ou sendo hereditário, é necessário que o governante tenha a virtude da perspicácia, sabendo que os tempos mudam e o que serve de solução em certo tempo, depois já não dará o mesmo resultado. A natureza dos povos é inconstante, sendo que muitas vezes é fácil persuadir e mudar de opinião. A virtude estaria justamente nisso, na capacidade de ponderação e de perceber qual a melhor decisão a ser tomada (MAQUIAVEL, O Príncipe, VI).

Quando o governante se torna rei por forças que não são as armas, ele estabelece seu apoio em um dos dois grupos: o povo ou os poderosos. A relação assimétrica se mantém, com consequências que atingirão o estabelecimento do governo. Com exceção do caso em que todos se tornam súditos e não há mais disputa pelo poder ou pela corte, sempre haverá, na visão de Maquiavel, uma disputa entre o apoio baseado nos poderosos ou no povo.

E de forma a mostrar sua contraposição, ao longo de seus textos, Maquiavel vai demonstrando a contradição que se dá na relação entre os poderosos e o povo. Assim, enquanto o povo não quer se oprimido, os poderosos querem oprimir¹⁴⁰. Se o príncipe resolver fazer aliança com um dos grupos, automaticamente vai desagradar ao outro, pois são contrapostos entre si e proporcionam diferentes relações conforme o acordo

¹⁴⁰“[...] Porque em toda cidade se encontram essas duas tendências opostas: de uma parte, o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos poderosos, de outra, os poderosos querem comandar e oprimir o povo, desses dois desejos antagônicos advém nas cidades uma das três consequências: principado, liberdade ou desordem. O principado é instituído pelo povo ou pelos poderosos, segundo a ocasião aproveitada por uma dessas forças: quando os poderosos veem que não podem resistir ao povo, começam a favorecer um deles até torná-lo príncipe, a fim de poder saciar o próprio apetite à sua sombra [...]” (MAQUIAVEL, O Príncipe, IX).

que se estabelece. Na maior parte do tempo, Maquiavel salienta que o melhor caminho seja dar poder ao povo, que em geral deseja menos coisas que os poderosos. No entanto, quando narra a história de Florença, Maquiavel lembra que o povo quis governar sem os poderosos – diferente do que ocorreu em Roma – ocasionando a decadência de Florença (MAQUIAVEL, História de Florença).

Parece claro que, assim como será para Harrington, é necessário que exista fundamento do poder no povo. Sem ele, os ricos tomariam o poder e tenderiam a fazer somente o que lhes agradasse. Se o poder, no entanto, estiver no povo, haveria uma existência mais tranquila, já que esse somente deseja não ser oprimido. Harrington compreende a necessidade da presença do povo nas decisões: ele seria o legislador, o que detém a liberdade e o poder de ratificar ou não o governo estabelecido. Assim como em Maquiavel, havia o risco da união de poder nas mãos de um só grupo, cujo fim seria desastroso.

Um dos pontos fundamentais de Maquiavel quando ele fala do governo civil, assim como de outros assuntos, é a permanência do poder. Para que isso ocorra, são necessárias algumas práticas e cuidados de modo que as forças que se levantarem contra o poder político não tenham o poder de derrubá-lo. Por essa razão, é melhor contar com o apoio do povo do que com o dos poderosos, pois a elite política tende a se ver como “igual” ao governante, já que fazem parte de um mesmo grupo social. O que governa com o apoio do povo encontra, em geral, pessoas mais dispostas a obedecer pelo simples fato de não se verem como iguais àquele que governa. Além disso, as metas do povo são mais modestas do que as daqueles que tem muito e, poderíamos dizer, almejam mais poder político.

Nesse sentido, tanto nos *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio* como no *Príncipe*, Maquiavel estabelece essa contraposição entre os dois poderes, demonstrando que aquele que governa, invariavelmente, irá buscará seu apoio em um, tendo o outro como inimigo. A fim de fundamentar seu argumento, Maquiavel usará Roma como exemplo de disputa entre o senado e o povo, representado pelos plebeus.

Segundo o autor italiano, em Roma, os plebeus e o senado sempre estiveram em disputa pelo poder (MAQUIAVEL, O Príncipe, cap. VI). No entanto, longe de isso desgastar e tornar fraca a república, a fortaleceu, tornando-a mais forte que os demais governos, a ponto de sobrepuja-los. Maquiavel contrapõe-se à ideia, inclusive, que os

constantemente tumultos de Roma a teriam tornado débil. Para ele, os que fazem tais análises percebem somente o incomodo dos tumultos e dos gritos, mas não refletem sobre as consequências que essas disputas trazem para a liberdade.

Na medida em que disputam mais espaço, os grupos lutam por sua liberdade, e isso lhes proporciona coragem e força, diferente do que ocorria em sua época por intermédio da religião cristã, que por ser mal interpretada, levaria os homens a serem mais covardes e menos valentes na luta pela sua liberdade. *“Já nas Repúblicas há mais vida, há mais ódio, há mais desejo de vingança; a memória da antiga liberdade não as abandona nem lhes dá descanso [...]”* (MAQUIAVEL, O Príncipe, V).

Maquiavel demonstra estar discutindo com aqueles que pensavam de forma diferente dele. Para essas pessoas, o tumulto deveria ser eliminado e era um sinal de instabilidade para o bom governo. Já para o pensador, por estar em um lado diferente de seus opositores na disputa pelo poder, a luta entre os poderosos e o povo sempre vai existir. O melhor caminho, assim, não é mascarar-la, mas permitir que ela exista, até porque o reino não pode prescindir do poder que o povo tem com as armas. Assim, é melhor que exista o combate entre os dois lados e que, posteriormente, o governo possa contar com a força das armas que as camadas mais baixas têm (MAQUIAVEL, O Príncipe, cap. VI).

O florentino, com seu realismo constante, vê a oposição entre grupos como natural dentro da disputa política. Sendo assim, a própria mudança da fortuna seria uma forma do governante demonstrar sua virtude. Sem a transformação dos tempos, não haveria como exercitar a prudência e tomar as atitudes que demonstrariam a capacidade do príncipe de tomar as melhores decisões.

Além disso, o povo em geral é menos sedento pelo poder do que os poderosos, representados pelo senado. Dessa forma, o povo luta por estar oprimido ou na suspeita de que o será. É diferente dos poderosos que, em geral, não são oprimidos, mas almejam mais poder, não se considerando menores do que o que governa, e sim tão importantes quanto ele. Caso o povo seja seduzido por um falso alarme de opressão, basta mostrar a eles o mal que estão cometendo.

Os distúrbios de Roma, por sua vez, acabaram fazendo com que se elegessem,

após muitas disputas, os tribunos da plebe¹⁴¹. Maquiavel vê este fato com bons olhos, já que graças a isso a liberdade de Roma foi guardada, pois é ela que mantém uma república. No entanto, era necessário que os tribunos tivessem sempre consciência de seu lugar, que era diferente daquele dos senadores:

A escolha de dez cidadãos eleitos pelo povo para legislar parecerá contrária ao que dissemos aqui: que só o poder usurpado pela violência pode ser nocivo ao Estado, nunca o que é estabelecido livremente pelo sufrágio popular [...] A este propósito, é necessário atentar para o modo como se confere a autoridade, e a duração desse mandato (MAQUIAVEL, *Discorsi*, XXXV).

Diferentemente de outros pensadores, para o autor, a guarda da liberdade deveria ser colocada nas mãos do povo¹⁴², tendo como exemplo a própria Roma, diferente do que ocorreu, por exemplo, em Esparta e Veneza. A causa, para o pensador, é que o povo tem menos apetite de usurpar o poder por, como afirma em outras passagens, se considerar menor que o governante, sendo muito diferente dos poderosos que se veem como iguais ao governante. Nesse sentido, eles lutam para manter a liberdade, já que, ao não ambicionarem para si também o poder, não permitem que outros o façam.

Maquiavel, de forma clara, debate e opõe-se àqueles que argumentavam de forma diversa, demonstrando sempre conhecer as bases pelas quais seus inimigos discursivos se sustentavam. De acordo com estes, ao se dar a guarda da liberdade aos poderosos, eles se sentem mais satisfeitos ao mesmo tempo em que se retira da plebe a possibilidade de disputar o poder, como ocorreu em Roma, quando, não contentes por terem tribunos da plebe, também quiserem um cônsul e depois todos os outros

¹⁴¹ “[...] Em Roma, a república só chegou à ‘perfeição’ com a criação dos tribunos da plebe. Com uma magistratura dotada de grandes prerrogativas de poder, o próprio povo capacita-se para frear a ambição e punir a insolência dos grandes [...] Ao longo da história romana, de dois a dez tribunos serviram à república com mandatos anuais. Eles eram eleitos nos *concilium plebis*, assembleias exclusivas dos plebeus, e dispunham de direitos que lhes conferiam caráter sacrossanto, não podendo ser tocados fisicamente ou aprisionados. Dispunham também do poder de veto (*intercessio*) sobre a maior parte dos atos oficiais da república, bem como do poder de acusar e processar cidadãos proeminentes e magistrados suspeitos de cometerem crimes políticos [...]” (SILVA, 2013).

¹⁴² Como veremos no próximo tópico, essa guarda da liberdade é limitada, já que quando ela quer ocupar o lugar da elite há uma quebra do equilíbrio, que leva à tirania e aos problemas do Estado: “Inspira este comentário o comportamento do povo romano ao criar a instituição dos tribunos para se opor às pretensões da nobreza. Mas esta medida (que respondia a uma necessidade efetiva) foi concebida, o povo recomeçou o combate à nobreza, almejando partilhar suas riquezas e honrarias – os dois bens mais cobiçados. Daí as dissensões que, como uma epidemia, invadiram a cidade por ocasião da lei agrária e que, finalmente, levaram a república à ruína” (MAQUIAVEL, *Discorsi*, I, XXXVII).

cargos do império da cidade¹⁴³. Não contentes com isso, adoraram aqueles que estavam dispostos a esmagar a nobreza, de modo que ocorreu a potência de Mário e a ruína de Roma.

[...] Quando os tribunos foram instituídos, o povo não se contentou com um cônsul plebeu: quis logo dois. Depois, exigiu a censura: em seguida a pretoria; mais tarde todas as demais funções do governo. Mais ainda: movido sempre pela mesma ânsia de poder, veio com o tempo a idolatrar os homens que consideravam capazes de rebaixar a nobreza. Esta foi a origem do poder de Mário, e da ruína de Roma (MAQUIAVEL, *Discorsi*, I, V).

Maquiavel não invalida os argumentos de seus oponentes, mas mostra que nessa lógica se chegaria ao modelo em que os nobres dominavam e guardavam a liberdade, ou seja: Veneza e Esparta. Elas mantiveram seu tamanho e sua liberdade dando poder aos nobres. No entanto, se havia o desejo de expandir, como ocorreu com Roma, o melhor caminho é a preservação do poder em relação àqueles que desejam conquistar mais.

Parece claro para o pensador que mais perigoso para um governo é aqueles que desejam manter o poder do que aqueles que desejam conquistar. Segundo Maquiavel, a força para manter um poder é maior do que o desejo de conquista. Os homens não acreditam que têm um bem seguramente a menos que conquistem também o que o outro tem. Ou seja, a ambição por mais poder não tem fim e pode, com mais facilidade, ocasionar o fim do governo.

Esse fato referente à Roma fez com que a cidade fosse mais virtuosa que seus oponentes e pudesse dominar muitas áreas que também amavam e lutavam pela sua liberdade, mas não conseguiram deter sua força e sua virtude [*civitas*]. Segundo o autor florentino, esse amor à liberdade vem do fato das cidades nunca crescerem se não forem livres. Para exemplificar, Maquiavel cita Atenas, que cresceu muito após estar livre, sem o jugo de Pisístrato (MAQUIAVEL, *Discorsi*, I). Assim, quando há um príncipe ou um tirano, o povo já não lutará tanto por sua liberdade, pois geralmente os interesses do povo e do governante não caminham juntos, antes vão em direções opostas. Além disso, quando o povo está acostumado com a liberdade e alguém a

¹⁴³ No próximo tópico há uma reflexão sobre essa transformação do povo.

usurpa, ele é tomado por um grande desejo de vingança, sendo essa muito sanguinolenta.

O florentino entende que a liberdade é um valor para aqueles que já viveram em regimes republicanos e tiveram ela respeitada. Nesses casos, em geral, o povo é mais corajoso e enfrenta os inimigos de frente. Roma, por sua vez, foi a mais virtuosa entre as repúblicas, sendo seu exemplo memorável para todos (MAQUIAVEL, Discorsi, I, I).

De acordo com Maquiavel, o motivo pelo qual ansiavam menos pela liberdade no seu tempo os homens do que no passado se deve, como vimos, à religião cristã, embora a verdadeira deseje mais a vida após a morte e a abnegação do que a guerra e a vida neste mundo. A lógica na consciência teria mudado o sentido da liberdade e dos desejos, transformando drasticamente o amor que os antigos tinham pela liberdade. Isso ocorre, no entanto, segundo um mau uso da religião, baseada no ócio, pois, para Maquiavel, a religião cristã deseja que amemos a pátria e que haja luta para defendê-la. Além disso, o próprio povo romano acabou com muitas repúblicas e elas, por sua vez, ficaram de tal forma devastadas que, mesmo após a queda do império, não puderam levantar-se (MAQUIAVEL, Discorsi, I, XIV).

Contudo, mesmo desejando a liberdade, o próprio povo ou os poderosos entregam o poder a um príncipe, que pode ser do povo, ocasionado pela razão dos poderosos não terem forças para resistir-lhe. No entanto, quando o povo não consegue resistir aos poderosos, também escolhe um para tornar-se príncipe, desmantelando a força da aristocracia (MAQUIAVEL, Discorsi, I)

Assim como ocorre com a virtude e a fortuna, que caminham juntas, mas quando uma está presente a outra não existe, no caso do apoio dos poderosos ou do povo, Maquiavel procura mostrar a contraposição entre os dois e o que se ganha ou perde apoiando um grupo ou o outro. Tendo absoluta ciência do que ocorre quando busca determinado apoio, o príncipe pode tomar as precauções e fazer a melhor escolha possível.

O ponto central no pensamento do autor é a própria liberdade, conceito que, como temos visto ao longo do trabalho, é essencial em boa parte dos pensadores do período. Aquele que tem a liberdade, segundo o florentino, já não admite estar sob o domínio dos poderosos. O povo, por sua vez, deseja não ser oprimido, sendo facilmente usado para se lutar contra os poderosos que querem mais poder. Diferente

dos autores que apresentamos no capítulo 2, Maquiavel entende que liberdade não é somente não estar sob o domínio de alguém, mas o desejo de não ser oprimido.

Harrington, quando afirma que Maquiavel seria o melhor exemplo da prudência moderna, tinha em mente o modelo de governo do florentino. Entre o poder do povo e da elite, parece claro para os dois ser necessário que os ambos os grupos vivessem em harmonia, entendendo cada um o seu papel num corpo perfeito onde há os que são naturalmente superiores, mas também existe os que não querem ser dominados por completo. Se houve, como vimos, a divisão clara dos poderes entre a aristocracia, o povo e o próprio rei, poderia haver uma harmonia no Estado, já que todos os setores teriam sua representação.

4.2 Metáfora do corpo humano em Harvey

Segundo Perelman e Tyteca (2005, p. 131), para cada auditório existem conjuntos de coisas admitidas que tem a capacidade de convencer. Esse sistema de referência, por vezes, pode se perder, especialmente para quem procura estudar os discursos em seu formato escrito. No entanto, conforme aproximações que acontecem entre diversos textos e contextos, podemos pensar em linhas de raciocínio que demarcam diversos autores e épocas para afirmar argumentos e demarcar ideias. Conforme as relações são apontadas, é possível criar a presença e a sensação de verdade para o interlocutor. Essa percepção, como vimos, pode ser provocada com os exemplos ou a ilustração. Além desses, como apontam os autores, existe a analogia e a metáfora que permitem esclarecer ideias e tornar presente certa realidade.

O recurso referente ao caso particular de enfatizar uma ideia ou comprová-la permite ao auditório ter clareza dos argumentos do orador e, uma vez o compreendendo, ser persuadido pelas ideias apresentadas. A singularidade da descrição, da comprovação e da associação permitem a sensação de concretude e a confirmação do argumento do orador.

A analogia, por sua vez, seria, segundo Perelman e Tyteca (2005, p. 424), a proposta de similitude de estruturas, “A está para B assim como C está para D”. A originalidade desta figura estaria não na relação de semelhança, mas de relação em si,

sendo o maior exemplo disso a proporção matemática. Por exemplo, quando Ezequiel¹⁴⁴, na Bíblia, afirma que Deus irá tirar o coração de pedra e colocar o de carne, fica claro que isso não ocorrerá de forma literal. No entanto, a carne está para a pedra assim como a piedade está para a insubmissão (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 427). Para os que leem o texto, não são necessárias mais explicações, já que se tornam claras as intenções do autor ao escrever.

Conquanto a analogia seja um raciocínio referente às relações [...], o que faz que ela difira profundamente da simples proporção matemática é que a natureza dos termos, na analogia, nunca é indiferente. Estabelece-se, de fato, entre A e C, B e D, em virtude da própria analogia, uma aproximação que conduz a uma interação, notadamente à valorização ou à desvalorização dos termos do tema (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 430)

Um ponto fundamental é que, em geral, as relações não precisam ser explicitadas, já que, quando se faz a analogia, tornam-se autoevidentes para o leitor. A transferência de valor é clara, juntando figuras mesmo que sejam advindas de contextos diferentes. Não à toa a Bíblia, por exemplo, é repleta de parábolas que ilustram e fazem essa analogia entre luz e trevas, piedade e pecado¹⁴⁵, etc. Presente em argumentações, torna-se claro o prolongamento das reflexões por meio do uso da analogia no desenvolvimento dos raciocínios. Ela explicita pensamentos, permite outras conexões e deixa claras as intenções dos que a utilizam.

Quando se admite uma analogia, em geral se aceitam todos os juízos de valores que estão nela contidos. Quando o cristianismo coloca Jesus como o “bom pastor” e os que o seguem como suas “ovelhas”, está clara uma relação de hierarquia, ordem e submissão. Não são as ovelhas que guiam o pastor, é ele quem ordena, guia e também zela por elas ao ponto de poder doar sua vida¹⁴⁶ em seu favor. O curso do

¹⁴⁴ “[...] E lhes darei um só coração, e um espírito novo porei dentro deles; e tirarei da sua carne o coração de pedra, e lhes darei um coração de carne [...]” (Ezequiel 11: 19).

¹⁴⁵ Exemplo disso é a ênfase em diversos lugares de Jesus como o “bom pastor” e seus discípulos como “ovelhas”: “Na verdade, na verdade vos digo que aquele que não entra pela porta no curral das ovelhas, mas sobe por outra parte, é ladrão e salteador. Aquele, porém, que entra pela porta é o pastor das ovelhas. A este o porteiro abre, e as ovelhas ouvem a sua voz, e chama pelo nome às suas ovelhas, e as traz para fora. E, quando tira para fora as suas ovelhas, vai adiante delas, e as ovelhas o seguem, porque conhecem a sua voz. Mas de modo nenhum seguirão o estranho, antes fugirão dele, porque não conhecem a voz dos estranhos[...]” (João10:1-5).

¹⁴⁶ “[...] Portanto, admitir uma analogia corresponde frequentemente a um juízo sobre a importância das características que ela põe em evidência [...]” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 444).

tempo é outro exemplo, representado como rio que corre ou como um cortejo na frente do que assiste (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 444).

Dessa forma, a rejeição ou a aceitação de determinada analogia carrega em si um conjunto de conclusões vinculadas. O que é essencial em determinado tema, quando se entende e concorda com analogia, torna-se parte dele. A partir desse momento há certa comunhão entre auditório e orador, de modo que se encaminham para sentidos desejados por aquele que faz o discurso:

[...] uma analogia, parece mais adequada quando o foro evidencia características do tema julgados primordiais; sua substituição por uma nova analogia consiste, o mais das vezes, em substituir uma estrutura por outra que enfatiza características julgadas mais essenciais. Portanto, admitir uma analogia corresponde frequentemente a um juízo sobre a importância das características que ela põe em evidência [...] (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 444).

Para Perelman e Tyteca (2005, p. 447), contudo, a analogia é um instrumento de argumentação instável, pois quem a rejeita, por exemplo, tenderá a afirmar que não há sequer uma analogia. Por outro lado, aquele que concorda com o argumento em geral enfatiza que é mais que uma analogia, já que estão embutidos valores e significados nessa figura de linguagem. Para sua superação, em geral é preciso que esteja explicitada, motivada e também justificada.

Nessa conjuntura, a metáfora seria um passo além da própria analogia. Segundo Perleman e Tyteca (2005, p. 453), ela seria um tropo, uma mudança bem-sucedida de significação, de uma palavra ou locução. A significação passaria a ser diferente na medida em que a analogia consegue esse status. Ela seria uma analogia condensada, admitida pela própria tradição. “A analogia, graças a essa fusão, é apresentada não como uma sugestão, mas como um dado. Isso quer dizer que a metáfora pode intervir para tornar plausível a analogia” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 454).

É comum que toda analogia, quando bem aceita pelos interlocutores, se torne quase que naturalmente uma metáfora. Não sem razão ela é por definição o instrumento de criação poética e filosófica, já que é capaz de unir numa significação valores, pensamentos e referências que são comuns em determinados públicos. Tais definições são, em geral, partilhadas por determinados grupos e, uma vez aceitas, não precisam ser mais defendidas ou significadas.

É importante entender que o meio cultural é que permite entender determinada metáfora. É necessário que exista certa zona de valores e crenças comuns para que ela faça sentido e produza o efeito desejado de persuasão e convencimento. Sem esse campo de atuação, a figura simplesmente acaba por não fazer sentido aos interlocutores.

O despertar de uma metáfora pode, claro, produzir temas diversos. A convivência entre o orador e ouvintes sempre é apenas parcial; nenhum dos dois tem, o mais das vezes, uma ideia precisa da gênese de uma expressão metafórica. A força desta provém ao mesmo tempo da familiaridade com ela e do conhecimento bastante impreciso da analogia que está em sua origem (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 463).

A metáfora do corpo político está presente para Harrington e seus contemporâneos¹⁴⁷. Harvey, com a descoberta da circulação sanguínea como elemento central da constituição do corpo, se tornaria essencial para os autores do século XVII. Assim como ela era o centro do corpo, havia características da vida pública que uniam todo o corpo político do Estado.

Para Harrington, parece claro que há princípios que são naturais, dados pelo próprio universo. Sendo assim, há uma conexão clara entre os governos e as leis que regem o mundo. Harvey, ao entender a circulação de sangue, havia desvendado um claro princípio universal que regeria o corpo e, por sua vez, o sistema político. Harrington critica Hobbes a partir de Harvey:

¹⁴⁷ É importante destacar que também é uma referência trazida da própria Antiguidade: *Discurso de Menênio Agripa*, enviado do senado, à plebe retirada no monte Sacro, segundo Tito Lívio: "No tempo em que o corpo humano não formava como agora um todo harmonioso, mas cada membro possuía sua própria opinião e sua própria linguagem, todas as partes do corpo revoltaram-se porque o estômago obtinha tudo à custa de seus cuidados, seu trabalho e serviços, ao passo que ele próprio, ocioso no meio deles, não fazia outra coisa a não ser gozar dos prazeres que lhe eram dados. Então os membros conspiraram para que a mão não levasse mais o alimento à boca, nem a boca o recebesse, nem os dentes o mastigassem. Mas enquanto, por ressentimento, queriam domar o estômago pela fome, os próprios membros e todo o corpo chegaram a um extremo esgotamento. Compreenderam então que o estômago não vivia na ociosidade, que não era apenas alimentado por eles, mas os alimentava também, devolvendo a todas as partes do corpo este sangue que nos dá vida e força, distribuindo-o pelas veias depois de elaborá-lo pela digestão dos alimentos". Finalmente, mostrando que a revolta do corpo assemelhava-se à cólera dos plebeus contra os patrícios, conseguiu fazê-los mudar de opinião (Tito Lívio II, 32, 8-12). Outro exemplo é Plutarco: "Depois dessa conversa os dois partidos se reconciliaram, tendo os plebeus exigido e obtido do senado o direito de eleger cinco homens para defender os interesses dos fracos: são os magistrados hoje chamados tribunos da plebe. Os primeiros eleitos foram os próprios chefes da secessão: Júnio Bruto e Sicínio Veluto. Restabelecida assim a união na cidade, o povo empunhou armas e se pôs imediatamente à disposição dos magistrados para partir em campanha (PLUTARCO, Vida de Coriolano, 7)

Para o Sr. Hobbes, Aristóteles e Cícero não escreveram as regras de suas políticas a partir dos princípios da natureza, mas as transcreveram em seu livro a partir da prática de suas próprias comunidades, é como se um homem dissesse que o famoso Harvey transcreveu sua circulação de sangue não dos princípios da natureza, mas da anatomia deste ou daquele corpo [...] Harvey em seu estudo sobre a circulação seguiu os princípios da natureza, portanto Aristóteles e Cícero o fizeram em seus discursos de governo¹⁴⁸ (HARRINGTON, Oceana, Preliminar).

Embora seja claro que Harrington veja em Hobbes um adversário e em Maquiavel um aliado em sua compreensão política, é possível perceber que ele dialoga em muitos momentos com o filósofo, inclusive em sua ligação entre corpo humano e político. Não haveria uma separação entre os sistemas, antes eles estariam ligados. A relação entre política e o corpo seria, portanto, uma metáfora perfeita, compartilhada não só por Harrington, mas também por seus contemporâneos. Essas mesmas regras, por sua vez, são aplicáveis e equivalentes para o corpo político e para o corpo humano (COHEN, 1994, p. 205; BLITZER, 1970, p. 99; DOWNS, 1977, p. 110).

No *Leviatã*, por exemplo, Hobbes começa refletindo sobre a sensação que seria a primeira forma de conhecimento humano partindo daí para os pensamentos e relação entres eles (HOBBS, *Leviatã*, I). Após essa cadeia formada, o ser humano tem acesso ao conhecimento e consegue perceber sua situação no estado de natureza: guerra intestina. Partindo da definição de homem e sua relação com o conhecimento, o pensador disserta sobre o corpo político que está, em sua visão, intimamente ligado ao próprio corpo humano. Não sem razão a imagem da capa do *Leviatã* é a imagem de um homem constituído por uma multidão de homenzinhos.

Para Hobbes, o corpo é a metáfora perfeita, já que é necessário que todos os membros vivam em harmonia em razão do coletivo e da paz que a vida comunitária deve proporcionar. Afinal, os súditos haviam decidido viver sob a tutela do soberano para terem a paz que não encontrariam vivendo no estado de natureza. As funções dentro desse sistema seriam naturais, dadas pelo universo e conservadas para que

¹⁴⁸ “That for Mr. Hobbes to say, Aristotle and Cicero wrote not the rules of their politicks from the principles of nature, but transcribed them into their book out of the practice of their own commonwealths, is as if a man should say of the famous Harvey, that he transcribed his circulation of the blood, not out of the principles of nature, but out of the anatomy of this or that body. [...] Harvey in his circulation hath followed the principles of nature, therefore Aristotle and Cicero have don so in their discourses of government” (HARRINGTON, OCEANA, Preliminar).

persista a harmonia:

Depois de ter falado da geração, forma e poder de um Estado, cabe agora falar das partes que o constituem. E em primeiro lugar dos sistemas, que se parecem com as partes semelhantes, ou músculos de um corpo natural. Por sistema entendo qualquer número de homens unidos por um interesse ou um negócio. De entre os sistemas, alguns são regulares e outros são irregulares. Os regulares são aqueles onde um homem ou uma assembléia é instituído como representante de todo o conjunto. Todos os outros são irregulares. Dos regulares, alguns são absolutos e independentes, sujeitos apenas a seu próprio representante [...] Outros são dependentes, quer dizer, subordinados a um poder soberano, do qual todos, incluindo seu representante, são súditos (HOBBS, *Leviatã*, XXII).

Hobbes entende que o ponto de partida para toda concepção política é o corpo, nada existindo fora dele. Tudo para ele é material e se faz por meio de movimentos necessários. Por isso, aliás, para ele, não existe uma “substância incorpórea”, pois tudo é entendido como pertencente a uma materialidade. O seu estado perfeito, o *Leviatã*, estaria personificado no corpo, sendo uma metáfora perfeita na própria definição que aplicamos aqui. Cada membro e força existente no corpo natural também o era no artificial:

[...] Pois o que é o coração, senão uma mola; e os nervos, senão outras tantas cordas; e as juntas, senão outras tantas rodas, imprimindo movimento ao corpo inteiro, tal como foi projetado pelo Artífice? E a arte vai mais longe ainda, imitando aquela criatura racional, a mais excelente obra da natureza, o Homem [...] E no qual a soberania é uma alma artificial, pois dá vida e movimento ao corpo inteiro; os magistrados e outros funcionários judiciais ou executivos, juntas artificiais; a recompensa e o castigo [...] são os nervos, que fazem o mesmo no corpo natural; a riqueza e prosperidade de todos os membros individuais são a força; *Salus Populi* (a segurança do povo) é seu objetivo; os conselheiros, através dos quais todas as coisas que necessita saber lhe são sugeridas, são a memória; a justiça e as leis, uma razão e uma vontade artificiais; a concórdia é a saúde; a sedição é a doença; e a guerra civil é a morte. Por último, os pactos e convenções mediante os quais as partes deste Corpo Político foram criadas, reunidas e unificadas assemelham-se àquele feito, ao Façamos o homem proferido por Deus na Criação (HOBBS, *Leviatã*, Introdução).

Como fica claro, embora Harrington tenha usado boa parte de seu texto para criticar Hobbes, se utiliza da mesma lógica –metáfora do corpo- que ele ao entender que, pelo funcionamento da circulação sanguínea, todos os demais corpos ou membros serão regidos pelas mesmas regras. As particularidades renderiam

tendências gerais que seriam observadas por todo um sistema político também.

Uma característica de Hobbes, de Harrington e do próprio Maquiavel é entender que os desejos humanos ou até suas paixões são as mesmas. Essa relação que une a Antiguidade com o período moderno para eles é muito clara. Entre antigos e o mundo de Harrington não há o abismo chamado tempo, há uma linha contínua, já que é como se existisse uma natureza humana que unisse o passado, o presente e também demonstrasse o futuro. Aquele que estuda o passado é capaz de entender o que acontece e prever o que virá:

Quem estuda a história contemporânea e da antiguidade verá que os mesmos desejos e as mesmas paixões reinaram e reinam ainda em todos os governos, em todos os povos. Por isto é fácil, para quem estuda com profundidade os acontecimentos pretéritos, prever o que o futuro reserva a cada Estado, propondo os remédios já utilizados pelos antigos ou, caso isto seja possível, imaginando novos remédios, baseado na semelhança dos acontecimentos. Porém, como estas observações são negligenciadas (ou aqueles que estudam não sabem manifestá-las), disto resulta que as mesmas desordens se renovam em todas as épocas. (MAQUIAVEL, *Discorsi*, I, XXXIX) [grifos meus].

Para Harrington, o erro dos antigos foi crer como universais suas vivências em suas comunidades. Sua referência a Harvey teria como objetivo demonstrar que não existem formas de governo que permanecem necessariamente as mesmas, mas todas funcionam de forma interligada, como faz o corpo humano (HARRINGTON, *Oceana*, Preliminar). Era necessário, portanto, compreender os antigos, mas também ver seus erros e pensar em outras formas de governo que ultrapassassem as limitações dos governos anteriores.

Por outro lado, Harrington se relaciona com Maquiavel quando entende que os corpos naturais e políticos estão inter-relacionados¹⁴⁹. Se, para o florentino, os humores necessitam de equilíbrio, para Harrington, essa relação se dá por intermédio da divisão das propriedades. É possível inferir, inclusive, que provavelmente o

¹⁴⁹ É frequente em Maquiavel a relação entre doenças no corpo e doenças no corpo político: “Roma estava assolada por peste de muita gravidade, o que levou os volcos e os équos a pensar que havia chegado o momento de dominá-la; reuniram um forte exército e atacaram em primeiro lugar os latinos e os érnicos que, vendo seu país devastado, tiveram que pedir socorro aos romanos, revelando-lhes a situação difícil em que se encontravam. A braços com a peste, estes alegaram que não podiam oferecer qualquer ajuda, recomendo-lhes que se defendessem com suas próprias armas” (MAQUIAVEL, *Discorsi*, I, XXXVIII).

pensador se inspirou no florentino nessa relação. Para Maquiavel, a estabilidade do Estado só é possível por meio da regulação dos humores por meio de certo controle, principalmente sobre o desejo de domínio dos grandes¹⁵⁰ (WINTER, 2011, p. 44).

A relação entre os humores se daria na relação entre os grandes e o povo, os primeiros com o desejo de dominar, o segundo com a vontade de não ser dominado, que se relaciona com o próprio conceito de liberdade, como vimos. Maquiavel explica pouco sobre cada humor, apenas afirmando que as comunidades humanas são divididas por pares (BIGNOTTO, 1991, p. 91). No entanto, tal conflito garante a liberdade, já que a divergência entre interesses permitia que o povo não se deixasse dominar e mantivesse o equilíbrio¹⁵¹. O grave problema seria quando o povo, não se contentando com não ser dominado, deseja também exercer o poder; isso levaria o Estado ao desequilíbrio, como ocorria em Florença, diferentemente do que ocorria em Roma, essa caminhando em direção à liberdade:

[...] Tal diversidade de efeitos só pode ser causada pelos diferentes fins que os dois povos tinham em mira: porque o povo de Roma desejava gozar as supremas honras ao lado dos nobres, enquanto o de Florença combatia para ficar sozinho no governo, sem a participação dos nobres [...] (MAQUIAVEL, História de Florença, III, 1).

Ou seja, se em Roma as disputas levaram o povo à liberdade, já que o povo não queria governar sobre os nobres, mas com eles, em Florença isso não ocorria, pois almejavam dominar a tudo. Com as vitórias do povo, Roma tornara-se mais virtuosa e

¹⁵⁰ “Em razão disso, algumas questões se impõem: que características definem os humores de grandes e povo? O conflito entre os dois humores é realmente capaz de promover a liberdade ou, paradoxalmente, seria a existência do conflito a sua própria manifestação? Pode o conflito ser regulado? Conflito e concórdia são (in)conciliáveis? As respostas parecem indicar que, em oposição ao pensamento tradicional clássico, medieval e humanista, o conflito de grandes e povo não é apenas salutar, mas é também condição necessária para a liberdade. No entanto, não regulá-lo suscita os ódios e as inimizades, os partidos e as facções que dilaceram o corpo político. Deste modo, o conflito desemboca não em liberdade, mas em anarquia ou em tirania. Para Maquiavel, a verdadeira política é guiada pela liberdade e pela busca da igualdade, mas ela somente pode existir se conduzida no interior de instituições sólidas, capazes de transformar o desejo de liberdade e de não-opressão em desejo de participação na vida pública e respeito por seus mecanismos legais de regulação dos conflitos” (WINTER, 2011, p. 45).

¹⁵¹ “[...] De fato, se considerarmos o objetivo da aristocracia e do povo, perceberemos na primeira a sede de domínio; no segundo, o desejo de não ser desagradado – portanto, uma vontade mais firme de viver em liberdade, porque o povo pode bem menos do que os poderosos ter esperança de usurpar a autoridade. Assim, se os plebeus têm o encargo de zelar pela salvaguarda da liberdade, é razoável esperar que o cumpram com menos avareza, e que, não podendo apropriar-se do poder, não permitam que os outros o façam” (MAQUIAVEL, Discorsi, I, V).

manifestara sua liberdade¹⁵². Dessa forma, é a partir desse conflito inerente às relações que Maquiavel estabelece o ponto de equilíbrio entre os desejos dos grandes e os do povo. Os últimos desejavam não ser dominados, e isso era manifesto nas exigências de participação política, no exercício das magistraturas, nas manifestações sociais, na recusa ao alistamento militar e à participação nas guerras, sendo entendidas como meios de contínua contenção e de oposição ao domínio dos grandes (WINTER, 2011). O desejo do povo deve exercer certa vigilância sobre o dos grandes, mas ao mesmo tempo não pode ultrapassar os limites desses, pois podem acabar equivalendo-se e exercendo a própria dominação, fazendo com que o conflito acabasse em anarquia.

Por isso, o conflito engendra a liberdade somente quando houver um equilíbrio das forças políticas – paradoxalmente um equilíbrio que se sustenta na desigualdade. Para que haja a liberdade o povo não pode querer o mesmo que os grandes, mas deve impedir que estes utilizem o poder para oprimir o povo. A liberdade, portanto, somente é possível se os dois humores mantiverem a diferença [...] Do contrário, se o desejo do povo fosse mera negatividade em relação ao desejo positivo dos grandes, o conflito se resolveria como mera sobreposição do desejo vitorioso ao desejo derrotado. O resultado desse processo, de acordo com Maquiavel, leva o corpo político inteiro à ruína [...] (WINTER, 2011, p. 65)

O desejo de poder, portanto, é uma característica do ser humano, não podendo ser eliminado. O problema seria a predominância da exclusividade, de dominar ou não ser dominado. É esse o principal inimigo da liberdade, e não os desejos conflitantes em si. Os conflitos fazem parte da própria constituição da formação dos Estados. Assim, quando o povo quer eliminar os grandes, o desejo deles se transforma em licenciosidade, impedindo a existência da ordem. A liberdade absoluta tem como consequência a eliminação da diferença, restando unicamente o povo, lançado numa desordem e na própria tirania. Pare Maquiavel, inclusive, as tiranias nascem pelos desejos em demasia. Mesmo quando a tirania ocorreu em Roma, as causas foram as

¹⁵² “Depois da expulsão dos Tarquínios, parecia reinar a maior concórdia entre o povo e o senado; os nobres, despojados do seu orgulho, pareciam revestir-se de disposição popular, o que os tornava aceitáveis mesmo às classes mais modestas. Esta aparente união durou, sem que se soubesse porquê, enquanto os Tarquínios viveram. A nobreza, que os temia, tinha medo também que o povo, ofendido, dela se afastasse; por isso o tratava com moderação” (MAQUIAVEL, Discorsi, I, III). Fica claro na passagem que o temor que o senado tinha do povo o mantinha sob controle, não permitindo que sua força fosse exagerada.

mesmas que em outros momentos, a ausência desse equilíbrio necessário entre os dois “humores”:

Pode-se concluir desta passagem que esta infeliz tirania de Roma teve as mesmas causas de quase todas as outras: o desejo ardente de liberdade por parte do povo e o desejo não menos vivo que tinha a nobreza de dominá-lo. Quando esses dois partidos não conseguem chegar a um acordo para estabelecer uma lei que proteja a liberdade, e um deles favorece um cidadão, o monstro da tirania ergue a sua cabeça [...] (MAQUIAVEL, Discorsi, I, XLIV).

O florentino teria se inspirado na medicina antiga¹⁵³ para construir sua visão sobre os humores, especialmente sobre os desejos e disposições dos homens, em geral, que levam ao ódio e à guerra civil. No entanto, no caso de Maquiavel, a associação seria a oposição política entre os grandes e o povo, que por fim conduzem o Estado à própria liberdade, já que a disputa possibilita a harmonia nos desejos (MAQUIAVEL, História de Florença).

Os conflitos são inerentes à própria constituição do Estado em Harrington e em Maquiavel, sendo uma das características da liberdade. Semelhante ao que ocorre no corpo com suas pulsões e desejos, o Estado se constrói entre essas dinâmicas. O que é para o florentino o desejo de poder, no autor inglês se apresenta como divisão de terras. Os conflitos são, portanto, constituintes do que é próprio do humano, sendo parte do corpo político em constante mutação. As próprias cidades, nesse sentido, são vistas como um conjunto de fronteiras instáveis e mutáveis.

[...] Maquiavel encontra as bases desse pensamento nas concepções médicas antigas: a cidade é para ele um corpo misto composto de elementos definidos pela relação dinâmica que os humores mantêm entre

¹⁵³“Desde a Antiguidade o número quatro tem um simbolismo diferenciado: plenitude, totalidade, abrangência e universalidade. Ao mesmo tempo, expressa o concreto, o visível, o aparente e o criado. Na visão de Ezequiel, na Bíblia, aparecem quatro animais com quatro faces e quatro asas. No apocalipse são quatro cavaleiros, quatro pragas, quatro anjos, etc. O cruzamento de um meridiano divide a terra em quatro partes, são quatro as estações e quatro os pontos cardiais. Desta forma, a escola da Antiguidade grega também imaginou o universo dividido em quatro elementos: terra, ar, fogo e água. A transposição para o campo da biologia teria dado início aos quatro humores do ser humano: sangue, fleuma, a bile amarela e a bile negra. Quando esses humores estão em harmonia o homem tem saúde. Há doença quando falta ou há excesso de um desses. O sangue seria armazenado no fígado e levado ao coração, onde se aquece, sendo considerado quente e úmido; a fleuma compreende as secreções mucosas; já a bile é secretada pelo fígado, enquanto a negra é produzida no baço e estômago” (REZENDE, 2009).

si. Através dessa descrição, obtém os meios teóricos para pensar a dinâmica institucional das cidades, depois a reforma da distribuição das magistraturas até a mudança de regime. Desta maneira, na escrita maquiaveliana, as noções de povo e grandes remetem, essencialmente, ao par cuja relação desempenha o papel de motor nesta dinâmica [...] (WINTER, 2011, p. 53)

Os humores seriam como líquidos ou pulsões viscerais no corpo, como o próprio sangue – no caso de Harvey –, mantendo o corpo em movimento. Os desejos, dessa forma, são como os humores do corpo, energia que impulsiona o indivíduo em busca de satisfação, infinitos e insaciáveis. Compreendê-los e dar-lhes a ordem adequada é necessário para ter organização e evitar o fim do Estado. O humor jamais se esgota ou se completa, ele precisa somente ser controlado.

O perigo está, portanto, na mudança do desejo do povo para um desejo que não é o seu naturalmente. O povo é o guardião da liberdade, devendo desejar uma participação na vida pública, como aconteceu em Roma. Quando ela é alterada, leva ao conflito negativo. Não querer ser dominado é o fim e um meio do qual esse grupo não deve se afastar; quando muda o destino do Estado, o resultado é a anarquia e a tirania. Essas surgem como efeito do desejo desmesurado do povo querendo se equiparar aos grandes. Por um lado, os grandes podem tomar o poder só para si, exercendo a dominação absoluta, excluindo o povo; de outro, o povo desejando o poder sem a elite. Sem oposição, teríamos o fim da liberdade (WINTER, 2011).

Para Maquiavel, a equiparação dos desejos dos grandes aos do povo é a causa da corrupção e da ruína da liberdade em Florença. Nesses casos, o poder não pode conduzir o corpo político à liberdade porque ele deseja o mesmo que a elite: tomar o poder, comandar e oprimir. A raiz do problema estaria sempre na transformação do objetivo popular em desejo de não ser oprimido para a dominação. A forma de poder do povo florentino quebra o equilíbrio de poder que o conflito de desejos saudavelmente mantém, suspendendo a heterogeneidade do corpo político e da diferença dos desejos.

Assim como o estado de saúde do corpo depende da exata proporção e mistura dos quatro humores, que podem se alterar devido a causas externas e internas, a relação entre os dois grupos era essencial para o bem-estar do Estado. O excesso ou a deficiência de qualquer dos humores, assim como seu isolamento ou a mistura

exagerada, causaria doenças. De acordo com a concepção de Hipócrates¹⁵⁴, quando uma pessoa se encontra enferma, o corpo tende à cura, a própria natureza procura corrigir as disfunções e a desarmonia dos humores, restaurando o estado anterior. A recuperação do enfermo é acompanhada pela eliminação do humor excedente ou alterado, o médico auxilia as forças da natureza retirando ou eliminando o humor excedente ou alterado¹⁵⁵.

Ou seja, quando dosados os humores, as diferenças do corpo político o levariam naturalmente à cura dos problemas e conflitos políticos que ocorrem, como em Roma. No entanto, quando há desmedida desses humores e desejos, o risco é que se quebre o equilíbrio e já não se tenha liberdade. Para Harrington, os humores não são os desejos de poder necessariamente, embora estejam relacionados, mas a distribuição de terras e a relação entre elas e o poder político. Se havia muitos com terras, era necessário que sobreviesse a república sob o risco da própria ruína do Estado.

Como demonstrei anteriormente, o equilíbrio ocorre devido à ausência de concentração de propriedade advinda pelo próprio desenvolvimento da república. A relação entre os que desejam governar e os que querem a liberdade pode ser pensada como paralela ao que o próprio Maquiavel pensou sobre os humores. O conflito é inerente nesta dinâmica, sendo somente sanado momentaneamente, já que em certos momentos, como descreve na história de Florença (MAQUIAVEL, III, 8), pode decair em guerra civil. Isso ocorre quando os limites das ordens não são respeitados; para Harrington, o mesmo se dá quando há concentração de terras (WORDEN, 1994b, p. 87). Ou seja, o parâmetro capaz de universalizar a compreensão das cidades é o mesmo capaz de gerar a desordem civil.

Isso ocorre porque o homem deseja de forma insaciável, sendo característica a

¹⁵⁴ Para Maquiavel, é claro que as referências na área da saúde ainda remetem à Antiguidade: “ Com maior espanto ainda vejo que, nas causas que agitam os cidadãos e nos males que afetam os homens, sempre se recorre aos conselhos e remédios dos antigos [...] A própria medicina não passa de experiência dos médicos de outros tempos, que ajudam os clínicos de hoje a fazer seus diagnósticos [...]” (MAQUIAVEL, Discorsi, Introdução).

¹⁵⁵ “A doutrina da patologia humoral guiou a prática médica por mais de dois mil anos e só começou a perder terreno com a descoberta da estrutura celular dos seres vivos graças ao desenvolvimento da microscopia. Os órgãos e os tecidos deixaram de ser considerados como massas consistentes resultantes da solidificação dos humores e passaram a ser vistos como aglomerados de células individuais, adaptadas à natureza e função de cada órgão (Virchow, 1859). Coube a Rudolf Virchow (1821-1902) estabelecer as bases da nova patologia, fundamentada nas alterações celulares causadas pelas doenças. A milenar doutrina da patologia humoral foi substituída pela patologia celular, o que representou um marco na evolução da teoria e da prática da medicina” (REZENDE, 2009, p. 49).

moderação. Dentro dessa dinâmica, se faz necessário certo controle sobre esses impulsos para que o corpo político não seja levado à ruína. O desejo é permanente, assim como a sensação de que sempre algo falta: “[...] a natureza criou os homens de tal modo que eles podem desejar tudo, mas não podem obter tudo, e, assim, sendo o desejo sempre maior que o poder de adquirir, surgem o tédio e a pouca satisfação com o que se possui[...].” (MAQUIAVEL, Discorsi, I). Isso ocorreu com Roma após os tumultos gerados pela lei agrária, quando o desejo do povo se converteu em dominação, quando o conflito saudável foi substituído pelo nefasto:

Inspira esse comentário o comportamento do povo romano ao criar a instituição dos tribunos para se opor às pretensões da nobreza. Mal esta medida (que respondia a uma necessidade efetiva) foi concedida, o povo começou o combate à nobreza, almejando partilhar suas riquezas e honrarias – os dois bens mais cobiçados. Daí as dissensões que, como uma epidemia, invadiram a cidade por ocasião da lei agrária e que, finalmente, levaram a república à ruína (MAQUIAVEL, Discorsi, I, 37) [grifos são meus].

Dessa forma, Maquiavel e Harrington, assim como Hobbes, partem do corpo como fundamento para o entendimento de sistema político. No caso dos dois primeiros, há certa comunhão de sentidos, já que assumem a função de médicos do corpo político. A doença estaria sempre relacionada à guerra e ao desmantelamento das instituições. Aliás, para Harrington, diferentemente de Hobbes, é a crise que produz a guerra civil e não o contrário como pensaria Hobbes (HARRINGTON, Oceana, Segundo dos Preliminares).

Uma vez que se entenda essa analogia perfeita entre corpos naturais e políticos, seria possível perceber a cosmologia universal que envolve os dois. Como os humores na Antiguidade eram necessários de se controlar, se faz o mesmo com os desejos dos homens que, quando desmedidos, podem levar o Estado à tirania e à sua própria ruína. Sempre entre duas forças antagônicas se encontra o corpo natural e político. Eles podem ser diversos: os humores, a virtude e a fortuna, e o vício e a virtude. Não é possível eliminar um e viver com o outro, eles constituem os conflitos naturais que permeiam a própria sociedade.

4.3 Virtude e vício no estabelecimento da República/ razão e paixão

No primeiro capítulo abordei um pouco do que Perelman e Tyteca (2005) chama de “dissociação das noções”, ou seja, ideias que são associadas mesmo separadas em sua conjuntura. Essa dissociação, no entanto, pressupõe uma unidade primitiva concebida no seio de uma mesma concepção. Ela determina um remanejamento dos dados conceituais que servem de fundamentação na argumentação. A própria força da incompatibilidade é o que convence e põe em evidencia tal gênero de ideias (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 468).

O bárbaro, por exemplo, é um não grego ou romano, assim como o pagão é um não cristão. A bondade de Deus e a existência do mal, bem como a vontade de Deus e a vontade do homem são noções incompatíveis para Pascoal, por exemplo, e muito ilustrativas na argumentação (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 470). É sempre o segundo que emprega a linha de raciocínio para o entendimento do que é o primeiro. Ele é a negação do conceito central e se coloca como o que não o é.

Toda filosofia nova supõe a elaboração de um aparelho conceitual, do qual pelo menos uma parte, a que é fundamentalmente original, resulta de uma dissociação das noções que permite resolver os problemas que o filósofo se colocou. Isso explicará, entre outras coisas, o grande interesse que, em nossas opiniões, se deve ao estudo da técnica das dissociações (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 470).

Como já apontei anteriormente, o par “aparência-realidade¹⁵⁶” é um dos maiores exemplos dessa dissociação das noções. O segundo sempre será o verdadeiro frente à própria diversidade do primeiro, tornando-se, assim, o padrão. Desse modo, nesta escala aparência/realidade, o segundo será eleito como uma régua que classifica todo aquele que é colocado como primeiro termo. Como uma construção que determina uma hierarquia, são classificados como ilusórios todos que já não entram na primeira definição. A norma sendo estabelecida, todo o restante é subvalorizado e passa a ser

¹⁵⁶ “Não há dúvida de que a necessidade de distinguir a aparência da realidade nasceu de certas dificuldades, de certas incompatibilidades entre aparências, estas não mais poderiam, todas, ser consideradas a expressão da realidade, se partíssemos da hipótese de que todos os aspectos do real são compatíveis entre si. O bastão, parcialmente mergulhado na água, parece curvo, quando o olhamos, e reto, quando o tocamos, mas, na realidade, ele não pode ser simultaneamente curvo e reto. Enquanto as aparências podem opor-se, o real é coerente: sua elaboração terá como efeito dissociar-se, entre as aparências, as que são enganosas das que correspondem ao real” (PERELMAN, 2005, p. 472).

julgado segundo esse critério.

Em nosso caso, podemos entender assim os pares virtude-vício. A partir do conceito do que é virtude se concebe o que é o vício. Temos aqui mais um par de conceitos que são antagônicos e em que o segundo se define como sendo o inverso do primeiro. A virtude estaria como um daqueles valores desejáveis pelos humanistas, e o vício como um daqueles que o bom governante deveria evitar. O primeiro norteia mais uma vez e demonstra qual a norma classificatória.

No entanto, se, por um lado, esse par pode ser classificado como outros tantos na argumentação filosófica: opinião/ciência, humano/divino ou corpo/alma; por outro, Maquiavel inverte a lógica, modifica a regra ao entender que o que era considerado como virtude num governante poderia ser um vício por se tornar aquilo que o poderia arruinar. Obviamente, o autor já tinha consciência do que pensavam seus contemporâneos e como se concebia a virtude em seu momento, por isso que, para ele, a bondade, a liberalidade, por exemplo, não são necessariamente bens em si, como demonstramos anteriormente. A virtude, não sendo tão clara como pensavam seus oponentes, torna-se não um valor em si, mas algo importante na medida em que mantém o reino. A ordem de prioridade é modificada não sendo mais os valores naturais, mas sua utilidade:

Quando se hesita entre condutas a serem adotadas e quando se trata de lhes conferir uma ordem de prioridade, é normal situá-las num conjunto que é sistematizado com relação a um fim que procura se realizar; o fim se torna um critério que possibilita apreciar e hierarquizar os meios, torna-se normativo, com relação aos meios, que são múltiplos, ao passo que ele é único [...] (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 491).

A valorização dos fenômenos vai depender de seus lugares nos pares e na estrutura argumentativa feita pelo autor. A aparência embaixo d'água é só uma ilusão para aquele que observa, assim como o conhecimento das coisas antes da ciência. A realidade ou a verdade científica é superior a aparência ou a opinião. Para o florentino, o normativo é o útil, o virtuoso é o que mantém o Estado em paz e o faz permanecer. É uma virada linguística e conceitual que o filósofo faz, proporcionando certa dose de

realismo aos conceitos tão caros aos humanistas¹⁵⁷.

Para Harrington, a prudência está intimamente ligada à virtude, sendo parte da primeira. Para ele, sendo um leitor e admirador de Maquiavel, fica claro que, mais do que corresponder ao que pensavam os humanistas como padrão necessário da virtude, era indispensável que a prudência fosse eficaz, que mantivesse o Estado e não permitisse seu fim. Assim como a prudência antiga significava a maturidade frente ao que acontece na tomada das melhores decisões, a moderna significava as melhores atitudes diante do vício e da fortuna. Para ele, aliás, Maquiavel representava na modernidade a antiga virtude, a que havia sido acabada com a invasão dos povos bárbaros.

[...]deve parecer que Maquiavel, o único herdeiro desta antiga prudência parece um menino jovem que recentemente leu Tito Lívio. E quão sólida é a sua razão [*reason*], pode aparecer onde ele concede a grande prosperidade das antigas comunidades ao fato de desistir da controvérsia. Para tal efeito deve ter alguma causa adequada, que para evadir ele insinua que não era nada mais que a intenção de homens particulares, como se uma emulação tão grande pudesse ter sido gerada sem grande virtude, tão grande virtude sem a melhor educação, e melhor educação sem a melhor lei, ou as melhores leis, a não ser pela excelência de sua política¹⁵⁸ (HARRINGTON, Oceana, Preliminar).

Para Harrington, parece claro que a virtude está ligada à grande educação e aos mais altos costumes presentes na sociedade. Sua apropriação de Maquiavel é constante, entendendo-o como aquele que representa a prudência antiga nos tempos vividos por ele. Como vimos, na “República de Israel”, seus líderes também tinham virtude, assim como fora na Grécia e em Roma, e seria agora Oceana fortemente inspirado em Maquiavel. Sem a perspicácia do florentino, no sentido de entender os sentidos humanos e ler o que pode ocorrer, o homem poderia ser somente guiado pela fortuna ou mesmo pelos vícios dos que não governam de forma profícua o Estado.

¹⁵⁷ “Cada doutrina elabora seus pares filosóficos, nos quais o termo II indica o que serve de critério de valor, o termo I o que não satisfaz esse critério [...]” (PERELMAN, 2005, p. 501).

¹⁵⁸ “[...] it should seem that Machiavel, the sole retriever of this ancient prudence is to his solid reason, a beardless boy that has newly read Livy. And how solid his reason is, may appear where he grants the great prosperity of ancient commonwealths, which is to give up the controversy. For such an effect must have some adequate cause, which to evade he insinuates that it was nothing else but the emulation of particular men, as if so great an emulation could have been generated without as great virtue, so great virtue without the best education, and best education without the best law, or the best laws any otherwise than by the excellency of their polity” (MAQUIAVEL, Oceana, Preliminar).

No entanto, é necessário lembrar que a virtude só existe em relação a fortuna e ao vício, pois é ela quem normatiza o vício e domina a fortuna. Sem o vício não há virtude e nem possibilidades que ela seja demonstrada. Assim, nesses pares de conceitos, Harrington entenderá também a razão e a paixão; elas existem em contraponto e podem ocasionar a felicidade ou a miséria no homem:

A alma do homem [...] é a amante de dois rivais poderosos, uma é a razão [reason], a outra a paixão [passion], que estão em contínuo equilíbrio; e, conforme ela desiste de sua vontade para esses ou para qualquer um deles, é felicidade ou miséria que o homem vivencia nesta vida mortal. Pois o que quer que tenha sido paixão na contemplação de um homem, sendo gerado por sua vontade em ação, é o vício e a escravidão do pecado; Assim, qualquer que fosse a razão na contemplação de um homem, sendo trazido por sua vontade em ação, é a virtude [virtue] e a liberdade da alma freedom of soul] [...] ¹⁵⁹ (HARRINGTON, Oceana, Preliminar).

Certamente, embora não cite, Harrington inspira-se no apóstolo Paulo para fazer a contraposição entre o pecado e a fé, como faz entre a razão e paixão ou o vício e a virtude. Não existe pecado sem a salvação, pois não há necessidade de salvação se não existe o primeiro, assim como não existe a virtude sem o vício, porque o que determina o que é vício é a própria virtude, por intermédio de sua negação. É claro o entendimento bíblico para o autor, embora a menção remeta aos humanistas de seu momento. A linguagem religiosa estabelece muitas das contraposições que compõem seu entendimento de Estado: não há junção entre luz e trevas, entre vício e virtude, é necessário fazer e estabelecer escolhas e que essas sejam as melhores ¹⁶⁰.

¹⁵⁹ "He soul of man [...] is the mistress of two potent rivals, the one reason, the other passion, that are in continual suit; and, according as she gives up her will to these or either of them, is the felicity or misery which man partakes in this mortal life. For as whatever was passion in the contemplation of a man, being brought forth by his will into action, is vice and the bondage of sin; so whatever was reason in the contemplation of a man, being brought forth by his will into action, is virtue and the freedom of soul [...]" (HARRINGTON, Oceana, Preliminar).

¹⁶⁰ "Porque a carne luta contra o Espírito, e o Espírito contra a carne; e estes se opõem um ao outro, para que não façais o que quereis. Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo da lei. Ora, as obras da carne são manifestas, as quais são: a prostituição, a impureza, a lascívia, a idolatria, a feitiçaria, as inimizades, as contendas, os ciúmes, as iras, as facções, as dissensões, os partidos, as invejas, as bebedices, as orgias, e coisas semelhantes a estas, contra as quais vos previno, como já antes vos preveni, que os que tais coisas praticam não herdarão o reino de Deus. Mas o fruto do Espírito é: o amor, o gozo, a paz, a longanimidade, a benignidade, a bondade, a fidelidade, a mansidão, o domínio próprio; contra estas coisas não há lei. E os que são de Cristo Jesus crucificaram a carne com as suas paixões e concupiscências. Se vivemos pelo Espírito, andemos também pelo Espírito. Não nos tornemos vangloriosos, provocando-nos uns aos outros, invejando-nos uns aos outros" (Gálatas 5: 17-21).

A relação entre Harrington e o florentino é bastante clara nessas contraposições, já que no segundo capítulo dos *Discursos* ele afirma que a dificuldade de se separar as formas de governo em retas e degeneradas está na proximidade entre vício e virtude. Ou seja, parece claro que a chave dos problemas do Estado está entre a virtude o vício. A república, para Maquiavel, assim como para Harrington, seria a única forma de escapar (em parte) do vício, mantendo um governo prudente e duradouro?

Este círculo seguido por todos os Estados que já existiram, e pelos que existem. Mas raramente se retorna ao ponto exato de partida, pois nenhuma república tem resistência suficiente para sofrer várias vezes as mesmas vicissitudes [...] Para mim, todas estas formas de governo são igualmente desvantajosas: as três primeiras, porque não podem durar; as três outras, pelo princípio de corrupção que contém. Por isto, todos os legisladores conhecidos pela sua sabedoria evitaram empregar exclusivamente qualquer uma delas, reconhecendo o vício de cada uma. Escolheram sempre um sistema de governo de que participavam todas, por julgá-lo mais sólido e estável: se o príncipe, os aristocratas e o povo governam em conjunto com o Estado, podem com facilidade controlar-se mutuamente (MAQUIAVEL, *Discorsi*, I,II).

A razão estaria sempre ao lado da virtude na formação do governo, contrapondo a paixão e o vício. Claramente a consequência dessa contraposição é que acarretará em ações na vida pública e no resultado de permanência ou o fim do Estado. Parece natural para os dois autores evitar o vício na administração do Estado para construir um estado republicano em que houvesse a participação de vários setores da sociedade, podendo administrar os desejos e conduzir com prudência, já que os governos baseados no governo de poucos ou de um só cairiam inevitavelmente no vício e causariam a degeneração do Estado.

Como aponta o florentino e como já demonstrei, quando abordamos como os sistemas de governo foi pensada e apresentada pelos antigos, há um círculo inevitável de corrupção nos ciclos de governo, fazendo com que naturalmente ela se degenere. A única forma de vencer a ameaça clara que está sobre ela - ascensão, corrupção e morte – é a república, quando ocorre a junção das formas de governo. Todas têm vícios pelas próprias formas que são constituídas, somente sendo vencidas pelo governo de vários, em que cada um dos setores pode controlar o outro.

Para conduzir à virtude ou ao vício, para Harrington, existe a vontade

(HARRINGTON, Oceana, Preliminar). Essa conduz a ação que terá consequências na vida pública. São quatro as consequências [e dois os pares de noções] que podem ocorrer: honra ou vergonha e autoridade ou piedade (FALCÃO, 2015, p.107). Contudo, essa contraposição tanto do vício com a virtude como de suas consequências fazem parte do próprio ser humano, segundo Harrington e Maquiavel; além de pares que explicam e normatizam, eles fazem o homem. A virtude estaria ligada, em Harrington, à perspicácia na manutenção do reino, e não na simples continuação da repetição de manuais humanistas.

Como abordei anteriormente nesse capítulo, Maquiavel não entende virtude como sendo as características como abordadas pelos humanistas. Para ele, e também para Harrington, ter essa qualidade era ter a capacidade de dirigir o governo, de não fazer decisões errôneas e de não permitir que os ciclos se repetissem e que a paz deixasse de existir. A república era um fim inevitável e o melhor caminho na condução da prudência e na prática da virtude.

Para Harrington, a prudência seria o caminhar do governo de fato, esse sendo controlado por homens que seriam capazes de tomar as melhores decisões e enfrentar os problemas de modo a manter o estado em paz e segurança. O governo misto, que representa em si os vários setores da sociedade, seria a forma mais acertada para que a virtude vencesse o vício e se mantivesse a estabilidade necessária para o governo.

A virtude, por exemplo, estaria na própria capacidade de se defender, lembrando que, para ambos autores, era necessário exército próprio para que o Estado mantivesse a paz. Harrington, ao criticar Hobbes, afirma que, se a lei sem a espada para nada servia, o mesmo se podia dizer da espada sem a mão que a segura (HARRINGTON, Oceana, Preliminar). A virtude não estaria somente nas palavras, mas na própria ação, que deve estar envolvida nas circunstâncias, já que se um exército não tem a capacidade de se defender não poderia fazê-lo com terceiros:

E o mesmo acontece com a pequena prudência dos homens que, não sabendo nem sendo capazes de defender-se, querem tomar a iniciativa de defender os outros, para que o [romano] Cônsul, rindo desta proposta, na presença destes embaixadores faça soar na batalha e em seu exército, ele ordenou que ele fosse encontrar o inimigo, mostrando aos tarentinos o trabalho e não as palavras de que eles eram dignos (MAQUIAVEL, Discursos, II, 11, 5).

A capacidade de defesa estaria entre as virtudes elencadas por Maquiavel e também por Harrington¹⁶¹, já que sem ela se perderia facilmente a liberdade, caindo-se nas mãos de mercenários. A virtude faz parte da prudência, estando relacionadas a vencer o vício e a tendência de não saber defender-se, por exemplo. Claramente a virtude estaria junto com a razão, assim como a paixão estaria ligada ao vício. O governo é a alma de uma nação, sendo a lei a representação da virtude, já que deve encaminhar o bem comum na comunidade:

Agora o governo não é outro senão a alma de uma nação ou cidade; Portanto, o que foi motivo no debate de uma comunidade, sendo trazido adiante pelo resultado, deve ser virtude; e tanto quanto a alma de uma cidade ou nação é o poder soberano, e cuja virtude é a lei¹⁶². (HARRINGTON, Oceana, Preliminar)

A inspiração nos antigos, principalmente Aristóteles, é muito clara inclusive na prática das virtudes. Como apontado na citação, a virtude estaria no próprio governo das leis e não dos homens, sabendo que essa era o governo ideal. O governo que possui bons soldados e é governado por leis, e não pelo arbítrio de uma pessoa ou grupo, é um governo virtuoso e estável (HARRINGTON, Oceana, Preliminar). Assim como em Aristóteles, o governo seria das leis, do bem maior, e não de um grupo de pessoas que se apropriam do poder. A crença na lei como aquela que governa melhor seria a base do governo virtuoso, capaz de afastar o mal da comunidade política. Os governos que não eram republicanos (monarquia, aristocracia e democracia) tinham em si uma tendência a degenerar por serem levados pela paixão, e não pela razão¹⁶³.

¹⁶¹ “[...] Isto que digo que em nenhuma parte se tem visto melhor que na comparação de Oceana e França, na qual Oceana, embora muito mais reduzida em território e população, tem conseguido, sem dúvida, o triunfo, porque o povo de Oceana tem bons soldados e os camponeses da França, não[...]” (HARRINGTON, Oceana, Introdução).

¹⁶² “Now government is no other than the soul of a nation or city; wherefore that which was reason in the debate of a commonwealth, being brought forth by the result, must be virtue; and for as much as the soul of a city or nation is the sovereign power, and whose virtue is law” (HARRINGTON, Oceana, Preliminar)

¹⁶³ “O governo na opinião dos antigos e de seu discípulo Maquiavel, o único político das idades posteriores, é de três classes: governo de um homem, dos melhores, ou do povo; cujos nomes mais eruditos são monarquia, aristocracia e democracia. A estas, como tem tendência a degenerar-se, são consideradas más. Pois os que governam deveriam fazê-lo conforme a razão, se governam conforme a paixão o fazem sem o dever. E como razão e paixão são coisas distintas, também o governo conforme a razão é uma coisa e a corrupção do governo por paixão é outra coisa [...]” (HARRINGTON, Oceana, Preliminar).

“Government, according to the ancients, and their learned disciple Machiavel, the only politician of later ages, is of three kinds: the government of one man, or of the better sort, or of the whole people; which, by

Se a composição da alma humana seria a projeção da razão pela vontade nos governos, está relacionada ao debate e ao resultado. A natureza não estaria na criação da virtude no governo, pois ela é criada constitucionalmente. Ou seja, ela é artificial, construída por meio da virtude e do esforço coletivo de conduzir o governo (FALCÃO, 2015, p. 111). A virtude seria a responsável pela manutenção do governo evitando a dissolução da sociedade. O medo da guerra civil, muito presente em Hobbes, parece se fazer presente em Harrington também, já que no texto *System of Politics* ele opõe o estado de governo civil ao estado de guerra civil: “[...] as pessoas estão em um estado de governo civil, ou em um estado de guerra civil; ou nem em um estado de governo civil, nem em um estado de guerra civil¹⁶⁴[...]”. A inspiração em Hobbes parece clara, embora seja o autor que Harrington mais crítica em seu texto, ele também compreende a guerra civil como aquela que leva o homem a entrar em sociedade, estando o Estado permanentemente entre esses dois modelos, paz ou guerra (POCOCK, 2003 b, versão kindle).

Por outro lado, como aponta Falcão (2015, p. 111), a situação descrita por Hobbes não é a de uma constante guerra civil, mas a imprevisibilidade dela, sabendo que a qualquer momento pode ocorrer por se encontrar na natureza humana (VOGT, 2012). O ser humano, para ele, vive sempre entre a paz e a guerra civil, sendo que os dois estados estão presentes dentro do homem antes de viverem na sociedade. Já, para Harrington, a guerra se contrapõe claramente ao governo, sendo que a força natural não viria de capacidades físicas e mentais, mas da riqueza (POCOCK, 2003 b).

A consequência do desenvolvimento da virtude seria a produção de autoridade e de um governo virtuoso. A relação se aproxima de Maquiavel, já que entende a honra como consequência da autoridade (MAQUIAVEL, Discorsi, I). A consequência da virtude na alma humana é a produção de autoridade do virtuoso para com o coletivo. A relação entre a honra e a autoridade se daria pela lei apontada já nas primeiras páginas de *Oceana*, eliminando as arbitrariedades e sustentando a virtude e a própria

their more learned names, are called monarchy, aristocracy, and democracy. These they hold, through their proneness to degenerate, to be all evil. For whereas they that govern should govern according to reason, if they govern according to passion they do that which they should not do. Wherefore, as reason and passion are two things, so government by reason is one thing, and the corruption of government by passion is another thing [...]

¹⁶⁴ “[...] people is either under a state of civil government, or in a state of civil war; or neither under a state of civil government, nor in a state of civil war [...]” (HARRINGTON, *A System of Politics*, p. 834).

liberdade. Por meio do debate, as leis seriam perfeitamente produzidas, e com elas haveria a soberania da nação (POCOCK, 2003 b).

É interessante observar que a razão para Harrington seria equivalente a interesse, como aponta Falcão (2015, p. 112): “Razão não é mais que interesse” (HARRINGTON, Oceana). Para a prudência antiga, a razão produz virtude, nesse sentido, para o pensador a razão seria o próprio interesse. Se o interesse pode produzir virtude é porque existe uma tensão no corpo do Estado, assim como ocorre com o homem. Da mesma forma que em Maquiavel há o conflito dos humores, o que faz parte da própria essência do Estado, Harrington entende que o interesse pode gerar tantas ações virtuosas como viciosas. As leis seriam o limitador capaz de conduzir o interesse no sentido de melhor garantir a permanência do Estado: “[...] assim como a liberdade de uma república consiste na soberania de suas leis, a ausência delas a levaria ao domínio de tiranos¹⁶⁵ [...]” (HARRINGTON, Oceana, Preliminar).

A melhor forma de governo, para Harrington, seria, como vimos, a que equaliza os desejos de todas as partes do governo, garantindo que esses que são em essência conflitantes tenham vazão ou sejam, pelo menos, controlados. Apenas o governo misto seria capaz de sustentar essa junção entre desejos diferentes e proporcionar um governo virtuoso que realmente trouxesse paz e estabilidade aos seus cidadãos (POCOCK, 2003b, versão kindle). É importante que todas as partes do corpo político sejam controladas umas pelas outras, evitando que exista uma superposição de um grupo pelo outro, já que todos têm seu papel claramente estipulado no Estado.

Dividir e eleger, na linguagem da República, é discutir e resolver, e, qualquer que seja, discutido pelo senado e proposto ao povo para que se resolva, é promulgado pela autoridade do país e pelo poder do povo que, concordando, fazem a lei (HARRINGTON, Oceana, Preliminar).

A república seria a forma mais bem elaborada de governo virtuoso, capaz de organizar os movimentos e combinar perfeitamente a virtude e o vício. Como vimos, a visão que nosso pensador tem se aproxima mais de Maquiavel: a virtude não é por si só, ela precisa ser útil ao bom governo e conseguir manter o Estado. Harrington

¹⁶⁵ “[...] then the liberty of a commonwealth consists in the empire of her laws, the absence wherof would betray her to the lust of tyrants [...]” (HARRINGTON, Oceana, Preliminar).

claramente não defende uma divisão equânime de propriedades ou o mesmo direito e dever de todos diante da república, mas a necessidade de [que] cada grupo social tenha seu papel, o que proporcionaria um governo virtuoso e permanente. A quantidade de terras estaria de acordo com a razão e com o poder dentro do estado.

No capítulo 2, exemplifiquei como isso ocorre com a metáfora do bolo, exemplo do que seria isonomia para o autor. Quando uma corta e outra escolhe o pedaço de bolo, demonstrando não igualdade nas funções, mas um cuidado na escolha que impactará o outro. Essa relação entre os grupos poderia equilibrar as paixões, os vícios e as virtudes que são naturais do próprio corpo político. Se não há como produzir um governo sem a fortuna, também não o há sem vícios, sendo necessário equilibrar as forças para o bem do Estado.

Entre o passado e o mundo moderno e entre virtudes e vícios, a prudência se estabelece, tanto a antiga como a nova. É necessário perceber a dinâmica desses conceitos nas relações estabelecidas entre os autores, percebendo que nas estratégias argumentativas eles se tornam mais que acessórios, mas veículos estruturantes que acabam por determinar o que se entende como República e qual a melhor forma de governo diante das situações e dinâmicas sociais colocadas. Como apontado no texto, Harrington constrói sua obra repleta de referências antigas e contemporâneas na tentativa de se inserir num debate sobre liberdade, construção do Estado e governo. Seu fruto permanece até os dias de hoje.

Considerações Finais

Possivelmente, escrever a conclusão de qualquer trabalho seja um imenso desafio. Seria o fim de uma longa jornada, a linha de chegada de certo objetivo e metas alcançadas. Como fazer isso em um trabalho acadêmico? Sim, é preciso defender, apresentar à banca, exigências do fazer, no entanto, a sensação é que a linha ainda se encontra distante, pois haveria muito ainda que pesquisar, que delinear, que traçar e refletir. O caminho parece quase infinito, sendo essas linhas não uma mostra de que a pesquisa enfim terminou, mas que até aqui, diante de tudo o que foi possível pesquisar, se chegou a essas definições, que são momentâneas e, sim, passíveis de questionamentos.

Aqui estamos na zona da verossimilhança, do convencimento por argumentos, que podem ser mudados, transformados e não têm a pretensão de serem eternos. Trabalhei com textos, não de arquivos, mas de livros e materiais que vieram até a minha escrita de diferentes formas. A relação com *Oceana* ocorreu por meio da leitura de seu próprio texto, assim como de obras que foram de seu momento e do passado antigo, usado grandemente como referência. Nesse imbricado de textos, procurei estabelecer relações e reflexões que demonstraram com quem Harrington procurava discutir e quais eram seus objetivos na escrita.

Para esses objetivos, a leitura a partir da Retórica e da Estética da Recepção foram fundamentais, já que foi possível perceber as estratégias argumentativas de Harrington, o modo como montou e articulou seus argumentos, imaginando certo auditório que, para ele, fazia todo o sentido naquele contexto. Um auditório que lê textos vindos da Antiguidade e que se indaga sobre qual seria o modelo perfeito de governo e de Estado. A caixa da Antiguidade não é dura e imutável, mas flexível, da qual os leitores se apropriam e a qual dão sentidos diversos de acordo com o público que tem em mente e os objetivos desejáveis.

Por outro lado, por meio da Estética da Recepção, o objetivo foi atentar para Harrington como leitor. Que relações faz a partir do que leu ou daquilo com que possivelmente teve contato, já que não temos a biblioteca do autor? E mesmo nesse

caso, sabemos que as leituras são inter-relacionadas e delimitadas pelo que perguntamos e interpretadas de acordo com o que o autor/ leitor deseja. O texto, nesse sentido, não tem uma interpretação unívoca e permanente, mas ele muda de acordo com aquele que lê, que seria, em última instância, quem dá sentido e propósito ao escrito. As leituras não são neutras, mas estão conectadas ao contexto intelectual, às perguntas que se propõe e, mais, aos usos que o leitor pode fazer da obra de que se apropria.

As leituras de Harrington têm como propósito demonstrar a melhor forma de governo; delas ele extrai modelos, como de Aristóteles e Políbio, e os justifica para um público que certamente conhecia essas obras e as usava em seu cotidiano. O modelo republicano não era somente aprovado e desejado pelo autor, mas a história demonstrava que ele o foi no passado e era, também, o melhor na Inglaterra de seu momento. As leituras, nessa dinâmica, tomam novos sentidos e são aplicadas de acordo com o contexto social e linguístico do leitor. Quando esse leitor se transforma em autor, caminhamos num entrelaçamento de leituras e debates que certamente para ele fariam sentido, mas que para nós são interpretados por meio de aproximações. Na linguagem de Perelman e Tyteca (2005), para o auditório imaginado por Harrington, certamente fariam sentido as citações sem referências a Hobbes, a Maquiavel, a Cícero, a Aristóteles ou a autores antigos dos quais ele fala indiretamente, mas não cita nomes.

São leituras, autores, termos e todo um modo de pensar que abre contextos e problemas comuns. Por todas essas questões, o objetivo foi, não se desviando da própria obra, compreender como ela se construiu e como usou as estratégias argumentativas disponíveis em seu momento histórico, principalmente as que se referem à Antiguidade, mas também a seus contemporâneos, como Maquiavel. Nessas múltiplas leituras, possibilidades, caminhos e construções, esse texto aqui apresentado foi delineado.

A relação entre antigos e modernos é, como demonstrado na pesquisa, permanente em seu texto, já que a linha contínua que envolve passado e presente, para o autor, é uma constatação. A natureza humana que une diversos tempos e contextos é clara e unívoca, demonstrando que é possível estudar o homem, delimitar suas paixões e demonstrar o caminho para uma sociedade que permanecesse em paz,

sem as mudanças constantes nos sistemas políticos.

A obra de Harrington não está sozinha em seu contexto, mas estabelece conexões, inter-relações e problemáticas que diversos autores tentaram responder. Qual seria o modelo de governo ideal? Como justificar a república quando a monarquia parece vencer e permanecer? O caminho escolhido por nosso autor é entender o sistema como única resposta possível, diante da divisão de terras e da própria forma como a Inglaterra se modificou ao longo dos anos. Maquiavel, seu contemporâneo, nessa conjuntura, tem um dos papéis principais por apresentar a prudência moderna e como a virtude e a fortuna caminham juntas na dinâmica política.

No entanto, se ele caminha constantemente entre o passado e seu presente, não há uma preocupação em definir ou esclarecer o que ele entende como história. Sua preocupação pauta-se em estabelecer uma república, construída com bases sólidas de modo que não exista riscos de distensões ou problemas internos. Nesse jogo retórico argumentativo foram usados tanto textos de antigos, como a Bíblia e seus colegas republicanos, que, como ele, entendem que a liberdade e a permanência somente podem existir no sistema republicano e não em outros modelos que, por serem limitados, em geral, logo são substituídos.

Harrington, como vimos, está inserido num movimento maior, que observa nos clássicos princípios universais para o estabelecimento do governo. Os humanistas liam os autores antigos não como inseridos em seu momento histórico, mas como inspiração para seu mundo, portadores de verdades universais. O grupo dos humanistas não era isolado, mas um movimento que envolvia sistema formal de educação e poder econômico. Para o autor, o equilíbrio em um governo é que ele esteja de tal forma estabilizado pela lei de terras e pela rotação de cargos que, mesmo que alguém deseje, não teria forças suficientes para promover a sedição. Nesse ponto, como observamos, é importante notar que, para ele, torna-se relevante um tema que foi caro a Hobbes, que criou toda uma estrutura de pensamento pelo temor da guerra civil.

Os exemplos do passado clássico servem para fundamentar o modelo de governo que se almeja. É possível, nesse sentido, ensinar pela narrativa dos fatos. Na medida em que eram levantados os dados do passado, tornava-se clara a compreensão do próprio presente. A história como ensino, a *Magistra Vitae*, é clara para James

Harrington no mundo tumultuado em que vive. Contudo, é importante lembrar que, nessa concepção, não é todo acontecimento que deve ser lembrado, mas aquele que é útil e serve para o ensino contemporâneo. O imortal, o permanente e o memorável eram eixos da narrativa que faziam a relação entre o passado e o presente ser completa de sentido.

Partindo dessas premissas, no capítulo um procurei estabelecer a relação entre passado e presente, elemento chave para o entendimento do conceito de república em sua obra. O constante reportar ao passado para demonstrar como é o modelo ideal é parte constituinte da argumentação presente em *Oceana*, que, embora seja um traço comum da época do autor, já que é marcada pelo próprio Renascimento, adquire contornos diferentes na apresentação de um texto que não pretende ser um tratado histórico ou filosófico, mas bases significativas para a montagem e configuração de um governo.

A linha do primeiro capítulo foi buscar na relação entre passado e presente as bases da própria construção do *Oceana*. Por isso, na primeira parte do capítulo, discuti os conceitos assimétricos de Koselleck, demonstrando como os termos se relacionam e só adquirem sentido na medida em que se relacionam um com o outro, fazendo com que só exista passado se existe um presente. A linha do tempo que apresentamos em nossas narrativas se inter-relaciona e se move de acordo com os sentidos que apresentamos e com as perguntas que fazemos às nossas fontes. Por isso, apresentei também o conceito de *Magistra Vitae*, que fundamenta sua relação com o passado na medida em que Harrington entende que o passado pode ser um repertório de exemplos que ilumina o presente e, de certo modo, direciona o próprio futuro, já que encaminha o modelo político que imagina como sendo o ideal para seu contexto político.

Os ciclos históricos explicariam as trocas de governo, já que na medida em que os governos se degeneram, outros surgem, num contínuo fluxo só é possível quebrar com o estabelecimento da república. A monarquia, a aristocracia e a democracia acabariam, como a própria história demonstrava, pelo ciclo inevitável de sua degeneração; somente a república traria a permanência desejável ao Estado.

Nesse sentido, como apresentado no capítulo 2, a Antiguidade não pode ser compreendida como uma caixa imutável de onde é possível retirar exemplos, mas como um veículo em constante modificação, transformando-se de acordo com o grupo

que dela se apropria. O mundo vivido pelo leitor de determinada obra direciona imagens do passado que são transmitidas, editadas e criadas no contexto da modernidade. A Antiguidade não é unívoca, suas vozes são dispersas, destoantes e podem ser até contraditórias. Aquele que dela retira ensinamentos e visão é quem dá a ela direção e sentido.

Ou seja, as leituras de Harrington o formam na mesma medida em que são formadas por ele, já que adquirem sentido na medida em que se apropria e direciona o olhar sobre determinado acontecimento ou autor advindo da Antiguidade. Como um elástico móvel e flexível, mas que impõe certos limites, o contexto social e linguístico amplia e limita o pensamento do autor, já que ele justifica o que escreve por meio de argumentos que parecem aceitáveis aos seus prováveis leitores.

É imprescindível pontuar que a própria linguagem faz parte da persuasão, já que, por meio dela, são indicados caminhos e são propostas soluções para problemas políticos. Entre o antigo e o moderno, Harrington justifica, indica e encaminha os passos para uma Inglaterra que vive tensões com diferentes personagens que disputavam entre si qual a melhor forma de governo.

Para nós, seus leitores, muitos sentidos podem se perder, mas contrapor seu texto a obras clássicas lidas nesse período, assim como a colegas seus que discutiam temas relacionados, pareceu ser um caminho primordial. Seu texto não estava sozinho no mundo intelectual inglês, mas respondia a questões e dialogava com problemáticas que muitos tinham o desejo de solucionar. Por isso, no capítulo dois, procurei aproximar sua obra de outros que tinham a liberdade como princípio, demonstrando que suas reflexões faziam parte de um contexto intelectual maior, marcado pela busca de valores clássicos e bíblicos.

A liberdade é pensada como princípio, extraído de leitura dos antigos, que entendiam que era livre aquele que tinha o direito ao auto-governo. A soberania, nessa lógica, jamais seria outorgada de forma total a um governante, antes ela era delegada durante o tempo em que fizesse sentido e enquanto o governante caminhasse como representante do povo. O poder entregue para os fervorosos republicanos podia, sim, ser retomado, já que o rei podia ser deposto e até morto, como foi o caso de Carlos I. Os que acreditavam no absolutismo logicamente pensavam diferente, já que, derrubando o soberano, havia sempre o risco de cair novamente no estado de

natureza.

Para embasar o modelo de governo proposto em Oceana e consolidar o que entende como a liberdade republicana, Harrington utiliza autores da Antiguidade, assim como Maquiavel. Entre os antigos e modernos, ele procura demonstrar ao leitor como se configura esse estado ideal ao mesmo tempo que tem características da Antiguidade, que se inspira em modelos que são seus contemporâneos.

No capítulo 2, conforme apresentei, podemos perceber a república como o lugar de manifestação da liberdade. O governo misto seria a plena realização da comunidade política. Baseado em Aristóteles, o tipo ideal desse governo seria o homem intermediário, que não é nem tão grande possuidor, nem absolutamente servil, demonstrando a ponderação, a moderação e a disposição para a igualdade. São eles os mais preparados para a alternância nos ofícios do poder que caracterizam o verdadeiro estatuto da cidadania. O equilíbrio poderia neutralizar os defeitos e retardar a degradação inevitável da vida política nas cidades.

A ideia de liberdade ocupa um espaço central, presente em panfletos, e é um meio de manifestação política. Inspirado na Antiguidade, diversos pensadores acabaram por entender que o melhor regime seria o republicano. Na relação entre religião e política, muitos chamariam a ideia de república de “nova Jerusalém”, reflexo de um local encantado, meio mítico onde as instituições visam o bem comum. A inspiração da república antiga servia como modelo e direção aos que desejavam essa forma de governo na Inglaterra moderna. Oradores, filósofos e historiadores eram os que traziam as virtudes para o mundo moderno, transformando-se em exemplos das “melhores eras”. O desejo era reconstruir Roma no Ocidente, e o caminho era claro: era necessário seguir os princípios da política do mundo antigo e o destino se tornaria glorioso.

Nessa conjuntura, três personagens foram destacados no capítulo 2: John Milton, Sidney e Marchamont Nedham. Embora diferentes em suas trajetórias políticas e ambições pessoais, todos desejavam um reino de liberdade e acreditavam que somente por meio de um governo republicano esses princípios eram alcançados. Para John Milton, por exemplo, o povo podia não só depor, mas julgar e condenar um rei, já que o povo é que seria detentor do poder o delegando ao governante por certo período de tempo. Isso era lícito e bom, já que todos os acordos haviam sido rompidos quando

o governante não se portava de forma sensata e benevolente com o povo. Sidney por sua vez chegou a ser condenado à morte por sua atuação numa conspiração que tinha como objetivo matar Carlos II e seu irmão Jaime. Ou seja, Harrington e seus contemporâneos defensores do republicanismo utilizavam diferentes armas, fossem elas literais, fossem textos, para defender o modo de governo que almejavam como o ideal para a Inglaterra.

Como foi possível observar, o modo como Harrington se apropriou dos textos nem sempre aparece de forma clara. Em certos momentos, ele cita autores diretamente, em outros fazemos possíveis aproximações e possibilidades de releituras feitas pelo autor. O público imaginado por ele conhecia tais obras e a forma como se apropriavam delas fazia sentido.

As duas partes em que o livro é dividido, inspiradas em Janotti, delineiam a forma como a história é dividida para ele: uma que inicia com a República de Israel e termina com a queda do Império romano, com a chegada dos bárbaros, e outro que seria seu mundo contemporâneo. O primeiro seria o lugar da prudência antiga, o segundo da moderna, conceito fundamental que embasa seu discurso de forma contundente.

O conceito de prudência é fundamental nessa dinâmica, já que por meio dela o governo se estabelece e pode se manter com os anos. Ela existiria no passado assim como em seu mundo presente e sem ela não era possível a permanência do Estado. Assim, seguindo o autor, em meu trabalho apresento as referências das duas prudências nesse capítulo e no posterior. Percebendo a importância dessa dinâmica no argumento elaborado pelo pensador, trabalhei com a prudência antiga no capítulo 3, e com a moderna no capítulo 4.

No terceiro capítulo, a busca foi de perceber o jogo retórico ao demonstrar que seu modelo de governo é sólido e tem bases que vão muito além de seu momento. Para isso, a escolha, baseada na própria leitura do texto, recaiu sobre três autores: Aristóteles, Políbio e Cícero. Por meio dessas bases, Harrington delineia seus argumentos, suas bases conceituais e justifica o que entende como o correto para o governo que se estabelece sem seu tempo. As referências são ao mesmo tempo convencimento para o leitor e ampliação do conceito de Estado.

Se hoje associamos a prudência à cautela e à preocupação, Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, apresenta ideias semelhantes. A justa medida, a moderação e a

precaução são presentes no pensador grego. O prudente seria o cauteloso na medida certa, prevenindo como deve ser. A prudência é uma virtude, já que é indispensável na realização da felicidade que é, para Aristóteles, o propósito maior da vida humana. O senso do mediado, mais uma vez, é imperativo, motivo pelo qual o ostracismo deve existir naquele que se destaca em demasia na coletividade. A moderação e o equilíbrio eram essenciais para o indivíduo e para o Estado.

O conhecimento do prudente advém do aperfeiçoamento da capacidade de opinar a partir da deliberação que antecede a própria escolha. Não é possível deliberar sobre tudo, pois há o conhecimento do universal e das coisas necessárias e práticas, cujas funções já são previamente determinadas. Nas que é possível escolher, contudo, quem deve fazê-lo é o prudente, pois tem boa deliberação. Esse conhecimento não é filosófico ou matemático, mas prático, já que une a intuição com o conhecimento científico, permitindo as atuações necessárias.

Com exceção da república, todos os regimes políticos têm suas falhas e podem ocasionar a ruína do Estado. Para Aristóteles, todos os regimes poderiam se degenerar, sendo necessário, assim, a junção dos modelos para que existisse a estabilidade. Harrington se apropria da ideia de Aristóteles, assim como da de Políbio, para abordar os ciclos naturais de governo, que somente seriam barrados e a paz seria estabelecida, com a formação da república e sua consolidação.

O rodízio de cargos e a junção de poderes com a república favoreceriam a consolidação de Oceana, proporcionando um governo de leis, de estabilidade e de bem estar. Para provar seus argumentos, o uso de vários autores antigos é constante, mas nesse caso, principalmente Aristóteles e Políbio. Como nenhum grupo ou governo seria absoluto, eles trabalhariam de forma comum ao mesmo tempo em que se autorregulariam.

São constantes em seus argumentos a característica do meio termo, do equilíbrio entre os extremos e a necessidade de consolidar desejos e poderes para que o Estado tenha paz e possa sobreviver. Se o rei fosse dominador com muita força, poderia perder o reino, assim como o mesmo ocorreria com a dureza em demasia de qualquer forma de governo.

No entanto, se os antigos eram modelos da prudência antiga, sua escolha pelo modelo da prudência moderna seria aparentemente inusitada: Maquiavel. O florentino é

um personagem curioso, já que sua principal característica é desvirtuar muitos dos valores humanistas, pois, de acordo com ele, se o príncipe ouvisse tudo o que se ensinava, perderia o reino completamente. A virtude e a fortuna seriam constantes no comando político, sendo necessário perceber as duas e como funcionavam para que existissem a paz e a permanência no Estado.

Maquiavel é citado diversas vezes como referência, sendo inspiração para Harrington. A ideia de República como reino da liberdade e da necessidade de se conduzir o governo esteve presente no florentino e também no autor inglês. São conjuntos de recepções que estão presentes em Oceana, as quais procurei aproximar, apresentar e demonstrar. Todas, por sua vez, estão relacionadas ao modo como foi possível se apropriar da obra, com conjuntos de relações, leituras e percepções.

Se os gregos e romanos, além do próprio relato bíblico, são partes antigas que fundamentam sua argumentação no sentido de demonstrar como sua república tem base de sustentação na Antiguidade, Maquiavel é seu contemporâneo, que demonstra muitas das necessidades de seu mundo. Ele também é um leitor dos antigos, aparecendo referências suas longamente em seus livros, mas o ponto mais importante é que ele estabelece as bases do governo moderno, possibilitando que Harrington se aproprie das ideias presentes em seu texto.

Maquiavel, no livro O Príncipe, lista diversos conselhos sobre como um governante deve fazer para manter seu reino, sendo herdado ou sendo novo, ou tendo sido adquirido por meio das armas. Para cada ocasião é necessário que certas precauções sejam adotadas, já que é necessário prevenir o mal comportamento dos súditos, a vingança dos homens e a ingratidão de alguns. Assim, tornava-se necessário agir de acordo com as virtudes, mas não as dos humanistas, largamente ensinadas em seu momento, e sim as desenhadas por Maquiavel. Todas essas características seriam parte da prudência moderna, sendo necessárias para a manutenção de um bom governo.

Se os conselhos tradicionais diziam que o príncipe devia ser bom, Maquiavel percebe que, por vezes, não basta ser bom se não for capaz de manter o reino. A virtude máxima seria saber controlar o reino, manter o Estado e evitar a rebelião, mesmo que fosse necessário usar a força e afastar-se do que se tinha como bom aos olhos do povo. De nada adianta um governante ser considerado virtuoso se ele perder

o reino, antes ele deve saber portar-se em diferentes momentos, tomar decisões sábias e demonstrar estabilidade.

Frente à virtude, inclusive, existe a fortuna, mulher, tempestuosa e indomável, capaz de destruir tudo que os homens construíram em tempos de estabilidade. Ela por vezes é incontrolável, sendo necessária a virtude para guiar o príncipe em suas decisões. A forma como isso ocorre é com o preparo para os dias de adversidade, já que um governante sábio deveria antever os momentos difíceis.

Se, para Harrington, a prudência é fundamental em Maquiavel e está ligada à virtude, a fortuna praticamente não é mencionada. Certamente a conhecia, mas, para ele, estava envolvida nas próprias decisões dos homens na política. No entanto, as categorias usadas pelos dois pensadores são tidas como universais, porque permeiam o agir humano e trazem direcionamento para o futuro. A justiça e a virtude são guiadas pela razão, sendo usadas pelo bom agir político e na manutenção do Estado.

A escolha de Maquiavel como modelo de prudência moderna e continuação da antiga não é carente de discernimento. Muitos autores do momento de Harrington buscavam a paz do Estado e buscavam modelos na Antiguidade. No entanto, o florentino parece ir um pouco mais além, por destrinchar características peculiares do ser humano, por apresentar sua alma, suas incertezas e como é incerta a manutenção de um reino. Se o governante fizesse tudo corretamente, mesmo assim poderia surgir a fortuna e tudo destruir, pois há sempre na política a zona do incontrolável. É necessário trabalhar com as imprevisibilidades, com o inconstante e as mudanças de tempos. Muitas vezes aquele que usa os valores tradicionais não conseguiria manter seu reino, mas aquele que teve atitudes não necessariamente aprovadas pelos padrões de virtudes humanistas o faria. A prudência, portanto, seria por vezes o que não se encaixa, mas que discerne melhor os momentos e quais decisões é possível tomar frente a tempestade.

Equalizar os desejos de muitos, do povo e dos grandes, ao mesmo tempo em que se defende o reino de uma invasão estrangeira é um desafio que requer perspicácia e sabedoria. Esse conhecimento, por sua vez, não viria da repetição de crenças ou valores, pois estava justamente na melhor decisão, na prudência, que orienta o melhor caminho a se tomar.

Entre os antigos e o modernos, Harrington procurou construir um reino que tem a

virtude do passado com a perspicácia do seu mundo atual, representada por Maquiavel. O passado havia delegado muita sabedoria, mas era visível também sua limitação pela própria história, já que existiram muitos erros cometidos pelos governantes do passado. Em Oceana, onde tudo era perfeito, estas instabilidades haviam sido vencidas e permeavam a junção perfeita entre o ontem e o seu hoje, delineando a sabedoria que era possível obter.

Harrington não é um dos autores mais utilizado quando tratamos de período moderno, embora sua importância seja enorme quando tratamos de república e suas repercussões em períodos posteriores, como a própria independência americana. Sua junção entre o mundo antigo e o moderno não é uma característica somente sua, mas demonstra um mundo do qual faz parte, que se inspira e busca referências na Antiguidade. Contudo, nesse mundo que é comum, o autor põe características, funções e leituras que foram suas de forma peculiar. Por isso, o reino imaginado, as referências bíblicas que se misturam às das cidades gregas e à da República Romana. Esse todo faz sentido no estado de Oceana, que representa os sonhos de um escritor e também pensador, desejos que certamente não eram só dele, que permearam sua geração: liberdade, soberania popular e um reino mais estável e menos sujeito às intempéries da guerra civil. Debruçar-se sobre seus textos permite-nos também recriar esse contexto por meio de leituras, comparações e inter-relações. Fazemos nossa própria recepção do mundo moderno e relacionamos com nossos conceitos, nossas visões sobre Estado, república e divisão de poderes. O conjunto de recepções não acaba e com esse trabalho: também transmito uma possibilidade construída.

Fontes:

ARISTÓTELES. **Poética, Organon, Política, Constituição de Atenas**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000

_____. Retórica. Edição, tradução e prólogo de Antonio Tovar. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1990.

CÍCERO, Marco Tulio. Da Republica (De Rep). In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. A origem da História, as leis da história e a eloquência do fórum. In: HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. A história do meu consulado. In: HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

CÍCERO. **Da natureza dos deuses**. Introdução, tradução e notas de Pedro Braga Falcão. Lisboa, Nova Veja, 2004.

_____. Do orador. In: HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. Ad Familiares, In: HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

COLLINGWOOD, R. G. A ideia de história. Tradução de Alberto Freire. Lisboa: Editora Presença, 1981.

_____. De Officiis (with an English translation by Walter Miller). Cambridge. Ma: Harvard University Press, 1990.

_____. **Dos Deveres**. Tradução, introdução, notas, índice e glossário de Carlos Humberto Gomes. Lisboa, Edições 70, 2000.

HARRINGTON, James. "The mechanics of nature". In: BLITZER, C. An immortal commonwealth. In: The political thought of James Harrington. Yale: Yale University Press, 1970 (1661)

_____. The commonwealth of Oceana. In: **The political works of James Harrington**. Edição de John G. A. Pocock. Cambridge: Cambridge University Press, 1977 (1656).

_____. The prerogative of popular government. In: **The political works of James Harrington**. Edição de John G. A. Pocock. Cambridge: Cambridge

University Press, 1977b (1658)

_____. Politicaster. In: **The political works of James Harrington**. .
Edição de John G. A. Pocock. Cambridge: Cambridge University Press, 1977(1658)

_____. The art of lawgiving. In: **The political works of James Harrington**. Edição de John G. A. Pocock. Cambridge: Cambridge University Press., (1977d [1659]).

_____. A system of politics. In: **The political works of James Harrington**. Edição de John G. A. Pocock. Cambridge: Cambridge University Press, 1977 (1659)

_____. Valerius and Publicola. In: **The political works of James Harrington**. Edição de John G. A. Pocock. Cambridge: Cambridge University Press, 1977 (1659)

HOBBS, Thomas. **Behemoth ou o Longo Parlamento**. Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Edição: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. **Behemoth ou o Longo Parlamento**. Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MAQUIAVEL, NICOLAU. O Príncipe. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio. Tradução de MF. 1ª edição. Martins Fontes. SP: 2007.

_____. Historia de Florença. Editora Musa: São Paulo, 1998.

_____. Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio. Tradução de MF. 1ª edição. Martins Fontes. SP: 2007.

MILTON, JOHN. **Escritos Políticos**. In: Dzelzains, Martins (org). Tradução de Claire Gruzelier. Martins Fontes: São Paulo, 2005.

_____. From of Educacion. Disponível em: <<
<https://www.poetryfoundation.org/articles/69376/from-of-education>>> Acesso em
16/07/2019.

PLUTARCO. **Vidas Paralelas**. Vol I, III e IV. São Paulo: Paumape, 1991

\
SALÚSTIO, Caio Crispo. **Conjuración de catilina. Guerra de Jugurta. Fragmentos de las «Historias». Cartas a César. Invectiva contra Cicerón. Invectiva contra Salústio. (Cat., Jug. e Frag. Hist.)** Introdução, tradução e notas de RAMOS, Bartolomé Segura. Madrid: Gredos, 1997.

TOLAND, John. The Life of James Harrington. In: **The political works of James Harrington**. Edição de John G. A. Pocock. Cambridge: Cambridge University Press, 1977 (1659)

TUCIDIDES. História da Guerra do Peloponeso (LIVRO I). trad.: Anna Lia Amaral de Almeida Prado, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. 3ª Ed. Tradução Mario da Gama Kury, Brasília: Editora da Unb, 1987. (Livro II).

Bibliografia:

ABREU, Maria Aparecida Azevedo. **Conflito e interesse no pensamento político republicano**. Tese (Doutorado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2008.

ALBANESE, Gabriella. A Redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e o nascimento da historiografia moderna. In: MURARI PIRES, Francisco (org). **Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história**. São Paulo: Alameda, 2009.

ALFÖDY, Céza. **Historia social de Roma**. Alianza Editorial: Madrid, 1996.

ALMEIDA, Maria Cecília Pedreira. **Escravos, Súditos e homens: a noção de consentimento**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pós Graduação em Filosofia, Universidade de São Paulo, 2006.

ALMER, Robert. **The World of the French Revolution**, Nova York: Harper, 1972.

APPLEBY, Joyce (1984) **Capitalism and a New Social Order: The Republican Vision of the 1790s**, Nova York: University Press, 1984.

_____. **Liberalism and Republicanism in the Historical Imagination**. Harvard University Press, 1992.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Ashcraft, Richard. **The Journal of Modern History** 52, no. 4 (1980): 687-89. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1881318>>.

AUBENQUE, P. As filosofias helenísticas: estoicismo, epicurismo, ceticismo. In: CHATELET, F. História da filosofia.- Ideias, Doutrinas vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação.** Tradução de Daniel Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médias, 1990.

BARON, Hans. Querelle of Ancients and Moderns. In: KRISTELLER, Paul O. e WIENER, Philip P. (eds.). Renaissance Essays. New York: University of Rochester Press, 1992. pp. 95-114

_____. The crisis of the early Italian renaissance: civic humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny. New Jersey: Princeton, 1966.

BARROS, Alberto Ribeiro. A Liberdade republicana em Algerton Sidney. In: **Kriterion: Revista de Filosofia.** Belo Horizonte, n 135, Dez/ 2016, p. 601-618.

BARROS, Alberto G. de Barros. **Republicanism inglês: uma teoria da liberdade.** São Paulo: Discurso Editorial, 2015.

BERNARDO, Isadora Prévide. **O De República de Cícero: natureza, política e história.** 2012, 215 p. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Departamento de Filosofia. Universidade de São Paulo.

BEVIR, Mark. Significado e intenção: ma defesa do individualismo procedimental. In: PAREDES, Marçal de Menezes; ARMANI, Carlos Henrique e ARENDT, Hugo (orgs). **História das ideias: Proposições, debates e perspectivas.** EDUNISC: Santa Cruz do Sul, 2011.

BLITZER, Charles. **An immortal commonwealth: the political thought of James Harrington.** Yale: Yale University Press, 1970.

_____. **A Má Fama na Filosofia Política: James Harrington e Maquiavel.** Discurso. Vol. 24, 1994. pp. 173-191

_____. **Maquiavel republicano.** São Paulo: Loyola, 1991.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel.** Editora: Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.

_____. **A antropologia negativa de Maquiavel.** Analytica. Vol. 12, No. 2, 2008. pp. 77-100

_____. **A Má Fama na Filosofia Política: James Harrington e Maquiavel.** In: Discursos (24), 1994, 173-174.

_____. Humanismo Cívico Hoje. In: Bignoto, Newton (ORG). **Pensar a**

República Belo Horizonte: Ed UFMG, 2008.

BLITZER, Charles. **An immortal commonwealth**: the political thought of James Harrington. New Haven: Yale University Press, 1960.

BOBBIO, Norberto. **As teorias das formas de governo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BURGESS, Glenn. **The Politics of the Ancient Constitution**: an introduction to English political thought, 1603-1642. Pennsylvania: State University Press, 1992.

CANEDO, Enrique Diez. Introdução. In: HARRINGTON, James. **La República de Oceana**. Fondo de Cultura Economica, Mexico, 1996. ´.

CATROGA, Fernando. **Ensaio Republicano**. Lisboa: Ensaios da Fundação, 2011.

COLEMAN, Janet. **A History of political Thought**. Oxford: Blackwell Publisher Ltd, 2000.

CANEDO, Enrique Diez. La Teoria Republicana de Harrington. In: HARRINGTON, James. **La Republica de Oceana** (trad. Enrique Canedo). México: Fondo de Cultura Economica, 1996.

CARLYLE, A. J. **Political Liberty**: a history of the conception in the middle ages and modern times. Oxford: Clarendon Press, 1941.

_____. **The English Historical Review** 41, no. 161 (1926): 131-32. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/552344>>.

CARDOSO, Sérgio. Que República? Notas sobre a tradição do governo misto. In: BIGNOTTO, Newton. **Pensar a República**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CATROGA, Fernando. Ainda será a História a Mestra da Vida? In: **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, Vol. 32, 2006.

COELHO, Fábio Uthoa. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de Argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COHEN, I. Bernard. **Harrington and Harvey**: a theory State based on new physiology. Journal of History of Ideas. Vol. 55, No. 2, 1994. pp.187-210

CONSTANT, Benjamin. Da Liberdade dos Antigos comparada à dos Modernos. In: **Revista Filosofia Política** nº2, 1985. Disponível em:<<<http://caosmose.net/candido/unisinos/textos/benjamin.pdf>>>. Acesso em 20 /07 /2013.

COTTON, James. James Harrington as Aristotelian. In: **Political Theory**, Vol. 7, No. 3

(Aug., 1979), pp. 371-389.

_____. James Harrington and Thomas Hobbes. In: **Journal of the History of Ideas** 42, no. 3 (1981): 407-21

DAVIS, J. C. Pocock's Harrington: Grace, Nature and Art in the Classical Republicanism of James Harrington. In: **The Historical Journal** 24, no. 3 (1981): 683-97. Disponível: <<http://www.jstor.org/stable/2638889>>.

_____. "de Te Fabula Narratur": The Narrative Constitutionalism of James Harrington's Oceana." In: **The Nature of the English Revolution Revisited**, edited by Taylor Stephen and Tapsell Grant, 151-74. Boydell and Brewer, 2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7722/j.ctt2tt211.12>.

DOWNS, Michael. James Harrington. Boston: Twayne publishers, 1977.

DZELZAINIS, Martins. **Jonh Milton**: escritos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FALCÃO, Renata Viera. **A natureza da sedição**: a natureza humana e a história no Behemoth de Thomas Hobbes. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FALCÃO, Luís Alves. **A recepção de Maquiavel nos republicanismos de James Harrington e de Algernon Sidney**. Tese (Doutorado em Ciência Política)-Instituto de Estudos Sociais e Políticos- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 537, 2015

FERES JUNIOR, João. De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. In: **Dados**- Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.48, nº3, 2005.

FINLEY, Moses I. Democracia antiga e moderna. Tradução Waldéa Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FINK, Zera. **The Classical Republicans**: na essay on the recovery of a Patterno f Thought in Seventeenth-Century England. Oregon: Resource Publications, 2011.

FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVII- história) e Republicanismo (na segunda metade do século XX- historiografia). In: **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Soihet, Rachel; Bicalho, Maria Fernanda Baptista e Gouvêa, Maria de Fátima Silva (orgs). Editora Mauad: Rio de Janeiro, 2005.

FRANKLIN, Karen. Os conceitos de Doxa e Episteme como determinação ética de Platão. In: **Educ. rev.** no.23. Curitiba Jan./June 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/er/n23/n23a23.pdf>

GADAMER, Hans Georg. Historia de efectos y aplicación. In: WARNING, Rauner (Ed). *Estética de La recepción*. Madrid: Visor Dis. S, 1989.

GOMEZ-LOBO, Afonso. El Dialogo de Melos y la vision Histórica de Tucidades. In: **Estudios Públicos**, N° 44, 1991. Disponível em <<http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_1849.html#.UBI716D6OW4>> Acesso em 28-09-2013.

_____. Historia de efectos y aplicación. In: WARNING, Rauner (Ed). **Estética de La recepción**. Madrid: Visor Dis. S, 1989

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

GIACOMONI, Marcello Paniz. Ecos de uma tradição: a ideia de decadência na obra *Epitoma Rei Militaris*, de Flavius Vegetius Renatus. Dissertação. (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p. 170, 2011.

GRAFTON, Anthony. Introdução. In: MAQUIAVEL. **O Príncipe**. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo : companhia das Letras, 2010.

CRAGG, Gerald R. **Freedom and Authority**: a study of English thought in the early seventeenth century. Philadelphia: The Westminster Press, 1975.

CROMARTIE, Alan. **Harringtonian virtue**: Harrington, Machiavelli, and the method of the moment. In: *The Historical Journal*, v.41, n.4, 1998.

GRAFTON, Anthony. **The History of Ideas**: Precept and Practice, 1950–2000 and Beyond. In: *Journal of history of the history of ideas*, Vol. 67, nº01, 2006.

GIBSON, Alan. Ancients, Moderns and Americans: The Republicanism-Liberalism Debate Revisited. In **History of Political Thought**, vol. XXI, n.2, 2000.

GOLDIE, Mark. The civil religion of James Harrington. In: **The languages of political theory in early-modern Europe**, (ed. Anthony Pagden). Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa**: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HAYNES, Kenneth. Text, theory, and reception. In: MARTINDALE, C; THOMAS, Richard F. (ed). **Classic and the uses of reception**. London: Blackwell, 2006.

HARRISON, Simon e SCHOFIELD. **The Cambridge history of Greek and Roman political thought**. Cambridge: University Press, 2000.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**: Ensaio sobre a representação do outro. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. **Os Antigos, o passado e o presente**. Tradução de Sorria Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães.- Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta Cabeça**: ideias radicais durante a Revolução de 1640. Tradução e apresentação de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O eleito de Deus**: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Origens Intelectuais da Revolução Inglesa**. Tradução de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **A revolução Inglesa de 1640**. Tradução de Wanda Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. **A Bíblia e as revoluções inglesas do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HONOHAN, Iseult. **Civic Republicanism**. New York: Routledge, 2002.

HONOHAN, Iseult e Jennings, Jeremy (edit). **Republicanism in theory and practice**. New York: Taylor & Francis or Routledge's, 2006.

ISER. INGARDEN, Roman. Concreción y reconstrucción. In: WARNING, Rainer (ed). **Estética de La recepción**. Madrid: Visor Dis. S. A., 1989.

ISER, Wolfgang. El Proceso de Lectura. In: WARNING, Rainer (ed). **Estética de La recepción**. Madrid: Visor Dis. S. A., 1989.

JASMIM, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (org). **História dos Conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006

JAUSS, Hans Robert. Continuación del diálogo entre la estética de La recepción burguesa y materialista. In: WARNING, Rauner (Ed). **Estética de La recepción**. Madrid, Visor Dis. S, 1989.

_____. **A História da Literatura como provocação à teoria literária**.

Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Editora Ática, 1994.

KAHN, Victoria. **Machiavelli rhetoric: from the Counter- Reformulation** (PRINCETON, 1994).

KOSELLECK, R. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
_____. **Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia**. Tradução de Daniel Innerarity. Barcelona: Paidós, 2001

_____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUCRio, 2006.

KRAMNICK, Isaac. Republican Revisionism Revisited. In: **The American Historical Review**, vol. 87, n. 3, 1982.

KUNST, Rafael Vicente. **O uso da Antiguidade clássica na elaboração dos conceitos de barbárie e civilização na obra Os Sertões**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto Federal do Rio Grande do Sul, São Paulo.

LA CAPRA, Dominick. Historia Intelectual: repensar La historia intelectual y leer textos. IN: PALTÍ, Elias José. **“Giro Linguístico” e historia intelectual**. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 1998.

LEE, Stephen M. Thomas Spence and James Harrington: A Case Study in Influence. In: **Liberty, Property and Popular Politics: England and Scotland, 1688-1815**. Essays in Honour of H. T. Dickinson, edited by Pentland Gordon and Davis Michael T., 118-30. Edinburgh University Press, 2016. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.3366/j.ctt1bgzd27.14>>.

LEVINE, Joseph M. **Humanism and History**. New York: Cornell University, 1987.

_____. **The Autonomy of History: truth and method from Erasmus to Gibbon**. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

LEVORIN, Paulo. **A República dos Antigos e a República dos Modernos**. Tese (Doutorado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pós Graduação em Filosofia. Universidade de São Paulo, 2001.

LOVEJOY, Arthur. **A Grande cadeia do ser: um estudo de uma ideia**. São Paulo: Palíndromo, 2005.

MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard F. (eds). **Classics and the uses of reception**. London: Blackwell, 2006.

_____. **Redeeming the text: Latin poetry and the hermeneutics of**

reception. Cambridge: Cambridge UP, 1993.

MELLO, Evaldo Cabral. **Um imenso Portugal**: história e historiografia. Editora 34: São Paulo, 2002.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. São Paulo: EDUSC, 2004.

NAKAYAMA, Patricia. **A arte retórica de Thomas Hobbes** (tradução e comentário). 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, USP, 2002.

NEDHAM. **The Case of Commonwealth of England Stated (1651)**. Disponível em: << <http://oll.libertyfund.org/titles/nedham-excellencie-of-a-free-state>>> Acesso em 03/07/2018.

ORSINI, Napoleone. **Bacone e Machiavelli**. Genova: Orfini, 1936.

OSTRENSKY, Eunice. **Revoluções no Poder**. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. **Oceana e Leviatã**. In: VILLA NOVA, Marcelo Gross e BARROS, Douglas Ferreira (orgs). **Hobbes: natureza, história e política**. São Paulo: Discurso, 2009.

_____. Nota da tradutora. In: Dzelzainis, Martins (Org). **John Milton, escritos políticos**. Traduzido do latim para o inglês moderno por Claire Gruzelier e para o português por Eunice Ostrensky. Martins Fontes: São Paulo, 2015.

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PETRINA, Alessandra. Machiavelli beyond the channel: the first English translation of The Prince. In: A. Arienzo e G. Boreli (orgs.). **Anglo-American face of Machiavelli: Machiavelli e Machiavellismi nella cultura anglo-americana (secoli XVI-XX)**. Monza, Polimetrica, 2009.

_____. A Florentine Prince in Queen Elizabeth's Court. In: **PO, Roberto del (ed.). The first translations of Machiavelli's Prince**. New York: Editions Rodopi, 2010. pp. 83-116.

PETTIT, Philip. A theory of justice. In: **Theory and Decision**. Vol. 4, No. 1, 1974. pp. 311-324

_____. **Republicanism**: a theory of freedom and government. Oxford: Oxford University Press, 1997.

PITKLIN, Hanna Fenichel. **Fortune is a womam**: gender and politics in tthe thought of

Niccolò Machiavelli. Berkeley University of Califor, 1984

PIRES, Francisco Murari. Mithistória. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

POCOCK, J. G. A. (ed.) **The varieties of British political thought, 1500-1800.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. James Harrington and the Good Old Cause: A Study of the Ideological Context of His Writings. In: **The Journal of British Studies**, Vol. 10, Nº1, Nov., 1970.

_____. **Linguagens do Ideário Político.** Tradução de Flávio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2003 (a).

_____. **The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Republican Tradition.** Princeton University Press: Princeton, 2003 (b).

_____. **Cidadania, historiografia e Res Publica.** Coimbra: Editora Almedida, 2013.

PROCACCI, Giuliano. **Machiavelli nella cultura europea dell'età moderna.** Roma: Laterza, 1995.

REZENDE, JM. **À sombra do plátano: crônicas de história da medicina** [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

REBOUL, Oliver. **Introdução à Retórica.** Tradução Ivone Castilho Benetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RIBEIRO, Renato Janine. **Ao Leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SABINE, George H. La Teoria Republicana de Harrington. In: HARRINGTON, James. **La Republica de Oceana** (trad. Enrique Canedo). México: Fondo de Cultura Economica, 1996.

SABINE, George H. La Teoria Republicana de Harrington. In: HARRINGTON, James. **La Republica de Oceana** (trad. Enrique Canedo). México: Fondo de Cultura Economica, 1996.

SCOTT, Jonathan. **England's Troube: Seventeenth Century English Political Instability in European Context** (Cambridge: Cambridge University Press, 2000).

SCOTT, Jonathan. The rapture of motion: James Harrington's republicanism. In: PHILLIPSO, N. e SKINNER, Q. **Political Discourse in Early Modern Britain.**

Cambridge: University Press; 1997.

_____. Algernon Sidney and the English republic, 1623-1677. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. Algernon Sidney and the restoration crisis, 1677-1683. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SEBATIAN, Breno Battisti. Introdução. In: Políbio. **História Pragmática**. Tradução de Breno Battisni Sebatian. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2016

SIDNEY, Algernon. **Discourses concerning Government**. Ed. Thomas G. West (Indianapolis: Liberty Fund 1996). < <http://oll.libertyfund.org/titles/sidney-discourses-concerning-government>> Acesso 02/07/2018.

SILVA, Ricardo. República neo-romano e democracia contestatária. In: **Rev. Social. Polit**, Curitiba, v19, n39, p. 35-51, jun 2011.

_____. Da honra ao patrimônio: conflito social e instituições políticas no Discorsi de Maquiavel. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. Nº12. Brasília sep/dec 2013. Disponível em: << http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000300003>> acesso em 15/03/2019

SILVA, Glaydon Jose da. **Historia antiga e usos do passado**- um estudo de apropriações da antiguidade sob o regime de vichy (1940-1994). Sao Paulo: Annablume; fapesp, 2007.

SILVESTRINI, Gabriella. **Fra repubblicanesimo e giusnaturalesimo**: itinerari nella storia del pensiero politico moderno. Torino: Cortina, 2008

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

_____. Entrevista. In: Burke, Maria Lúcia Garcia Pallares. **As muitas faces da História: nove entrevistas**. São Paulo: editora UNESP, 2000.

_____. **Lenguaje, política e historia**. Traducción de Cristina Fangmann. Bernal: Univ. Nacional de Quilmes, 2007.

SMITH, H. F. Russell. **Harrington and his Oceana**: a study of a 17th century utopia and its influence in America. Cambridge: Cambridge University Press, 1914.

SPINELLI, Priscilla Tesch. **A prudência na Ética- Nicomaquéia de Aristóteles**. 2005. 198 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)- Instituto Federal de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Paulo.

_____. A prudência na Ética Nicomaquéia de Aristóteles. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

VARGAS, A. Z. Usos da Antigüidade: imprensa, civilização e decadentismo no sul do Brasil republicano. In: **Liber Intellectus**, v. 02, p. 02, 2007.

VEYNE, Paul (org). **História da Vida Privada 1: do Império Romano ao ano mil.** Tradução de Hildegart Fiest. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TULLY, James (ed). **Meaning and context: Quentim Skinner and his critics.** Princeton: University Press, 1988.

UNDERDOWN, David. "The Harringtonian Moment." **Journal of British Studies** 18, no. 2 (1979): 171-79. <http://www.jstor.org/stable/175518>.

VOGT, Débora Regina. A história como laboratório comprobatório: a luta entre o Behemoth e o Leviatã em Thomas Hobbes. In: **Revista História e História**. vº 1, nº1, 2009. Disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=newsletter&id=118>> Acesso em 25-07-2013.

_____. **Entre a Ciência Civil e as linhas da historia: usos da Antigüidade no entendimento da história no Behemoth de Thomas Hobbes.** Dissertação (mestrado em história). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2013.

WORDE, Blair. James Harrington and The Commonwealth of Oceana. In: **Republicanism, Liberty, and Commercial Society** (ed. David Wootton). California: Stanford University Press, 1994.

WAKELIN, Daniel. **Humanism, Reading, and English Literature.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

WARNING, Rainer (ed). **Estética de La recepción.** Madrid: Visor Dis. S. A., 1989.

WETTERGREEN, John A. **James Harrington's Liberal Republicanism.** *Polity* 20, no. 4 (1988): 665-87.

WEST, Thomas G. (ed). In: SIDNEY, Algernon. **Discourses concerning Government.** Ed. Thomas G. West (Indianapolis: Liberty Fund 1996). <<http://oll.libertyfund.org/titles/sidney-discourses-concerning-government>> Acesso 02/07/2018.

WINTER, Lairton Moacir. A teoria dos humores de Maquiavel: a relação entre conflito e Liberdade. In: Cadernos de Ética e Filosofia Política. 2, 2011, p. 43-75. Disponível em: << <file:///C:/Users/UInstrutor/Downloads/55738-Texto%20do%20artigo-70252-1-10-20130520.pdf>>> acesso em 14/07/2019.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

WORNEN, Blair. **Literature and politics in Cromwellian England**: John Milton, Andrew Marvell e Marchamont Nedham. Oxford: Oxford University Press, 2008.

WOOTTON, David (ed.) **Republicanism, Liberty and Commercial Society, 1649-1776**. Stanford: Stanford University Press, 1994.

_____. Republicanism, liberty, and commercial society, 1649-1776. Stanford: Stanford University Press, 1994b. pp. 82-110.

_____. The commonwealth kidney of Algernon Sidney. *Journal of British Studies*. No. 24, 1985.

_____. The English civil wars: 1640-1660. London: Weidenfeld & Nicolson, 2009

Winter, L. M., A teoria dos humores de Maquiavel: a relação entre o conflito e a liberdade. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 19, 2/2011, pp.43-75

WORDEN, Blair. English republicanism. In: BURNS, J. H. (ed.). In: **The Cambridge History of the Political Thought, 1450-1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. pp. 443-473

_____. Harrington's Oceana: origins and aftermath, 1651-1660. In: WOOTTON, David (ed.). **Republicanism, liberty, and commercial society, 1649-1776**. Stanford: Stanford University Press, 1994a. pp. 111-138

_____. Introduction. In: NEDHAM, Marchamont. **The Excellencie of a Free-State or, the Right Constitution of a Commonwealth (1656)**. WORDEN, Blair (ed.). Indianapolis: Liberty Fund, 2011. pp. XV-CVIII

_____. James Harrington and The Commonwealth of Oceana, 1656. In: **The Excellencie of a Free-State or, the Right Constitution of a Commonwealth (1656)**. WORDEN, Blair (ed.). Indianapolis: Liberty Fund, 2011. pp. XV-CVIII